



UFRJ

Universidade Federal do Rio de Janeiro

Escola Politécnica

Programa de Engenharia Urbana

Rosane Soares dos Santos

**ASPECTOS TERRITORIAIS RELACIONADOS AO TURISMO DE BASE
COMUNITÁRIA EM FAVELAS CARIOCAS URBANIZADAS**

Rio de Janeiro
2012



UFRJ

Rosane Soares dos Santos

**ASPECTOS TERRITORIAIS RELACIONADOS AO TURISMO DE BASE
COMUNITÁRIA EM FAVELAS CARIOCAS URBANIZADAS**

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Engenharia Urbana, Escola Politécnica, da Universidade Federal do Rio de Janeiro, como parte dos requisitos necessários à obtenção do título de Mestre em Engenharia Urbana.

Orientadora: Angela Maria Gabriella Rossi.

Rio de Janeiro

2012

Santos, Rosane Soares dos.

Aspectos Territoriais Relacionados ao Turismo de Base Comunitária em Favelas Cariocas Urbanizadas / Rosane Soares dos Santos. – 2012. f. 230.

Dissertação (Mestrado em Engenharia Urbana). Universidade Federal do Rio de Janeiro, Escola Politécnica, 2012.

Orientadora: Angela Maria Gabriella Rossi.

1. Intervenções Urbanas. 2. Favelas. 3. Turismo. 4. Engenharia Urbana. I. Rossi, Angela Maria Gabriella. II. Universidade Federal do Rio de Janeiro. Escola Politécnica. III. Título.



UFRJ

**ASPECTOS TERRITORIAIS RELACIONADOS AO TURISMO DE BASE
COMUNITÁRIA EM FAVELAS CARIOCAS URBANIZADAS**

ROSANE SOARES DOS SANTOS

Orientadora: Angela Maria Gabriella Rossi

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Engenharia Urbana, Escola Politécnica, da Universidade Federal do Rio de Janeiro, como parte dos requisitos necessários à obtenção do título de Mestre em Engenharia Urbana.

Aprovado pela Banca:

Angela Maria Gabriella Rossi, D. Sc., UFRJ

Rosane Martins Alves, D.Sc., UFRJ

Marcello de Barros Tomé Machado, D. Sc., UFF

Maria Amália Silva Alves de Oliveira, D. Sc., UNIRIO

Rio de Janeiro

2012

Dedico à Marília, minha mãe, por todos os ensinamentos, por acreditar em mim e compreender minhas ausências. Meu mais nobre exemplo.

AGRADECIMENTOS

“Conhecimento memorizado, não é conhecimento construído! Ensinar não é uma simples transferência de conteúdo ao aluno passivo. É considerar e não subestimar os saberes de experiência, o saber de senso comum, o saber popular. Partir sim desse saber, o que não significa ficar nele. É um direito de todos: descobrir a razão de ser das coisas não deve ser privilégio de elites” (PAULO FREIRE).

Agradeço a Deus por iluminar o meu caminho.

À grande profissional, cidadã e mestre Angela Maria Gabriella Rossi, por quem eu tive a honra de ser orientada! Agradeço seu respeito, carinho, paciência, contribuições e, sobretudo, pelo desafio em aceitar orientar uma Turismóloga na Engenharia Urbana.

Agradeço aos professores da banca Rosane Martins Alves, que no decorrer do Mestrado me auxiliou em questões relativas ao desenvolvimento de pesquisas. Ao Marcello de Barros Tomé Machado, por todo o empenho e contribuição aos crescimentos acadêmico e pessoal desde a época da graduação. À Maria Amália Silva Alves de Oliveira, por sua delicadeza e senso crítico na medida exata.

À minha família que soube compreender e respeitar meus períodos de ausência, sempre torcendo pelo êxito final.

Aos mestres do PEU e do IPPUR por todos os ensinamentos repassados e pelo incentivo em tentarmos construir cidades mais dignas.

Aos amigos da turma 2010, Flavio Faria, Ataíde Teixeira, Marcio Wixak, Gustavo Jucá, Letícia Freire, Ana Beatriz Melo, Sergio Leite e João Paulo Vasques. Sensacionais!

Aos alunos da Faculdade Gama e Souza, Hedinene Costa, Jerônimo Pessanha, Sergio Campos e Gerlane Calista, por todas as inserções nas favelas ao meu lado.

Ao Paulo Roberto, ou meu amigo Pontes, pessoa especial por sua força, razão e sensibilidade sem excessos.

A cada pessoa das favelas onde estive que, mesmo com suas ressalvas não me refutaram informações de grande valia para a confecção deste estudo. Os meus mais sinceros agradecimentos!

São 200, são 300 as favelas cariocas? O tempo gasto em contá-las é tempo de outras surgirem. 800 mil favelados ou já passa de um milhão? Enquanto se contam, ama-se em barraco e a céu aberto, novos seres se encomendam ou nascem à revelia. Os que mudam, os que somem, os que são mortos a tiro são logo substituídos. Onde haja terreno vago, onde ainda não se ergueu um caixotão de cimento esguio (mas se vai erguer) surgem trapos e panelas, surge fumaça de lenha em jantar improvisado. **Urbaniza-se? Remove-se?** Extingue-se a pau e a fogo? Que fazer com tanta gente brotando do chão, formigas de um formigueiro infinito? Ensinar-lhes paciência, conformidade, renúncia? Cadastrá-los e fichá-los para fins eleitorais? Prometer-lhes a sonhada, mirífica, rósea futura distribuição (oh!) de renda? Deixar tudo como está para ver como é que fica? **Em seminários, simpósios, comissões, congressos, cúpulas de alta prosopopeia, elaborar a perfeita e divina decisão?** Um som de samba interrompe tão sérias indagações e **a cada favela extinta ou em bairro transformada** com direito a pagamento de Comlurb, ISS, Renda, **outra aparece**, larvar, rastejante, insinuante, grimpante, desafiante, de gente qual gente: amante, esperante, lancinante... **O mandamento da vida explode em riso e ferida.**

Favela

Carlos Drummond de Andrade

Escrito para o 1º Encontro Estadual de Favelas, em 29 de março de 1981 (grifo nosso).

LISTA DE SIGLAS

a/a – ao ano

a.C. – antes de Cristo

AMABB – Associação de Moradores e Amigos do Bairro Barcelos

AP – Áreas de Planejamento

APA – Área de Proteção Ambiental

ASPA – Ação Social Padre Anchieta

BCR – Grupo *Break* Consciente da Rocinha

BID – Banco Interamericano de Desenvolvimento

BNH – Banco Nacional de Habitação

BOPE – Batalhão de Operações Policiais Especiais

C4 – Centro de Convivência, Cultura e Cidadania

CCA – Centro Cirúrgico Ambulatorial

CD – *Compact Disc*

CDD – Cidade de Deus

CDURP – Companhia de Desenvolvimento Urbano do Porto

CEDAE – Companhia Estadual de Águas e Esgotos

CEF – Caixa Econômica Federal

CEHAB – Companhia Estadual de Habitação do Rio de Janeiro

CEO – Centro de Especialidades Odontológicas

CGC – Coordenadoria Geral de Conservação

CGPE – Coordenação-Geral de Projetos de Estruturação do Turismo em Áreas Priorizadas

CGTR – Centro de Geração de Trabalho e Renda

CHISAM – Coordenação de Habitação de Interesse Social da Área Metropolitana do Grande Rio de Janeiro

CHP – Centro de Habitação Provisória

CIAPI – Campus Internacional de Aprendizado Politécnico Integrado

CIAS – Centro Integrado de Atenção à Saúde

CIEP – Centro Integrado de Educação Pública

CNPJ – Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica

CODESCO – Companhia de Desenvolvimento de Comunidades

COHAB – Conjunto Habitacional

COMLURB – Companhia Municipal de Limpeza Urbana

CV – Comando Vermelho

DASP – Departamento Administrativo do Serviço Público

DCPAT – Departamento de Qualificação, de Certificação e de Produção Associada ao Turismo

DEGASE – Departamento Geral de Ações Sócio-Educativas

DNOS – Departamento Nacional de Obras e Saneamento

DRAE – Delegacia de Repressão a Armas e Explosivos

DST – Doenças Sexualmente Transmissíveis

EDI – Espaço de Desenvolvimento Infantil

EI – Empreendedor Individual

EMOP – Empresa de Obras Públicas do Estado do Rio de Janeiro

FAETEC – Fundação de Apoio à Escola Técnica

FIFA – *Fédération Internationale de Football Association*

FIRJAN – Federação das Indústrias do Rio de Janeiro

FUNDREM – Fundação para o Desenvolvimento da Região Metropolitana do Rio de Janeiro

FLUPP – Festa Literária das Unidades de Polícia Pacificadora

GT – Grupos de Trabalho

G7 – Grupo dos Sete Países Mais Industrializados do Mundo

IAB – Instituto de Arquitetos do Brasil

IATA – *International Air of Transport Association*

IBAS – Índia, Brasil e África do Sul

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

IDS – Índice de Desenvolvimento Social

IDH – Índice de Desenvolvimento Humano

INSS – Instituto Nacional do Seguro Social

IPLANRIO – Empresa Municipal de Informática

IPP – Instituto Pereira Passos

LAMSA – Concessionária da Linha Amarela

LED – *Light Emitting Diode* (Diodo Emissor de Luz)

MINC – Ministério da Cultura

MTUR – Ministério do Turismo

MUF – Museu de Favelas

NFT – Novas Formas de Turismo

OGU – Orçamento Geral da União

OMT – Organização Mundial de Turismo

ONG – Organização Não Governamental

ONU – Organização das Nações Unidas

OSCIP – Organização da Sociedade Civil de Interesse Público

PAC – Programa de Aceleração do Crescimento

PD – Plano Diretor

PDT – Partido Democrático Trabalhista

PETROBRÁS – Petróleo Brasileiro S/A

PIB – Produto Interno Bruto

PL – Partido Liberal

PLHIS – Planos Locais de Habitação de Interesse Social

PMB – Programa de Melhoramentos de Bairros

PMDB – Partido do Movimento Democrático Brasileiro

PMERJ – Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro

POUSOS – Postos de Orientação Urbanística e Social

PPG – Pavão-Pavãozinho e Cantagalo

PR – Príncipe Regente

PROFACE – Programa de Favelas da Cedae

PROMORAR – Programa de Erradicação da Subhabitação

PROURB – Programa de Pós-graduação em Urbanismo

PT – Partido dos Trabalhadores

RA – Região Administrativa

RCS – Rede de Centrais de Serviços

REDES – Rede de Desenvolvimento da Maré

REDTURS – Rede de Turismo Sustentável da América Latina

RIO-92 – *Rio Conference on Environment and Sustainable Development*

RIO+20 – Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável e Combate à Pobreza

RIOLUZ – Companhia Municipal de Energia e Iluminação

RIOTUR – Empresa de Turismo do Município do Rio de Janeiro S.A

RIOURBE – Empresa Municipal de Urbanização

RT - Região Turística

SEBRAE – Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas

SETUR – Secretaria de Estado de Turismo

SICONV – Sistema de Gestão de Convênios e Contratos de Repasse do Governo Federal

SITS – Seminário Internacional de Turismo Sustentável

SMH – Secretaria Municipal de Habitação

SMO – Secretaria Municipal de Obras

SMU – Secretaria Municipal de Urbanismo

SNPDTUR – Secretaria Nacional de Programas de Desenvolvimento do Turismo

STE – Serviços Técnicos de Engenharia S.A.

SURSAM – Superintendência de Urbanização e Saneamento

TA – Turismo Alternativo

TBC – Turismo de Base Comunitária

TRE – Tribunal Regional Eleitoral

UC – Unidades de Conservação

UF – Unidades da Federação

UNCTAD – Conferência sobre Comércio e Desenvolvimento

UN-HABITAT – Programa das Nações Unidas para os Assentamentos Humanos

UFRJ – Universidade Federal do Rio de Janeiro

UNESCO – Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura

UNICEF – Fundo das Nações Unidas para a Infância

UPA – Unidade de Pronto Atendimento

UPMMR – União Pró Melhoramento dos Moradores da Rocinha

UPP – Unidade de Polícia Pacificadora

WWF – *World Wide Foundation*

WTTC – *World Travel and Tourism Council*

RESUMO

SANTOS, Rosane Soares dos. **ASPECTOS TERRITORIAIS RELACIONADOS AO TURISMO DE BASE COMUNITÁRIA EM FAVELAS CARIOCAS URBANIZADAS.** Rio de Janeiro, 2012. Dissertação (Mestrado) – Programa de Engenharia Urbana, Escola Politécnica, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2012.

Programas governamentais de urbanização de favelas a fim de dotá-las de infraestrutura física e melhorias habitacionais, integrando-as ao restante da cidade perfazem uma realidade no país e também na cidade do Rio de Janeiro. Nos últimos anos uma demanda turística, sobretudo estrangeira, interessada em conhecer o modo de vida das sociedades dessas áreas fez emergir a prática de turismo nesses espaços, o que remete estudiosos do setor turístico à busca por alternativas que beneficiem a população das favelas, lançando o paradigma do “turismo de base comunitária”, visto que agentes externos têm sido privilegiados nesse processo, relegando aos moradores à condição de atores passivos e não de protagonistas. As intervenções desenvolvidas pelo poder público nos territórios das favelas impulsionam a implantação desta nova forma de turismo. Este trabalho busca investigar quais intervenções urbanas realizadas nas favelas cariocas podem contribuir para a promoção desse novo turismo, o qual proporcione benefícios para a população local, contribuindo para um desenvolvimento urbano mais sustentável. A metodologia baseou-se em pesquisa bibliográfica e em informações observadas em seis favelas cariocas urbanizadas: Rocinha, Providência, Babilônia, Santa Marta, Pavão-Pavãozinho-Cantagalo e Alemão. Apontam-se como contribuições relevantes do estudo, a discussão e a reflexão acerca de novos paradigmas de ordenamento territorial nas favelas da cidade do Rio de Janeiro, uma vez que as mesmas emergem como “atrativos turísticos”.

Palavras-chave: 1. Intervenções Urbanas 2. Favelas 3. Turismo 4. Engenharia Urbana.

ABSTRACT

SANTOS, Rosane Soares dos. **ASPECTOS TERRITORIAIS RELACIONADOS AO TURISMO DE BASE COMUNITÁRIA EM FAVELAS CARIOCAS URBANIZADAS.**

Rio de Janeiro, 2012. Dissertação (Mestrado) – Programa de Engenharia Urbana, Escola Politécnica, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2012.

Government programs for slum upgrading in order to provide them with physical infrastructure and housing improvements, integrating them with the rest of the city make up a reality in the country and also in the city of Rio de Janeiro. In recent years a demand for tourism, especially foreign, interested in learning about the way of life of societies in these areas, has emerged the practice of tourism in these areas, which leads scholars of the tourism sector to search for alternatives that benefit the people of the slums, throwing the paradigm of “community-based tourism”, since external agents have been privileged in the process, relegating the status of the residents and not passive actors protagonists. The interventions developed by the government in the territories of slums drive the deployment of this new form of tourism. This study investigates which interventions undertaken in urban slums can contribute to the promotion of this new tourism, which brings benefits to local people, contributing to a more sustainable urban development. The methodology was based on literature research and information observed in six urban slums: Rocinha, Providência, Babilônia, Santa Marta, Pavão-Pavãozinho-Cantagalo and Alemão. Point as relevant contributions of study, discussion and reflection about new paradigms of regional planning in the city slums of Rio de Janeiro, since they emerge as “tourist attractions”.

Key Words: 1. Urban Interventions 2. Slums 3. Tourism 4. Urban Engineering

LISTA DE FIGURAS

Figura 4.1:	Mapa da Cidade do Rio de Janeiro com as Favelas Cariocas Urbanizadas estudadas.....	108
Figura 4.2:	Mapa da Cidade do Rio de Janeiro e localização da Favela da Rocinha.....	109
Figura 4.3:	Passarela na Rocinha.....	119
Figura 4.4:	Esquema do Plano Inclinado na Rocinha.....	120
Figura 4.5:	Morro da Providencia.....	121
Figura 4.6:	Obras do Morar Carioca na Providência.....	126
Figura 4.7:	Esquema do Teleférico da Providência.....	127
Figura 4.8:	Placa Indicativa (Início da Trilha da Babilônia).....	129
Figura 4.9:	Casa de pau-a-pique na APA Babilônia.....	131
Figura 4.10:	Recuperação da Escadaria (Alto do Morro da Babilônia).....	132
Figura 4.11:	Alargamento da Ladeira Ary Barroso “a”.....	133
Figura 4.12:	Alargamento da Ladeira Ary Barroso “b”.....	133
Figura 4.13:	Alargamento da Ladeira Ary Barroso “c”.....	133
Figura 4.14:	Intervenções do Morar Carioca Verde na Babilônia.....	134
Figura 4.15:	Postes sem iluminação “a”.....	139

Figura 4.16:	Postes sem iluminação “b”	139
Figura 4.17:	Habitação Precária (Século XXI, 2012).....	140
Figura 4.18:	Plano Inclinado, o Teleférico do Santa Marta.....	140
Figura 4.19:	Subida pelo Plano Inclinado.....	141
Figura 4.20:	Reivindicação dos moradores da parte alta (Pico) “a”.....	143
Figura 4.21:	Reivindicação dos moradores da parte alta (Pico) “b”.....	143
Figura 4.22:	Reivindicação dos moradores da parte alta (Pico) “c”.....	144
Figura 4.23:	Reivindicação dos moradores da parte alta (Pico) “d”.....	144
Figura 4.24:	Laje do Michael Jackson.....	146
Figura 4.25:	Base 1 MUF.....	148
Figura 4.26	Indicação das Intervenções via PAC no Complexo PPG “a”.....	151
Figura 4.27:	Indicação das Intervenções via PAC no Complexo PPG “b”.....	151
Figura 4.28:	Torres do Elevador no PPG.....	161
Figura 4.29:	Complexo Rubem Braga.....	162
Figura 4.30:	Mapa da Cidade do Rio de Janeiro e localização do Complexo do Alemão.....	162
Figura 4.31:	Vista Aérea do Complexo do Alemão.....	164

Figura 4.32:	Esquema da Leitura da Estrutura do Lugar.....	166
Figura 4.33:	Áreas de Intervenções do PAC.....	166
Figura 4.34:	Planta Geral do Projeto para o Complexo do Alemão.....	167
Figura 4.35:	Estrutura Urbana para o Complexo do Alemão.....	167
Figura 4.36:	Sistema viário e infraestrutural para o Complexo do Alemão.....	168
Figura 4.37:	Sistema de Teleférico Popular para o Complexo do Alemão.....	169
Figura 4.38:	Esquema do Teleférico Popular para o Complexo do Alemão....	169
Figura 4.39:	Esquema de Estação do Teleférico do Alemão.....	170
Figura 4.40:	Construção do Teleférico Popular para o Complexo do Alemão	170
Figura 4.41:	Estação do Teleférico do Alemão (Morro do Adeus).....	170
Figura 4.42:	Recursos Envolvidos (PAC).....	171
Figura 4.43:	Esquema da Praça do Conhecimento.....	171
Figura 4.44:	Praça do Conhecimento (Nova Brasília) “a”.....	171
Figura 4.45:	Praça do Conhecimento (Nova Brasília) “b”.....	171
Figura 4.46:	Cine 3D (Nova Brasília) “a”.....	172
Figura 4.47:	Cine 3D (Nova Brasília) “b”.....	172

Figura 4.48:	UPA Complexo do Alemão “a”	173
Figura 4.49:	UPA Complexo do Alemão “b”	173
Figura 4.50:	Sistema de realocações de domicílios no Complexo do Alemão.	173
Figura 4.51:	Casa de D. Maria Nazaré, localizada na Fazendinha no Complexo do Alemão com seu ambiente multifuncional tomado como referência para o projeto das novas unidades habitacionais.....	173
Figura 4.52:	Pavimento Térreo (Unidade Habitacional).....	174
Figura 4.53:	Pavimento Superior (Unidade Habitacional).....	174
Figura 4.54:	Construção das Habitações.....	174
Figura 4.55:	Unidade Habitacional (Casa Modelo).....	175
Figura 4.56:	Condomínio da Paz.....	175
Figura 4.57:	Condomínios na Grota (uma das áreas mais perigosas antes da pacificação) “a”.....	175
Figura 4.58:	Condomínios na Grota (uma das áreas mais perigosas antes da pacificação) “b”.....	176
Figura 4.59:	Equipamentos entregues à população do Complexo do Alemão.	176
Figura 4.60:	Parque da Serra da Misericórdia e Complexo do Alemão.....	178

Figura 4.61:	Projeto Parque da Serra da Misericórdia / Plano de Desenvolvimento Urbanístico do Alemão.....	179
Figura 4.62:	Abertura das ruas no Morro do Adeus.....	181
Figura 4.63:	Abertura das ruas e tratamento das encostas no Morro do Adeus	181
Figura 4.64:	Tratamento da Rua Samira Attar e escadaria.....	181
Figura 4.65:	Centro Cívico e Habitacional em execução.....	182
Figura 4.66:	Centro Cívico e Habitacional.....	182

LISTA DE QUADROS

Quadro 2.1:	Passos para o Desenvolvimento do Turismo baseado na Comunidade.....	68
Quadro 2.2:	Diretrizes para o Desenvolvimento do Turismo em Comunidades.....	74
Quadro 3.3:	Secretaria Nacional de Habitação / Programa: Urbanização, Regularização e Integração de Assentamentos Precários.....	100
Quadro 4.4:	Legenda da Figura 4.1 Mapa da Cidade do Rio de Janeiro com as Favelas Cariocas Urbanizadas estudadas.....	109
Quadro 4.5:	Favelas Cariocas Urbanizadas, Intervenções e Resultados.....	189

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO.....	21
1.1	Tema	21
1.2	Objetivo	22
1.3	Justificativa	22
1.4	Metodologia	23
1.5	Estrutura do trabalho.....	25
1.6	Embasamento teórico.....	26
2	DO <i>GRAND TOUR</i> AO TURISMO DE BASE COMUNITÁRIA: RECORTES SOBRE O TURISMO.....	27
2.1	Considerações iniciais.....	28
2.2	Viagens pré-modernas.....	35
2.3	Turismo moderno: o impacto das massas.....	41
2.4	Os desafios da pós-modernidade.....	45
2.5	Por outra experiência: o turismo nos anos 2000.....	50
2.6	Século XXI rompendo paradigmas: turismo de base comunitária como alternativa à <i>mercantilização da pobreza</i>	52
3	PROGRAMAS DE URBANIZAÇÃO DE FAVELAS NA CIDADE DO RIO DE JANEIRO.....	75
3.1	A crise habitacional e a “gênese” da favela carioca.....	77
3.2	Programas governamentais.....	93
3.2.1	Favela-Bairro.....	93
3.2.2	Programa de Aceleração do Crescimento (PAC).....	96
3.2.3	Morar Carioca.....	101
4	INTERVENÇÕES FÍSICAS COM POTENCIAL PARA FAVORECER O TURISMO DE BASE COMUNITÁRIA NAS FAVELAS CARIOCAS URBANIZADAS.....	106
4.1	Métodos utilizados.....	107
4.2	<i>Gringo na laje</i> : a Rocinha turística.....	109

4.3	Museu a céu aberto: patrimônio na Providência.....	121
4.4	Área de Proteção Ambiental: trilhas na Babilônia.....	128
4.5	Santa Marta e o plano inclinado.....	136
4.6	MUF: museu de favela no Cantagalo.....	148
4.7	Teleférico: rumo ao Alemão.....	162
4.8	Favelas cariocas urbanizadas e atividade turística: principais aspectos de sinergia.....	183
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	190
	REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	194
	APÊNDICES.....	208
	Apêndice A – Roteiro geral de observação nas favelas cariocas urbanizadas...	209
	ANEXOS.....	213
	Anexo A – Edital chamada pública de projetos do Ministério do Turismo.....	214
	Anexo B – Caracterização das favelas no âmbito dos planos locais de habitação de interesse social (PLHIS).....	218
	Anexo C – Direito à cidade e ao habitat.....	223
	Anexo D – Indicadores de sustentabilidade.....	224
	Anexo E – Programa Morar Carioca.....	225
	Anexo F – Mapa turístico da cidade do Rio de Janeiro.....	227
	Anexo G – Capacitação no Complexo do Alemão.....	228

A cidade é a tentativa mais consistente do homem e a mais bem sucedida como um todo para refazer o mundo em que vive o mais próximo de seu desejo íntimo. Mas, se a cidade é o mundo que o homem criou, é o mundo no qual ele está doravante condenado a viver. Assim, indiretamente, e sem qualquer clareza da natureza de sua tarefa, **fazendo a cidade o homem refez a si mesmo** (ROBERT PARK – grifo nosso).

1. INTRODUÇÃO

1.1 Tema

O presente trabalho nasceu a partir do desenvolvimento da pesquisa *Memória dos Bairros*, realizada em 2009 pelos alunos do Curso de Bacharelado em Turismo da Faculdade Gama e Souza, para cumprir às exigências da disciplina de Planejamento e Organização do Turismo, além das Atividades de Extensão e Pesquisa. O objetivo era promover o conhecimento acerca dos bairros componentes da região da Zona da Leopoldina – onde a referida instituição de ensino está localizada. Dentre esses bairros, uma das equipes pesquisou a favela da Maré e, nesse momento começou o envolvimento com algumas favelas cariocas.

A pesquisa desenvolvida permitiu desvendar e começar a aprofundar os conhecimentos sobre o universo das favelas, possibilitando ainda retomar o interesse em discutir temas tais como as intervenções urbanas, o desenvolvimento sustentável via turismo e os aspectos territoriais relacionados à prática do Turismo de Base Comunitária em territórios pouco investigados acerca desse tema – as favelas.

Passada a fase de cumprir às metas das disciplinas, alguns acadêmicos permaneceram desenvolvendo pesquisas de cunho informal em uma favela da zona norte da cidade do Rio de Janeiro, o Complexo do Alemão, naquela ocasião ainda não urbanizada, mas já em via de receber o processo de urbanização após a chegada da pacificação.

Ao ingressar no Programa de Mestrado e ao passo que as aulas foram acontecendo, o interesse por questões relativas às formas precárias de habitação – que remetia às favelas – surgiu. Sob este aspecto as favelas cariocas urbanizadas ou passando por processos de urbanização se configuravam como profícuos laboratórios. Mas, não pairava na mente o ideal em aliar o turismo à pesquisa a ser realizada.

Nesta ocasião um fator fundamental foi a intervenção da figura da orientadora, que com todos os argumentos válidos e pertinentes, proporcionou o entendimento acerca da relevância em promover uma abordagem integrada sobre favelas e turismo, conferindo um recorte sobre o urbanismo sustentável, uma das disciplinas estudadas inserida na Linha de Pesquisa Planejamento e Gestão Territorial, a fim de destacar as intervenções urbanas que algumas favelas vivenciavam e de que forma estas poderiam contribuir para a promoção de um “novo turismo”, conferindo benefícios para a população local.

Compreender as favelas cariocas a partir desta premissa abarcava a necessidade em entender as formas que a atividade turística era praticada em algumas. Visto que o objeto era analisar o desenvolvimento urbano sustentável, pesquisar as intervenções urbanas realizadas em tais territórios, o que estas proporcionaram de benefícios às comunidades residentes e quais as ingerências no/do turismo à melhoria da qualidade de vida destas populações emergiram como pontos cruciais ao desenvolvimento deste estudo.

1.2 Objetivo

O objetivo do presente estudo é investigar quais intervenções urbanas (físicas), realizadas em favelas da cidade do Rio de Janeiro podem contribuir para a promoção de um “novo turismo”, denominado de base comunitária, o qual proporcione benefícios para a população local, contribuindo dessa forma para um desenvolvimento urbano mais sustentável.

1.3 Justificativa

Justifica-se a escolha do tema visto que na atualidade (século XXI) novas demandas no turismo emergem e abrem espaço para (re) construí-lo sob a égide de diferentes paradigmas, baseando-se em outros valores. Pois, é comum ao se pensar em turismo nas favelas da cidade do Rio de Janeiro, inevitavelmente tratar o caso da Rocinha, que recebe demanda turística internacional com regularidade desde a década de 1990. Não obstante, no decorrer deste estudo será factível verificar que não é a experiência mais ligada aos autóctones e, que as intervenções urbanas naquele território não foram fatores cruciais ao desenvolvimento da atividade.

A responsabilidade dos turistas e o protagonismo da população local surgem como traços marcantes das novas modalidades turísticas. Acredita-se na possibilidade de se pensar em outro turismo, baseado noutra visão de desenvolvimento, a base comunitária.

Entretanto, a Rocinha não é a única favela carioca que vem sendo promovida como destino turístico no Rio de Janeiro – é apenas a mais antiga em tal prática. É possível observar que o número de favelas nas quais estratégias e parcerias são plasmadas objetivando fomentar o potencial turístico destas é a cada dia mais premente. Seja no Morro dos Prazeres, em Santa Tereza; no Vidigal, em São Conrado; a Pereira da Silva, em Laranjeiras e a Tavares Bastos, no Catete, ou as exemplificadas neste estudo, destacando a Babilônia e Chapéu-Mangueira, no Leme; a própria Rocinha, também na zona sul; a Providência, área central da cidade; Santa Marta, em Botafogo; o Pavão-Pavãozinho-Cantagalo, em Ipanema e o Complexo do Alemão, na zona norte, ressalta-se que todas perfazem exemplos de algumas localidades onde há, ou em algum momento houve tentativas de implantação de circuito de visitação turística, paralelas ou não às intervenções urbanas realizadas.

Com base no exposto e a partir da assunção das favelas como destinos turísticos da cidade, através dos exemplos que serão mostrados no decorrer deste estudo, buscou-se verificar a diferença existente entre a implantação da atividade turística com bases pública, privada e comunitária e as melhorias efetuadas no território destas regiões, a partir da inserção do turismo como arranjo produtivo local.

Os resultados obtidos na avaliação evidenciam que a participação da comunidade é primordial para que os impactos negativos possam ser equacionados e para que os positivos se deem em longo prazo, promovendo um desenvolvimento urbano mais sustentável e integrando de forma definitiva o espaço da favela ao restante da cidade.

1.4 Metodologia

No que concerne à metodologia, ressalta-se que devido a algumas dificuldades – elencadas mais adiante –, não foi possível estabelecer uma rotina de trabalho muito rígida, tampouco impor certa regularidade às observações desenvolvidas. Porém, estas mesmas dificuldades não se tornaram fatores impeditivos ao andamento da pesquisa – pelo contrário –

acabaram se configurando como desafios à realização da proposta, por acreditar ser viável e necessária.

Assim, optou-se por fazer apenas observações e ter conversas informais com lideranças comunitárias, profissionais envolvidos nas ONGs atuantes nas favelas exemplificadas, profissionais do poder público presentes nos locais e moradores, em vez de realizar entrevistas formais ou aplicar algum tipo de questionário. Tal escolha se sustenta porque almejava-se entender a dinâmica de vida dos autóctones, as carências e precariedades enfrentadas relativas aos serviços urbanos básicos, a visão acerca das obras de intervenção urbana por parte da população, além do olhar para o turismo inseridos no contexto cotidiano das favelas e de sua população.

Logo, a ideia foi de que seria mais adequado obter essas percepções a partir de conversas mais dispersas e menos formais nas quais os temas surgissem, do que perguntando diretamente sobre eles em entrevistas estruturadas ou aplicação de formulários e questionários.

Era preciso conquistar a confiança das pessoas envolvidas e a sensibilidade do pesquisador foi latente ao sinalizar para não documentar em meios físicos (tais como papéis ou gravações), ao passo que para alguns moradores e demais atores ouvidos, tal prática não era bem vista – até o mais simples ato de tirar fotografias em determinadas favelas causava estranhamento e, às vezes, descontentamento.

Cabe salientar que houve quem insinuasse que poderia se configurar como algum tipo de *prova* – e que esta poderia ser utilizada contra quem fornecesse quaisquer tipos de informações para “*esse pessoal das faculdades*”. Desta forma, foi realizado levantamento de dados através de pesquisas de campo, com observação participante – embora não se configure num trabalho acadêmico desenvolvido por Antropólogos e nem para a área das Ciências Sociais.

Houve ainda a utilização da estratégia de pesquisa documental, por meio da análise de informações de arquivos, construindo-se referencial teórico sobre turismo de base comunitária e sobre favelas na cidade do Rio de Janeiro. Para a verificação das intervenções urbanas que promovem o turismo, realizou-se pesquisa de campo nas favelas mencionadas. Para a

pesquisa de campo, foi realizado o levantamento de dados a partir da análise da documentação existente, de visitas nas comunidades e entrevistas com lideranças locais.

Utilizou-se ainda a técnica da documentação indireta, através de pesquisa bibliográfica (ou de fontes secundárias), objetivando coletar dados e informações dos diversos atores sociais que atuam nas favelas elencadas, destacando a sociedade civil organizada; as Organizações Não Governamentais (ONGs); o poder público; a iniciativa privada; Igrejas – das mais variadas crenças –, dentre outros.

No tocante às questões da pesquisa, destaca-se que depois das reorientações pelas quais passou o objeto de estudo, o ponto central desta dissertação passou a ser as intervenções urbanas nas favelas cariocas e os reflexos na dinâmica do desenvolvimento turístico nestes espaços, a fim de investigar a possibilidade de implantação do turismo de base comunitária. Inserido nesse eixo temático, foram estudados exemplos de favelas cariocas urbanizadas ou em processo de urbanização, salientando a Rocinha; o Pavão-Pavãozinho-Cantagalo; o Santa Marta; o Alemão; a Providência e a Babilônia – Chapéu-Mangueira.

1.5 Estrutura do trabalho

Almejou-se conceber o entendimento em torno de questões básicas que permeiam a mente do pesquisador, tal como: Quais as intervenções urbanas são necessárias para que o território da favela passe a ser compreendido como “atração turística”? Na tentativa de responder à questão supracitada, o presente estudo baseia-se em eixos temáticos. Estes não foram abordados de maneira isolada, visto que se pretendeu dialogar entre um e outro a partir dos dados empíricos e bibliográficos, conferindo ligação e compreensão acerca dos debates suscitados.

O primeiro capítulo apresenta o tema, a justificativa para a escolha do mesmo, o objetivo geral, a metodologia utilizada e a estruturação dos capítulos.

O segundo capítulo apresenta um breve histórico sobre o turismo, visto o Programa de Mestrado ser em Engenharia Urbana e, portanto, o diálogo acerca do setor turístico não ser de entendimento comum.

O terceiro capítulo propõe reflexões acerca das mudanças ocorridas na formulação e implantação das políticas públicas urbanas de um modo geral e, para melhor compreensão desta pesquisa, das políticas públicas destinadas às favelas. Desta forma, aborda-se a discussão sobre a gênese das favelas na cidade do Rio de Janeiro e realiza ainda um recorte sobre alguns programas governamentais de intervenção urbana, pelos quais as favelas cariocas passam na atualidade (2012) ou passaram, visto ser o tema de destaque nesta dissertação.

O quarto capítulo discorre sobre as favelas turísticas Rocinha; Pavão-Pavãozinho-Cantagalo; Santa Marta; Alemão; Providência e a Babilônia – Chapéu-Mangueira e o crescente interesse por essas paisagens periféricas, além de salientar sua forma de comercialização como mercadoria. São ressaltados os casos de desenvolvimento da atividade turística nessas favelas e as diferentes tipologias de turismo e de promoção – seja de massa ou de base comunitária, via poder público, terceiro setor ou pela iniciativa privada. Destaca-se ainda a urgência em se promover uma gestão urbana sustentável em tais territórios e a sinergia existente nas ações de intervenções físicas realizadas nos territórios das favelas e a prática da atividade turística.

O quinto capítulo encerra o estudo apresentando reflexões acerca de novos paradigmas de ordenamento territorial nas favelas cariocas, uma vez que as mesmas emergem como “atrativos turísticos”.

1.6 Embasamento teórico

No que tange ao embasamento e à fundamentação teórica, parte da análise está voltada para a (re) discussão do modelo de desenvolvimento vigente, e à apresentação de uma proposta alternativa, baseada em outros pressupostos e valores. O conceito sobre o turismo de desenvolvimento em oposição ao de massa lançado por Zaoual se configura numa referência.

As reflexões acerca das mudanças paradigmáticas no modelo de desenvolvimento conduzem a refletir especificamente sobre as possibilidades de existência de outro turismo, distinto do paradigma vivenciado até então. A hipótese destacada por Molina, acerca do protagonismo dos turistas frente à atividade, reconhecendo a não neutralidade de sua estada no território também se mostra como relevante ao entendimento do capítulo que disserta sobre

o turismo. Cabe ainda salientar os dados da Organização Mundial do Turismo (OMT), por serem referências à compreensão do turismo em âmbito internacional, além do Ministério do Turismo, com seu debate acerca do paradigma de turismo de base comunitária, atrelado ao Plano Nacional de Turismo 2007-2010 (“Uma viagem de inclusão”).

Para a abordagem acerca da favela não se poderia prescindir à utilização do referencial de Valladares (2005), em sua clássica obra “*A invenção da favela*”, que salienta o *mito* de origem das favelas cariocas no morro da Providência, além de legislações específicas tais como a Constituição Federal, de outubro de 1988 (em seus Artigos Nº 182 e Nº183) e, o Estatuto das Cidades, de julho de 2001, que corrobora o exposto em ambos os artigos destacados.

A fim de fomentar o entendimento acerca da favela como produto turístico, utilizam-se as obras de Freire-Medeiros, por todo seu entendimento sobre a temática favela turística e, o referencial de Velloso; Pastuk e Pereira Junior, onde este serve como recurso à elucidação da favela como oportunidade – resultado da discussão do Fórum Nacional sobre planos de desenvolvimento das favelas para suas inclusões social e econômica, destacando as intervenções urbanísticas tal como o Programa de Aceleração do Crescimento, o PAC.

Vale destacar que este trabalho representa uma modesta contribuição para a reflexão sobre a temática dos aspectos territoriais relacionados ao desenvolvimento da prática turística em favelas urbanizadas da cidade do Rio de Janeiro.

Observei as culturas de todas as terras soprarem ao redor da minha morada e outros ventos espalharam as sementes da paz, pois a viagem é a linguagem da paz (MAHATMA GANDHI).

2. DO *GRAND TOUR* AO TURISMO DE BASE COMUNITÁRIA: RECORTES SOBRE O TURISMO

O turismo cresceu de forma significativa após a criação da aviação comercial e do advento do avião a jato, mais especificamente na década de 1950. Nos anos de 1990, o setor já havia se tornado o maior da economia¹, conforme salienta Theobald (2002, p. 23), com o maior número de empregos gerados no mundo (diretos e indiretos).

2.1 Considerações iniciais

Conforme divulgado pela Organização Mundial de Turismo – OMT no documento Panorama do Turismo Internacional – Edição 2009, atualmente, o mercado de viagens representa 30% das exportações mundiais de serviços e 6% das exportações mundiais totais. Como categoria de exportação, o Turismo se situa em 4º lugar, depois apenas dos combustíveis, produtos químicos e automóveis. Para muitos países, a atividade turística é uma das principais fontes de receita e imprescindível para a geração de emprego e renda. Apesar da previsão de que a receita do Turismo internacional no mundo tenha sido 6% menor em 2009, esse número ainda representa algo em torno de U\$ 900 bilhões (MINISTÉRIO DO TURISMO; TURISMO NO BRASIL 2011 – 2014, p. 24).

Todavia, à medida que se registrava tal crescimento, os problemas oriundos à falta de planejamento e os efeitos nefastos da atividade se faziam perceber nos destinos, afetando sobremaneira os seus habitantes.

A fim de compreender tais fatores, o presente capítulo almeja elucidar questões referentes ao estudo do fenômeno turístico, sobretudo por ser este um setor relativamente

¹ Segundo o Conselho Mundial de Viagens e Turismo (*WTTC – World Travel and Tourism Council*), as viagens e turismo constituem a maior indústria em termos mundiais, qualquer que seja o parâmetro econômico adotado: produto bruto, valor agregado, investimentos de capital, empregos e arrecadação. O setor de turismo é o que emprega o maior número de pessoas em todo o mundo, com 255 milhões de empregos, ou quase 11% de todos os assalariados, com mais de 10% do produto interno bruto (PIB) mundial. (WTTC, 1996 apud THEOBALD, 2002, p. 27-28).

novo no âmbito da Academia. No Brasil, apenas a partir da década de 1970 é que começaram a surgir os primeiros interesses em relação ao turismo pela área universitária.

Salientar-se-ão dados da época das viagens pré-modernas, passando pelos períodos históricos do *grand tour*, do turismo de massa (latente no século XX), da era da economia da experiência vivenciada a partir do século XXI, até as novas possibilidades de desenvolver o setor por meio do turismo situado e, o paradigma de base local e comunitária, como sugere o Ministério do Turismo, destacando ainda a mercantilização da pobreza (forma de turismo praticada na favela, sem o devido cuidado e planejamento).

O turismo é uma atividade extremamente complexa. Não apenas por englobar a parte financeira, mas também porque os profissionais envolvidos no setor têm a possibilidade de proporcionar, a partir dessas somas em dinheiro, incentivos econômicos a fim de proteger o meio ambiente, preservar o patrimônio histórico-cultural, desenvolver os espaços e, conseqüentemente gerar benefícios às populações locais, conforme se pode verificar nos cinco primeiros artigos do Código Mundial de Ética do Turismo, proclamado pela Organização Mundial do Turismo (OMT), durante Assembleia Geral, em Santiago do Chile, em 10 de outubro de 1999:

Artigo 1: Contribuição do Turismo para a compreensão e o respeito mútuo entre os homens e sociedades; Artigo 2: Turismo, instrumento de desenvolvimento individual e coletivo; Artigo 3: O Turismo, fator de desenvolvimento sustentável; Artigo 4: O Turismo, fator de aproveitamento e enriquecimento do Patrimônio Cultural da Humanidade; Artigo 5: O Turismo, atividade benéfica para os países e para as comunidades de destino (DIAS; AGUIAR, 2002, p. 228-234).

Pode-se dizer que o homem viaja desde o início dos tempos, quando os seus antepassados primitivos percorriam grandes distâncias em busca da caça que lhes assegurava o alimento e o agasalho, tão essenciais à sua sobrevivência. Durante toda a trajetória histórica as pessoas viajam, tendo diversas motivações como realizar transações comerciais, questões religiosas, econômicas, estudos e até mesmo pelas guerras.

Theobald (2002, p. 27) aponta que desde Roma os aristocratas e funcionários do alto escalão viajavam por simples prazer e, os balneários de Pompéia e Herculano ofertavam aos

“turistas” verdadeiros refúgios de veraneio, bem longe do “*verão romano*”. Entretanto, a forma de turismo que se tem conhecimento na atualidade (século XXI) é um fenômeno peculiar do século passado (XX). Alguns historiadores sugerem que o advento da atividade para as grandes massas teve sua gênese na Inglaterra, durante a Revolução Industrial com a ascensão da classe média e dos custos mais baratos dos meios de transportes.

A criação das linhas aéreas comerciais no período Pós 2ª Guerra Mundial, e a evolução dos aviões nos anos de 1950 – conforme pontuado – assinalaram a expansão das viagens internacionais. A partir desse crescimento surgiu um novo setor – o turístico. A viagem internacional se tornava cada vez mais acessível a uma parcela maior da população, devido a fatores tais como a utilização das aeronaves obsoletas (do pós-guerra), ao baixo custo do petróleo, ao aparecimento das férias remuneradas e ao aumento do tempo livre disponível às populações dos países industrializados.

Simultaneamente, outro fator que contribuiu ao incremento do turismo internacional foi o crescimento progressivo das relações comerciais entre os diferentes mercados mundiais, que possibilitou o aumento dos deslocamentos, sobretudo, não apenas pelos motivos de lazer e entretenimento, mas principalmente em decorrência da efetivação de negócios ou estudos.

A OMT (2001, p.4) esclarece a evolução do turismo no quadro internacional, destacando um crescimento quase ininterrupto ao longo do tempo, aumentando em épocas de picos econômicos, moderando em períodos de recessão e recuperando o ritmo de crescimento logo após os momentos de crises. Consequentemente, a atividade turística é fortemente afetada pelo crescimento econômico, destacando etapas distintas de sua evolução como se pode observar:

Dos anos 50 à década de 80, o número de viagens internacionais em âmbito mundial duplicou a cada 10 anos aproximadamente. Também, cabe dizer que nesse período a demanda de todo tipo de bens se caracterizou por um crescimento contínuo. Na década de 80, o mercado do setor turístico alcançou um maior grau de maturidade, caracterizando-se pelo crescimento mais lento da demanda e pelo excesso da oferta. Assim, o aumento médio das entradas de turistas internacionais aos destinos cresceu em ritmo mais lento, em torno de 4,5% ao ano. No começo da década de 90, o turismo internacional não demonstrou uma clara tendência em seu crescimento e se caracterizou por apresentar um elevado grau de resistência às flutuações econômicas. Não obstante, registraram-se algumas diminuições nas taxas de crescimento do turismo internacional nos anos de 1991 e 1993, devido à influência da forte recessão econômica dos países industrializados em razão da Guerra do Golfo (OMT, 2001, p. 4).

Na atualidade (2012), seguem desenvolvendo-se novos produtos e paradigmas e, a atividade turística permanece se estendendo a outras regiões, se consolidando e proporcionando crescimento, não apenas de caráter econômico, mas social.

Não obstante, mesmo com tamanho crescimento econômico e a consequente possibilidade de promover benefícios aos setores da sociedade, verifica-se no turismo um problema no que tange à sua definição, fator que acarreta na dificuldade em esclarecer, de forma precisa, os gastos dos visitantes nas localidades visitadas e a própria terminologia (turismo, turista) – visto que têm significados diferentes para povos diferentes.

Pode-se afirmar que esse problema impede que o setor disponha de uma sistematização de informações fidedignas sobre turismo, de maneira a viabilizar a avaliação de sua contribuição para as economias regionais, nacionais e globais. Não se pode prescindir de enfatizar, que é esta mesma diversidade que torna o turismo um veículo capaz de proporcionar o desenvolvimento de inúmeros países, regiões e localidades.

Diante do exposto, as Nações Unidas, verificando a dificuldade em compilar dados comparativos sobre o turismo internacional, convocaram a Conferência sobre Comércio e Desenvolvimento², na qual foram estabelecidas as diretrizes para a elaboração de estatísticas sobre turismo. O relatório gerado sugeriu que as funções de um sistema abrangente de estatísticas sobre o setor permitissem, dentre outros fatores, medir em termos de demanda o volume e o padrão do turismo internacional e nacional; fornecer informações acerca da oferta de acomodações e de demais instalações utilizadas pelo turista além de permitir uma avaliação do impacto do turismo sobre a balança de pagamentos e sobre a economia em geral.

Enfatiza-se que neste estudo serão utilizadas fontes da OMT, por ser o órgão oficial do turismo em âmbito mundial, além de pesquisadores que tenham respaldo pelo mesmo.

Sim, outrora eu era de aqui; hoje, a cada paisagem, nova para mim que seja, regresso estrangeiro, hóspede e peregrino da sua apresentação, forasteiro do que vejo e ouço, velho de mim (FERNANDO PESSOA).

² Secretaria da UNCTAD (Conferência sobre Comércio e Desenvolvimento, Nova York, Nações Unidas, 1971).
Fonte: THEOBALD, 2002, p. 30.

Apresenta-se a seguir um breve resumo em torno do debate existente sobre o fenômeno turístico, conferindo destaque às oposições e também às contradições que assolam o pensamento dos principais autores que trabalharam com o tema, sobretudo, nos últimos anos (séculos XX e XXI). Cabe enfatizar, entretanto, que as definições e conceituações presentes neste estudo, têm como referencial a Organização Mundial do Turismo (OMT), por ser um órgão de renome internacional e, em decorrência disto, suas definições serem aceitas em nível mundial. Assim, de acordo com a OMT (2001):

O Turismo compreende as atividades que realizam as pessoas durante suas viagens e estadas em lugares diferentes ao seu entorno habitual, por um período consecutivo inferior a um ano, com finalidade de lazer, negócios ou outros motivos que não estejam relacionados com o exercício de uma atividade remunerada no local visitado.

A partir desta definição, a OMT deixa claro que as viagens a turismo implicam, necessariamente, num retorno, ou seja, viaja-se para depois retornar à realidade. Krippendorf (2001) corrobora descrevendo viagens como uma maneira de fugir do cotidiano e refere-se às viagens de lazer como uma válvula de escape para refazer-se e voltar a trabalhar, “*o turismo, cada vez mais, assemelha-se a uma fuga em massa face às realidades cotidianas, em direção ao reino imaginário da liberdade*” (idem, p. 24). Outro fator relevante que deve ser considerado na referida definição é a relação entre fazer turismo e trabalho, onde o primeiro é visto como uma prática oposta ou suplementar ao segundo, tornando-se uma característica marcante das sociedades modernas.

Banducci Jr (2001) argumenta que “*o debate sobre turismo nas ciências sociais nasceu da controvérsia sobre a natureza do turismo como pseudo-acontecimento ou como evento autêntico*”. Esta ideia de pseudo-evento é a noção central da argumentação de Boorstin (1964), visto que na visão desse autor os turistas contemporâneos não podem vivenciar a *realidade* diretamente e por isso recorrem aos *pseudo-acontecimentos*.

Para Boorstin, o turismo de massa possibilita a realização de viagens em grupos guiados e, nelas os participantes encontram prazer em atrações inventadas ou com pouca autenticidade, mas ainda assim, desfrutam com certa dose de credulidade deste *pseudo-acontecimento* e não consideram a realidade do mundo *real* em torno deles – uma característica marcante do turismo de massa e para as massas.

Os efeitos negativos e os danos oriundos desta forma de aproximação entre visitantes e visitados é que os agentes promotores da atividade turística e as populações autóctones são induzidas a reproduzir espetáculos cada vez mais extravagantes, verdadeiros simulacros do real para o observador que, por sua vez, se afasta cada vez mais da realidade do local.

A multiplicidade, a melhoria e o barateamento das oportunidades de viagem têm permitido a muitos viajarem a lugares distantes. Mas a experiência de ir lá, a experiência de estar lá e o que resulta disso é totalmente diferente. A experiência tornou-se diluída, posto que é engendrada artificialmente (através de meios tecnológicos), é pré-fabricada (BOORSTIN, 1964).

A prática do turismo em sua concepção ampla pressupõe uma experiência total e verdadeira, diferente da experiência turística encenada, inautêntica, puramente mercadológica. MacCannell (1973) considera o pensamento de Boorstin como algo que reflete um pensamento específico das classes mais abastadas, segundo o qual “os outros são turistas e só eu sou viajante”. Tal autor amplia a questão da encenação do mundo turístico ao cunhar o conceito de *autenticidade encenada*.

De acordo com a proposta de MacCannell o que os todos turistas têm em comum é a busca da autenticidade, e essa busca seria a versão moderna da preocupação humana universal com o sagrado. Logo, o turista seria uma espécie de peregrino contemporâneo, procurando autenticidade em outras “épocas” e em outros “lugares”, que estejam distantes de sua vida cotidiana.

Analisando a visão desse autor pode-se verificar que todos os turistas são fascinados pela vida dos outros, pelo novo e pelo diferente, buscando para isso, ir além do que é normalmente mostrado nos lugares que visitam e pelas operadoras que formatam os produtos e comercializam os pacotes. Ao contrário da percepção de Boorstin, MacCannell percebe que o turista não se satisfaz com um pseudo-conhecimento, fabricado, encenado, artificial, de fachada, superficial, pois também quer penetrar nos bastidores dos lugares por onde passa.

Embora se concorde com a posição defendida por MacCannell, salienta-se aqui, que nessa busca pelos tais bastidores, os turistas podem, por vezes, invadir a vida das pessoas, o que não é a melhor forma de se dar o encontro entre turistas e populações. Ao tentar coibir essa invasão, os observados e os agentes promotores do turismo recorrem, então, a construção

de bastidores de maneira artificial. Com isso, os espaços turísticos se organizam ao redor do que MacCannell denomina de autenticidade encenada.

Em torno dessa autenticidade encenada, o desenvolvimento da atração turística resultaria dos anseios da população local em, não apenas proteger-se das invasões de suas vidas, como ainda conseguir alguma espécie de vantagem a partir das oportunidades suscitadas. MacCannell evidencia que os centros de atração turística envolvem processos cada vez mais complexos de produção e, as pessoas (os turistas) precisam aprender como, quando e para onde olhar. E, a fim de que esta experiência aconteça, marcos delimitados e claros precisam ser providenciados e identificados.

Na visão de MacCannell a inautenticidade dos lugares turísticos não se evidencia como algo negativo. Isso porque, para ele, os pseudo-acontecimentos resultam não de uma procura solitária e individualista pelo inautêntico, mas sim das relações sociais que se estabelecem e se solidificam durante as experiências turísticas. De acordo com este autor as práticas turísticas atenderiam desta forma, aos interesses do imaginário do homem moderno. Assim, o turismo se constituiria na linguagem pela qual se articula um conjunto importante de valores da vida moderna, por meio do qual seria viável vivenciar o encontro do/com o outro.

A fim de prosseguir com os questionamentos acerca da autenticidade, utilizam-se Pearce e Moscardo (1986), que defendem a necessidade de se distinguir entre a autenticidade do cenário e a autenticidade das pessoas, destacando estas como *objetos do olhar*. Por outro lado, Crick (1988) põe em pauta a ideia de que, de certo modo, todas as culturas são “encenadas” e, em certo sentido, são inautênticas. Para esse autor, as culturas são inventadas, refeitas e os elementos reorganizados; logo, a encenação destinada ao turista, aparentemente inautêntica, não é nada diferente daquilo que acontece em todas as culturas, de maneira *normal*.

Outro teórico que estuda não só o turismo no mundo contemporâneo, mas também o turista como uma das principais características da vida moderna é John Urry. Na opinião deste autor, o estudo do turista como ícone da modernidade é importante porque ao se observar os objetos típicos do olhar desse ator social, podem-se usá-los para entender os elementos da sociedade mais ampla com os quais eles contrastam. O autor sugere que uma forma de tentar

entender o que acontece na *sociedade normal* é considerar como os grupos sociais constroem e moldam o seu olhar turístico, pois

Não existe apenas uma experiência universal verdadeira para todos os turistas, em todas as épocas. Na verdade, o olhar do turista, em qualquer período histórico, é construído em relacionamento com seu oposto, com formas não turísticas de experiência e de consciência social. Esse olhar pressupõe, portanto, um sistema de atividades, signos sociais que localizam determinadas práticas turísticas, não em termos de algumas características intrínsecas, mas através dos contrastes implicados com práticas sociais não turísticas, sobretudo aquelas baseadas no lar e no trabalho remunerado (URRY, 1990, p. 16 – grifo nosso).

Para esse autor, seria incorreto afirmar que a busca da autenticidade seja a base da organização da atividade turística e do setor do turismo. Para ele, pode ocorrer que a procura do que seja considerado elemento autêntico perfaça um relevante elemento das viagens, mas isso se dá somente porque existe, de certa forma, um contraste com as experiências cotidianas. Logo, o turista não buscaria apenas o autêntico e sim algo a mais, buscaria o extraordinário, o exótico, o diferente.

Discussões à parte, o que se pretende é compreender a dinâmica destes novos paradigmas de turismo presentes no século XXI. Nessa perspectiva Urry (1990) afirma que uma das marcas do novo turismo é o fato de que “*quase todos os aspectos da vida social se tornam mercadoria*”. A fim de embasar o presente estudo e propor um entendimento mais claro acerca do turismo em / de favelas, podem-se utilizar os *reality tours* como exemplos, por estes levarem ao extremo a afirmação de Urry, visto que transformam, dentre outras mazelas, desastres, atrocidades e a própria pobreza em mercadorias como quaisquer outras, comercializáveis e rentáveis.

2.2 Viagens pré-modernas

Para Urry (1990) ser turista é uma das principais características da vida moderna. Fazer turismo seria assim, um oposto complementar à lógica do trabalho, onde as férias podem ser consideradas uma espécie de ócio qualificado. Ademais, o não fazer turismo ou o não viajar é como não possuir um bem, visto que o turismo é algo que confere *status* nas sociedades modernas e nas pré-modernas também, como poderá ser constatado, julgando ainda que seja necessário à saúde do corpo e da mente.

Retratar o fenômeno turístico como uma característica da vida moderna, porém, não significa afirmar que nas sociedades pré-modernas não havia viagens organizadas. Freire-Medeiros (2000) salienta que “*viajantes – homens e mulheres deixando para trás seus lugares de origem com propósitos diversos – sempre existiram*”. Não obstante, até certo momento o ato de viajar se caracterizava como um privilégio das elites – talvez não tão diferente da realidade atual (século XXI).

Afirmar que turismo é uma prática característica das sociedades modernas, não anula, no entanto, o fato de ela ser exercida nas civilizações pré-modernas, pois a busca do homem a um novo mundo não é uma curiosidade contemporânea, a protohistória do turismo pode situar-se na antiga Grécia, entre os fenícios, na antiga Roma, ou até milhões de anos atrás (BARRETO, 1995, p. 44).

Será apresentado um breve recorte histórico do turismo como importante fenômeno econômico-social. Informa-se, portanto, que não se pretende esgotar os detalhes da complexidade de acontecimentos ocorridos ao largo de um espaço de tempo, mas tentar compreender de que forma se deu a passagem das “viagens pré-modernas” até as novas possibilidades de implantação do desenvolvimento de “base comunitária”, em consonância com o Ministério do Turismo.

Dias (2003) salienta que pelos anos de 2700 a.C., os egípcios construíram sofisticadas tumbas que começaram a atrair pessoas, entre 1600 a.C. a 1200 a.C, por curiosidade, diversão e religiosidade. Muitos deixavam marcas de suas visitas ao pintar seus nomes ou ao riscar as pedras com objetos de ponta.

Já na Grécia antiga, por volta de 800 a.C. os Jogos Olímpicos, que eram realizados em Olímpia atraíam milhares de pessoas, que visitavam a Grécia para apreciarem os jogos. Dias (2003) afirma que era tão grande o número de visitantes que problemas tais como a falta de água potável e de acomodações também se faziam notar e além disso, “*havia multidões de vendedores de comida, de vinho e de souvenirs que surgiam nesses cinco dias de jogos*”.

Na Roma Clássica existia para a elite um padrão bastante amplo de viagens. Urry (1990) aponta que Sêneca já evidenciava que, naquele momento, “*os homens viajam muito para diferentes espécies de lugar à procura de diferentes distrações por serem volúveis, cansados de uma vida mansa, e por estarem sempre à procura de algo novo que os iluda*”.

Nos séculos XII e XIV, após a queda do Império Romano, as viagens por motivações religiosas e peregrinações a lugares santos tais como Roma e Jerusalém se tornaram um amplo fenômeno. Tais deslocamentos não tinham o mote do lazer, do entretenimento, da diversão ou o descanso e sim uma forma de penitência pelos pecados cometidos.

No período entre os séculos XVI e XVIII, quando os primeiros sinais de crescimento industrial passaram a afetar o modo de vida estabelecido, começaram as primeiras viagens em busca do conhecimento de um novo mundo e novas culturas, fazendo emergir dessa forma, as viagens por motivos educacionais, salientando o *Grand Tour*.

Cabe esclarecer que a forma de turismo desenvolvida nessa época não pode ser comparada às práticas de hoje (século XXI), e de acordo com Barreto (1995), esse tipo de turismo difere do atual, principalmente no caráter socioeconômico, pois à época citada, as viagens por prazer, comércio e descoberta eram realizadas somente pelos homens livres e as relações de produção capitalista da sociedade industrial, que caracterizam a atividade turística da atualidade não se perfaziam uma realidade, visto que os serviços eram prestados pelo braço escravo. Em relação às motivações, podem-se apontar como objetivo dos deslocamentos o lazer e o descanso, todavia, as viagens ainda eram privilégios das elites da época.

A fim de caracterizar o período do *Grand Tour*, salienta-se que este se deu em meados do século XVII, e encontrava-se estruturado para atender os filhos dos aristocratas e da pequena fidalguia. Neste período esperava-se que a viagem exercesse um papel primordial na educação cognitiva e perceptiva das classes altas.

Segundo Dias (2003), no *Grand Tour*, jovens, de maioria inglesa, aprendiam línguas estrangeiras – principalmente o italiano e o francês –, observavam costumes diferentes, compravam obras de arte como recordação e visitavam famosos monumentos, tais como o Fórum e o Coliseu em Roma, o Palácio dos Doges em Veneza, dentre outros. Esclarecendo um pouco mais acerca da época do *Grand Tour*, pode-se dizer que viagens fazem parte do mundo interligado e complexo, inclusive as que tenham como argumento a busca pelo puro prazer em se viver algo diferente da rotina diária – viagens de férias, de descanso, de finais de semana prolongados, em fuga da cidade ou, pelo menos, da cidade onde se vive e trabalha.

Conforme já mencionado, as viagens de prazer, porém, sem o objetivo de reuniões e contatos profissionais, estão intimamente ligadas a esse mundo ao qual buscam se opor – o mundo do trabalho. De fato, viagens em busca de deleite e emoção, visando ao aprimoramento pessoal e fundadas em categorias de apreciação estética começaram a acontecer em escala crescente exatamente quando o centro indutor do desenvolvimento capitalista – a Europa – acelerou seu curso de desenvolvimento baseado na indústria e na racionalização do trabalho, ao qual estiveram sempre ligados os conceitos de tempo livre e de ócio, em oposição às jornadas laborais.

Salienta-se que a racionalização do tempo na sociedade capitalista moderna criou uma separação entre lazer e trabalho que o *grand tourist* desconhecia, até porque este não trabalhava.

Salgueiro (2002, p. 291) salienta que a viagem por prazer, não como um ato isolado por um ou outro viajante mais excêntrico, mas como fenômeno social, configurando fluxos com origens e, principalmente, destinos específicos, passou a assumir seus contornos no final do século XVII, sendo mais latente após o Tratado de Paz de Utrecht³, em 1715.

Algumas localidades da Europa atraíam viajantes, mas foi no século XVIII que um *tour* continental tornou-se parte essencial da educação de todo inglês de posse, permanecendo por todo o século, sendo interrompido apenas durante a Guerra dos Sete Anos (1756-1763), finda a qual os *Grand Tours* foram retomados em escala ainda maior.

³ **1º Tratado de Utrecht (1713)** – O 1º Tratado de Utrecht foi firmado entre a França (Luís XIV) e Portugal (D. João V). Estabeleceu os limites entre o Brasil e a Guiana Francesa, assegurando o nosso domínio sobre o Amapá (ou a Terra do Cabo Norte), tendo como base o rio Oiapoque (Vicente Pinzón). **2º Tratado de Utrecht (1715)** – Foi firmado entre Portugal e Espanha. A Colônia do Sacramento era devolvida pela segunda vez a Portugal, porque os espanhóis haviam atacado e retomado aquela Colônia. Os colonos espanhóis protestaram contra a devolução e fundam Montevideú, junto à Colônia do Sacramento, provocando novos choques na região. Disponível em: <<http://www.mundovestibular.com.br/articles/2854/4/RESUMO-HISTORIA-DO-BRASIL/Paacutegina4.html>>. Acesso em: 22 Jan 2012.

Um novo tipo de viajante surgiu no século XVIII em consonância com as transformações econômicas e culturais na Europa do Iluminismo e da Revolução Industrial⁴. Não se trata do viajante em razão de guerras e conquistas, tampouco do peregrino, e nem do diplomata em missão oficial, mas sim do *grand tourist*, como era chamado o viajante amante da cultura dos antigos e de seus monumentos, com um gosto ímpar por ruínas e uma inclinação incomum para contemplar paisagens. E como ressalta Salgueiro (2002, p. 291) “*um viajante dispondo acima de tudo de recursos e tempo nas primeiras viagens registradas pela historiografia da prática social de viajar por puro prazer e por amor à cultura.*”

Ruínas são sinais visíveis do passado, de um tempo que se foi, deixando lições para o presente e o futuro. Para o *grand tourist*, a Itália era, nesse sentido, extremamente estimulante: as ruínas de seus monumentos antigos instruíam e ao mesmo tempo alimentavam a imaginação do viajante, fornecendo-lhe “matéria” para a descrição e o estudo, bem como para alimentar a fantasia. Quando se iniciaram as escavações das cidades de Pompéia e Herculano, o interesse pelo passado por parte de artistas, escritores, interessados em história e colecionadores, atingiu níveis realmente inéditos, e o prazer por ruínas romanas cresceu para o ponto de “embriaguez” – grifos do autor (SALGUEIRO, 2002, p. 303).

Afirma-se que o fenômeno do *Grand Tour* fora, acima de tudo inglês, e isto se explica devido às circunstâncias vivenciadas por aquela nação naquele período da história – afinal, a Inglaterra havia triunfado na Índia e na América do Norte – era a nação que liderava o mundo no comércio e nos moldes industriais e agrícolas de produção. Grupos nacionais, direta ou indiretamente se beneficiavam da geração de riqueza no próprio país e por todo o mundo sob seu controle, o que fazia aumentar, de forma evidente, a renda para se usar, dentre outras coisas, na busca do prazer.

Ao se aproximar o final do século XVIII, o turismo ia se tornando cada vez menos uma prática exclusiva das classes da elite, crescendo de forma considerável o número de

⁴ Salienta-se para fins de definição, que neste estudo a Revolução Industrial é pontuada como marco referente à modernidade, entretanto, é sabido que há várias discussões acerca do conceito desta era e sobre o seu começo. Todavia, não é de interesse neste momento entrar no mérito do conceito de modernidade e sim tomá-lo com um rito de passagem de mudança de comportamento da sociedade da época, a fim de que seja possível estabelecer uma ponte com o momento atual, sobre o qual será discutido mais à frente. E, para fins de embasamento, ressalta-se que a modernidade tem em sua essência a ideia de rompimento com o habitual, buscando um mundo novo, sob triunfo da racionalidade. O mercado passa a ter uma nova configuração, não sendo apenas o lugar onde circulam mercadorias e produtos, mas também ideias, conhecimento, ciência e tecnologia, passando a ser *praticamente uma nova religião* – grifo do autor – comparação essa que exprime sua importância. Seu funcionamento passou a exigir racionalidade, factível apenas com a liberdade do indivíduo. Essa liberdade passou a ser possível graças à nova ordem política impetrada pelo Estado. No Estado Moderno haveria a defesa da liberdade do indivíduo e o direito à igualdade ante a lei, sendo a liberdade figura central e o mundo da modernidade exercido por homens livres (LEMOS, 1996 apud MACHADO, 2008 p. 27).

turistas menos influentes viajando pelo Continente. É claro que alguns realizavam deslocamentos mais curtos e menos onerosos, além do mais, nem todos iam até a Itália, optando por viajar somente até Paris e os Países Baixos. Destaca-se, no entanto, que o *verdadeiro Grand Tour* envolvia essencialmente, além de uma viagem a Paris, um circuito pelas principais cidades italianas, citando como exemplos Roma, Veneza, Florença e Nápoles – nessa ordem de importância e grandeza.

Salgueiro (2002, p. 293-294) ressalva que, acaso a meta estabelecida não fosse alcançada – de se chegar até estas cidades – o viajante se sentia inferior em relação aos outros que realizavam o feito. Pode-se perceber que o ato de viajar para determinados destinos, já naquela época, se configurava como uma forma de *status*. O lugar de destaque e ênfase que Roma ocupava no *tour* do viajante clássico do século XVIII pode ser sintetizado nas palavras de Goethe, que demonstra a lamentação pela destruição implacável do tempo e da ação humana sobre as relíquias, mas não diminui o sentimento de deslumbramento ao conseguir chegar à cidade e completar o *tour*:

Noutras partes, tem-se de procurar o que é significativo; aqui, ele se impõe sobremaneira, inundando-nos. Caminhando-se, parando aqui e ali, por toda parte descortinam-se à nossa frente paisagens de todos os tipos, palácios e ruínas, jardins e matas, amplidão e exiuidade, casinhas, estábulos, arcos do triunfo, colunas, e, com frequência, tudo junto e tão próximo que se poderia desenhar o conjunto numa única folha de papel. Mil lápis seriam necessários para registrá-lo, de nada nos vale uma única pena! E, quando a noite chega, está-se exausto de tanto contemplar e admirar (GOETHE, 1999, p. 154 apud SALGUEIRO, 2002, p. 294).

Com o passar do tempo, a forma de turismo vivenciada no momento dos *Grand Tours* foi gerando uma infraestrutura turística⁵ voltada ao seu público. Atividades como transporte, hospedagem e serviços de guias de turismo foram se estruturando em serviços especializados, até se tornarem campos de atuação profissional, conduzidos por especialistas capacitados, tal como ocorre atualmente (século XXI).

Contudo, o *Grand Tour* encontrou o seu declínio, ainda no século XVIII e, coincidindo à época, começou o desenvolvimento de uma considerável infraestrutura turística,

⁵ Beni, em seu Modelo Referencial de Sistor – Sistema do Turismo – aponta a existência de duas vertentes da infraestrutura, sendo a geral, dotada dos serviços urbanos e públicos básicos – de uso comum à população e, a específica, onde se incluem os equipamentos destinados a atender à demanda turística, tais como meios de hospedagem, equipamentos de restauração e gastronomia, dentre outros. (BENI, 2002).

sob a forma de balneários espalhados por boa parte da Europa. Nesses locais se difundia a ideia de que a natureza era capaz de restaurar a saúde das pessoas e os banhos de mar tornavam-se populares por estarem associados a efeitos de caráter terapêutico.

Buscou-se retratar os diferentes ângulos dentro do mesmo *Grand Tour* do século XVIII, a fim de que seja viável entender não somente essa época e seu universo cultural, mas também como muitas das práticas e conhecimentos atuais (século XXI), se originaram e se desenvolveram. Mormente as práticas culturais, o interesse em se deslocar pelo prazer de conhecer e experienciar o novo, o outro, o diferente. Salienta-se que mais adiante será preciso resgatar as premissas do *grand tour* a fim de melhor compreender os deslocamentos da sociedade pós-moderna, sobretudo o interesse em conhecer as favelas cariocas e sua cultura, os hábitos e os costumes dos seus moradores.

2.3 Turismo moderno: o impacto das massas

Iniciando a reflexão do fenômeno turístico à época da modernidade, pode-se salientar que a relação do turismo com este período está, pois, intensamente relacionada às transformações socioeconômicas, tecnológicas e culturais iniciadas no final do século XVII, sobre a qual merece destaque a revolução nos transportes. Trigo (1998, p. 13) explica que dois modais de transportes foram essenciais na fase industrial: os navios de passageiros e o trem. O primeiro se evidencia por terem sido utilizados para viagens intercontinentais “*transportando os novos-ricos beneficiados pela indústria, comércio e finanças mundiais*”. O trem em nível nacional foi de grande avanço, pois possibilitou intensas transformações no ato de viajar.

O crescimento das ferrovias foi muito rápido. Em 1869, os Estados Unidos já estavam interligados através de duas grandes linhas: A *Union Pacific* e a *Central Pacific Ogden*. Antes da Primeira Guerra Mundial (1914-1918), a Europa já possuía 415.000 km de ferrovias e os Estados Unidos, 410.000 km (TRIGO, 1998, p. 13).

Em 1841, Thomas Cook, famoso por ser pioneiro em perceber a viabilidade econômica do turismo, realizou a primeira viagem agenciada, proporcionada, em grande parte, devido à melhoria dos transportes na época, “*era o começo do turismo coletivo, a excursão organizada que atualmente leva o nome de all inclusive tour, package ou pacote*” (BARRETO, 1995, p. 52).

No século XIX, surgiram nos Estados Unidos e na Europa, os primeiros empreendimentos voltados ao turismo como uma atividade das massas. Entretanto, conforme salienta Castro (2001), o desenvolvimento de uma infraestrutura voltada para o turismo “*não pode ser compreendido sem que se considere o contexto histórico e cultural mais amplo que fez com que fosse possível a gênese desse novo tipo social – o turista moderno*”. Ainda de acordo com o autor, os fenômenos que estão ligados ao surgimento do turista moderno são basicamente o desenvolvimento do individualismo, da urbanização, da industrialização e das mudanças nas condições de trabalho.

Em relação às condições de trabalho deve-se salientar que antes do século XIX, raras eram as pessoas das classes trabalhadoras que realizavam viagens. Só que, como percebe Freire-Medeiros (2000), “*em algum momento entre os séculos XVIII e XIX, a viagem no mundo ocidental viu-se inexoravelmente ligada ao projeto eurocêntrico da Modernidade*” e, conseqüentemente passou a se difundir entre as mais diversas classes sociais.

A reivindicação dos trabalhadores por mais tempo de lazer, a melhora dos meios de transporte, a vida nas cidades, o trabalho nas fábricas substituindo o trabalho doméstico, foram fatores que possibilitaram, ainda que de maneira módica, a transformação do turismo num fenômeno mundial das massas. Urry (1990) destaca que nesta época, o trabalho estava mais valorizado em si mesmo e não apenas como um remédio para a preguiça. Se os industriais, inicialmente, tentaram impor uma disciplina rigorosa à sua mão de obra recém estruturada, a partir de 1860, surgia à ideia de civilizar a *grosseira* classe trabalhadora por meio de uma recreação concentrada em um determinado período de tempo.

Assim, a partir do momento em que o trabalho se tornou em parte racionalizado, as horas de trabalho foram gradativamente diminuindo e as horas de descanso aumentando. Alguns patrões começaram a encarar as férias não como uma perda de tempo, mas como algo que contribuía para a eficiência dos trabalhadores. Em 1937 foi estabelecido, na Inglaterra, um comitê que culminou com a legislação que tornava as férias uma conquista dos trabalhadores. Por ocasião da Segunda Guerra Mundial, houve uma aceitação geral da visão de acordo com a qual sair de férias era bom e constituía a base da renovação pessoal.

As férias se tornaram uma espécie de marca de cidadania, um direito ao prazer. Em torno desse direito desenvolveu-se na Grã-Bretanha uma ampla infraestrutura que

proporcionava serviços especializados, sobretudo nos balneários. Urry (1990) aponta que “*todo mundo se tornara autorizado a gozar dos prazeres do olhar do turista à beira mar*”. No século XX, boa parte da população já viajava para algum lugar com o objetivo de contemplá-lo e por ali permanecer por motivos outros que não por atividades profissionais. Cidades inteiras começaram a ser desenvolvidas com o intuito de entreter os turistas, estabelecendo-se ainda uma complexa rede de serviços destinados ao atendimento desta demanda.

Pode-se afirmar que uma precondição a mais para o crescimento do turismo de massa foi a considerável melhoria efetuada nos meios de transporte. No período entre guerras uns dos principais acontecimentos que afetaram a prática do turismo foi o aumento da malha rodoviária e do número de proprietários de carros, o uso generalizado do transporte por ônibus e o considerável crescimento do transporte aéreo.

Na época da Primeira Guerra Mundial, em 1914, destaca-se a importância do automóvel – a era dos automóveis, onde seu desenvolvimento técnico foi muito útil posteriormente, ao impulsionar o crescimento dos transportes terrestres de maneira geral. Cabe considerar que nessa época se iniciaram os investimentos na aviação. Já no período entre guerras, as férias remuneradas eram realidade de uma parcela da população europeia, permitindo, desta forma, que as classes menos favorecidas desfrutassem do privilégio de viajar de férias.

Entre 1939 e 1945, com a Segunda Guerra Mundial, a atividade turística vivenciou uma redução impactante, por questões óbvias. Não obstante, este mesmo período ficou marcado na história do turismo, em decorrência da criação, a partir de 1945, da *International Air of Transport Association* (IATA), com o turismo se inserindo na era do avião. Somente em 1949 o turismo começou a reaparecer com características crescentes do “turismo de massa”. Trigo (1998) salienta que é possível associar o ano de 1950 como o marco zero do turismo de massa, em razão das tecnologias desenvolvidas durante a Segunda Guerra terem sido aproveitadas com finalidades pacíficas.

A OMT, em seu estudo sobre fluxos de turistas (2001), estima que em 1950, cerca de 20 milhões de pessoas viajaram para outros países e, a partir desse ano, o volume cresceu significativamente, atingindo a marca de um bilhão no ano de 2010. O crescimento do *fazer*

turismo após a Segunda Guerra Mundial apresenta como causa a consolidação das férias pagas aos trabalhadores, e como consequência a elevação geral do nível de renda, assim como a valorização da ideia do direito do lazer e, conseqüentemente, ao turismo.

Percebe-se assim, uma alteração nos costumes relativos ao consumo nas sociedades que, pouco a pouco, se transformam em “pós-industriais”, a partir do crescimento do setor terciário ou de serviços, onde se encaixa o turismo e, conforme salienta Trigo (1998, p. 19) “*enfim, o turismo e as viagens tornam-se um objeto de consumo do ser humano contemporâneo.*” No entanto, cabe lembrar que para que ocorresse o fortalecimento do desejo de viajar por prazer – tal como no *Grand Tour* do século XVIII, foi preciso não apenas o desenvolvimento de toda uma infraestrutura ligada ao turismo de massa, mas também a generalização de algumas mudanças estéticas e intelectuais.

Tais mudanças envolveram, dentre outros fatores, a valorização da natureza, das paisagens, de novas formas de lidar com o corpo e a noção de que a viagem e as férias eram necessárias à saúde mental e física das pessoas no mundo moderno. Na atualidade (século XXI), a viagem é vista como uma conquista individual, feita em razão dos anseios particulares. E, tais anseios não englobam somente a busca pelo prazer, ou *status*, mas estão relacionados também com o fato de a viagem passar a ser uma possibilidade de redefinição do *self*, da personalidade do indivíduo viajante.

Castro (2001) enfatiza que foi a partir do cruzamento desses múltiplos processos sociais que gradativamente desenvolveu-se o que se entende e se concebe como a indústria do turismo, o turismo como comércio, negócio, *trade*⁶. A OMT (2000) destaca que a indústria do turismo movimenta cerca de U\$ 3,6 trilhões por ano (com base nos dados do ano 2000) e emprega 280 milhões de pessoas, o que significa enfatizar que uma em cada nove pessoas da população mundial, economicamente ativa, trabalha no setor.

Desta forma, o turismo se consolida como indústria e esta contribui para “*colonização de diversos territórios e sociedades, ampliando significativamente as fronteiras do planeta*” (MOLINA, 2003, p. 25).

⁶ *Trade* turístico é a cadeia produtiva do setor, onde se inserem representantes do poder público, da iniciativa privada, da sociedade civil organizada e do terceiro setor tais como as ONGs – Organizações Não governamentais e OSCIPs – Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público.

2.4 Os desafios da pós-modernidade

As discussões e reflexões em torno dos impactos causados pelo turismo de massa⁷ começaram a emergir com o crescimento turístico mundial estimulado pela redução dos custos dos transportes. E a partir de então, surgiu um novo comportamento da sociedade, agora denominada de “pós-moderna”. Há algumas teorias e contestações em torno da temática da pós-modernidade, no entanto, não se pretende neste estudo recair sobre os méritos da questão. Almeja-se, neste momento, ilustrar a gênese da pós-modernidade para fins didáticos, construindo assim uma base para que seja possível traçar uma discussão acerca do turismo atual (século XXI).

A pós-modernidade pode ser caracterizada como uma reação da cultura ao modo como se desenvolveram historicamente os ideais da modernidade, associada à perda de otimismo e confiança no potencial universal do projeto moderno (CHEVITARESE, 2001, p. 3).

A partir da etimologia do prefixo da palavra *pós-modernidade* pode-se entender como um momento seguinte ao modernismo, uma situação sequente à modernidade. Contudo, é relevante ressaltar que o nome *pós-moderno* não significa numa ruptura com o moderno e sim, uma fase de desdobramentos em cima do que se pontuou na modernidade. Machado (2008) oferece suporte acerca do conceito de modernidade que será adotado, para, a partir de então, propor uma linha de raciocínio mais ampla.

Com a modernidade vem uma das ideias centrais desse período, de que todos os homens eram iguais, eram livres e que podiam usufruir um novo valor da modernidade: o trabalho. Para isso o trabalho era condição primordial. Afinal, como poderia vender sua força de trabalho sem ser livre? Segundo os enunciados bíblicos, o trabalho chegou a ser visto como um castigo, mas com a modernidade ele passou a ser, a princípio, o meio através do qual toda sociedade passaria a vivenciar a liberdade, que se referia no direito de adquirir bens materiais e simbólicos, introduzindo a cada passo novas formas de consumo, que passariam a ser um dos principais valores da modernidade, fazendo com que o indivíduo fosse visto, acima de tudo, como consumidor (MACHADO, 2008, p. 28).

De acordo com pontuações anteriores, o pós-modernismo seria o questionamento acerca dos valores do modernismo; Machado (2008) destaca que uma das premissas do

⁷ Compreende-se por turismo de massa o que privilegia o lucro imediato e a grande escala, destruindo assim a qualidade relativa dos sítios turísticos (ZAOUAL, 2008, p. 3).

modernismo é a liberdade tão prezada pelos sujeitos livres e adquirida por meio do trabalho. Por sua vez, Bauman (1997), afirma que um dos problemas dos princípios da modernidade é exatamente essa liberdade – muitas vezes limitada – e muito bem representada pelos “*all inclusive tours*”, por exemplo, típico do turismo de massa.

Os mal-estares da modernidade provinham uma espécie de segurança que tolerava uma liberdade pequena demais na busca da felicidade individual. Os mal-estares da pós-modernidade provêm de uma espécie de liberdade de procura do prazer que tolera uma segurança individual pequena demais (BAUMAN, 1997, p. 10).

Ainda em consonância com Bauman (1997) se pode elucidar que uma das peculiaridades da pós-modernidade seja o modismo das coisas, ou em outras palavras, os conceitos e gostos são fugazes, para cada vez surgir uma nova necessidade ou outro motivo para o consumo. “*O eixo da estratégia de vida pós-moderna não é fazer a identidade deter-se – mas evitar que se fixe*”. (idem, p. 114). O autor faz uso da figura do turista como ícone dessa crise da modernidade, e o explica como a pessoa que vive em intensa liberdade sem fixar-se na rotina dos lugares e muito menos nas obrigações do dia-a-dia. Utilizando outro conceito, emerge a figura do *flâneur*, tão bem retratado por João do Rio, que almeja essa liberdade, essa não-fixação nos lugares.

No cenário citadino, emerge a figura do *flâneur*, imortalizada por Baudelaire, que fez dela o protótipo do sujeito moderno. Segundo Bastos (s/d), o flanador explora as gamas perceptivas da cidade, por meio do vagar errante e fortuito que mantém a percepção aberta para experiências de toda ordem. Ao analisar o *flâneur* na obra de João do Rio, Veneu (1990), afirma que o *flâneur* não tem entrada nas estruturas fixas da vida social. É um ser das passagens e da mobilidade, consumidor do tempo. Entretanto, este tempo é gasto de maneira útil. Flanar é perambular com inteligência. Ele caminha a passos lentos, deixa-se levar pela variedade, sem pressa. E a variação na experiência enriquece o seu mundo interno. Ele é um sujeito que se individualiza e se distingue dos demais por meio das suas impressões do mundo exterior. Seu mundo interno se amplifica por meio dessas impressões.

Pode-se afirmar que a figura do *flâneur* se encontra também no turismo das cidades grandes. O turista-*flâneur* difere-se do turista convencional. Caminha pela cidade, apreendendo *flashes* da realidade. Anda devagar, sem destino e, muitas vezes, não sabe o que quer. Deixa-se livre para viver as experiências proporcionadas pela paisagem urbana. Como

exemplo de um sujeito moderno, ele é inconstante. De acordo com Bastos (s/d), “o *flâneur* reinventa a cidade a cada passeio, interpreta a infraestrutura amalhada de qualquer significação para aqueles que não compreendem suas particularidades, sua modernidade”.

Enquanto o turista tradicional viaja em busca de pontos turísticos convencionais, o *flâneur* sai em busca de uma nova percepção da cidade. É em busca da experiência de uma vida em transformação que ele parte. Ele quer tanto fazer suas escolhas e definir sua rota, assim como deseja observar as pessoas sem ser percebido como turista. Ainda seguindo as indicações de Bastos (s/d), o gesto de flunar, por si só, consiste em uma atitude simultânea de presença e ausência na aglomeração, na medida em que insere o sujeito na multidão ao mesmo tempo em que aprofunda seu isolamento da grande massa.

Nessa perspectiva, o *flâneur* se opõe ao homem *blasé*, que Simmel (2005[1903]) define como o tipo comum urbano, que adota um distanciamento e uma reserva como proteção aos estímulos da cidade. Tomando ainda o conceito de Simmel, salienta-se que o turista *blasé* seria aquele dos “pacotes de viagem”, da época do turismo de massa, que não discriminaria os detalhes da arquitetura urbana; enquanto o turista *flâneur* estimularia seus sentidos experimentando subjetivamente a cidade e desvendando nuances da urbe.

No entanto, todos esses tipos de turistas são consumidores e compram produtos e experiências (BAUMAN, 1999). Outro ponto a ser discutido é a possibilidade da cidade, em específico aqui a do Rio de Janeiro, ser lida como um texto (HUYSEN, 2002; RAMA, 2004) a ser desvendado pelos turistas, cujas interpretações são plurais. No jogo do se perder pelo “*labirinto de signos bifrontes*”, que compõe a cartografia da metrópole, é que o turista construiria sua leitura sobre a cidade.

De acordo com Veneu (1990), o anonimato do indivíduo da cidade grande é essencial para o flunador. É dessa forma reservada que ele pode transitar livre e tranquilamente pelos diversos espaços, misturando-se aos demais indivíduos, como um possível simpatizante. O turista-*flâneur* não quer ser reconhecido como turista, mas sim integrar-se à paisagem e à população que visita.

Mas o flunador não se submete às limitações de um pacote turístico. Não deseja ter apenas o pseudo-conhecimento dos espaços visitados. Mais do que correr contra o tempo para

consumir mais e mais lugares, sempre registrados na câmera fotográfica, o turista-*flâneur* deseja conhecer e vivenciar o espaço urbano que visita. Observar as pessoas que vivem nestes mesmos espaços, seus modos, seus costumes. A ele, não interessa recheiar seu álbum de fotos com inúmeros pontos turísticos, já conhecidos dos cartões-postais e dos pacotes feitos para as massas.

Com seu olhar perdido, vago, o *flâneur* capta a fugacidade da urbe, que é sempre igual, mas ao mesmo tempo diferente. Sua postura é ativa na observação do espaço urbano. Dessa forma, ele é capaz de, a cada novo olhar, enxergar uma nova cidade. Em sua concepção, a viagem é uma descoberta, e não um simples roteiro. Nesse sentido, ele sai em busca de novos lugares não visitados, não recomendados nos guias, mas, às vezes, indicados pelos moradores locais, pela população autóctone. No decorrer de sua viagem-descoberta, o *flâneur* se perde pela cidade e, assim, é capaz de encontrar e observar novas paisagens que se estabelecem em diferentes territórios, ou nos mesmos – ainda não contemplados.

É deles o milagre de estar dentro e fora do lugar ao mesmo tempo. O turista guarda sua distância e veda a distância de se reduzir-se a proximidade, viajando despreocupadamente, com apenas poucos pertences necessários para sua a sua garantia contra inclemência dos lugares estrangeiros, os turistas podem sair de novo a caminho, de uma hora pra outra, logo que as coisas fogem do controle e a essa aptidão os turistas dão o nome de liberdade (ibidem, p. 114).

A partir da afirmação de Bauman, percebe-se a mudança de comportamento dos indivíduos, muito em decorrência do descontentamento da forma de turismo praticada com base nos moldes fordistas⁸. O modelo fordista está intimamente ligado à maximização do número de visitantes – turismo das massas – e que essa lógica do número foi a principal responsável pelo processo de degradação ambiental. Atualmente (século XXI), entende-se o turismo como um fenômeno complexo, e por tal razão, não é suficiente compreendê-lo apenas como fenômeno econômico sem compreender os meios multidimensionais que animam tais fluxos.

⁸ O turismo fordista tinha por base uma especialização setorial, a partir de poucos recursos naturais (praia ou montanha), numa oferta caracterizada pela homogeneização. O destinatário era visto como uma massa uniforme, esquecendo-se da singularidade da procura e das novas exigências. A contradição que se verificava entre uma oferta rígida e homogênea, e uma procura em mudança e diferenciada, era um dos primeiros sintomas da crise deste tipo de turismo (MENEZES, 2007).

A observação das tendências da demanda turística mundial deixa entrever, com efeito, que esse tipo de modelo de produção de serviços turísticos não está mais totalmente em uso com a evolução das necessidades que o mercado exprime (ZAOUAL, 2008, p. 3).

A demanda atual difere da observada no pós-guerra. A informação produzida em massa chega a todos, vinda de todas as partes, o que a torna uma demanda mais exigente, variada e variável, fazendo assim com que o mercado cresça de modo a ajustar-se aos requisitos dos seus consumidores. Urry (1990) sugere que a escolha do destino e a expectativa criada pelo indivíduo provêm de devaneios da fantasia, relacionados a prazeres intensos, advindos de práticas não turísticas e, ainda menciona os meios de comunicação como forte influência que constrói e reforça o olhar do turista.

Em outras palavras, o autor esclarece que as pessoas irão verificar com os próprios olhos, aquilo que eles já anteciparam de alguma forma e, Wainberg corrobora que “*o turismo pressupõe um desejo, e sua satisfação é a razão de ser do andar*” (2003, p. 15). Tal comentário complementa a ideia do imaginário criado pelas pessoas e, mostra ainda, que a impressão do sujeito fará a imagem prévia do destino para outra possível demanda, perpetuando (ou não) o lugar como turístico e aprazível.

Wainberg (2003) fomenta ainda outra análise ao salientar que os nichos de mercado perfazem o grande diferencial do turismo pós-moderno, pois as pessoas buscam a singularidade nos lugares visitados, algo que seja diferente do seu cotidiano. Oliveira (2002) mostra também uma definição de turismo que, entende-se necessária ser mostrada neste contexto:

Turismo é uma atividade humana intencional que serve como meio de comunicação e como elo de interação entre os povos, tanto dentro de um mesmo país, como fora dos limites geográficos dos países, envolve o deslocamento temporário de pessoas à outra região, país ou continente, visando à satisfação de necessidades outras que não o exercício de uma função remunerada (OLIVEIRA, 2002 p. 24).

Tal definição remete à prática do turismo como elo de interação entre os povos, distanciando-se de forma significativa do paradigma de turismo de massa e aproximando-se de uma nova tendência. Zaoual (2008) esclarece a existência de uma nova demanda, que

busca a maior participação no produto/serviço comprado e também busca formas de contribuição no ambiente que visita, ou seja, esses novos consumidores de turismo têm aversão ao voyeurismo e afirma:

Os turistas querem ser atores, responsáveis e solidários em seus intercâmbios com outros mundos. Se olharmos de perto, trata-se do desejo de um diálogo de sentidos entre os visitantes e os visitados, que procura abrir um caminho através dos escombros que o turismo de massa uniformizador deixa para trás (ZAOUAL, 2008, p. 4).

A partir da afirmação do autor evidencia-se a diferença que existe entre o turismo de desenvolvimento⁹, mais consciente (da atualidade) e o turismo tradicional (de massas).

2.5 Por outra experiência: o turismo nos anos 2000

Beni (2004) ressalta que o ato de viajar equivale a ampliar os horizontes, conhecer novas culturas, lugares e paisagens. Sugere que a viagem rompe com a rotina do cotidiano, por revelar novos cenários, possibilitando aos turistas a vivência de novas expectativas. A viagem assim, se torna um movimento externo e interno ao turista. Externo, pois este se desloca no espaço físico e no tempo e, interno porque seu imaginário segue na frente, instigando a intelectualidade e o emocional, preparando-o para viver o inusitado em experiências únicas na revelação do desconhecido, do outro, do que é diferente.

A fim de efetivar sua viagem o turista se depara com um complexo processo de decisões: o que visitar, onde, como e a que preço. Nessa sua opção, são vários os fatores que surgem para determinar a motivação central do deslocamento, seja este em decorrência de razões pessoais, profissionais, empresariais, de negócios, culturais, científicas ou apenas de lazer. Tais fatores influenciarão de forma direta ante a escolha do destino, o tempo de estada, o modal de transporte selecionado, o equipamento de hospedagem escolhido e as opções de entretenimento as quais irá desfrutar.

A viagem exerce muitas influências no turista, tanto de caráter subjetivo ao liberar o conteúdo de seus sonhos e sua imaginação, como no aspecto material, pois possibilitará o

⁹ Ressalta-se que o referido autor se utiliza dessa denominação a fim de explicar o modelo de turismo preocupado com a relação turista – local visitado – população.

crescimento de seu acervo de conhecimentos profissionais e seus negócios poderão expandir-se ou transformar-se em novos empreendimentos.

Beni (2004) aponta que na atualidade o acesso ao consumo de bens e serviços é feito por meio de roteiros interativos, espontâneos ou dirigidos e que a oferta de turismo, vai muito mais além do que a simples produção de bens e serviços. Com isso, deve-se buscar conciliar a harmonização entre o que o destino tem a oferecer ao turista e aquilo que ele espera experienciar e, é justamente nesse encontro – da oferta e do consumo – que irrompe a dimensão cultural, pouco valorizada ainda hoje (século XXI).

Sugere-se, assim, que o mercado descubra e formate novos atrativos, promovendo uma (re) significação dos produtos turísticos, pois existem segmentos sociais com interesses diversificados sempre em busca de novos destinos e saturados com a oferta de sempre. Se comparado ao turismo de caráter massivo – dominante até o século XX – o turismo que ora se apresenta se propõe a registrar características históricas diferentes ao propor alterações nos gostos e preferências da demanda, caracterizados pela busca de novas experiências, em vez de somente mostrar produtos e serviços que conduzem à ampliação territorial do mercado turístico.

E, talvez a mudança mais importante neste contexto, ao sugerir novas expectativas por parte das comunidades locais para receber diretamente os benefícios do turismo, tendo em conta que o modelo turístico empresarial não gerou as vantagens que inicialmente prometera em termos de desenvolvimento social nas localidades onde ocorreu. De acordo com Beni (2004), os economistas não costumavam diferenciar as experiências dos serviços, mas estas são uma oferta econômica distinta, tão diferente dos serviços quanto os produtos. É possível na atualidade (século XXI) identificar outro cenário econômico – o da experiência – porque os consumidores desejam viver sensações cada vez mais diferenciadas e, as empresas estão respondendo, planejando e promovendo-as explicitamente, a fim de atingir essas camadas do mercado.

Salienta-se que a experiência se dá quando uma empresa intencionalmente faz uso dos serviços como um palco e os produtos como suportes a fim de atrair e captar os consumidores de forma que crie um acontecimento memorável, inesquecível. E como ressalva Beni (2004, p. 303) “*commodities são fungíveis, produtos são tangíveis, serviços são intangíveis e*

experiências são memoráveis!” Trigo (2002) expõe como funciona em âmbito global o entretenimento e seus defensores e atacantes, culminando com a visão completa do que é esse setor de atividade empresarial e de turismo. As experiências sempre foram o núcleo dos negócios de entretenimento, contudo, o conceito de vender uma experiência de entretenimento está criando raiz em atividades bem diferentes dos teatros e parques de diversões, por exemplo.

Não se pretende descrever aqui uma compilação sobre experiências, mas ressaltar o que é relevante para o turismo atual (século XXI). O cenário turístico é resultante, muitas vezes, da capacidade do indivíduo por absorver e experienciar seu próprio imaginário e o coletivo, no afã de buscar o conteúdo dos sonhos, das aspirações e dos desejos, quase sempre estimulados e exacerbados pela mídia, que cria esse processo fantasioso. Por isso, são de relevante importância as investigações sobre a percepção e o imaginário expressados no comportamento individual e coletivo dos consumidores/turistas.

A ferramenta da publicidade se torna desta forma, não em um mero convite à viagem, mas também num reflexo da mentalidade coletiva. Todavia, há outro fator motivador que pode ser reconhecido na autenticidade da experiência. Essa autenticidade só se legitima quando transmitida pela cultura viva da comunidade receptora, da vivência da população e repassada ao turista. Pode-se considerar que a economia da experiência crescerá através dos “*ventos fortes e tempestuosos da destruição criativa*”, conforme ressalta o economista Schumpeter (apud BENI, 2004, p. 305).

2.6 Século XXI rompendo paradigmas: turismo de base comunitária como alternativa à mercantilização da pobreza

A observação das tendências da demanda turística mundial possibilita perceber que o modelo de produção de serviços turísticos observado até fins do século XX não está mais em uso com a evolução das necessidades que o mercado atual exprime. A demanda turística a cada dia se torna mais exigente, variada e variável. Tende a se focar cada vez mais sobre a qualidade e exprime as necessidades da cultura e do meio ambiente. De maneira concreta, os turistas procuram lugares que combinem autenticidade, intercâmbio intercultural, harmonia com a natureza e a memória dos lugares visitados.

Essas aspirações não coincidem com as ofertas do turismo de massa, que privilegia o lucro imediato em larga escala, destruindo ou facilitando a degradação da qualidade relativa dos sítios e destinos turísticos, e como enfatiza Roussel (2006, apud ZAOUAL, 2008, p. 3) “*a crise do reinado da quantidade abriu então a porta à qualidade. O que é também sinônimo de uma crise do paradigma e das práticas clássicas do turismo em geral, abrindo assim o caminho a novas aproximações.*”

O turismo de massa se tornou vítima do seu próprio *sucesso* e seguiu a lógica da teoria do ciclo de vida dos produtos – após a fase de iniciação e de progresso (anos 1960-1970), os destinos, que constituem o objeto deste tipo de turismo, perdem gradativamente seu atrativo. A oferta turística se percebe assim, incapaz de manter o ritmo tido até então como normal e se vê, assim, na obrigação de inovar para atrair, captar e atender às novas necessidades. Por estas razões, novas formas de turismo precisavam ser implantadas, desenvolvidas, praticadas. É neste contexto que se prende agora, esta reflexão.

A Conferência de Manila¹⁰, em 1980, representou um importante marco na história do turismo. A relevância se dá não apenas pela adoção de novas expressões tais como NFT – novas formas de turismo e, Turismo Alternativo – TA, mas do que essas expressões poderiam, de fato, representar, ou seja, a partir desta Conferência é que se deu o início da preocupação com a preservação patrimonial, natural e cultural das comunidades receptoras. Foi a partir de Manila que se evidenciou, sobremaneira, a necessidade de implementar formas turísticas capazes de promover a “*integração dos diferentes setores de atividade econômica, em função das características socioculturais e ecológicas preexistentes, de forma à obtenção de alterações sociais e econômicas de longo prazo*”, conforme salienta Rocha Brito (2004, p. 109).

Essa Conferência representa o início de uma nova consciência ambiental no turismo, que, por sua vez, começou a partir da declarada crise ambiental, que, posteriormente o

¹⁰ Após a realização da Conferência de Manila, proliferaram reuniões e encontros científicos de âmbito nacional, regional e internacional, promovidos pela OMT, evidenciando a necessidade de se elaborar documentos oficiais, tais como declarações de intenções, códigos de conduta e relatórios reguladores da atividade e da prática turística. Neste contexto, foram traduzidas preocupações vinculativas, como são os casos da “Carta do Turismo” e do “Código do Turista” (1985), da “Declaração de Tamanrasset” (1989), da “Declaração de Haia sobre o Turismo” (1989), da “Declaração do Quebec sobre o Ecoturismo” (2002), entre outros. Estas iniciativas legitimaram o surgimento de várias alternativas, diferenciando-se das anteriormente predominantes (ROCHA BRITO, 2004, p.109).

Relatório Brundtland¹¹ apresentou com urgência ao mundo. Através de tais medidas, foram impulsionados debates, reflexões e estudos sobre o tema, os quais, de certa forma, levaram à adoção de novos limites também para a atividade turística.

Nessa ocasião, começaram a ser comprovados nas localidades e com ingerência na vida das populações autóctones, os impactos físicos e sociais do turismo de massa, descontrolado, ambientalmente desregulado e despreocupado. Começou, portanto, a se abordar os limites físicos das localidades, de capacidade de carga, tanto física quanto social; dos limites da natureza e das influências nefastas que este paradigma de turismo possibilitava. A essa nova fase, Molina (2003) denomina pós-industrial e nela, o turismo se apresenta com novos requisitos, tais quais

A diferenciação dos produtos/serviços e também a desmassificação dos mercados ou a alta segmentação; o começo da personalização dos serviços; a descentralização de decisões nas empresas e no setor; o ecologismo, que se desdobra na estratégia de desenvolvimento sustentável (MOLINA, 2003, p. 26).

A busca por vivenciar novas experiências, e não apenas usufruir de produtos e serviços, ou observar coisas, remete ao registro da presença de uma nova característica dessa demanda turística – o desejo de experienciar, de conviver. Como afirma o autor, essa é *“uma demanda interessada cada vez mais em um turismo ativo, no qual assume o papel de protagonista”* (MOLINA, 2003, p. 33).

Não obstante, esse anseio por querer ser protagonista carrega consigo debates ambientais, ideológicos, econômicos e culturais. São novos protagonistas que vivenciam a *“consolidação de formas radicais para usufruir as férias – pós-turismo – articuladas às novas formas sociais e à emergência de culturas de alta tecnologia”* (MOLINA, 2003, p. 33). E, justamente por meio da facilidade e ampliação do acesso à tecnologia informática que a demanda se mostra *“com uma grande quantidade de informação, complexa, exigente, mutante em relação à forma como decide e se comporta durante suas viagens”* (idem), mas, sobretudo, de forma (mais) responsável.

¹¹ O Relatório Brundtland é o documento intitulado *Nosso Futuro Comum*, publicado em 1987, no qual desenvolvimento sustentável é concebido como *“o desenvolvimento que satisfaz as necessidades presentes, sem comprometer a capacidade das gerações futuras de suprir suas próprias necessidades.”* (SWARBROOK, 2000, p. 6).

Trazendo ao debate e utilizando-se das reflexões propostas por Somoza, entende-se que a responsabilidade que define essa nova filosofia de fazer turismo, assume a forma de uma participação e de um posicionamento ativo de todos os atores, incluindo o turista, o qual deixa de ser um mero visitante (sem nenhuma ou com pouquíssima responsabilidade no local), para assumir que as próprias ações podem ter consequências neste espaço, no meio ambiental e no viés social também. O autor afirma que um turista com perfil responsável mostra-se cuidadoso com o consumo de água, visto que há países onde este é um bem escasso e precioso.

Um viajante responsável informa-se e prepara-se antes da viagem, escolhe partilhar a vida quotidiana dos habitantes do país selecionado, descobre quais são os seus problemas e oferece uma contribuição concreta para os resolver; sobretudo, converte-se no seu regresso, num ‘embaixador’ e divulgador, narrando e informando sobre a realidade, complexa e por vezes dramática, dos países que visitou, assim como dos seus aspectos naturais, históricos e culturais (SOMOZA, 2007, p. 66).

Perfaz uma forma de desenvolver a atividade turística que agregue elementos de sustentabilidade ambiental e de responsabilidade social. A questão da responsabilidade, assumida de forma mais consciente pelos turistas, e que se destaca nesse tipo de experiência turística, permite refletir sobre as mudanças qualitativas que estão acontecendo com uma das figuras chave do turismo. Confirma-se assim, a hipótese lançada por Molina, de que os turistas estão assumindo cada vez mais um papel de protagonistas frente à atividade, uma vez que reconhecem a não neutralidade da própria presença no território e, portanto, a própria responsabilidade no dia a dia da experiência.

Ao que parece, não foi apenas o produto demandado pelos turistas que sofreu alterações, mas e, sobretudo, a consciência destes em poder mudar seu próprio papel na experiência turística. Esse novo perfil de demanda turística busca, através dessas práticas, sentidos de igual forma novos, pois “*querem ser atores, responsáveis e solidários em seus intercâmbios com outros mundos*” (ZAOUAL, 2008, p. 5). Descortina-se por meio destes novos caminhos a possibilidade de uma nova visão em relação à atividade turística. Essa característica emergente de ser protagonista da experiência turística não distingue apenas os turistas, mas também os autóctones, e essa é a verdadeira ou talvez, a mais urgente inovação.

O turismo também se converte num gesto de paz quando se organiza conjuntamente (e não de forma imposta) com as comunidades de acolhimento, acordando datas, modalidades, serviços e benefícios equitativos. Este é o principal objetivo do denominado turismo responsável, promovido pelas associações que também trabalham para que o turismo contribua para criar novas relações de solidariedade com populações que foram vítimas de conflitos (SOMOZA, 2007, p. 66).

Tal protagonismo, em 2008, foi ressaltado pelo Ministério do Turismo, que passou a reconhecer institucionalmente a existência do turismo de base comunitária ao publicar o edital MTur nº 001/ 2008, onde é definido:

O turismo de base comunitária é compreendido como um modelo de desenvolvimento turístico, orientado pelos princípios da economia solidária, associativismo, valorização da cultura local e, principalmente protagonizado pelas comunidades locais, visando a apropriação por parte dessas, dos benefícios advindos da atividade turística (MTUR, 2008).

De acordo com os serviços prestados nesse novo paradigma de turismo, a hospedagem prevalece em micro-empresendimentos ou de pequeno porte, sendo pequenas pousadas, hospedagens domiciliares e *campings*, onde o modo de gestão, geralmente é administrado por uma família e os coletivos por cooperativas e/ou associações.

Essa nova dinâmica corrobora o que afirma Molina, que *“essas comunidades locais tendem a apreciar o valor de seus recursos naturais e que desenvolveram uma consciência clara sobre o papel que desempenham no futuro da comunidade”* (2003, p. 34). Aponta para uma nova consciência econômica e social por se apresentarem como protagonistas de seu próprio desenvolvimento e por existirem *“novas expectativas por parte das comunidades locais para receber diretamente benefícios do turismo”* (ibid., p. 32).

O que não significa afirmar que as comunidades locais envolvidas diretamente com essa forma de turismo estejam efetivamente participando de modo ativo do processo de gestão e implementação do turismo, num primeiro momento e de forma tão rápida, mas deixa claro que estas tendências estão tomando forma e já perfazem uma possibilidade atingível, ainda e, sobretudo, em longo prazo.

O que merece destacar neste momento é o surgimento de uma nova forma de protagonismo por parte da população autóctone, estimulada pelo crescimento da demanda

(com novo perfil), atraída por formatos diferenciados de turismo, e também pela ação de movimentos sociais e culturais, ONGs e associações que estimulem a mobilização ativa das populações locais em prol da própria defesa do meio ambiente e, em particular, da própria cultura.

Retratando a realidade brasileira isso se soma às mudanças institucionais¹² constituintes do processo democrático, que se verifica desde a década de 1980 interessando ao Brasil, também na área do turismo. Dialogando com as premissas do Ministério do Turismo, essa fase do turismo registra a assunção do protagonismo político ativo por parte das comunidades locais e, buscando respaldo em Molina, *“esperam do turismo não apenas uma possibilidade de emprego, mas também a oportunidade de participar das decisões sobre o tipo de turismo que desejam e o tipo de turistas com os quais estão dispostos a compartilhar seu próprio espaço”* (2003, p. 34).

Logo, a população autóctone se insere ativamente no processo – como protagonista político, socioeconômico e cultural, ciente do próprio papel e da responsabilidade em relação ao próprio futuro, consciente dos direitos e, principalmente dos deveres – ou ao menos com essa ideia mais frequente em mente. A essa nova postura, adota-se a denominação de turismo de base comunitária (TBC). Evidencia-se nesse estudo que a prática do TBC nas favelas cariocas urbanizadas emerge como uma alternativa sustentável em oposição ao que se desenvolve desde o ano de 1992 (turismo de favelas na Rocinha), nesse caso uma forma de mercantilização da pobreza.

E, pelo turismo ser um fenômeno extremamente complexo e mutável, é difícil apreendê-lo em sua totalidade por meio de uma única perspectiva teórica ou mesmo de uma única referência (BANDUCCI, 2001, p. 23). Por tal razão, analisar o turismo em/de favela emerge como um desafio, mormente, por ser um campo de estudo recente e, sem vasto material de pesquisa. Salienta-se ainda que os exemplos utilizados como recorte neste trabalho foram escolhidos porque podem sinalizar as tendências em curso – ainda que com lacunas.

¹² É possível pesquisar dados sobre as mudanças institucionais ocorridas no turismo no Estado do Rio de Janeiro na obra de FRATUCCI, Aguinaldo César, intitulada: “Participação comunitária na gestão do turismo nos municípios do Estado do Rio de Janeiro: Análise do processo do PNMT”. In: BARTHOLO, R., DELAMARO, M., BADIN, L. (Orgs.), 2005, *Turismo e sustentabilidade no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro, Garamond, p. 246-266.

Não obstante, ressalta-se que configurar-se como produto turístico no cenário da cidade, não necessariamente, abarca apenas o lado positivo. Sob esta ótica, o paradigma da base comunitária emerge como alternativa às experiências nefastas, onde a população receptora não seja agente passivo e sim, gestora da atividade. Observar a favela como um destino turístico confere destaque às formas assumidas por tais espaços como receptores de demandas latentes nesta época pós-moderna. Tal destaque remete a verificação acerca da maneira que a indústria turística apropria-se desses territórios, transformando-os em *trademark* – arriscando-se a mostrar uma imagem reducionista e estereotipada acerca da favela carioca, mormente ao público estrangeiro.

Ele deixou sua mente viajar enquanto fitava a cidade, meio favela, meio paraíso. **Como um lugar podia ser tão feio e violento, mas bonito ao mesmo tempo?** (ABANI, 2000, apud DAVIS, 2006, p. 32 – grifo nosso).

De acordo com Freire-Medeiros (2007, p. 63) a transformação da favela carioca em atração turística, para o mercado turístico internacional, principalmente, é um processo que vem desde o começo do século passado, quando já existia uma procura pela favela, como uma expressão do desejo de se conhecer o exótico.

Contudo, a própria autora (Freire-Medeiros) ressalta que no país (Brasil), “*foi apenas na década de 1990, com a Eco-92¹³, que essa prática adquiriu proporções maiores*” (2007, p.64). Valladares afirma ser o ano de 1992 o marco do turismo na favela, com a entrada da Rocinha entre as metas dos *tours* da cidade (2005, p. 202). Cabe destacar aqui que o tipo de turismo praticado na Rocinha não perfaz exemplo de TBC – e a maioria da população não tinha conhecimento de que esse *tour* era pago pelos turistas estrangeiros (às agências).

Apenas no 1º Fórum¹⁴ de discussão que o tema passou a ser de domínio e conhecimento públicos. O tempo passou e esse tipo de turismo se ampliou. Atualmente (2012), dos 1,8 milhões de turistas estrangeiros que visitam o Rio de Janeiro (a/a), cerca de

¹³ Emerge aqui a curiosidade em saber como se dará agora, com a Rio+20, a visitação nas favelas. (“*No Terceiro Mundo urbano, os pobres temem os eventos internacionais de alto nível – conferências, visitas de dignitários, eventos esportivos, concursos de beleza e festivais internacionais – , que levam as autoridades a iniciar cruzadas de limpeza da cidade: os favelados sabem que são a sujeira ou a praga que seus governos preferem que o mundo não veja*”) (DAVIS, 2006, p. 111 – grifo do autor).

¹⁴ Fórum ocorrido em Junho do ano de 2009 na Rocinha.

3000 são os turistas que visitam a Rocinha (a/m)¹⁵. Valladares (2005, p. 155) salienta que no ano 2000 as visitas mensais eram cerca de mil visitantes a menos (perfazendo o total de aproximadamente dois mil).

Já se passou bastante tempo desde o primeiro passeio turístico a uma favela carioca e na atualidade (2012) é factível verificar alterações, em consonância com estudos de Freire-Medeiros (2007):

As favelas não apenas foram reconhecidas como destino turístico¹⁶ pela Riotur, mas o próprio poder público passou a promover o turismo nestas localidades. Isto não significa, por certo, que o estigma em relação às favelas e aos favelados tenha se esvaído, pelo contrário, mas que certamente está em jogo uma outra política de visibilidade, para o bem e para o mal (ibid., p.21).

Quais são as expectativas em relação à favela que a tornam um destino turístico desejável e procurado, sobretudo ao público internacional?

O lugar turístico reúne o espaço e o território. Enquanto prática socio-espacial, **o turismo vai se apropriando de determinados espaços, transformando-os** e, a partir disso, produzindo territórios e territorialidades flexíveis e descontínuas (SOUZA, 1995), **e turistificando os lugares** (NICOLÀS,1996; KNAFOU,1996 – grifo nosso).

Em suas análises acerca das relações entre turismo e território Knafou (1996), também lembra que os turistas estão na origem do fenômeno, e que são eles que definem e escolhem os lugares turísticos. Sua proposta é que não se deve perder de vista que o sujeito do fenômeno, responsável pela sua existência, é o homem – na forma de turista. Assim, salienta-se a urgência em se ampliar esse conceito, incluindo, também como sujeito do fenômeno, a população das áreas receptoras – como uma forma de ativar a prática do TBC, sobretudo nas favelas cariocas.

As favelas, apesar de serem funestas e inseguras, têm um esplêndido futuro (DAVIS, 2006, p. 155 – grifo nosso).

¹⁵ Fonte: SEBRAE-RJ: Agência SEBRAE de Notícias.

¹⁶ RIOTUR – Empresa de Turismo do Município do Rio de Janeiro S.A, é o órgão da Secretaria Especial de Turismo da cidade do Rio de Janeiro. Devido à lei nº 779, de setembro de 2006, da vereadora Liliam Sá (Partido Liberal) e sancionada pelo Prefeito César Maia, a favela da Rocinha tornou-se ponto turístico oficial da cidade do Rio de Janeiro.

Não se pretende afirmar a existência de uma retórica pronta e acabada, pasteurizada e mecânica sobre o turismo nas favelas, simplesmente por acreditar que não exista um discurso, uma alternativa e um viés de implantação da atividade turística nas favelas cariocas urbanizadas, sendo uma realidade demasiadamente complexa. Utilizando os termos do Zaoual, no espaço favela há um ou mais sítios simbólicos de pertencimento, cada um dos quais com suas realidades e especificidades extremamente ricas e variadas no seu interior, e, sobretudo, com relações, histórias e interesses diferentes, sobretudo no que tange a ótica do turismo.

Freire-Medeiros (2006) destaca que “*ao longo da última década, a favela saiu das margens da cultura turística para tornar-se uma atração altamente lucrativa e disputada*”. Para que isso se tornasse possível, foi necessário que o produto turístico favela fosse oferecido como um ideário, um conjunto de bens simbólicos *fabricados* pelos agentes promotores. Como a primeira favela a ser comercializada pelo turismo no Rio de Janeiro foi a Rocinha, destaca-se que dentre os operadores que comercializam¹⁷ os *tours* por ela, alguns apontam o sucesso do filme *Cidade de Deus* (BRASIL, 2002) como um dos principais responsáveis pelo crescente interesse em torno da favela como atração turística. O filme transforma-se então, em uma peça importante do imenso arcabouço de imagens que antecipa e pré-fabrica as expectativas dos turistas. Pode-se notar que as favelas cariocas se tornaram uma marca, de fama e renome internacionais, à qual é possível associar diversos significados e diferentes expressões de sentimentos.

A partir de tal transformação, alterou-se a posição do poder público em relação a esse tipo de turismo. Outrora, organismos públicos, certa forma, ignoravam a existência do turismo na favela; atualmente, contudo, as favelas não apenas foram reconhecidas como destinos turísticos pela RioTur¹⁸, mas este mesmo poder público que antes a negava, passou a promover o turismo em algumas destas localidades. Complementando a partir da análise de Freire-Medeiros (2006), isto não significa, por certo, que o estigma em relação às favelas e aos favelados tenha se esvaído – ao contrário –, mas que certamente entra em jogo, a partir de então, outra política de visibilidade, “*para o bem e para o mal*”.

¹⁷ Em 2009, dos 1,8 milhões de turistas estrangeiros que visitavam o Rio de Janeiro, 3000 eram os turistas que ocorrem à Rocinha (FONTE SEBRAE-RJ: Agência Sebrae de Notícias 02/06/2009), enquanto em 2000, as visitas mensais eram cerca de 2000 (VALLADARES, 2005, p. 155).

¹⁸ Secretaria Municipal de Turismo – cidade do Rio de Janeiro.

Em tempos de globalização, o que é certo é que **a indústria do turismo é responsável por criar maneiras de transformar, circular e consumir localidades**, criando uma cultura material e uma “economia de sensações” que lhe é específica. O turismo precisa, portanto, ser entendido como um processo social capaz de engendrar formas de sociabilidade que produzem efeitos ainda por conhecer (FREIRE-MEDEIROS, 2006, p. 2 – grifo nosso).

Tenta-se assim, compreender a *paisagem periférica urbana* – aqui, a favela – e suas potencialidades transformadas em mercadoria turística. Mais uma vez deixa-se claro que tais potencialidades apenas serão realidades viáveis de serem produtos, se de fato, a população for incorporada no processo de mudança. A fim de explicitar a expressão “paisagem periférica urbana” neste estudo utiliza-se a definição de Serpa (2002):

O termo periferia explicita áreas localizadas fora ou nas imediações de algum centro. Todavia, muitas áreas afastadas dos centros das cidades não são entendidas, atualmente, como periféricas. O termo absorveu uma conotação sociológica, redefinindo-se. **Dessa forma, periferia hoje significa também aquelas áreas com infraestrutura e equipamentos de serviços deficientes, sendo essencialmente o lócus da reprodução socioespacial da população de baixa renda** (SERPA, 2002, p. 161 – grifo nosso). In Yáziqi 2002

Paviani (1994 apud SERPA, 2002, p. 161) salienta que as periferias urbanas são distintas das demais áreas da cidade devido à precariedade de sua configuração espacial. Pelo fato de serem consolidadas por meio da instalação de loteamentos clandestinos, imprime-se no espaço urbano um processo mais amplo – o da exclusão. Emerge nesse ponto a questão da moradia – que na paisagem urbana é o elemento mais marcante das várias formas de segregação socioespacial.

Na visão de Corrêa (1993 apud SERPA, 2002, p. 162) há duas periferias: uma que abarca a urbanização de *status* e outra que possui um tipo de urbanização popular. No que tange à primeira, salienta-se ser espaço de periferia nobre, valorizada por amenidades físicas tais como o mar e as áreas verdes. Estas ganham infraestrutura adequada (ainda que criadas para atender a determinada necessidade) e, tornam-se bairros de *status*. Como o termo periferia carrega uma atmosfera pejorativa, tais bairros passam a ser percebidos como não periféricos (ao menos ao primeiro olhar).

Sob esta ótica observa-se a Rocinha – periferia urbana transformada em bairro, detentora do apelo sol-mar e, comercializada como paisagem turística. No tocante à mesma situação, há o Alemão – também periferia urbana, dotada de infraestrutura, mas com apelo diferenciado, visto que no Complexo do Alemão / bairro não há tais amenidades físicas conforme as supracitadas (sol, áreas verdes, mar). Mas ainda assim, já perfaz no cenário da paisagem da cidade do Rio de Janeiro uma paisagem turística¹⁹.

A fim de entender de que maneira a paisagem da favela ou da periferia urbana começa a se configurar em produto turístico, utiliza-se o debate proposto pelo geógrafo Milton Santos (1997), que ressalta que as paisagens são arranjos de formas em determinado momento. As formas ou artefatos de uma paisagem, diz o autor, são os resultados de processos passados ocorridos na estrutura subjacente. Tais formas são também, fatores sociais, o que em consonância com o geógrafo, significa reconhecer que as paisagens são, dialeticamente, produtos e agentes do processo de produção do espaço – o que remete à transformação da paisagem da favela em produto turístico a ser comercializado pela demanda (sobretudo estrangeira).

Neste estudo emerge o interesse em discutir o papel da paisagem periférica para o turismo a partir de intervenções físicas nestes espaços, pensando, sobretudo nas consequências e nas limitações oriundas do que se sabe de padrão periférico de ocupação para o incremento e fomento da atividade turística. Neste contexto, o que se pode ofertar à demanda turística ávida pelo produto favela? De que forma é possível ampliar as possibilidades para o desenvolvimento da atividade turística nas favelas, de forma sustentável, viabilizando ou sendo viabilizada por meio da urbanização ou da melhoria dos serviços urbanos básicos, respeitando o local e, mormente, a população receptora?

Não se pretende aqui fazer apologia a um tipo de turismo nefasto, alienado, indiferente à identidade do lugar (parafrazeando Yáziqi: “à alma do lugar”), tampouco fomentar o surgimento e estabelecimento de novos enclaves turísticos, criando cenários, numa tentativa de esconder sob o tapete os problemas urbanos e sociais – oriundos do padrão periférico de ocupação – o que perfaz uma prática comum do turismo de massa (já discutido neste estudo).

¹⁹ Com *tour* comercializado no Projeto Rio-Carioquinha – tarifas mais baratas para moradores da cidade e adjacências. Salienta-se, contudo, que a população discorda da forma com que a atividade turística começa a ser desenvolvida na localidade – em padrões semelhantes à Rocinha – sem a base comunitária – sendo uma imposição dos agentes e operadores externos.

Trata-se de superar os problemas, através de uma prática diferenciada de turismo – TBC –, da economia da experiência, do comércio justo.

Salienta-se que desenvolver a atividade turística em periferias não é algo novo e, que no ano de 1955 (SERPA, 2002), Walter Christaller mostrava que localidades periféricas podiam funcionar como polos de atração de demanda turística. Já àquela época era ressaltado o risco do lucro auferido via turismo, não permanecer em tais localidades, sendo as operadoras as grandes beneficiadas com o setor (como é o caso da Rocinha / RJ) em detrimento às comunidades locais.

O que se sugere a partir deste estudo é a implantação de uma cooperação interadministrativa, que viabilize questões importantes tais como infraestrutura, transporte público, segurança, desenvolvimento urbano, políticas ambientais e de combate à pobreza, aliados às intervenções urbanas e ao fomento à prática do turismo de base comunitária. Essencial também é a cooperação público-privada, que passa necessariamente por inovações político-administrativas que viabilizem a participação cidadã. Borja (1996, apud SERPA, 2002, p. 176) corrobora que o âmbito local (nesse caso o bairro) surge como um bom lócus de experimentação para essa finalidade (gestão e execução de programas públicos).

No tocante ao turismo, é necessário um planejamento estratégico que viabilize a superação do padrão periférico de ocupação (que antes de qualquer coisa é uma questão social), a partir de programas de sensibilização (acerca das benesses que a atividade pode gerar), capacitação de mão de obra e geração de renda para os moradores dos destinos turísticos (favelas). Pensando assim, o turismo pode se configurar como uma alternativa real para atrair investimentos, gerar postos de trabalho e renovar a base produtiva dos territórios. A partir de tais pressupostos, traçar-se-ão algumas considerações acerca da prática turística nas favelas cariocas urbanizadas ou em processo de urbanização, a saber: Rocinha, Providência, Babilônia, Santa Marta, Pavão-Pavãozinho-Cantagalo e Alemão.

Como nesse subcapítulo destaca-se a viabilização do TBC nas favelas cariocas urbanizadas, faz-se necessário sinalizar o que seja essa forma de desenvolvimento do turismo. Evidencia-se a carência de um consenso que abarque o conceito sobre o TBC, *“as publicações acadêmicas evidenciam uma grande diversidade do sentido de comunidade, do*

tipo de turismo e do significado de turismo de base comunitária” (SANSOLO; BURSZTYN, 2009, p. 145). Nesse contexto pode-se entender o termo Turismo de Base Comunitária como:

Uma forma de turismo, onde a comunidade local tem um controle substancial sobre, e envolvimento em, seu desenvolvimento e gestão, e uma parte importante dos benefícios permanecem dentro da comunidade. A definição implica algum tipo de responsabilidade coletiva e aprovação pelos órgãos representativos (WWF, 2001).

Ao se sugerir a implantação do TBC, portanto, pressupõe-se praticar um turismo onde a comunidade local não apenas participe, mas tenha também o controle efetivo nas decisões relativas ao desenvolvimento do setor em seu lócus de pertencimento. Irving (2009, p. 111) afirma que *“o turismo de base comunitária só poderá ser desenvolvido se os protagonistas deste destino forem sujeitos e não objetos do processo”*. Essa participação ativa por parte da comunidade, ao se impor como agente ativo do e no desenvolvimento, deve ser pautada nas várias fases do processo de criação, implementação, implantação e gestão do projeto turístico.

Sansolo e Bursztyn (2009, p. 147) ressaltam e esclarecem que o protagonismo da comunidade, mesmo sendo a característica mais relevante do TBC, se configura apenas como uma das qualidades e possibilidades desse tipo de experiência. Ainda com base nos autores, pode-se considerar que os efeitos ocorrem, não apenas sobre a dimensão estritamente econômico-financeira da vida das comunidades, mas também, e mais ainda, sobre a dimensão social e simbólico-cultural. Buscando entendimento a partir das realidades de TBC evidencia-se que:

Através do turismo de base comunitária essas populações vêm revalorizando sua identidade cultural, lutando pela manutenção de seus modos de vida, pelo direito a terra, se empoderando, por meio da criação de redes solidárias, de proximidade, por meio da criação de novos vínculos sociais, econômicos e culturais, bem como da valorização da conservação ambiental como um valor intrínseco aos seus modos de vida e não como uma externalidade a ser mercantilizada (SANSOLO, BURSZTYN, 2009, p. 158).

“A condição para o turismo de base comunitária é o encontro entre identidades, no sentido de compartilhamento e aprendizagem mútua” (IRVING, 2009, p. 116), fundamentada no compromisso ético, de respeito e engajamento de quem está e de quem vem e no intercâmbio real entre atores envolvidos. Baseando-nos nessas reflexões, concebe-se o TBC

como uma forma de laboratório, de experimento onde é possível testar as novas realidades relacionais, sendo propiciada a interação, o intercâmbio intercultural e a troca de valores.

O lastro do Turismo Comunitário tem sua base na diversidade cultural e nos valores humanos. **A moeda... não é recebida, é trocada! Os valores... não geram riquezas, geram nobreza!** É o turismo do presente... e é tão do presente que no futuro as palavras *turismo* e *turistas* incomodarão tanto quem recebe quanto quem é recebido. É uma visita à verdade que cada um tem pra mostrar e pra contar ao outro (MINISTÉRIO DO TURISMO, 2010, p. 7 – grifo nosso).

A premissa que orienta esta ação tem como base o *Plano Nacional de Turismo 2007-2010: uma viagem de inclusão*²⁰, quanto à proposição estratégica de associar crescimento de mercado à distribuição de renda e à redução das desigualdades regionais e sociais. Isto requer a busca de soluções que integrem as dimensões sociais, econômicas, políticas e ambientais. Assim, ao apoiar as iniciativas de Turismo de Base Comunitária, o Ministério do Turismo (MTur) se propõe a identificar os desafios e as potencialidades do TBC de contribuir para a diversificação da oferta turística brasileira, associada ao desenvolvimento local, principalmente.

Salientando aqui que se entende por desenvolvimento local no turismo a oportunidade de inserção de atores sociais e econômicos de assumirem papel ativo na organização da oferta de produtos e serviços em destinos turísticos e, não serem meros expectadores.

Se o ponto de partida da abordagem é identificar a liberdade como o principal objetivo do desenvolvimento, o alcance da análise de políticas depende de estabelecer os encadeamentos empíricos que tornam coerente e convincente o ponto de vista da liberdade como a perspectiva norteadora do processo de desenvolvimento (SEN, 2000, p. 10).

Sob essa ótica, indivíduos de dada comunidade se reúnem a fim de produzir de forma diferenciada, buscando alternativas de sobrevivência econômica na atividade turística, aliadas a outros fatores tais como a valorização do modo de vida, a cultura, além da defesa do meio ambiente, em suma, é a busca por formas sustentáveis de vida. As organizações produtivas com este fim – solidárias, informais, comunitárias – podem ser vistas pelo poder público como um movimento social de resistência ao processo de expansão econômica nos moldes

²⁰ Segundo Plano Nacional de Turismo do Governo Lula. O primeiro foi de 2003-2007 e o atual (2012) – Governo Dilma Rousseff – versa sobre a Copa do Mundo FIFA de Futebol (2011-2014).

convencionais e, em se tratando de turismo, uma alternativa contra o turismo de massa, predatório, perigoso, nefasto. Tais organizações podem ser potencializadas de forma a complementar a ordem econômica vigente. Estas organizações têm como espaço um território delimitado, no qual se articulam, se mobilizam, e organizam a cooperação estratégica para a inserção no mercado, a colaboração e a interdependência, de forma a incentivar o desenvolvimento do local.

As políticas públicas do governo federal (no que se refere ao turismo) consideram o desenvolvimento local como uma possibilidade para reduzir desigualdades e gerar trabalho e, conseqüentemente, renda. Na esfera governamental, o apoio ao Turismo de Base Comunitária ocorre no âmbito do Departamento de Qualificação, de Certificação e de Produção Associada ao Turismo (DCPAT), da Secretaria Nacional de Programas de Desenvolvimento do Turismo (SNPDTur), por meio da Coordenação-Geral de Projetos de Estruturação do Turismo em Áreas Priorizadas (CGPE). É uma rede com atividades coadunadas em benefício do desenvolvimento dos territórios e das sociedades que nestes habitam.

O desenho da política pública para Turismo de Base Comunitária foi norteado por alguns conceitos defendidos por instituições reconhecidas como pioneiras na organização da atividade turística de base comunitária. Uma dessas instituições é a WWF-Brasil, que no ano de 2003 publicou o *Manual de Ecoturismo de Base Comunitária: ferramentas para um planejamento responsável*, como resultado do Projeto Capacitação para o Desenvolvimento do Ecoturismo de Base Comunitária.

Outra instituição que trabalha com este paradigma de turismo é o Projeto Bagagem, uma ONG que visa à criação de uma Rede de Economia Solidária de Turismo Comunitário no Brasil. Sua principal estratégia é associar-se a instituições locais para apoiar a criação de roteiros turísticos que beneficiem prioritariamente as comunidades visitadas, por meio da geração de renda e da participação direta da população local. Segundo esta ONG:

Turismo comunitário é a atividade turística que apresenta gestão coletiva, transparência no uso e na destinação dos recursos, e na qual a principal atração turística é o modo de vida da população local. Nesse tipo de turismo a comunidade é proprietária dos empreendimentos turísticos e há a preocupação em minimizar o impacto ambiental e fortalecer ações de

conservação da natureza (PROJETO BAGAGEM, 2009, EM MEIO ELETRÔNICO²¹).

Já na visão de Maldonado (2009), especialista da Organização Internacional do Trabalho e coordenador da Rede de Turismo Sustentável da América Latina (REDTURS), por Turismo Comunitário entende-se a forma de organização empresarial sustentada na propriedade e na autogestão sustentável dos recursos patrimoniais comunitários, de acordo com as práticas de cooperação e equidade no trabalho e na distribuição dos benefícios gerados pela prestação dos serviços turísticos. A característica do turismo comunitário é sua dimensão antropológica, com objetivo de incentivar o diálogo e encontros interculturais de qualidade com visitantes, na perspectiva de aprender com seus modos de vida.

Trata-se, portanto, de um modelo em que a cultura e os modos de vida locais são motivações da visita, onde haja o intercâmbio cultural entre o turista e a comunidade, uma troca saudável entre visitantes e visitados. É desenvolvimento e não exploração da atividade, visto que o termo “explorar” remete a ganhos para alguns em detrimento à perda aos demais. Além disso, o turismo é apenas uma atividade complementar às atividades tradicionais já realizadas pelas comunidades.

Salienta-se que, embora cada conceito abarque sua especificidade, é possível traçar alguns princípios comuns tais como a autogestão; o associativismo e o cooperativismo; a democratização de oportunidades e benefícios; a centralidade da colaboração, parceria e participação; a valorização da cultura local e, principalmente; o protagonismo das comunidades locais na gestão da atividade e/ou na oferta de bens e serviços turísticos. As comunidades que desenvolvem a atividade de forma ampla e participativa, em geral conseguem resultados em menos tempo e de forma mais sustentável. Cabe salientar que a cada etapa a capacitação e a orientação devem ser prioritárias. Abaixo ressaltam-se os passos para o desenvolvimento do TBC:

²¹ Disponível em: <http://www.projetobagagem.org/2009/turismo_comunitario.asp?cod=68>. Acesso em: 16 Nov 2011.

Quadro 2.1: Passos para o Desenvolvimento do Turismo baseado na Comunidade

ETAPA	AÇÃO
1. Organizar	Forme uma equipe local ou grupo de trabalho para o inventário de atrativos e diferenciais, preferencialmente com dedicação prioritária às atividades turísticas.
2. Identifique Valores Comunitários	Invista em determinar o que a comunidade espera do turismo, o quanto estão dispostos a contribuir e o que estão dispostos a renunciar (por exemplo, a privacidade). É importante definir quais os limites para o turismo.
3. Metas	Estabeleça um conjunto de metas e ações, verificando o envolvimento e compromisso com o sucesso.
4. Inventário de Atrativos	Identifique o que a comunidade tem a oferecer como atrativos (ambientais e/ou culturais), suas relevâncias e diferenciais, procurando categorizar e estabelecendo quais seus potenciais mercados-alvo.
5. Estabeleça Objetivos	Categorize as atrações isoladamente, desenvolvendo objetivos para cada uma e realize análises de custo-benefício.
6. Impacto Econômico	Determine os potenciais impactos negativos ou custos econômico, social e ambiental, criando alternativas para minimizar ou mitigar estes eventuais danos.
7. Plano de Negócios	Priorize, estabeleça objetivos periódicos (anuais ou semestrais) e metas, inclusive identificando fontes de recursos.
8. Plano de Marketing	Estabeleça estratégias de marketing para atividades isoladas ou combinadas, quando complementares.

Fonte: Elaboração a partir de dados da EcoBrasil²², estes adaptados da WWF-Brasil²³.

Cabe registrar que experiências de Turismo de Base Comunitária no Brasil datam da década de 1990, e foram organizadas independentemente das ações públicas. Contudo, com a criação do Ministério do Turismo, em 2003, as iniciativas de TBC foram reconhecidas pelo órgão como um fenômeno social e econômico em algumas regiões do país, por meio de ONGs e pesquisadores do tema, como porta-vozes das iniciativas de TBC.

Após apoiar iniciativas estanques, nos anos de 2006 e 2007, posteriormente aos representantes das iniciativas de TBC e pesquisadores do tema demandarem do poder público ações mais articuladas, promovendo o reconhecimento do Turismo de Base Comunitária, os diálogos se intensificaram entre áreas do MTur com órgãos do governo federal, academia e

²² Disponível em: <<http://www.ecobrasil.org.br>>. Acesso em: 25 abr 2012. Instituto de Ecoturismo e Turismo Sustentável (ECOBASIL).

²³ Disponível em: <<http://www.wwf.org.br>>. Acesso em: 25 abr 2012.

projetos, resultando na decisão de apoiar o desenvolvimento do TBC por meio de um processo seletivo de projetos, com a elaboração de um Edital de Chamada Pública.

Tendo por embasamento as definições supracitadas, a abordagem do Ministério do Turismo ampliou a abrangência do conceito de TBC, de modo que contemplasse a diversidade das iniciativas existentes no país e contribuísse para o alcance de seus objetivos institucionais. Assim, a ação de fomento ao TBC está inserida na política pública de turismo nacional consolidada no *Plano Nacional de Turismo 2007-2010: uma viagem de inclusão*, que é o instrumento de planejamento e gestão do turismo no país, apresentando como paradigma.

O modelo de desenvolvimento proposto pelo governo contempla e harmoniza a força e o crescimento do mercado com a distribuição de renda e a redução das desigualdades, integrando soluções nos campos econômicos, social, político, cultural e ambiental [...] o turismo pode ser uma importante ferramenta para o alcance dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio, particularmente com relação à erradicação da extrema pobreza e da fome, à garantia de sustentabilidade ambiental e ao estabelecimento de uma parceria mundial para o desenvolvimento (PLANO NACIONAL DE TURISMO²⁴, 2007, p. 15).

As referidas ações de fomento ao TBC apresentam consonância com o Plano Nacional em questão e, em particular, com alguns objetivos de seus macroprogramas, entre os quais destacam-se promover o turismo como fator de inclusão social, por meio da geração de trabalho e renda pela inclusão da atividade turística; apoiar o planejamento, a estruturação e o desenvolvimento das regiões; fomentar a produção associada ao turismo, agregando valor à oferta turística e potencializando a competitividade dos produtos turísticos; promover a qualificação e o aperfeiçoamento dos agentes em toda a cadeia produtiva do turismo e; promover a melhoria da qualidade dos produtos e serviços turísticos.

Estas diretrizes geraram ingerência no Edital de Chamada Pública de Projetos de Turismo de Base Comunitária, lançado em 2008, cujo objetivo era conhecer e apoiar o desenvolvimento das iniciativas com esse perfil em todo o país. Tal decisão considerou, do ponto de vista da oferta, a expansão de bens e serviços e a gestão da atividade turística nos territórios, sob a responsabilidade das comunidades locais, e os indicadores de que algumas

²⁴ BRASIL. Ministério do Turismo. **Plano Nacional de Turismo 2007-2010: uma viagem de inclusão**. Brasília: Ministério do Turismo, 2007, p. 15.

destas experiências eram bem-sucedidas. Pela ótica da demanda, pesquisas nacionais e internacionais, realizadas pelo MTur, apontavam o interesse crescente dos turistas pela vivência de experiências, convívio com culturas diferentes e ambientes preservados, apontando para a potencialidade das iniciativas de TBC no país.

O referido edital²⁵ foi elaborado de forma participativa²⁶, primeiramente por meio de uma consulta pública durante o II Seminário Internacional de Turismo Sustentável (II SITS), principal evento do Turismo de Base Comunitária do país, realizado entre os dias 12 e 15 de maio do ano de 2008, em Fortaleza, no Ceará. Além disso, para a sua elaboração, foram consultados parceiros institucionais, tal como o Ministério do Meio Ambiente, para discussão, reformulação e adequação.

As ações dos projetos deveriam contemplar pelo menos uma das cinco linhas temáticas: produção associada ao turismo; qualificação profissional; planejamento estratégico e organização comunitária; promoção e comercialização; e fomento às práticas de economia solidária. A expectativa inicial pelo recebimento de 100 a 150 projetos foi amplamente superada. Foram recebidos mais de 500 projetos de todas as Unidades da Federação (UF) demonstrando a diversidade e abrangência do TBC no Brasil.

A distribuição geográfica dos 50 projetos selecionados abrangeu as cinco macrorregiões²⁷ brasileiras, em 19 UFs. As entidades proponentes foram predominantemente do Terceiro Setor, variando desde associações locais (inclusive de moradores), cooperativas e fundações universitárias. Apesar da diversidade de linhas temáticas e da heterogeneidade dos parceiros, a grande maioria das propostas apresentou estrutura semelhante, baseada em ao menos uma das seguintes ações:

²⁵ O Edital foi apresentado ao público na programação do Núcleo de Conhecimento do III Salão do Turismo – Roteiros do Brasil (em São Paulo, 2008), onde estava sendo discutida a ação da CGPE/DCPAT de fomento à incubação de empreendimentos econômicos solidários na cadeia produtiva do turismo. Foi publicado em junho deste mesmo ano (2008), aceitando propostas cuja solicitação de apoio financeiro estivesse entre R\$ 100 mil e R\$ 150 mil, com prazo de execução de até um ano e meio.

²⁶ De acordo com dados contidos no site governamental. Disponível em: <<http://www.turismo.gov.br>>. Acesso em: 25 Set 2010.

²⁷ Norte; Nordeste; Sul; Sudeste e Centro-Oeste.

Planejamento da atividade turística (ações de mobilização e sensibilização da comunidade e planejamento participativo, realizadas por meio de reuniões, oficinas, seminários e estudos, entre outras); Qualificação da gestão, dos produtos e dos serviços turísticos (cursos, seminários, intercâmbios, consultoria para assistência técnica especializada, visitas *in loco* para troca de experiências); Formação de redes (fortalecimento de duas redes de TBC já constituídas: Rede Turisol²⁸ e Rede Tucum²⁹, que incluem outros projetos apoiados pelo edital; formação de redes locais, principalmente de comercialização); Apoio à comercialização (participação em eventos de caráter nacional como o Salão do Turismo – Roteiros do Brasil, a Feira Nacional de Agricultura Familiar, e em eventos de cunho local. Além de ações de interação entre os destinos, produtos e serviços ofertados pela comunidade e os seus consumidores³⁰, em particular os atores do *trade* turístico); Promoção (participação em eventos, produção de panfletos, banners, vídeos, entre outros materiais promocionais para divulgação nos eventos; realização de *famtours*) (MINISTÉRIO DO TURISMO³¹, 2010).

Ainda no ano de 2008 (Setembro), foi iniciada a formalização dos convênios, os quais foram celebrados sob a égide do novo marco³² legal para as transferências voluntárias de recursos da União. Uma das principais inovações desta alteração na legislação foi a implantação no Sistema de Gestão de Convênios e Contratos de Repasse do Governo Federal (SICONV³³), com a criação do Portal dos Convênios.

A fase inicial de implantação exigiu constantes adequações, testes e revisão de procedimentos, sem, contudo, assegurar sua efetividade. Além disso, muitas funcionalidades não estavam em operação, havia falhas nas funções disponíveis e diversas dificuldades no cadastramento dos proponentes, na abertura das contas bancárias, dentre outros transtornos inerentes a inovações desta natureza.

Essas situações, somadas às restrições operacionais de ordem tecnológica ou de comunicação de algumas entidades e a pouca experiência na formalização de convênios com

²⁸ Rede Turisol. Disponível em: <<http://turisol.wordpress.com>>. Acesso em: 22 Jan 2011.

²⁹ Rede Tucum. Disponível em: <<http://www.tucum.org>>. Acesso em: 22 Jan 2011.

³⁰ Dentre estas destaca-se a participação de sete projetos no Abeta Summit de 2009.

³¹ Disponível em: <<http://www.turismo.gov.br>>. Acesso em: 22 Jan 2011.

³² Decreto nº 6.170, de 25 de Julho de 2007 e Portaria nº 127, de 29 de Maio de 2008.

³³ Ressalta-se que o MTur foi um dos órgãos precursores em adotar os procedimentos para a formalização de convênios no SICONV. Tal medida implicou a imediata qualificação da equipe, com participação em eventos e treinamentos a fim de aprender sobre o funcionamento do sistema e repassar as orientações às entidades proponentes.

o poder público, geraram uma série de atrasos, o que fez com que alguns projetos selecionados para 2008³⁴ fossem substituídos por aqueles previstos somente para 2009. Diante deste cenário a equipe do MTur definiu procedimentos e critérios na tentativa de facilitar a tramitação dos processos.

As dificuldades operacionais e burocráticas relativas ao SICONV persistiram no processo de formalização dos convênios no exercício de 2009 e foram gerenciadas pela equipe técnica com mais agilidade face à experiência do ano anterior. No total, foram formalizados 42 convênios, dos quais 39 com instituições não governamentais (as ONGs) e três com órgãos do poder público. O investimento total, considerando o repasse do MTur e a contrapartida dos parceiros, chegou a aproximadamente R\$ 7 milhões (entre os anos de 2008 e 2009).

Segundo o próprio MTur, os entraves burocráticos referentes à implantação do SICONV evidenciaram uma dificuldade anterior ao Portal de Convênios – o grau de exigências da legislação federal, independente do volume de recursos repassados e/ou do tamanho e representatividade da instituição. Observa-se com isso que existe uma lacuna na legislação quanto ao conceito de interesse público, particularmente no caso de cumprimento de diretrizes explicitadas em certas políticas públicas que levem à execução de programas e ações, por meio da gestão compartilhada e transferências voluntárias de recursos.

Essa situação se agrava quando se pretende estabelecer parcerias com organizações da sociedade civil de pequeno porte, que representam segmentos populares, com menos acesso à tecnologia, à informação e à economia de mercado – o que pode ser um fator que dificulte o desenvolvimento dos projetos de TBC.

Nesse caso (TBC), dentre os critérios de seleção de projetos do Edital, destaca-se o atendimento às demandas das próprias comunidades atuantes na gestão e na oferta turística, dando preferência aos projetos desenvolvidos e propostos por organizações comunitárias.

³⁴ A formalização de 22 convênios dos 25 projetos previstos para o exercício de 2008 representou o comprometimento de R\$ 3,3 milhões repassados no período de dezembro de 2008 e março de 2009. Durante o ano de 2009 foram formalizados 20 convênios dos 28 restantes. O valor total de recursos financeiros repassados pelo MTur foi de R\$ 2,8 milhões. Ao longo do processo de formalização houve desistências e desclassificações de alguns projetos. Os projetos desclassificados foram substituídos por alguns remanescentes da lista de propostas avaliadas pela banca de seleção do edital.

Assim, as dificuldades para cumprir a legislação inviabilizaram a formalização de convênios com instituições comprometidas com o desenvolvimento do Turismo de Base Comunitária e com a transformação social³⁵.

Passadas e sanadas as fases de elaboração dos convênios, era necessário se adequar também às questões de execução dos projetos em questão. Nessa ocasião, como estratégias de auditoria para cumprir o estabelecido na legislação quanto ao acompanhamento dos convênios formalizados, foi elaborado um modelo de relatório de execução física e financeira do projeto, com periodicidade semestral de acordo com as atividades previstas no plano de trabalho aprovado. Estes relatórios foram analisados a partir da perspectiva técnica e as revisões foram solicitadas aos convenentes, por meio de pareceres inseridos no SICONV.

Cabe destacar que o fomento ao Turismo de Base Comunitária, como uma atividade econômica, com potencial de geração de trabalho e renda e de diversificação da oferta turística dos destinos, requer do poder público uma nova perspectiva de planejamento e promoção, que considere as especificidades e peculiaridades desta oferta – sem prescindir ao envolvimento das comunidades. E, por parte destas, o conhecimento acerca do quê e como ofertar ao público. Baseado nesta premissa salientam-se as diretrizes para o desenvolvimento do TBC nas localidades, de acordo com a tabela a seguir:

³⁵ O MTur cita como exemplo do descompasso existente entre a importância da experiência de TBC e sua capacidade administrativa para celebração de convênio com o governo federal o caso da ONG Morrinho. Experiência de sucesso na organização comunitária no Rio de Janeiro, o Morrinho participou das Mostras de TBC em 2009 e 2010 com boa repercussão, e está organizado em termos de gestão da oferta de seus produtos e serviços turísticos. Não obstante, a ONG não foi bem-sucedida na formalização do convênio, em vista das dificuldades técnicas de gerenciar e formalizar o instrumento. Esta é uma limitação importante e deve ser considerada explicitamente no desenho de ações públicas de fomento ao TBC. Salienta-se que *Morrinho é uma maquete de pequena escala que mede 350 m², construída dentro da favela Pereira da Silva (Laranjeiras, Rio de Janeiro). É feita de tijolos e outros materiais reciclados. Tudo começou como uma simples brincadeira de criança, em 1997, por jovens do local que queriam escapar da realidade de violência e corrupção que impregnavam eles e a sua comunidade. Dentro deste pequeno mundo urbano do Morrinho, eles brincavam de atuar com vários bonecos de blocos lego que moram na maquete, revivendo a vida diária das favelas do Rio de Janeiro. Atualmente (2012), mais de 20 adolescentes seguem o exemplo do fundador.* Dados disponíveis em: <<http://www.morrinho.com>>. Acesso em: 28 Abr 2012.

Quadro 2.2: Diretrizes para o Desenvolvimento do Turismo em Comunidades

ETAPA	AÇÃO
1. Avalie se o turismo é a opção mais adequada para a comunidade	Avalie o ganho em conservação; Analisar as pré-condições para o turismo; Adote uma abordagem integrada com outras atividades comunitária.
2. Planeje o turismo com a comunidade e outros grupos de interesse relacionados	Busque a melhor forma de envolver a comunidade, o mais amplo e integrado possível com as demais atividades comunitária; Trabalhe junto com a comunidade buscando uma estratégia de consenso; Garanta as integridades ambiental e cultural;
3. Desenvolva projetos turísticos viáveis	Assegure uma promoção mercadológica realista e eficaz; Desenvolva produtos turísticos de qualidade;
4. Garanta benefícios reais para a comunidade e para o meio ambiente	Gerencie adequadamente os eventuais impactos negativos; Proporcione capacitação e suporte técnico; Busque apoio de visitantes e operadores turísticos; Monitore o desempenho e assegure a continuidade.

Fonte: Elaboração a partir de dados da EcoBrasil, estes adaptados da WWF-Brasil.

Consideradas as diretrizes e uma vez implantadas as ações coerentes com as especificidades do território, é preciso verificar, então, qual segmento adotar. Uma das principais características dos projetos de TBC é a diversidade, que se reflete em termos geográficos, de organização das comunidades locais, de demanda turística, de escala da atividade, de oferta de serviços e produtos e de apropriação dos benefícios da atividade turística.

Salienta-se que as discussões em torno do paradigma de desenvolvimento do turismo de base comunitária não se esgotam neste momento. No decorrer deste estudo será necessário retomar a estas reflexões a fim de melhor compreender a dinâmica proposta nas favelas urbanizadas da cidade do Rio de Janeiro.

As classes pobres não passaram a ser vistas como classes perigosas apenas porque poderiam oferecer problemas para a organização do trabalho e a manutenção da ordem pública. Os pobres ofereciam também perigo de contágio. Por um lado, o próprio perigo social representado pelos pobres aparecia no imaginário político brasileiro de fins do século XIX através da metáfora da doença contagiosa: as classes perigosas continuariam a se reproduzir enquanto as crianças pobres permanecessem expostas aos vícios de seus pais [...]. Por outro lado, os pobres passaram a representar perigo de contágio no sentido literal mesmo. Os intelectuais médicos grassavam nessa época como miasmas na putrefação, ou como economistas em tempo de inflação: analisavam a “realidade”, faziam seus diagnósticos, prescreviam a cura, e estavam sempre inabalavelmente convencidos de que só sua receita poderia salvar o paciente. **E houve então o diagnóstico de que os hábitos de moradia dos pobres eram nocivos à sociedade, e isto porque as habitações coletivas seriam focos de irradiação de vícios de todos os tipos** (CHALHOUB, 1996, p. 29 – grifo nosso).

3. PROGRAMAS DE URBANIZAÇÃO DE FAVELAS NA CIDADE DO RIO DE JANEIRO

[...] a favela só poderá ser compreendida na perspectiva de sua relação com os outros espaços da cidade. Ela é resultado do aprofundamento das relações capitalistas na cidade, que se materializam no espaço urbano por meio da constituição de um espaço com características próprias, onde as relações sociais entre seus moradores serão marcadas pela sua condição econômica e sua inserção no mercado. A posição social de tais moradores, assim como a dos outros, está condicionada pela combinação diferenciada de fatores financeiros, sociais e culturais. Desse modo, o espaço consolida tais diferenças e torna-se uma estrutura estruturante, ou seja, produzindo e regulamentando práticas através dos tempos, quase de maneira autônoma (BOURDIEU, 1974 – grifo nosso).

Vários são os estudos que versam sobre as favelas, sobretudo, as cariocas. Autores salientam a existência destas há mais de um século compondo a paisagem da cidade do Rio de Janeiro. Profissionais de diversos campos de atuação se interessaram em analisar as causas da pobreza, aliada à favela, podendo ser destacados os ligados à literatura, engenharia, arquitetura, medicina, ao direito, à imprensa, dentre outros. Esses profissionais lançavam os olhares, no início, principalmente às moradias de uma parcela da população, consideradas como espaços que propagavam vícios e doenças – os cortiços.

Por esta e outras “razões”, a retórica sanitaria ganhou espaço e fecundou o terreno para a tomada de decisões governamentais, mormente à gestão do Prefeito Pereira Passos (1902 – 1906), tal como a adoção de medidas administrativas contrárias a tais espaços, já naquela época percebidos como lócus dos problemas sociais.

Visto que o presente estudo tem seu objeto nas favelas cariocas urbanizadas ou em processo de urbanização, não se pode furtar a abordagem de questões acerca da trajetória histórica de construção e/ou de invenção destes lugares e mais adiante, sua transformação em ponto de interesse turístico (de base comunitária).

Cabe ressaltar a abordagem acerca de programas de urbanização, conferindo maior ênfase ao Favela-Bairro, ao PAC e ao Morar Carioca (e Morar Carioca Verde), por representarem as iniciativas mais incisivas de intervenções urbanas nas favelas, sem contudo, deixar de mencionar os primórdios: Reforma Passos, Plano Agache e Projeto Mutirão. Pode-se dizer que a Reforma Passos compõe a própria gênese da favela, visto que no processo de higienização da cidade do Rio de Janeiro e a demolição dos cortiços, as favelas surgiram e foram se propagando.

Não obstante, não se pretende aqui alongar por demasiado em dados e fatos que tantos estudos já o fizeram. O objetivo é traçar um recorte acerca da gênese da favela, para assim, conceber a urgência em prover tais espaços de condições (ainda que mínimas) de urbanismo sustentável e serviços urbanos, por meio das intervenções físicas no território, a fim de ofertar à população o direito à cidade e, mais além, promover ações que fomentem a prática da atividade turística em pilares sólidos e sustentáveis.

Face a esse direito, ou pseudo-direito, o direito à cidade se afirma como um apelo, como uma exigência. Através de surpreendentes desvios – a nostalgia, o turismo, o retorno para o coração da cidade tradicional, o apelo das centralidades existentes ou recentemente elaboradas – esse direito caminha lentamente. O direito à cidade não pode ser concebido como um simples direito de visita ou de retorno às cidades tradicionais. Só pode ser formulado como direito à vida urbana, transformada, renovada (LEFEBVRE, 2001, p. 117-118 – grifo nosso).

3.1 A crise habitacional e a “gênese” da favela carioca¹

O galo já não canta mais no Cantagalo. A água já não corre mais na cachoeirinha. Menino não pega mais manga na Mangueira. E agora que cidade grande é a Rocinha! Ninguém faz mais jura de amor no Juramento. Ninguém vai-se embora do Morro do Adeus. Prazer se acabou lá no Morro dos Prazeres. E a vida é um inferno na Cidade de Deus. Não sou do tempo das armas. Por isso ainda prefiro ouvir um verso de samba do que escutar som de tiro. Pela poesia dos nomes de favela, a vida por lá já foi mais bela. Já foi bem melhor de se morar. Mas hoje essa mesma poesia pede ajuda. Ou lá na favela a vida muda. Ou todos os nomes vão mudar (PAULO CESAR PINHEIRO; LECI BRANDÃO. *Nomes de Favela*).

Menezes (2008), em seu estudo sobre a favela turística, ressalta que alguns autores traçam um elo entre as demolições dos cortiços do centro da cidade e a ocupação dos morros no início do século XX. Desta forma, essa tipologia de habitação popular passava a ser considerada, então, como o *germe a ser combatido* – de um espaço geográfico dotado de mazelas sociais que emergia como o lócus da pobreza – a favela – e, como corrobora Milton Santos em sua obra clássica “Pobreza Urbana”,

A noção de pobreza, ligada desde o início à escassez, não pode ser estática, nem válida em toda parte. A pobreza existe em toda parte, mas sua definição é relativa a uma determinada sociedade [...] é por isso que comparações de diferentes séries temporais levam frequentemente à confusão. **A pobreza não é apenas uma categoria econômica, mas também uma categoria política acima de tudo. Estamos lidando com um problema social** (SANTOS, 2009, p. 18 – grifo nosso).

Valladares (2005) aponta que se hoje (século XXI) as favelas são fenômenos *tipicamente* urbanos; na primeira metade do século XX eram consideradas os *muros rurais da cidade*.

Conforme já mencionado, o cortiço carioca encontrava-se no cerne das atenções (higienistas). O local era visto como “*antro da vagabundagem e do crime*” (Id) e, mais além, foco das epidemias e profunda ameaça à ordem social – ou seja, um problema a ser resolvido.

¹ **4 de Novembro – Dia da Favela. Lei Municipal nº 4383/06** (vereador Edson Santos na gestão do Prefeito Cesar Maia). Desde a sua criação em 1904, as Favelas são vistas pela maior parte da sociedade como sinônimo de miséria, fome, desigualdade e violência. Entretanto, a instituição e celebração deste dia objetiva justamente a quebra desses paradigmas e, sobretudo apresentar a todos polo sociocultural e o poder criativo e inovador existente dentro desses espaços. Além de ser um marco para a possibilidade de um novo olhar sobre esses lugares, a comemoração do Dia da Favela resgata a autoestima e a cidadania das pessoas que residem nessas comunidades.

No Rio de Janeiro, segundo Valladares (2005), foram promulgadas leis a fim de impedir a construção de novos cortiços, a começar pelas posturas municipais. Sob essa ótica “o cortiço era definido pelo regulamento municipal como construção proibida pela Prefeitura” (BACKHEUSER, 1906, p. 105, apud VALLADARES, 2005, p. 24).

Lago (2000, p. 61) corrobora que em nome da higiene e da modernização da cidade do Rio de Janeiro, o Estado derrubou inúmeras casas populares presentes na área central, remetendo os trabalhadores a se deslocarem rumo às zonas periféricas e subúrbios ou ocuparem as *áreas vazias próximas ao mercado de trabalho, denominadas posteriormente de favelas*.

Estudos sobre os cortiços do Rio de Janeiro salientam que no Morro da Providência havia barracos e habitações com a mesma tipologia do *Cabeça de Porco*² – o mais famoso cortiço – destruído pelo Prefeito Barata Ribeiro, em 26 de janeiro de 1893. Em direção ao Morro da Providência³ se direcionavam os olhares e os interesses por parte de alguns profissionais, de acordo com Valladares (2005)

O Morro da *Favela* já existente com o nome de Morro da Providência – que entra para a história por meio de sua ligação com a Guerra de Canudos, por seus combatentes lá fincarem morada a fim de pressionar o Ministério da Guerra a pagar pelos atrasos em seus soldos. O morro da favela, pouco a pouco, passou a estender sua denominação a todos e quaisquer aglomerados de barracos desprovidos de traçado e forma de ruas, tampouco acesso e direito aos serviços públicos (VALLADARES, 2005, p. 26).

Ainda em consonância com os apontamentos de Valladares (2005, p. 23), “a ortografia inicial da palavra favela era favella, tendo o segundo ‘l’ desaparecido por ocasião da Reforma Ortográfica de 1940 em Portugal, e de 1942 no Brasil”.

No decorrer do tempo (mais de um século), muitas foram as mudanças ocorridas na favela que não apenas o nome. Alterou-se o formato do morro, a aparência, as funções e até o perfil dos moradores que habitam nesse espaço.

² A história desse cortiço é apresentada por Vaz em *Notas sobre o Cabeça de Porco*, de 1986.

³ De acordo com Valladares (2005), oficialmente, a ocupação do Morro da Providência data de 1897.

Na segunda metade do século XIX, o mundo capitalista enfrentava mudanças relevantes, oriundas da nova fase da Revolução Industrial. No Brasil, tais mudanças fomentaram a aceleração da dissolução das relações escravistas de trabalho, favorecendo a implantação de uma dinâmica capitalista na economia do país.

O Rio de Janeiro, principal centro cultural, político e econômico do Brasil, vivenciou tais mudanças de maneira intensa. Todavia, apesar da importância que apresentava, a cidade tinha um quadro de contradições que dificultavam sua integração à nova ordem internacional capitalista.

Seu patrimônio natural e sua beleza cênica não se mostravam suficientemente capazes de encobrir a permanência de uma estrutura urbana antiga, herança do passado colonial. A cidade não dispunha de um porto moderno que agilizasse as atividades de importação e exportação de mercadorias. A alteração mais latente realizada na antiga estrutura do porto foi a introdução da energia a vapor, substituindo o trabalho escravo.

Contudo, embora relevante, tal mudança não foi suficiente para atender às novas exigências portuárias da cidade, que, de acordo com Lamarão (1991, p. 55-56) *“tornara-se também ponto quase obrigatório de transferência e trânsito de mercadorias européias e norte-americanas, alimentando um ativo comércio de cabotagem”*. Realizado por navios que redistribuíam os artigos estrangeiros ao longo do vasto litoral brasileiro, esse comércio incluía o recebimento dos produtos escoados pelos portos regionais, transportados em seguida para o Rio de Janeiro.

Ruas estreitas e congestionadas, esgotos a céu aberto, além da falta de padrão nas construções eram fatores que dificultavam sobremaneira a circulação de pessoas e mercadorias dentro da cidade. Ademais, vagava pelas ruas centrais uma enorme população de escravos de ganho, de trabalhadores livres e libertos, à procura de algum trabalho informal que lhes garantisse a sobrevivência diária.

O Rio de Janeiro era um campo vasto de contradições, várias eram as mazelas que assolavam a cidade. Aqui, será tratada a mais perturbadora e urgente de todas, a questão das habitações populares – um prelúdio da favela.

Conforme já citado, a insalubridade era um dos transtornos a ser superado. Esse problema se associava à existência das habitações coletivas populares, condenadas a desaparecer para ceder espaço às moradias *higiênicas*.

Almejava-se controlar não somente as epidemias, mas, mormente, a população pobre, visto que tais habitações eram vistas como redutos da desordem e da malandragem. A partir de 1856, o Estado começou a dificultar as construções de novas habitações populares nas áreas centrais da cidade e, nos anos que se seguiram, proibiu também sua construção, fechando e demolindo algumas dessas moradias.

Com a República, novos esforços foram empreendidos objetivando dotar a cidade de modernização. Nesse enfoque, a capital republicana passou por um processo de remodelação no seu espaço urbano, onde a questão das moradias insalubres assumiu importância central nos discursos bem pronunciados da época. Vaz, analisando esse período corrobora que,

No processo de substituição de um tipo de moradia por outro, mais higiênico, destacaram-se os sanitaristas e os empresários do setor imobiliário, responsáveis pela introdução de um modelo na tipologia da habitação coletiva no Rio de Janeiro. Este processo se deu através da desqualificação do padrão de organização espacial vigente, da proposta de um novo modelo, de sua realização e de sua institucionalização pelos sanitaristas, empresários imobiliários e pelo Estado [...]. Com o poder de irradiação de porta-vozes como empresários, engenheiros e médicos, o discurso higienista disseminou a condenação das habitações populares coletivas (insalubres ou não), fazendo abstração das más condições de higiene que imperavam igualmente nas moradias não-populares, nas fábricas, escolas e quartéis etc. Com a divulgação deste discurso o termo cortiço se generalizou e foi definido pelo seu conteúdo negativo, passando o Cabeça de Porco a simbolizar as habitações coletivas insalubres cariocas (VAZ, 2002, p. 33-35).

O governo republicano combatia a permanência dos cortiços e tudo o que eles representavam – insalubridade, crimes, doenças. A erradicação dessas moradias era tida como primordial à fase de modernização do Rio de Janeiro e, a sua adequação às exigências da ordem internacional capitalista imposta – uma estrutura portuária condizente com o ritmo das atividades comerciais de mercadorias; uma cidade higiênica e sem a presença das epidemias que *assombravam* a população, comprometiam os interesses da política de incentivo à imigração e dificultavam a entrada dos investimentos do capital privado estrangeiro, em suma, um espaço urbano estratificado socialmente.

Porém, mesmo com tamanhos esforços empreendidos por parte dos grupos dominantes e pelo Estado a fim de transformar a cidade em uma nova capital federal, os resultados foram modestos naquela época. Com as crises na política e com a economia instável – nos primeiros governos republicanos – a plasmada reforma urbana de *sucesso* apenas se efetivou na gestão de Pereira Passos.

Abreu (1986, p. 52) analisa que antes deste prefeito outros governantes haviam tentado implantar as reformas urbanas e que a “*chamada Reforma Passos – nome indevido, já que grande parte das obras de remodelação da cidade estava a cargo da União – não surgiu do nada*”. O autor afirma a análise com um argumento de Lefebvre ao ressaltar que as intervenções de cunho urbanístico são posteriores a mudanças nas relações sociais, destinando-se, por conseguinte, a resolver as contradições acarretadas por meio dessas mesmas mudanças. Detentor da idéia original ou não, o fato é que não se pode prescindir a importância exercida por esse prefeito à frente do processo de reforma empreendido na cidade.

Não é difícil entender, pois, porque Pereira Passos ocupa um lugar especial na memória política do Rio de Janeiro e, por isso mesmo, na ocasião do centenário do início de seu governo, torna-se objeto de reflexão para estudiosos da história urbana e política carioca. Afinal, **ela foi a primeira, e ainda hoje é a principal referência da linhagem de governantes cujas administrações se caracterizaram pela realização de obras urbanísticas que deixaram marcas indeléveis no tecido da cidade** (MOTTA, 2004, p. 235-236 – grifo nosso).

Logo após ser nomeado por Rodrigues Alves, Pereira Passos – engenheiro formado em Paris, onde presenciou a reforma urbanística realizada por Haussmann⁴ na capital francesa – implantou no Rio de Janeiro um amplo projeto de reformas, com vistas a remodelar e sanear a cidade, o verdadeiro “*bota-abaixo*” (desmonte dos cortiços).

As reformas foram divididas em duas vertentes – as principais intervenções ficaram sob a responsabilidade do governo federal, representado por Rodrigues Alves – que dentre outras ações realizaria a abertura da Avenida Central e proveria a modernização do porto; no que tange às ações de ingerência do governo municipal, destaca-se a abertura da Avenida Beira-Mar. No ano de 1906 – ao final da era Passos, estima-se que mais de 1.600 habitações

⁴ Na obra *Pereira Passos: Um Haussmann Tropical*, de 1992, Benchimol traça uma análise acerca da influência da concepção urbanística do prefeito de Paris sobre as reformas empreendidas por Pereira Passos na cidade do Rio de Janeiro.

havia sido derrubadas. Já a administração federal, esteve à frente da campanha de saneamento comandada por Oswaldo Cruz, dentre outras atividades.

A reforma do Rio de Janeiro, iniciada na administração de Pereira Passos e concluída na gestão Souza Aguiar, mesmo não resolvendo todos os problemas da cidade, promoveu o embelezamento das áreas centrais e a abertura de grandes vias de circulação, além de saneamento básico.

Cabe lembrar que o primeiro plano urbanístico para o Rio de Janeiro fora elaborado entre epidemias violentas (febre amarela, varíola, cólera-morbo), mas com a estabilidade político-econômica alcançada no governo Campos Salles, Rodrigues Alves pôde promover, entre os anos de 1903 e 1906, o ambicioso programa de renovação urbana da capital.

Apoiada nas ideias de civilização e beleza, a reforma urbana (tratada como questão nacional), teve base no tripé saneamento, embelezamento e abertura de ruas (objetivando a captação do capital estrangeiro para o país).

Muito embora o cenário urbano tenha sido modificado com as reformas, o problema habitacional não foi sanado e a crise na habitação permanecia na cidade. A retórica das elites – pautada no tipo de moradia – cedeu lugar ao espaço onde esta se fixava. As reformas tão sonhadas não forneceram habitações em quantidade suficiente para acolher a população trabalhadora, que se viu expulsa das áreas centrais da capital da República, sendo enviada às periferias, aos subúrbios e para os morros próximos ao centro, promovendo segregação, dentre tantos outros *cóleras*.

É importante notar que as favelas proliferaram na cidade numa época em que os controles urbanísticos formais cada vez mais se acentuavam, sendo, entretanto, pouco afetados por eles. Isto se explica de um lado, pelo forte fluxo migratório que então se verificava, o que em si já comprometia a concretização de qualquer ação coercitiva por parte do poder público. Por outro lado, essa mão-de-obra barata era necessária para que a indústria, o comércio e a burguesia em geral acumulassem capital (ABREU, 1987, p. 143-144, apud LAGO, 2000, p. 63 – grifo nosso).

Em relação ao Plano Agache⁵, salienta-se segundo Abreu (2008, p. 86) que foi a realização mais expressiva da administração de Prado Júnior, se configurando como uma tentativa da classe dominante da República Velha de ter o total controle acerca do desenvolvimento das formas urbanas da cidade do Rio de Janeiro. O autor ainda destaca que tal plano jamais fora posto em prática – tendo o documento sido concluído após a Revolução de 1930.

As cidades do futuro, em vez de feitas de vidro e aço, como fora previsto por gerações anteriores de urbanistas, serão construídas em grande parte de tijolo aparente, palha, plástico reciclado, blocos de cimento e restos de madeira. **Em vez das cidades de luz arrojando-se aos céus, boa parte do mundo urbano do século XXI instala-se na miséria, cercada de poluição, excrementos e deterioração** (DAVIS, 2006, p. 28-29 – grifo nosso).

As bases do plano apresentavam como objetivo a transformação do Rio de Janeiro em uma cidade ordenada e embelezada, por meio da estratificação do espaço. Desta forma, a área central serviria aos centros de negócios, bancários e administrativos. Evidencia-se que também nesta fase desapropriações foram necessárias – afetando os bairros de baixa renda. No que tange à questão dos locais para moradia, os bairros destinados às classes mais abastadas foram os da zona sul, tais como Ipanema, Leblon e Gávea. À população operária couberam as regiões dos subúrbios.

Não se afirma aqui que o Plano Agache tenha sido uma espécie de política pública para cuidar de tais espaços (favelas), mas pode-se dizer que as propostas contidas no referido documento apresentavam ideias relacionadas à questão da erradicação das mesmas. Sobre isso Abreu discorre:

O plano se constitui, na verdade, no primeiro documento oficial a tratar explicitamente dessa nova forma de habitação popular, que então proliferava na cidade. Vistas como um *'problema social e estético'*, para as favelas o plano apresenta apenas uma solução – a sua erradicação. O plano não pode conceber, entretanto, a permanência da favela nas áreas nobres da cidade. As contradições por ela engendradas negavam toda a tentativa de controle abrangente do espaço que se pretendia implantar. Em primeiro lugar, porque aproximavam classes sociais opostas, cidadãos de primeira e segunda classe por assim dizer. Em segundo lugar, porque essa aproximação resultava na

⁵ Por volta dos anos de 1920, mais especificamente em 1926, desencadeou-se a primeira campanha de denúncia contra a chamada *"lepra da esthetica"* (PIMENTA, 1926 apud VALLADARES, 2005, p. 36), sendo retomada na década de 1930 com o Plano Agache (de embelezamento da cidade do Rio de Janeiro) e, posteriormente por meio do Código da Construção (1937).

imposição de externalidades negativas às classes dominantes, tanto no que diz respeito à segurança e qualidade de vida, quanto à manutenção da ordem social estabelecida (ABREU, 2008, p. 87-88, grifo do autor).

No que tange ao Projeto Mutirão, ressalta-se que no ano de 1985, a cidade do Rio de Janeiro elegeu Saturnino Braga, o primeiro prefeito de sua história (1986 e 1988). A partir de então, a favela passou a ser objeto de atenção do poder público municipal⁶ e, em termos de política o fato mais significativo foi a continuação do Projeto Mutirão, que com base no trabalho voluntário dos moradores, foi viável realizar pequenas obras em 34 favelas. Sobre o assunto Petersen ressalta que

A concepção predominante até bem recentemente, inclusive em organismos internacionais, era de que a contrapartida da família deveria ser o fornecimento da mão de obra gratuita, caracterizada, inclusive, como processo participativo. **O projeto inviabilizou-se porque o universo de problemas era imenso e diversificado, acrescido da falta de vontade da população de trabalhar de graça, já que conseguia – e precisava – de trabalho remunerado** (os chamados “bicos”), dos fins de semana (PETERSEN, 2003, p. 50 – grifo nosso).

Por ter sido uma tentativa fracassada, ficou decidido então, que para o projeto ter continuidade, os mutirões precisariam ser pagos, seguindo-se, assim, às reivindicações dos próprios moradores das favelas.

Melhorar as favelas em vez de substituí-las tornou-se a meta menos ambiciosa da intervenção pública e privada (DAVIS, 2006, p. 80 – grifo nosso).

Avançou-se, então, para o Projeto de Urbanização Comunitária/Mutirão Remunerado, que se consolidou no final da década de 1980 e início da década de 1990, mormente entre os anos de 1989 e 1993, apresentando relevância na relação entre as favelas e o poder público por inaugurar *“uma nova etapa de percepção e consolidação de conceitos preliminares das premissas básicas para a integração das favelas: intervenções multidisciplinares inter-*

⁶ A década de 1980, mormente o final desta, foi um momento de redefinição das atribuições do poder público municipal em relação à questão social. A maior proximidade do Poder Municipal com os problemas da cidade e sua virtual agilidade e adequação às características locais passaram a ser consideradas vantagens comparativas, em relação ao modelo centralizador de recursos e responsabilidades vigente durante o período militar. Como afirma Carvalho, *“essa percepção foi consagrada pela Constituição de 1988, que dotou de autonomia financeira os municípios, ao mesmo tempo em que lhes atribuiu um amplo espectro de responsabilidades”* (CARVALHO, 1997, p. 34).

relacionadas com a participação comunitária como função do desenvolvimento social” (PETERSEN, 2003, p. 51).

É factível ressaltar que tal projeto (Mutirão) tenha sido uma das primeiras⁷ etapas na tentativa de transformar as favelas cariocas em bairros. Embora com limitações, o Projeto Mutirão *“foi um instrumento de construção conjunta, de mobilização e esclarecimento da população, um espaço de troca entre o saber técnico e o popular”* (PETERSEN, 2003:52). Ainda em consonância com Petersen (id.) salienta-se que o Mutirão seja a gênese do Programa Favela-Bairro – do ano de 1993, na gestão do Prefeito César Maia⁸.

Retomando a discussão sobre a gênese das favelas, ressalta-se que ao longo da segunda metade do século XIX um dos fatos mais marcantes que assolava a cidade era a questão habitacional, mais especificamente a crise de moradias destinadas à população pobre – o que com o passar do tempo apenas se agravava, pois a cidade era destino certo dos fluxos migratórios⁹, além de ter uma política que contribuía sobremaneira (com incentivos à imigração), aliada ainda à liberação da mão de obra escrava – fatores que aceleraram o crescimento populacional do Rio de Janeiro.

Autores como Vaz (2002) e Benchimol (1992) divergem quanto a alguns números apresentados, relativos à quantidade populacional do Rio de Janeiro. De acordo com

⁷ A Companhia de Desenvolvimento de Comunidades (CODESCO) desenvolvida no governo Negrão de Lima configura-se como uma etapa anterior. O objetivo da CODESCO era resolver a questão das favelas – **urbanizar ou desadensar onde possível, e remover quando imperativo.**

⁸ Mesmo em face de tamanhos investimentos feitos na década de 1980 pelo poder público nas favelas, o déficit de direitos relacionados à infraestrutura, continuava bastante alto no início dos anos de 1990. Dados desse período indicavam que somente 3,7% das casas tinham títulos de propriedade, menos de 20% tinham sistema de esgoto e cerca de 60% possuíam água encanada (MOURA, 1993). Desta forma, *“ficava cada vez mais claro que as intervenções pontuais teriam que ser substituídas ou acompanhadas por um programa mais global, que integrasse a favela à cidade”* (PANDOLFI, GRYSZPAN; 2002). Sob essa ótica surgiu o Favela-Bairro que, mais tarde, veio a se tornar o mais famoso programa de urbanização de favelas já realizado na cidade do Rio de Janeiro – até o século XXI, com o PAC das Comunidades.

⁹ Ressalta-se que nos anos de 1940 era creditado aos migrantes o problema das favelas e da pobreza urbana. A partir de então, essa visão passou a ser dominante tanto entre os formuladores de política quanto entre pensadores, que postulavam o controle da migração como saída para a solução das favelas. De acordo com o relatório da Comissão Encarregada do Estudo dos Problemas de Higiene das Favelas, concluído em 1941, o programa de ação preventiva deveria visar “o controle de entrada no Rio de Janeiro dos de baixa condição social, que para aqui venham sem destino a um trabalho certo; o recâmbio de indivíduos de tal condição para os seus Estados de origem, para o seu ambiente, para o meio da sua gente” (CASTRO, 1979, p. 135 apud LAGO, 2000, p. 65). Em contrapartida, o Censo de 1948 revelava que cerca da metade dos favelados (aproximadamente 52%) dos favelados da cidade eram migrantes e os demais, naturais do próprio município (ABREU, 1987, apud LAGO, 2000, p. 65).

Benchimol (*id*), a população da cidade teria duplicado entre os anos de 1872 e 1890, passando de 274.972 habitantes para 522. 651. Já na visão de Vaz (*id*), entre esses anos (1870 e 1890), a população passou de 235.381 para 518.292 habitantes. Em um ponto ambos concordam – essa explosão populacional pode ser compreendida, sobretudo, devido aos constantes fluxos migratórios. Desta forma, o Rio de Janeiro era a única cidade brasileira a possuir mais de 500 mil habitantes ainda no século XIX.

A Proclamação da República, em 1889, possibilitou ao Rio de Janeiro tornar-se a capital do Brasil, transformando-se, conseqüentemente, num grande polo econômico do país. Contudo, a instauração da República não remeteu à solução para a crise habitacional que o Rio de Janeiro vivenciava. Aconteceu o oposto, pois, devido ao crescimento populacional a crise ficou ainda mais latente, visto que não houve a implantação de uma política pública de habitação popular que equacionasse a situação já problemática.

Os investimentos na área de transportes, realizados desde o período imperial, fomentaram a ocupação da cidade para além dos espaços centrais. Bairros da zona sul, tais como Copacabana e Botafogo se caracterizaram como lócus das elites, visto que a população mais pobre era condicionada aos subúrbios. Lago (2000, p. 63) salienta que as áreas extensas da periferia foram liberadas para que parte da população pobre se assentasse, configurando-se como uma alternativa do poder público para atender às necessidades impostas pela acumulação capitalista.

Não se pode refutar que o avanço no setor de transportes, sobretudo os trens e os bondes, contribuiu para a expansão dos limites geográficos da cidade, mas, ainda assim, não se mostrou suficiente a ponto de alterar as feições coloniais que a capital da República apresentava, tampouco sanar a crise habitacional. A maior parte da população pobre permanecia residindo¹⁰ no centro do Rio de Janeiro, pois não dispunha de recursos para se manter afastada dos locais onde se encontravam a oferta de trabalho e a concentração de capital. Pode-se verificar em Abreu (1986) que:

Com efeito, morar na área central significava muito mais do que não ter gastos com transporte. Para muitos, trabalhadores livres ou escravos de

¹⁰ De acordo com Abreu (1987, apud LAGO, 2000, p. 63), o Censo de 1948 mostra que a maior parte dos favelados do Rio de Janeiro trabalhava na sua própria zona de residência.

ganho, o trabalho tinha que ser procurado diariamente, e sob condições cada vez mais adversas, dada a crescente concorrência da força de trabalho imigrante. Estar próximo ao centro significava garantir a sobrevivência, mesmo porque, para grande parte da população ativa, constituída de vendedores ambulantes e de prestadores dos mais variados serviços, o trabalho não existia enquanto local, mas só era obtido como decorrência das demandas advindas da aglomeração de um grande número de pessoas e de atividades econômicas. E isso ocorria quase que exclusivamente no centro, razão pela qual o número de cortiços continuava a crescer nas freguesias centrais, não importando que as condições de moradia fossem, aí, as mais precárias possíveis (ABREU, 1986, p. 48).

Com os movimentos de combate à existência e a construção dos cortiços, a precariedade de moradias para a população pobre agravou-se ainda mais. Em documento do ano de 1906, o engenheiro Everardo Backheuser abordava o problema:

A população que se deslocava não tinha onde morar alojava-se aqui para manhã de novo, com armas e bagagens, se remover para outro ponto. Foi se afastando do centro quando os meios de fortuna o permitiam; foi se aglomerando no centro, tornando mais perigosa a sua estadia¹¹, quando os recursos ordinários eram poucos (BACKHEUSER, 1906, p. 6).

É sob esta ótica que será analisada a gênese das favelas cariocas neste estudo – a carência de políticas públicas que objetivassem sanar a problemática da questão habitacional – que há décadas assolava a cidade e, talvez ainda hoje (2012) assole.

Zaluar e Alvito (2004, p. 7) corroboram que as favelas acabaram se tornando uma espécie de “*marca da capital federal*”, uma espécie de resposta às avessas para as tentativas das oligarquias de deixar a cidade “*embranquecida e assim, europeia.*” Os autores ressaltam também que o Rio de Janeiro é “*uma cidade marcada pelo paradoxo*”, pois a perseguição e consequente derrubada dos cortiços culminaram com o crescimento populacional nos morros e subúrbios.

Vaz (2002) salienta que a situação da habitação popular era tão grave, que nem mesmo o alto número de moradias precárias tais como os cortiços e as estalagens era suficiente para acolher a enorme quantidade de trabalhadores sem recursos que se concentrava nas áreas centrais da cidade. Por esta razão, todo espaço disponível nas edificações antigas acabava por ser ocupado por parte dessa população.

¹¹ Salienta-se que o termo relativo à permanência é estada.

A descoberta dos pobres e dos espaços que ocupam é uma das peculiaridades da época. Ficaram inúteis os porões e os sótãos para guardar a escravaria. Os estrangeiros que vêm residir no Rio, em particular os ingleses, trazem o estilo julgado elegante do bairro isolado, do subúrbio, tão estranho às tradições mediterrâneas até então hegemônicas. Quem era alguém se mudou. Em um lugar onde existe equipamento perfeitamente adaptável, começam a proliferar pensões miseráveis, alcouces, cabeças-de-porco (SANTOS, 1984, p. 11-12, apud LAGO, 2000, p. 60).

No decorrer da segunda metade do século XIX, a classe trabalhadora da cidade vislumbrou a possibilidade em estabelecer casebres nos morros próximos ao centro. Pesquisadores tal como Vaz (*Ibid*) levantaram a hipótese desse tipo de ocupação representar uma espécie de gênese das favelas cariocas, mormente em relação aos morros da Providência e de Santo Antônio, tidas como as mais antigas da cidade.

Como citar uma data de maneira precisa pode ser além de pretensioso, perigoso (de cometer equívocos), pode-se sinalizar o surgimento da favela ou o “*mito de origem*” (VALLADARES, 2005) relacionado aos diversos fatores conjunturais que condicionam este início para fins do século XIX e começo do século XX.

Em relação ao Morro da Providência é factível associar sua ocupação ao retorno dos soldados que lutaram em Canudos, no ano de 1897. Todavia, há registros que confirmam a existência de uma numerosa população no local, antes do fim da campanha de Canudos (ZYLBERBERG, 1992, p. 57). Zylberberg (*id*) salienta que ainda que diversas sejam as versões sobre o que de fato, aconteceu na visão de Medina,

Os soldados sobreviventes da campanha contra Canudos, naturais de diferentes estados decidiram então vir à Capital da República solicitar apoio e assistência do Governo. Estabeleceram-se no Morro da Providência que dominava a Praça da República e, por conseguinte, o Quartel General do Exército. Promessas oficiais, atrasos e indiferença os obrigaram a se adaptar ao precário habitat onde se ergueram numerosos barracos. E assim nasceu a primeira favela do Rio de Janeiro (apud ZYLBERBERG, 1992, p. 55).

Seja qual for a real versão para esse *mito*, autores tal como Valladares (2005) traçam uma relação entre o Morro da Providência ao povoado de Canudos, no sertão baiano. Destaca-se a ideia de que seria após a chegada dos antigos combatentes da Guerra de Canudos à Providência que essa localidade teria passado a ser chamada de Morro da *Favella*. Haja quantas definições os historiadores possam conceber, o fato é que o termo deixou de ser

próprio de um espaço e passou a ser genérico para todas as áreas semelhantes, ocupadas por uma população de baixa renda e moradora de habitações precárias. Rocha (1995) atenta que o termo favela passou a definir essa nova forma de habitação, pelo fato de ter apontado uma solução para o problema da moradia das camadas mais desfavorecidas da população (apud ZYLBERBERG, 1992, p. 57).

Marc Ferrez¹², em 1885, registrou a fachada do Quartel General do Exército, tendo o Morro da Providência ao fundo. São vistos nessa imagem pequenos casebres nas encostas, na parte conhecida como Morro da Formiga, que posteriormente, passou a ser chamada de *Morro da Favela*.

Ressalta-se ainda que desde a década de 1840 era desenvolvida no Morro da Providência a exploração de pedreiras, atividade importante para uma cidade em crescimento tal como o Rio de Janeiro; essa exploração demandava mão de obra não especializada – fator que atraía uma população pobre, carente de trabalho e moradia para o entorno – se fixando nos morros.

Na obra “O Cortiço”, o autor Aluísio Azevedo traça um relato acerca dos aspectos que podiam ser percebidos na interrelação trabalho x moradia no final do século XIX, descrevendo o cenário a partir das imagens de uma pedreira e um cortiço. A partir daí, é possível supor que os primeiros habitantes daquelas encostas tenham sido os trabalhadores das pedreiras – a quem se atribui ainda a abertura do caminho da Formiga e a Rua da Providência (ZYLBERBERG, 1992, p. 45). Esses mesmos trabalhadores se instalaram no local, incentivados pela proximidade com o trabalho, além da dificuldade em pagar pela moradia.

Aqui, ali, por toda a parte, encontravam-se trabalhadores, uns ao sol, outros debaixo de pequenas barracas feitas de lona ou de folhas de palmeira. De um lado cunhavam pedra cantando; de outro a quebrarem a picareta; de outro afeiçoavam lajedos à ponta de picão; mais adiante faziam paralelepípedos a escopro e macete. E todo aquele retintim de ferramentas, e o martelar da forja, e o coro dos que lá em cima brocavam a rocha para lançar-lhe fogo, e a surda zoadá ao longe, que vinha do cortiço, como de uma aldeia alarmada;

¹² Marc Ferrez (1843-1923) foi um fotógrafo que se notabilizou pelo registro, entre o final do século XIX e início do século XX, de personagens e paisagens brasileiras, mormente da cidade do Rio de Janeiro. Seu trabalho foi reconhecido pelo Imperador D. Pedro II que o sagrou como *Photografo* da Marinha Imperial. A foto mencionada pode ser encontrada no álbum *O Rio antigo*, p. 150-151, de Marc Ferrez; editado em 1985, pela João Fortes Engenharia.

tudo dava a idéia de uma atividade feroz, de uma luta de vingança e de ódio (AZEVEDO, 1997, p. 41).

Valladares (2005) se apoia nos relatos de outro clássico – do autor Euclides da Cunha em “Os Sertões” – como o mito fundador da favela carioca.

O livro de Euclides da Cunha é posterior (1902) ao momento em que a Providência foi rebatizada como Morro da Favella (1887), mas tal acontecimento teria passado despercebido, e essa palavra não teria alcançado a posteridade que conheceu, sem as imagens fortes e marcantes transmitidas através de *Os Sertões*. Imagens capazes de permitir aos intelectuais brasileiros compreender e interpretar a favela emergente. (VALLADARES, 2005, p. 30).

O Morro da Favella passou a ser o foco das atenções das autoridades públicas devido ao rápido crescimento de sua população. Zylberberg (1992) salienta que havia “*cerca de cem casebres na Favella Providência*” já na primeira década do século XX. Essa população crescente chamou a atenção também do prefeito Pereira Passos, que comandava as grandes reformas urbanas da época, conforme é factível verificar:

O ilustre Dr. Passos, ativo e inteligente Prefeito da Cidade, já tem as suas vistas de arguto administrador voltadas para a *Favella* e em breve providências serão dadas de acordo com as leis municipais, para acabar com esses casebres. É interessante fazer notar a formação dessa pujante aldeia de casebres e choças no coração mesmo da capital da República, eloqüentemente dizendo pelo seu mudo contraste a dois passos da Grande Avenida, o que é esse resto de Brasil pelos seus milhões de quilômetros quadrados. (BACKHEUSER, apud ZYLBERBERG, 1992, p. 25)¹³.

Sintetizando, pode-se dizer que o *mito fundador* da favela com maior expressividade e aceitação seja mesmo o embasado na ocupação do morro da Providência, em decorrência dos soldados participantes da campanha de Canudos que vieram à capital da República em busca de assistência governamental.

Mesmo em face de tantas visões e justificativas, o que se evidencia é que na cidade do Rio de Janeiro a palavra *favela* aparece a partir da toponímia do morro da Providência, no final do século XIX e início do XX.

¹³ *Onde moram os pobres* (Revista Renascença).

O morro de Santo Antônio também se apresenta como mais uma ocupação da área do centro da cidade do Rio de Janeiro, ainda no século XIX. Abreu (1994) ressalta que os soldados oriundos da Revolta da Armada (1893-1894) receberam autorização por parte do governo para ocupar o convento, localizado no morro de mesmo nome. Porém, as acomodações não eram suficientes para abrigar todas as pessoas (havia muitos soldados casados). Por esta razão, tiveram permissão para construir barracos de madeira numa das encostas daquele morro.

Tal ocupação não cessou com o passar dos anos, fato que condicionou a mídia da época a denunciar o que acontecia. Em 1901, o *Jornal do Commercio* publicou um artigo com o título de “Bairro Novíssimo”, a fim de relatar que os barracos construídos no morro de Santo Antônio (com a permissão governamental) chamavam a atenção das elites cariocas, que por sua vez, criticavam tais moradias e sua população, de forma a pressionar, sobretudo, o governo – que havia fomentado sua implantação – em busca de soluções.

Apenas após a publicação do referido artigo que as autoridades começaram um processo, culminando com a ida do então Prefeito Xavier da Silveira ao morro. Ao constatar a situação das ocupações (precárias), tal político determinou a remoção dos casebres, no mesmo ano (1901). Pode-se dizer que tenha sido o início de muitas remoções e novas ocupações.

Abreu (1994) demonstra que a reconstrução dos barracos era possível de se realizada, segundo informações dos jornais da época, devido à utilização do material das demolições realizadas para abrir a Avenida Central, o que se caracterizava como um paradoxo – a vontade de modernizar a cidade e, para tanto seguir com o “*bota abaixo*”, fornecia o necessário em insumo para a construção de novos e mais barracos nos morros.

É factível verificar a partir de tais aportes conceituais que a gênese das favelas cariocas tem profunda ligação com a crise habitacional, crise esta que assolou a cidade do Rio de Janeiro por várias décadas, promovendo a segregação da população.

Chalhoub (1996) salienta que a maioria das cidades do país pôde experimentar cada uma à sua época, uma cisão que originava duas cidades – a formal, pautada pelos preceitos urbanísticos e, a informal, destinada à parcela pobre da população. Esta dita cidade informal apresentava ocupações de igual forma – informais – representadas pelas favelas, áreas que

não chamavam a atenção dos especuladores imobiliários justamente por serem “*vazios urbanos, morros ou espaços inundáveis.*”

Moradia é um verbo. Os pobres urbanos têm de resolver uma equação complexa ao tentar otimizar o custo habitacional, a garantia de posse, a qualidade do abrigo, a distância do trabalho e, por vezes, a própria segurança (DAVIS, 2006, p. 39 – grifo nosso).

Deste modo, as favelas da cidade que já se encontravam em fase embrionária nos locais próximos ao centro (principalmente nos morros), surgiam como reflexo em meio às contradições que o Rio de Janeiro vivenciava – a *necessidade* de modernização plasmada pelas elites e pelos governos e a crescente favelização e segregação da população menos abastada.

Esses paradoxos contribuíram sobremaneira para a *invenção* da favela com o suporte do próprio poder público que, embora verificasse o aumento da população da cidade e, com a implantação de reformas e melhorias urbanísticas no início do século XX, não planejou tampouco adotou quaisquer políticas eficazes para o provimento de habitação que viesse a equacionar a carência provocada pela crise habitacional do Rio de Janeiro.

Corroborando com o exposto, vários foram os fatores que contribuíram para a criação, o crescimento acelerado e descontrolado e, a permanência indesejada das favelas no cenário da cidade. De forma mais clara salientam-se o combate frenético às habitações coletivas, aos cortiços; o aumento da população nas últimas décadas do século XIX; o “*bota abaixo*” de Pereira Passos; a carência de políticas públicas destinadas a equacionar os problemas de moradias populares; a “*permissão*” governamental ante as ocupações de alguns morros; a fiscalização sobre as atividades comerciais nos subúrbios e talvez, a mais latente de todas as justificativas, a necessidade de sobrevivência da população das classes mais pobres.

Se a responsabilidade da *criação* das favelas cariocas se dá pela permanência das classes populares, que proveram condições de se estabelecerem nas áreas próximas à região central e, por conseguinte, dos locais de trabalho, o que de certa forma, garantia a sobrevivência dos familiares, pode-se também deduzir que houve momentos em que as próprias autoridades governamentais patrocinaram e fomentaram que essa população ocupasse os morros, como uma forma de atender aos interesses públicos e das elites – de

manter os pobres distantes – e proporcionar ao Rio de Janeiro o status de cidade modernizada, salubre, higiênica e, portanto, própria aos investimentos do capital estrangeiro.

3.2 Programas governamentais

A urbanização, apesar de criar muitos modos citadinos de ser, **contribui para ainda mais uniformizar os brasileiros** no plano cultural, sem, contudo, borrar suas diferenças. A industrialização, enquanto gênero de vida que cria suas próprias paisagens humanas, plasmou ilhas fabris em suas regiões (RIBEIRO, 2006, p. 19 – grifo nosso).

O objetivo deste subcapítulo é salientar as formas de intervenção urbana pelas quais as favelas da cidade do Rio de Janeiro passaram ao longo dos anos, e o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), por proporcionar o desenvolvimento do turismo de base comunitária, visto que ao ser implantado no território (nesse caso nas favelas), a população autóctone precisa optar por uma atividade produtiva, por um setor da economia e, o que se poderá verificar nos exemplos estudados no capítulo posterior é a decisão pelo turismo como arranjo produtivo local.

3.2.1 Favela-Bairro

O Rio de Janeiro apresenta singularidades naturais que definem sua evolução [...] circunstâncias históricas e geográficas imprimem particularidades à sua organização territorial. O Rio busca, há décadas, equacionar a organização de seu espaço e suas questões sociais. As condições de moradia para a massa de pobres são as piores possíveis, multiplicando-se os cortiços, estalagens, casas de cômodos, palafitas. O movimento sanitarista começa a apontar os riscos potenciais dessas moradias e a demandar sua remoção. Em 1893, o Prefeito Barata Ribeiro começa a destruir os cortiços, inclusive o famoso Cabeça de Porco. Os moradores do Cabeça de Porco juntaram o que restou e montaram seus casebres no Morro da Providência. Outros cortiços derrubados e, mais uma vez, com as sobras, os moradores, que viviam do trabalho na cidade, constroem novos barracos [...] começa o processo de ocupação dos morros. E o Morro da Providência virou o Morro da Favela. As favelas se expandiram. A Prefeitura decide interferir no crescimento urbano, adaptando-o aos interesses do Estado. É formulado o Plano Agache, que oficializa a separação das classes sociais no espaço urbano e condena as favelas à erradicação. **O debate sobre a viabilidade da urbanização das favelas ganha espaço, e surgem projetos pontuais de intervenção. Favelas e favelados são parte integrante da cidade, e não mais uma ocupação e população provisória. [...] recomendava-se a integração das favelas aos bairros, incorporando os moradores no processo.** O Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) trabalhava com a nova

abordagem do problema dos assentamentos irregulares, que optava pela implantação de políticas integradas de melhoria dos assentamentos humanos. O Banco trazia a experiência do acompanhamento dos chamados Programas de Melhoramentos de Bairros, os PMBs, iniciados no Chile, no anos 80. Esse era o momento de juntar esforços para a elaboração de um Programa que se transformaria num dos mais importantes programas para a Cidade do Rio de Janeiro: o Favela-Bairro (RIO ESTUDOS – IPP, 2003. p. 1-15 – grifo nosso).

Davis (2006, p. 79) corrobora que os empréstimos do Banco Mundial para desenvolvimento urbano deram um salto de 10 milhões de dólares – no ano de 1972 – para mais de 2 bilhões no final da década de 1980, mormente 1988. Ainda em consonância com os dados do autor, entre o ano de 1972 e a década de 1990, o Banco ajudou a financiar um total de 116 programas de ofertas de lotes urbanizados e/ou de urbanização de favelas em cerca de mais de cinquenta países; o que conferiu ao Banco vasta influência nas políticas urbanas nacionais e patrocínio direto com as ONGs.

No Brasil, especificamente no Rio de Janeiro não foi diferente e o Favela-Bairro¹⁴ se configurou como um programa desenvolvido a partir do ano de 1993 pela Prefeitura da cidade, cujo objetivo principal era promover a implantação de melhorias urbanísticas, tais como obras de infraestrutura urbana, acessibilidade e a criação de equipamentos urbanos que visassem promover a integração das áreas de favela ao tecido urbano da *cidade formal*.

As principais ações propostas pelo programa, cofinanciado pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID¹⁵) eram:

- a) complementar ou construir a estrutura urbana principal; b) oferecer condições ambientais para a leitura da favela como um bairro da cidade; c)

¹⁴ A degradação da Cidade do Rio de Janeiro e a carência de investimentos públicos levaram a Prefeitura a enfrentar o desafio de reverter a situação, melhorando a infraestrutura urbana na cidade e as condições de vida nas favelas, que já existiam há mais de um século. A idéia era integrar as comunidades à cidade formal. Com a criação, em 1994, da Secretaria Municipal de Habitação e, tendo como base a experiência do Mutirão Remunerado que realizava obras de infraestrutura em comunidades pobres, foi proposto ao Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID uma parceria para financiar o Projeto Favela Bairro juntamente com a Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro.

¹⁵ Desde 1994, entre projetos, obras em andamento e concluídas – cerca de 556 mil moradores, em 143 comunidades médias consolidadas (de 500 a 2.500 domicílios), foram beneficiados pelas ações do Programa. O Favela-Bairro conta com US\$ 600 milhões, resultantes de dois contratos assinados com o BID, cada um no valor de US\$ 300 milhões – sendo US\$ 180 milhões do BID e contrapartida de US\$ 120 milhões da Prefeitura. (Fonte: http://ww.br/habitat/favela_bairro.htm). Acesso em: 15 jan 2011.

introduzir os valores urbanísticos da cidade formal como signo de sua identificação como bairro: ruas, praças, mobiliário e serviços públicos; d) consolidar a inserção das favelas no processo de planejamento da cidade; e) implementar ações de caráter social, implantando creches, programas de geração de renda e capacitação profissional e atividades esportivas, culturais e de lazer; f) promover a regularização fundiária e urbanística.

Foi a partir de experiências prévias da Prefeitura, tal como o Projeto Mutirão já salientado, que se consolidou a percepção de que era urgente a implantação de um programa de intervenção global nas favelas, que concentrasse a coadunação de esforços entre os diversos órgãos governamentais, atacando principalmente as carências de infraestrutura.

O Plano Diretor da Cidade, sancionado em 1992 pelo então prefeito Marcello Alencar, foi um aliado relevante dessa percepção. Este Plano fomentou ainda mais a discussão sobre a questão das favelas e a solução contida nele. Conforme ressalta Burgos, *“não apenas privilegia a via urbanizadora, mas também prescreve para as favelas uma nova identidade: a de bairros populares”* (2004, p. 48).

A fim de executar as ações do Programa foi criada a Secretaria Extraordinária de Habitação em 1994¹⁶. Uma das primeiras medidas adotadas foi a seleção das favelas que deveriam ser alvo das intervenções. Em princípio o objetivo era privilegiar favelas de médio porte, nas quais fosse possível completar um quadro de introdução de melhorias, fechando-se um processo de urbanização.

Foram selecionadas 40 favelas, tendo como base critérios técnicos. A partir de então, os critérios políticos passaram a prevalecer sobre os técnicos, pois o prefeito, com o auxílio de seus aliados (subprefeitos), foi quem teve o poder de decidir quais seriam as 16 primeiras favelas que receberiam, enfim, o Favela- Bairro.

Burgos (2004, p. 51) destaca que o programa se diferencia dos demais já pensados e implantados, pois *“saiu quase que em linha reta das pranchetas dos técnicos da prefeitura e dos escritórios de arquitetura para as favelas”*. Carvalho (1997, p. 35) corrobora que

Pelo menos em sua formulação, o programa revela a busca por uma nova modalidade de realização de política pública voltada para os segmentos

¹⁶ Diversas associações de moradores de favela se tornaram gestoras do Favela-Bairro. Essa nova posição conferiu poder às associações. Não obstante, Pandolfi e Grynszpan (2002) ressaltam que esse novo contexto também pesou para que as associações experimentassem uma redefinição, que se apresenta sob a forma de um esvaziamento político.

subalternos da cidade, contornando a prática clientelista tradicional, construída a partir de concessão personalista de benefícios aos moradores das favelas e da cooptação de suas lideranças e entidades representativas (CARVALHO, 1997, p. 35).

No que concerne aos aspectos gerenciais do programa, salienta-se que o poder público municipal adotou a terceirização dos serviços. Assim, a maioria dos projetos, a execução das obras e o seu acompanhamento foram terceirizados.

Além do acompanhamento dos projetos e obras feito pela Empresa Municipal de Informática (IPLANRIO), Empresa Municipal de Urbanização (RIOURBE) e Secretaria Municipal de Habitação (SMH), foram contratadas duas empresas – uma que apoiava o gerenciamento geral do programa e outra que prestava assistência técnica e dava apoio à supervisão.

Mas, como todos os programas governamentais se tornam alvo de críticas, com o Favela-Bairro não foi diferente. A mais latente era que o programa teve uma participação dos moradores de favela demasiadamente tímida, com indícios de constituir-se mais como prática de legitimação das ações políticas do que propriamente de democratização desta.

3.2.2 Programa de Aceleração do Crescimento (PAC)

A criação do Ministério das Cidades, em janeiro de 2003, atendeu a antigas reivindicações dos movimentos sociais preocupados e interessados na melhoria das condições de vida nas grandes cidades do país, sobretudo pela necessidade em se promover a reforma urbana.

Ao lançar o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), em janeiro de 2007, um plano estratégico de investimentos do Governo Federal, se estabeleceu para um recorte temporal de quatro anos, substanciais compromissos em saneamento e urbanização de favelas, com parcela relevante originária do Orçamento Geral da União (OGU).

As premissas do PAC se fundamentavam em fazer o Brasil crescer de forma acelerada e sustentada. No primeiro mandato do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, os principais

desafios eram estabilizar a economia e implantar um novo modelo de desenvolvimento para o país, onde pudesse aliar crescimento com distribuição de renda.

Pela primeira vez em décadas, o Brasil esboçou um plano estratégico para resgatar o planejamento em infraestrutura, retomar investimentos em setores estruturantes, fazer crescer o emprego e a renda, incentivar o investimento público e privado e, principalmente construir a infraestrutura necessária para sustentar o crescimento do país.

Ao lançar o PAC, o governo federal anunciou uma série de medidas cujo principal objetivo era favorecer a implementação dos projetos. Entre estas medidas, podem ser citadas a desoneração tributária para alguns setores, medidas na área ambiental para dinamizar o marco regulatório, estímulo ao financiamento e crédito, medidas de longo prazo na área fiscal.

Contudo, nem todo o dinheiro saiu ou sai dos cofres públicos. O PAC prevê parcerias com empresas para que elas apresentem projetos e ofereçam contrapartidas. Nestes casos, após a aprovação do projeto, a obra é financiada com parte do dinheiro do PAC e parte das empresas. Estados e municípios também entram nestas parcerias.

Na lista de obras previstas pelo PAC está a duplicação e recuperação de 45 mil quilômetros de estradas, 2.518 quilômetros de ferrovias, ampliação e melhoria de 12 portos e 20 aeroportos, geração de mais energia elétrica, além da construção de usinas para produzir combustível para o país.

Para a área de habitação, área de interesse desse estudo, o PAC previu um investimento de R\$ 106,3 bilhões entre 2007 e 2010, beneficiando quatro milhões de famílias. O governo almejou levar água e coleta de esgoto para 22,5 milhões de domicílios. Cabe mencionar que antes de ter as obras do PAC (fase 1) concluídas, a fase 2 do programa fora lançada – com finalidades eleitorais (campanha presidencial de Dilma Rousseff) – o que gerou críticas por parte da sociedade civil.

Ressalta-se que o Brasil é o primeiro país em desenvolvimento a aderir ao *Cities Alliance*¹⁷, que tem entre os seus membros os países que integram o G7¹⁸, além de organismos internacionais. O *Cities Alliance* financia projeto de urbanização em assentamentos precários nos países em desenvolvimento e define estratégias de ações destinadas à política urbana.

Ainda em relação ao plano internacional, salienta-se a intensificação da cooperação Sul-Sul, por meio do fechamento de acordos com países tais como a Índia e a África do Sul e, países de desenvolvimento médio como o Brasil. Tais pactos envolvia a troca de informações, tecnologia e capacitação, sendo realizadas em âmbito trilateral (através do Foro IBAS¹⁹ – Índia, Brasil e África do Sul).

¹⁷ A Aliança de Cidades está presente no Brasil desde 2001, trabalhando em conjunto com autoridades municipais, estaduais e federais na área de habitação de interesse social e urbanização de favelas e assentamentos precários, assim como na formulação e implementação de ferramentas de planejamento urbano e disseminação de conhecimento. O Brasil entrou formalmente para a Aliança de Cidades em 2003. Desde então, a parceria tornou-se um elemento fundamental no fortalecimento das abordagens nacionais à urbanização de favelas e nas políticas habitacionais que beneficiem os pobres em todo o país. Isto tem sido feito principalmente através do Ministério das Cidades e da Caixa Econômica Federal, o banco de desenvolvimento urbano e habitacional do país. A Aliança de Cidades tem um escritório regional em São Paulo. (Fonte: <http://www.citiesalliance.org/sites/citiesalliance.org>). Acesso em: 12 jun 2011.

¹⁸ O Grupo dos Sete (G7) reúne os sete países mais industrializados do mundo e tem como objetivo coordenar a política econômica e monetária mundial. Iniciado em 1975, quando o então primeiro-ministro alemão Helmut Schmidt e o presidente francês Valéry Giscard d'Estaing se reuniram com líderes dos EUA, Japão e Grã-Bretanha para discutir a situação da política econômica internacional, a organização ficou conhecida como Grupo dos Cinco. A partir dos anos de 1980, esses países passaram a discutir também temas gerais, como drogas, democracia e corrupção. Com a admissão de Itália e Canadá, passou a ser chamado de Grupo dos Sete. De 1994 a 1997, a Rússia participou das discussões políticas no grupo, o que deu origem ao termo G8. Os russos, no entanto, não participam das discussões econômicas. O grupo G7 original continuou a reunir-se como uma entidade separada e a tomar todas as decisões. A partir de 21 de junho de 1997, a Rússia tornou-se membro integrante do G7, embora a economia russa não seja a oitava do mundo (posto ocupado pela China) e tampouco o país seja rico. Na verdade, a Rússia exerce grande poder geopolítico, pois trata-se de uma potência nuclear. Com o fracasso da Rússia de converter-se para uma Economia do Livre Mercado, ela está definitivamente "fora do clube" com relação às decisões econômicas. O G7 realiza três encontros anuais, sendo o mais importante a reunião de chefes de governo e de Estado, quando os dirigentes assinam um documento final que deve nortear as ações dos países membros. Membros – Alemanha, EUA, França, Grã-Bretanha e Japão (1975), Itália e Canadá (1986) e Federação Russa (1997). (Fonte: <http://www.klickeducacao.com.br>). Acesso em: 18 abr 2011.

¹⁹ O Fórum IBAS (sigla formada pelas iniciais de Índia, Brasil e África do Sul) nasceu de um concerto entre as três nações, visando externar à comunidade internacional a sua visão de mundo, economia, questões humanitárias e sociais, tratados em parâmetros similares entre os três Estados. Por isso mesmo, o discurso por trás de sua composição baseia-se na ideia de cooperação Sul-Sul, ou seja, uma inovação nas relações diplomáticas de todos os três países em desenvolvimento, criando um canal de maior intercâmbio entre nações do hemisfério sul, entre nações de destaque internacional em cada uma de suas regiões. (Fonte: <http://www.infoescola.com/geografia/forum-ibas/>). Acesso em: 25 fev 2012.

Destaca-se como relevante à questão da habitação (mormente os problemas oriundos do déficit habitacional), a realização no Brasil (cidade do Rio de Janeiro²⁰), em março de 2010, do V Fórum Urbano Mundial, que o *UN-Habitat* (Programa das Nações Unidas para os Assentamentos Humanos) desenvolve a cada dois anos, com o objetivo de discutir temas tais como transportes, moradias e saneamento.

Percebe-se, que a questão habitacional situa-se no centro de um projeto político urbano, cujo foco se concentra na inserção dos setores mais vulneráveis da população, considerando a habitação e o acesso universal aos serviços básicos de saneamento como essenciais e fundamentais ao pleno exercício da cidadania.

A política habitacional do governo Lula apresentava raio de abrangência no quadro representativo das necessidades de habitação em termos do déficit qualitativo e quantitativo; do modelo institucional e financeiro, mediante o qual se dava a implantação dos investimentos em habitação e a qualidade da cadeia de produção da construção civil.

Segundo o Ministério das Cidades (2009), o PAC alocou (até o mês de fevereiro de 2009) cerca de R\$8,4 bilhões – com recursos do OGU – destinados à efetivação dos projetos nas áreas de saneamento integrado e urbanização de assentamentos precários em favelas tais como Rocinha, Manguinhos e Alemão (citando a cidade do Rio de Janeiro, objeto deste estudo).

Ainda em relação à habitação, salienta-se em consonância com dados do Ministério das Cidades/Resultados, Projeções, Ações (2009, p. 39) o programa de urbanização de favelas, de acordo com o Quadro 3.3 e a construção de novas moradias – mencionado como prioridade do PAC.

²⁰ O tema deste encontro foi *O Direito à Cidade*.

Quadro 3.3: **Secretaria Nacional de Habitação**
Programa: Urbanização, Regularização e Integração de Assentamentos Precários

Ações	Melhoria das condições de habitabilidade e urbanização de assentamentos precários.
Modalidades	Urbanização de assentamentos precários.
Fontes de recursos	OGU e Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social (FNHIS)
Destinatários	Famílias com renda mensal de até R\$1.050 (um mil e cinquenta reais).
Poder público local	Elaboração de proposta e execução das obras.
Forma de acesso	OGU: pactos federativos firmados por estados, municípios e Distrito Federal com a União. FNHIS: consulta prévia encaminhada ao Ministério das Cidades.

Fonte: Ministério das Cidades / Resultados, Projeções e Ações (2009, p. 53).

Na ausência de uma alternativa habitacional regular, a população apela para seus próprios recursos e produz a moradia como pode. Os pobres fazem, assim, sua cidade. Ela é muito precária, desregulada, ignorada pelo Estado, com dimensões trágicas refletidas na ocupação predatória e irregular do solo, traduzindo-se em acidentes sociais como enchentes, poluição, doenças e epidemias e, quando chove, desmoronamentos. Urbanizar esse caos não é solução. Nunca vai ficar bom porque a cidade que resulta desse processo é muito ruim. A lógica perversa predominante precisa ser ultrapassada pela intervenção reguladora do Estado, que retire do mercado uma parcela importante do território urbano, para concretizar a exigência constitucional de função social da propriedade. **É preciso destinar uma parte importante do território de nossas cidades para moradia dos habitantes de classes econômicas mais pobres**, que são a maioria. É isso que não foi feito ao longo de nossa história (RETRATO DO BRASIL; CIDADES, dez 2007 / jan 2008, p. 26 – grifo nosso).

Não se pode prescindir a importância do PAC como uma retomada dos investimentos em infraestrutura urbana e social. Não obstante, percebe-se no discurso de especialistas do setor (RETRATO DO BRASIL; CIDADES, dez 2007 / jan 2008, p. 28) um alerta aos riscos que o programa abarca na área de habitação. A retórica salienta que os problemas não se concentram no programa em si, mas nas circunstâncias em que os recursos serão aplicados.

Rolnik (*apud* RETRATO DO BRASIL; CIDADES, dez 2007 / jan 2008, p. 28) ressalta que seja cedo para avaliar o PAC. Todavia, alerta para a possibilidade de que o programa reproduza o que ocorreu na Ditadura Militar, mormente se os municípios não

puderem intervir “*usando os instrumentos que têm nos seus Planos Diretores e que foram disponibilizados no Estatuto das Cidades*”.

Seja como for, o PAC se encontra em sua 2ª fase (2012) – gestão presidencial de Dilma Rousseff – e as intervenções urbanas se tornam cada dia mais presentes no cotidiano da sociedade, o que representa ganhos significativos, salientando mobilidade urbana, salubridade, saneamento básico e, inclusive habitação.

3.2.3 Morar Carioca²¹

Salienta-se que a Prefeitura da cidade do Rio de Janeiro, há cerca de 20 anos intensifica seus programas de melhoramentos de favelas, que consistem, basicamente, em implantar todos os serviços de infraestrutura sanitária, sistemas de circulação, equipamentos sociais, educacionais, de lazer e de esportes.

Além dessa completa urbanização, têm sido executados diversos projetos de desenvolvimento social, de adoção de normas urbanísticas e edilícias e de controle do uso do solo. Para fins de melhor planejar a ação governamental, adotou-se a categoria *comunidade urbanizada* para diferenciar favelas que receberam pouca ou nenhuma melhoria daquelas que passaram por intervenções físicas muito mais completas e transformadoras.

Comunidade urbanizada representa, portanto, um tipo de assentamento habitacional que, tendo se originado como uma favela, galgou um novo e melhor patamar, dentro do contínuo processo de urbanização e reurbanização a que estão submetidos, em maior ou menor grau, todos os espaços da cidade. Contudo, tal tipo de habitat continua mantendo especificidades na sua estruturação socioespacial, nos padrões construtivos de suas edificações e nas formas de organização da vida cotidiana, o que justifica mantê-los numa classificação própria.

Na realidade, a cidade é formada por uma variada tipologia de habitats que, para fins de conhecimento e atuação governamental, é importante considerar: bairro tradicional,

²¹ Plano Municipal de Urbanização de Assentamentos Precários.

favelas, loteamentos, conjuntos habitacionais, cortiços, condomínios verticais e horizontais, vilas e outros.

Desta forma, a gestão do atual (2012) Prefeito (reeleito até 2016) Eduardo Paes, criou o Programa Morar Carioca no mês de julho de 2010, através da Secretaria Municipal de Habitação, apresentando como objetivo a promoção da inclusão (social), por meio da integração urbana e social completa de todas as favelas – com recorte até o ano de 2020. É mais uma intervenção com vistas a atender aos megaeventos esportivos que a cidade do Rio de Janeiro irá abrigar nos próximos anos²² e tem como meta investir R\$ 8 bilhões, sendo 2 bilhões até o corrente ano (2012).

No discurso governamental é salientado que o Morar Carioca seja resultado de experiência acumulada pela Prefeitura em áreas carentes, com foco na inclusão social e no respeito ao meio ambiente, envolvendo um amplo processo de planejamento urbano.

Ainda em consonância com a retórica municipal, o referido projeto é inovador, pois além da implantação de infraestrutura, equipamentos e serviços, o Morar Carioca incorpora conceitos mais abrangentes, tais como a implantação de um sistema de manutenção e conservação das obras, controle, monitoramento e ordenamento da ocupação e do uso do solo.

Como o acesso à moradia perfaz uma premissa do projeto, estão previstas melhorias habitacionais nos domicílios das áreas beneficiadas. Salienta-se que as intervenções urbanas do Morar Carioca irão além dos limites físicos das comunidades atendidas, beneficiando também a área de entorno.

A fim de implantar e consolidar o universo de atuação, o programa traçou parcerias com as esferas de poder dos governos federal e estadual, organizações não governamentais (ONGs) e representantes da sociedade civil.

Ainda no ano de lançamento (2010), no mês de outubro, foi assinado um convênio com o Instituto de Arquitetos do Brasil (IAB-RJ), para realização do “*Concurso Morar Carioca: conceituação e prática em urbanização de favelas*”. Tal iniciativa selecionou 40

²² Copa do Mundo da *Fédération Internationale de Football Association* (FIFA), em 2014 e Jogos Olímpicos e Paraolímpicos de 2016.

escritórios de arquitetura para desenvolverem projetos de urbanização nas comunidades, considerando a cultura e a história da população autóctone – de forma a priorizar a identidade do local e das pessoas.

Foram previstas implantação de redes de abastecimento de água, esgotamento sanitário, drenagem pluvial, iluminação pública e pavimentação. Nas comunidades entre 100 e 500 domicílios, além das obras de infraestrutura e urbanização está prevista a implantação de áreas de lazer e paisagismo; as áreas de risco serão eliminadas e haverá regularização urbanística. Nas acima de 500 domicílios que já foram parcialmente urbanizadas, estão previstos equipamentos públicos, ampliação da acessibilidade, desadensamento parcial e a regularização urbanística. Nas comunidades acima de 500 domicílios que ainda não foram urbanizadas, além das intervenções previstas pelo programa, haverá oferta de novas moradias.

No caso das comunidades não urbanizáveis, diagnosticadas pela Prefeitura como situação de risco ou inadequada ao uso residencial, as famílias serão cadastradas e reassentadas em unidades habitacionais produzidas pelo Programa Minha Casa, Minha Vida (de acordo com o PAC).

Da mesma forma que nos bairros formais, as comunidades terão regras que definirão onde, quanto e como se pode construir. Para fiscalizar o cumprimento da legislação, serão construídos Postos de Orientação Urbanística e Social (POUSOS²³), espécie de posto da Prefeitura nas comunidades, sob a coordenação da Secretaria Municipal de Urbanismo (SMU).

Nestas unidades ficarão equipas de engenheiros, arquitetos, assistentes sociais e agentes comunitários que atuarão na fiscalização das normas, conservação das obras e das áreas públicas. Os POUSOS poderão solicitar a atuação de outros órgãos e também orientarão os moradores na reforma de suas casas²⁴.

²³ Os POUSOS foram criados na Secretaria de Habitação em novembro de 1996 e, em julho de 2003, transferidos para a Secretaria de Urbanismo, subordinados à Coordenadoria de Orientação e Regularização Urbanística – CRU. Atuam nas áreas urbanizadas com a finalidade de: elaborar e fiscalizar a legislação, promover o planeamento, orientar construções, licenciar obras, conceder habite-se e controlar o crescimento das áreas, assegurando que os equipamentos e serviços públicos não se tornem insuficientes.

²⁴ Tais ações são factíveis de serem verificadas no Alemão.

Salienta-se que no Alemão, uma das favelas urbanizadas estudadas, vem sendo implantado o Conselho de Desenvolvimento Comunitário (2012), com Grupos de Trabalho (GTs) com foco nas áreas de Meio Ambiente e Urbanismo; Saúde; Comunicação; Geração de Trabalho e Renda; Educação e Cultura e o GT de Turismo.

Cabe destacar ainda que na Babilônia, outro exemplo estudado, melhorias urbanísticas vêm sendo realizadas por meio do Programa Morar Carioca Verde, ressaltando o calçamento da Ladeira Ary Barroso (via de acesso à favela e também à vizinha Chapéu-Mangueira), além da substituição do acesso precário (de barro), pela escadaria.

Salienta-se aqui que a viabilidade para a provisão de tais intervenções físicas nos territórios das favelas cariocas se dá, mormente, pela pacificação destes espaços. Contudo, destaca-se que entre as décadas de 1980 e 1990, as favelas passaram a ser vistas como *locus* da violência e da insegurança. Através da entrada de determinados entorpecentes tal como a cocaína, além do forte armamento no mercado de drogas ilícitas, sobretudo nos anos 1990, a favela *“passou a ser representada como covil de bandidos, zona franca do crime, hábitat natural das classes perigosas. Por extensão, assim o Rio de Janeiro passou a ser visto da mesma maneira na mídia e no imaginário das pessoas do vasto território nacional”* (ZALUAR, 2004).

Desde a década de 1970, tornou-se lugar-comum para os governos do mundo todo justificar a remoção das favelas como modo indispensável de combater o crime. Além disso, as favelas costumam ser consideradas uma ameaça simplesmente por serem invisíveis para a vigilância do Estado (DAVIS, 2006, p. 117).

Reportagens mostrando a criminalidade nas favelas passaram a ocupar lugar de destaque na mídia brasileira. Exportou-se a imagem do Rio de Janeiro como uma cidade sitiada por um grande número de favelas em expansão (LEITE, 2000). Assim, passou-se a utilizar metáforas como “cidade partida” e “lugar da guerra” a fim de fazer referência à *“oposição quase irreconciliável entre as classes médias e abastadas e a população moradora nas favelas espalhadas nos morros e subúrbios da cidade e em sua periferia”* (LEITE, 2000). Todavia, cabe destacar que não é todo morador de favela, o chamado favelado, que integra os bandos armados e as facções criminosas da cidade. Conforme salienta Birman,

[...] os moradores de favelas são tomados como cúmplices dos bandos de traficantes, porque a convivência com eles no mesmo território produziria aproximações de diversas ordens – vizinhança, parentesco, econômica, política local (BIRMAN, 2008, p. 103).

Embora o presente estudo não seja específico sobre o tema ‘violência nas favelas’, não há como prescindir a abordagem de tal assunto. Principalmente porque na atualidade (2012), a pacificação – por meio da implantação das Unidades de Polícia Pacificadora (UPPs) –, fomentou a entrada das intervenções urbanas via programas governamentais em algumas localidades e, com isso, da atividade turística.

O desenvolvimento urbano é assunto de relevância e ocupa o centro de diversas pesquisas [...], cada qual com um olhar, um método, uma contribuição para o entendimento dessa importante questão social. Estar em uma cidade é uma transformação na vida humana. **Um dos fatores marcantes da urbanização brasileira encontra-se no rápido processo de metropolização sofrido pelas principais áreas urbanas, que permitiu em igual velocidade a multiplicação de problemas, nem sempre acompanhados de soluções.** [...] Quanto mais as regiões metropolitanas cresceram incorporando novos espaços, maiores foram os problemas resultantes desse crescimento. A falta de habitação, saneamento, segurança e trabalho são apenas alguns exemplos dessa realidade. Mais tarde a verticalização do solo urbano central acabou beneficiando apenas um segmento limitado da população ao dotar esse local com infraestrutura digna. Contraditoriamente à valorização efetuada pelo adensamento da infraestrutura urbana central, passamos a ter uma queda contínua na qualidade de vida, e problemas de trânsito, ambientais e de violência tornaram-se determinantes para a transferência de segmentos sociais com maior poder econômico. Diante desse cenário em constante transformação, alternativas são necessárias, e o papel [...] é justamente **mostrar que o turismo pode ser um instrumento poderoso em apontar novos caminhos que contribuam de maneira decisiva para o debate do desenvolvimento urbano** (ANDRADE, 2008, p. 7-8 – grifo nosso).

4. INTERVENÇÕES FÍSICAS COM POTENCIAL PARA FAVORECER O TURISMO DE BASE COMUNITÁRIA NAS FAVELAS CARIOCAS URBANIZADAS

Nas multidões da cidade os seres humanos tornaram-se aparências um ao outro – pela simples razão de que essa é a única coisa que uma pessoa pode observar no espaço urbano de grande quantidade de estranhos. Os outros convertem-se em aparências para os olhos das pessoas e, a própria pessoa uma aparência para os daquelas que a pessoa não pode escapar de perceber. Assim, a aparência torna-se o objeto da forma de avaliação que pode ser realizada pelo olhar, ou seja, uma avaliação estética, segundo critérios tais como belo ou fastidioso, maçante ou fascinante (BECH, 1992, apud BAUMAN, 1997, p. 198).

O capítulo que ora se apresenta procura compreender se os Programas de Urbanização de Favelas (pelos quais a cidade do Rio de Janeiro passa e já passou), plasmados pelas esferas de poder (governos municipal, estadual e federal), podem conferir viabilidade à implantação do turismo de base comunitária, utilizando como exemplos o Complexo do Alemão na Zona Norte da cidade, o Morro Santa Marta (ou Dona Marta como é mais conhecido¹) em

¹ De acordo com a Guia de Turismo e moradora local, Verônica, Santa Marta é a denominação da favela – da ocupação local – enquanto Dona Marta é o nome do morro em si – a formação geográfica.

Botafogo, a Rocinha, o Pavão-Pavãozinho-Cantagalo e a Babilônia (estes na Zona Sul) e a Providência, na área central (onde o teleférico, tal como no Alemão foi implantado, também se encontra em fase de construção / 2012), onde tal iniciativa foi capaz de prover os resultados almejados, proporcionando desta forma, melhoria na qualidade de vida dos moradores de tais favelas.

Evidencia-se aqui que não se pretende afirmar ou refutar tais formas de gestão como *cases* de sucesso ou (in) sucesso. Trata-se apenas de considerar de que maneira a atividade turística chegou a tais espaços (se através das intervenções físicas promovidas via poder público, interesses privados ou arranjos produtivos locais) e, se as melhorias e intervenções urbanas nos aspectos territoriais servem a consolidação desses territórios como destinos turísticos.

4.1 Métodos utilizados

Informa-se que as informações contidas em cada um dos exemplos estudados são resultantes de pesquisas de campo, por meio do *Roteiro de Observação nas Favelas Cariocas Urbanizadas*², conversas com moradores, guias de turismo e lideranças locais, além de representantes do poder público e terceiro setor³. Foram realizadas visitas aos locais em questão a fim de vivenciar as atividades ofertadas à demanda turística, com o objetivo também de verificar a situação real das intervenções urbanas feitas e as em andamento⁴.

Ressalta-se que alguns detalhes dos projetos das intervenções urbanas foram conseguidos, tais como as referentes ao Complexo do Alemão. Não obstante, informações mais detalhadas relativas às demais favelas se mostraram de mais difícil acesso. A fim de ilustrar a localização das favelas, apresenta-se na Figura 4.1 o mapa da cidade do Rio de Janeiro, suas Divisões Administrativas Setoriais, respectivos bairros e a sinalização dos exemplos estudados:

² Apêndice A.

³ Não foram tabulados dados por não se tratar da aplicação de questionários ou formulários. Conforme exposto na Introdução, optou-se pela observação em detrimento às maneiras mais formais de investigação, por se tratar de territórios delicados.

⁴ Algumas imagens que servem de ilustração (ver Lista de Figuras) são próprias e, ressalta-se que em alguns casos não fora *permitido* fotografar, como por exemplo, na Rocinha e na Providência.

Quadro 4.4: Legenda da Figura Mapa da Cidade do Rio de Janeiro com as Favelas Cariocas Urbanizadas estudadas

●	Complexo do Alemão
●	Rocinha
●	Botafogo (bairro onde se localiza a Favela Santa Marta)
●	Leme (bairro onde se localizam as Favelas Babilônia e Chapéu Mangueira)
●	Copacabana e Ipanema (bairros onde se localizam as Favelas Pavão-Pavãozinho-Cantagalo)
●	Área Portuária (onde se localiza o Morro da Providência)

Fonte: Rosane Santos, 2012.

4.2 *Gringo na laje*⁵, a Rocinha turística

Favela, semifavela e **superfavela** [...] a isso chegou a evolução das cidades (GEDDES, 1961, apud DAVIS, 2006, p. 9 – grifo nosso).

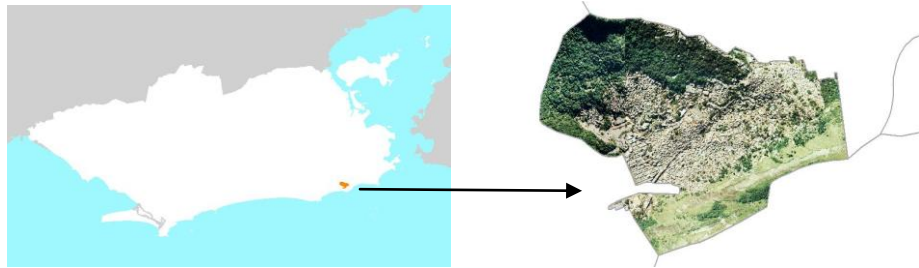


Figura 4.2: Mapa da Cidade do Rio de Janeiro e localização da Favela da Rocinha.

Fonte: IPP.

A Rocinha localiza-se na zona sul da cidade do Rio de Janeiro, entre os bairros de São Conrado e Gávea – estes com populações de alto poder aquisitivo.

⁵ Título da obra de Bianca Freire-Medeiros.

Com o *status* de bairro⁶, desde 1993, é também chamada por estrangeiros de “*a elite, a Nova York das favelas brasileiras*” (AQUINO, 2007, apud VELLOSO; PASTUK, PEREIRA JR., 2012, p. 172). Na Rocinha se encontra um comércio vasto, sobretudo na extensão da Estrada da Gávea, cujo padrão é a concentração comercial no andar térreo das edificações. Corroborando com tal informação, o PAC – através do Censo Empresarial – apontou mais de seis mil estabelecimentos comerciais instalados na favela⁷. Essa possibilidade de inserção na economia perfaz um dos fatores mais expressivos à contribuição do crescimento populacional do local.

O local é caracterizado pela presença de migrantes, sobretudo oriundos da região Nordeste do país – Ceará e Paraíba – em busca das oportunidades de emprego. A Rocinha que se conhece na atualidade (2012) começou a ser delimitada na década de 1990. As intervenções do PAC e a ocupação pelas tropas da polícia, respectivamente nos anos de 2008 e 2011, traduzem o *final* de antigas aspirações. Na Rocinha urgem ser resolvidas questões referentes à urbanização, tal como o abastecimento de água⁸; a favela não tem mais para onde crescer horizontalmente. Porto (2008, apud (VELLOSO; PASTUK; PEREIRA JR., 2012, p. 179-180) salienta que existem quatro padrões de ocupação na área, sendo:

Em malha – no sub-bairro Barcelos, o qual é mais formalizado do que o restante da comunidade. Tal padrão é observado ainda na Via Ápia, Estrada da Gávea, Caminho do Boiadeiro e Travessa Esperança, além de uma série de becos paralelos que interligam estas vias e formam quadras estreitas densamente ocupadas por edifícios residenciais com até nove pavimentos.

Eixo principal – situado às margens da Estrada da Gávea, lugar onde foram realizadas as principais ocupações do território.

⁶ O território ocupado pela Rocinha é delimitado ao sul pela Autoestrada Lagoa-Barra, onde faz fronteira com São Conrado. Em sua porção noroeste, na parte mais alta da encosta, a favela é limitada pelo Parque Nacional da Tijuca. Ao nordeste, o início da Estrada da Gávea, marca a sua divisão com a Gávea e, no sudeste é limitada pelo Morro Dois Irmãos. É constituída por mais de vinte sub-bairros, distintos entre si, a saber: Barcelos, Largo do Boiadeiro, Campo Esperança, Cidade Nova, Rua 1, Rua 2, Rua 3, Rua 4, Macega, Morro da Roupas Suja, Vila Vermelha, 199, Faz Depressa, Capado, Terreirão, Vila Laboriaux, Vila Cruzado, Paula Brito, Dionéia, Vila Verde, Cachopa, Cachopinha, Curva do S, Pastor Almir, Portão Vermelho e Vila União. Salienta-se que a Macega e o Morro da Roupas Suja são os locais mais precários da Rocinha; já a Vila Laboriaux, embora tenha se originado de um assentamento realizado pela Prefeitura, é tida como uma área de risco. O Largo do Boiadeiro, Barcelos e a Cidade Nova se destacam pelo forte comércio. (VELLOSO; PASTUK; PEREIRA JR., 2012).

⁷ Encontram-se na Rocinha empresas consolidadas tais como a rede de *fast food* Bob's; a rede de formação profissional em informática Microlins; drogarias Pacheco; agências bancárias e a rede de idiomas Skill.

⁸ A Companhia Estadual de Águas e Esgotos (CEDAE) anunciou a inserção da Rocinha no Programa *Água para todos*, onde é prevista a construção de uma elevatória. (VELLOSO; PASTUK; PEREIRA JR., 2012).

Alta densidade – o qual corresponde à maior parte da Rocinha, composto quase na sua totalidade por becos estreitos e tortuosos cuja maioria das construções é exclusivamente de uso residencial.

Periférico – as áreas com este padrão ocupacional são aquelas que estão em contato com as encostas dos morros Laboriaux e Dois Irmãos, em terrenos inclinados com afloramentos rochosos nas cotas mais altas da comunidade e pontos que podem ser usados como mirantes. Estas são de difícil acesso, com becos estreitos e trilhas sem pavimentação. Em alguns locais há moradias construídas em terrenos escavados na encosta, aumentando o risco de acidente geológico.

Evidencia-se que as intervenções do PAC não exemplificam as primeiras tentativas de dotar a região de serviços urbanos básicos. Nas décadas de 1990 e 2000 a explosão demográfica da Rocinha fez emergir a necessidade – por parte da população – de clamar por tais reformas. Assim, um grupo de moradores criou o *Fórum de Ideias pela Urbanização da Favela*, segundo Velloso; Pastuk; Pereira Jr., (2012, p.191). Tal Fórum apenas “saiu do papel” através da decisão do vice-governador da época (2005), Sr Luiz Paulo Conde.

Merece sinalizar a conjuntura pela qual a Rocinha passava àquela ocasião – guerras de facções criminosas rivais pelo controle do tráfico de drogas e entorpecentes – episódio amplamente divulgado pela mídia como a “Guerra da Rocinha”.

Em meio à tamanha desordem, as Associações de Moradores da favela passaram a se reunir com lideranças dos bairros de São Conrado e da Gávea, além de representantes do Instituto de Arquitetos do Brasil (IAB), a fim de pôr em prática os ideais do Fórum.

Neste interregno de tempo o IAB realizou um concurso público, onde mais de vinte escritórios de arquitetura e urbanismo do país participaram. Tal feito teve seu vencedor conhecido em janeiro do ano de 2006⁹, com o Projeto “Plano Diretor Sócio-Espacial da Rocinha”, realizado com a participação da comunidade. Salienta-se, entretanto, que o documento apenas serve de base para as obras do PAC¹⁰.

Retornando à questão acerca da necessidade em prover melhorias urbanísticas na Rocinha, destaca-se, em consonância com Velloso; Pastuk; Pereira Jr., (2012, p. 186) a

⁹ O arquiteto Luiz Carlos Toledo.

¹⁰ As esferas de governo alegam problemas jurídicos como fatores impeditivos à implantação do Projeto. Velloso; Pastuk; Pereira Jr. (2012, p. 192).

insegurança dos moradores quanto ao futuro da favela. Traduzindo a apreensão dos autóctones, os autores citam que “*a chegada do Estado pode[ria] implicar em uma forma de expulsão branca*”.

Tal *medo* se justifica devido ao fato de que intervenções públicas que visam à urbanização implicam, diretamente, em regularizações fundiárias do território, que abarcam instâncias governamentais distintas. Contudo, a presença de equipamentos urbanos e da economia local (expressiva, conforme pontuado), sendo resultado, principalmente, da ação dos próprios moradores, compõem fatores que afirmam a força que estes têm e, que, portanto, devem ter assegurados os seus direitos – mormente o de permanência no território. Utilizar-se-á aqui um argumento a fim de justificar esta posição, embasado em Martins (2011, apud Velloso; Pastuk; Pereira Jr., (2012, p. 187), que fundamenta¹¹ a estada das populações nos locais onde construíram suas moradas

Trata-se de favela consolidada, com ocupação iniciada há cerca de vinte anos. Está dotada pelo Poder Público, de pelo menos três equipamentos urbanos: água, iluminação pública e luz domiciliar [...] a favela já tem vida própria, está, repita-se, dotada de serviços urbanos. O desalojamento forçado implica uma operação cirúrgica de natureza ético-social, sem anestesia, inteiramente incompatível com a vida e a natureza do Direito (TJ-SP, 8ª CC, ap.civil 212.726-1-8, Rel. Des. José Osório, j. 16.12.1994).

Salienta-se que lideranças e moradores da Rocinha, há cerca de duas décadas tentam regularizar as próprias situações fundiárias – com o apoio da Pastoral das Favelas da Arquidiocese do Rio de Janeiro e da Fundação Centro de Defesa dos Direitos Humanos Bento Rubião. Hoje (2012) esta última tem parceria com a SMH e conta com várias famílias cadastradas.

Cabe destacar que por meio do Trabalho Social do PAC, aproximadamente cinco mil famílias foram cadastradas e atendidas – visando à titulação de posse. Tais famílias estão abrigadas no que se denomina *Área Exemplar de Atuação do PAC* – que inclui a Estrada da Gávea, a Travessa União e o Caminho do Boiadeiro – mas ainda é pouco ao se pensar e considerar a demanda real.

¹¹ Parecer emitido pelo Tribunal de Justiça de São Paulo.

Como o enfoque deste estudo são as possibilidades das favelas se tornarem turísticas paripassu ao recebimento das melhorias e intervenções urbanísticas realizadas em seus territórios, cabe destacar que na Rocinha o caminho foi contrário – a gênese do turismo neste espaço se deu com em 1992 e tais intervenções urbanas apenas chegaram alguns anos mais tarde.

Pode-se afirmar que a inserção da favela da Rocinha no circuito turístico oficial da cidade do Rio de Janeiro, em setembro de 2006, foi uma decisão de certa maneira tardia (mais de uma década). Afinal, foi a partir da Eco-92¹² que o olhar estrangeiro vislumbrou a favela. Fato, no mínimo curioso, visto que nesta ocasião as autoridades públicas da cidade tentaram promover mais uma campanha de saneamento no Rio de Janeiro, retirando os moradores das ruas (e os levando para municípios limítrofes tais como Niterói e algumas cidades da Baixada Fluminense como Duque de Caxias e Nova Iguaçu), a fim de que as atenções dos chefes de Estado não se concentrassem na população de rua. Freire-Medeiros (2009, p. 50) ressalta que os operadores (*Jeep Tour*) relataram que “na Eco-92 a gente estava fazendo o passeio pela Floresta da Tijuca e, na volta, a gente estava passando por São Conrado, onde os turistas tiveram a curiosidade de ver a favela.”

Freire-Medeiros (2006) destaca que, além de deter o *status* de “maior favela do Brasil”, e ser constantemente mencionada como a maior favela da América Latina¹³, o fato de a Rocinha estar próxima dos principais hotéis da cidade e ter duas saídas – que permitem deslocamento mais ágil em caso de qualquer problema tal como um confronto entre policiais e traficantes – é muito importante para a promoção do turismo no local.

Contudo, a autora corrobora que o ponto mais destacado pelos promotores dos *tours* é que a Rocinha dispõe de uma vista de tirar o fôlego e apresenta o contraste entre os que têm e os que não têm que “*pira a cabeça dos gringos*”.

Aí está, segundo um dos promotores, a razão para Cidade de Deus (CDD) ter fracassado como destino turístico – apesar do sucesso do filme, a favela está muito longe da

¹² Também chamada de Rio-92 (*Rio Conference on Environment and Sustainable Development*).

¹³ Dado que sugere questionamentos, pois, de acordo com Menezes (2007, p. 61), há quem afirme que em Caracas, capital venezuelana, a favela de *Petare* teria dimensões três vezes superiores às da favela carioca.

Zona Sul e, por sua distribuição horizontal e localização, não oferece uma vista bonita da cidade, uma beleza cênica ou o impacto do contraste visual entre ricos e pobres – que na Rocinha é possível vislumbrar (moradores de São Conrado abaixo em seus prédios luxuosos e as casas da favela).

Percebe-se assim, uma forma de segregação por parte da demanda turística, além de um estereótipo criado acerca do que seja uma favela. O fato da CDD não ser morro, não há vista do horizonte (paisagem vista do alto como na Rocinha, na Babilônia, no Santa Marta e no Chapéu-Mangueira – estas na Zona Sul – ou no Alemão, com o teleférico, na Zona Norte). Seja qual for o apelo, o fato é que a Rocinha recebe grande fluxo turístico em seu território e já faz parte do roteiro turístico da cidade do Rio de Janeiro.

Ainda em consonância com Freire-Medeiros (2007, p. 65) há várias agências de turismo da cidade que organizam passeios na favela da Rocinha¹⁴ e a oferta é diversificada, sendo oferecidos os *tours* “*a pé, de van, de jipe ou de moto, de dia ou à noite, com refeição incluída ou não*” (*ibid.*).

Mesmo que realizados por operadores distintos, o roteiro em sua configuração geral não sofre mudanças, e inclui atrativos considerados “clássicos”. O primeiro ponto de visitação é a Praça dos Artesãos, no “visual”, o mirante conhecido pela comunidade também com os nomes de “199” ou “escadão”, como referido pelo Estudo da SEBRAE-RJ (2008, p. 29).

Outro ponto de visitação é a famosa “laje”, identificada como um “*espaço sociológico relativamente novo que, entendemos ser um novo território cultural, onde se dão novas relações sociais e de poder*” (MACHADO, 2007, p. 13). No roteiro também são inseridas as creches, locais onde são desenvolvidos algum tipo de trabalho social, além do Grêmio Recreativo Escola de Samba Acadêmicos da Rocinha. Também são incluídas visitas a pontos onde é possível comprar peças de artesanato, e conforme salienta Freire-Medeiros (2007, p. 66), há “*pelo menos quatro pontos de vendas de produtos by Rocinha onde é possível comprar camisetas, quadros, bordados, esculturas, compact disc (CD) e outros souvenirs.*”

¹⁴ *Be a Local, Dont Be a Gringo; Exotic Tours; Favela Tour; Jeep Tour; Indiana Jungle Tour; Private Tours; Rio Adventures.*

Essa forma de turismo chama a atenção, em primeiro lugar, para a figura dos guias – os intermediários – são objetos de críticas fervorosas por parte dos moradores. Para os autóctones os guias são os responsáveis pelo fornecimento de informações distorcidas sobre a realidade da vida na favela, contando casos inexatos para os turistas, a fim de tornar o *tour* mais “autêntico”. Machado (2007, p. 58) salienta que há depoimentos que relatam que “*os guias falam e fazem o que querem*”.

Os moradores se queixam de que a maioria dos guias não sabe a história da Rocinha – nem antes tampouco após a pacificação. Isso evidencia que tais intermediários são figuras “marginais”, fazendo uso do termo de Burns (2002, p. 124), e que, paripassu, nesse caso, acabam por se tornar peças importantes no processo de construção da visão (alterada) acerca da favela. Fato que se torna mais latente pelo fato do guia ser, praticamente, a única pessoa com a qual os turistas estão em contato durante o percurso.

Essa forma de *tour* é marcada pela distância física entre os turistas e os moradores, visto que não incluem momentos de interação – salvo no momento da compra dos produtos ou à visita das lajes (para tirar fotografias). Ainda assim, por ocasião da relação compra e venda, tais formas de interação acabam também por ser “guiadas”, movidas pelos interesses comerciais de cada um dos envolvidos.

Essa lacuna física, esse hiato em relação à proximidade também são fatores percebidos pelos moradores. Através da observação participante pelas ruas da Rocinha, e em especial por meio do contato com os envolvidos com a atividade turística, foi factível perceber certo distanciamento entre os visitantes e os visitados. Sobre esse aspecto Machado respalda que

Esta distância que há entre o que a comunidade deseja que seja descoberto pelo turista e aquilo que o mesmo imagina que verá e viverá, mediada pelo trabalho dos guias turísticos, é percebida claramente pelos moradores, sem distinção de faixa etária, gênero ou envolvimento com o Turismo de Favela (MACHADO, 2007, p. 57).

É comum os moradores reclamarem da invasão de privacidade por parte dos turistas estrangeiros, que fotografam o que querem, sem pedir permissão. É um tipo de turismo predatório, que expõe a população local e sua forma de vida, às vezes, precária e humilde.

Nos momentos da fotografia, aparece uma dinâmica que lembra o que acontece na frente de uma vitrine: os turistas escolhem seu próprio sujeito, geralmente, sem lhe pedir permissão para tirar fotos, importando-se apenas com a existência de lugares proibidos, sobre os quais os guias já informaram, como os pontos de venda de drogas, indivíduos armados (MACHADO, 2007; FREIRE-MEDEIROS, 2006).

É uma espécie de efetivação de poder, de superioridade por parte de quem observa a quem é observado. Contudo que não haja ou que o preconceito não seja (tão) explícito, prevalece a visão limitada sobre os autóctones, que se sentem tratados como “*pobres coitados*” (MACHADO, 2007, p. 50).

Tal forma de experienciar a favela não está limitada apenas aos moradores, mas afeta à comunidade de maneira ampla, que é apreciada, sobretudo, pelos seus aspectos negativos – “*essa forma de turismo deprecia as comunidades visitadas ao explorar justamente a sua pobreza como um dos temas centrais da visita*” (*ibid.*, p. 49). Em depoimento ao SEBRAE-RJ, Claudinho da Academia¹⁵ esclareceu essa posição e resumiu a visão dele, compartilhada com demais lideranças comunitárias que participaram do mesmo Estudo:

O turismo na Rocinha não gera um retorno social, é um turismo que só vem explorar o narcotráfico, um turismo que hoje é tese de mestrado em universidades no mundo inteiro, um turismo que a gente classifica como um verdadeiro safári de humanos onde não se tem regras, em que eles negam, escondem toda a história bonita e de resistência que a comunidade tem. Esquecem todo esse histórico e vem aqui hoje fazer esse turismo invasivo. A Rocinha está sendo vendida no mundo inteiro e esse turismo não faz nada para combater essa miséria, para combater esse lixo, para estruturar a comunidade. O que eles querem é isso, é explorar a miséria (SEBRAE-RJ, 2008, p. 118, entrevista realizada em 18 de julho de 2008).

Além de confirmar a percepção que a maioria das lideranças da favela sustentam acerca desse tipo de turismo – que *explora* os aspectos negativos que (são sabidos) existem no lugar, tais como o narcotráfico, a pobreza e o lixo, há uma fundamental que essa forma de visita abarca: a oposição existente entre o *nós e eles*, onde o *nós* indicaria a coletividade da favela, o sentimento de pertencimento e de comunidade, ao passo que o *eles*, faria menção aos agentes externos, aos *invasores*, aos *outs*, sem distinção entre as agências e os próprios turistas (estes últimos quando agem de maneira deselegante e segregadora).

¹⁵ Luiz Cláudio de Oliveira (Claudinho da Academia), na época do Estudo das potencialidades turísticas da Rocinha SEBRAE-RJ (2008), era presidente da União Pró Melhoramento dos Moradores da Rocinha UPMMR.

É essa oposição que torna mais evidente a coexistência de dois mundos, pois ainda que a atividade turística na Rocinha apresente sua gênese a partir da Eco-92, continua sendo uma presença-ausência, sobretudo pelo viés econômico. Esse turismo, portanto, é percebido como invasor, agressor, que entra sem ser convidado, que explora e não deixa nada de bom ao local e à população.

Ter se tornado e conseguido se manter no patamar de destino turístico internacionalmente reconhecido e consolidado, não fez alterar a percepção do turista, que, mesmo depois da experiência *in loco*, alimenta a retórica inicial (do contraste entre os que têm e os que não têm), ao passo que continua registrando apenas as imagens que confirmam as ideias prévias ou as informadas pelos guias (de acordo com o que se deseja ver).

Tais constatações ressaltam que os *reality tours* desenvolvidos na Rocinha têm um caráter reducionista acerca da experiência turística, que remete apenas ao “ver”, acompanhado de um reforço de preconceitos, em que não há espaço para a aquisição de conhecimento inédito. Nesse tipo de turismo não há lugar para novas informações sobre outros aspectos que constituem o espaço Rocinha, como as manifestações culturais e, sobretudo, a história de lutas e resistência¹⁶ que a comunidade tem.

É factível observar que a Rocinha está representada (nessa forma de prática turística desenvolvida pelas agências externas) como uma vitrine (onde os expostos são os moradores e os expectadores são os turistas), fixa e igual, onde não são percebidos os fluxos econômicos do enorme comércio local com mais de 6.500 empreendimentos¹⁷ tampouco os fluxos sociais que compõem o território Rocinha.

Esse tipo de turismo não enxerga e nem mostra a Rocinha como um local produtivo e culturalmente definido, ou seja, como um *sítio simbólico de pertencimento*, conforme salienta Zaoual (2006), mas apenas como uma vitrine da moda, boa de ser fotografada, comercializada e com uma forma reduzida; não para ser escutada (as demandas da população autóctone).

¹⁶ A fim de se aprofundar neste tema ver o livro *Varal de lembranças: Histórias da Rocinha*. Projeto da Secretaria de Cultura do MEC, com verba do FNDE, em parceria com a Associação de Moradores União Pró-Melhoramento dos Moradores da Rocinha (UPMMR). Ed. Tempo e Presença: Rio de Janeiro, 1983.

¹⁷De acordo com dados do Observatório de Favelas. Disponível em: <http://www.observatoriodefavelas.org.br/observatoriodefavelas/noticias/mostraNoticia.php?id_content=591>. Acesso em: 20 Abr 2011.

No tocante às melhorias nos serviços básicos e às reformas urbanas, evidencia-se que a Rocinha recebeu, em 2011, uma Unidade de Polícia Pacificadora – a fim de prover segurança pública à população. Em relação às intervenções do PAC salienta-se que a Rocinha passou a ser beneficiada a partir do ano de 2008 – mais de quinze anos após a entrada da atividade turística na localidade.

Dentre as principais ações do referido programa de governo, destacam-se a construção do Complexo Esportivo da Rocinha – construído após a remoção das moradias localizadas onde antes era um valão a céu aberto (à beira do Túnel Zuzu Angel); o alargamento e a urbanização da Rua 4 – no alto da favela (após a obra se tornou ponto de visitação turística, devido ao colorido das moradias, que lembram o “Caminito”¹⁸, ponto de atração turística de Buenos Aires, na Argentina); a instalação de uma Unidade de Pronto Atendimento (UPA), de administração da Secretaria Municipal de Saúde; a construção de uma nova passarela – a partir de um projeto doado por Oscar Niemeyer; a construção de 144 unidades habitacionais; a urbanização do valão e a construção do Centro de Convivência, Cultura e Cidadania (C4).

Destaca-se ainda a publicação do documento *Rocinha: Plano de Desenvolvimento Sustentável*¹⁹, realizado pela equipe gestora do PAC Social e com a participação de jovens locais – capacitados para este fim –, onde são pontuadas as organizações civis que atuam no território.

Apesar dos mais de quatro anos de realização das obras, ainda falta concluir mais de 20% do que fora previsto inicialmente em relação à urbanização e ao saneamento básico.

¹⁸ De acordo com Velloso; Pastuk; Pereira Jr. (2012, p. 196).

¹⁹ União Pró-Melhoramentos dos Moradores da Rocinha (UPMMR); Associação de Moradores e Amigos do Bairro Barcelos (AMABB); Câmara Comunitária de Desenvolvimento da Rocinha; Fórum de Cultura da Rocinha; Ação Social Padre Anchieta (ASPA); Paróquia Nossa Senhora da Boa Viagem; Portal Rocinha.ORG; Rádio Rocinha; Rádio Katanga; Associação de Mídia Comunitária da Rocinha (TV Tagarela); Rádio Brisa; Favela da Rocinha.com; Viva Rocinha.org; XXVII Região Administrativa; Fundação Centro de Defesa dos Direitos Humanos Bento Rubião; Grêmio Recreativo Escola de Samba Acadêmicos da Rocinha; Centro de Cultura e Educação Lúdica da Rocinha; Cia. Teatral Roça Caça Cultura; Escola de Música da Rocinha; Campus Internacional de Aprendizado Politécnico Integrado (CIAPI); Centro Comunitário Alegria das Crianças; Casa de Artes da Rocinha; Rocinha Mundo da Arte “Troque uma arma por um pincel”; Casa Espírita Cristã Maria de Nazaré; União de Mulheres da Roup Suja; Coopa-Roca (Trabalho artesanal e de costura); Vivacred; Programa Crediamigo; Cooperativa Cabe Mais Um; Cooperativa de Empreendedores Digitais; Rede de Centrais de Serviços (RCS); Rocinha Surf Escola; Instituto Reação; SBR Rocinha Radica; Grupo *Break* Consciente da Rocinha (BCR); Centro de Cidadania Rinaldo de Lamare; Qualificando para a Paz e Casa Rio Digital da Rocinha. Fonte: Velloso; Pastuk; Pereira Jr. (2012, p. 210-217).

Entretanto, desde que foi pacificada, em novembro de 2011, a Favela da Rocinha passou por melhorias de infraestrutura e, isso não se pode negar. As obras eram complicadas no local devido à atuação do tráfico. Na primeira fase de obras (PAC 1), seus quase 100 mil moradores ganharam um complexo esportivo e uma UPA 24h. Houve a construção de 144 unidades habitacionais e a urbanização da área conhecida como Valão, com melhorias nas fachadas de 60 casas.

Outro ponto favorável das intervenções urbanas na Rocinha foi a inauguração da passarela que liga o Complexo Esportivo à favela. De acordo com a Empresa de Obras Públicas do Estado (EMOP), há dois acessos inclusive para cadeirantes. A estrutura da passarela, conforme mostra a Figura 4.3 abaixo, assinada por Oscar Niemeyer, tem 60 metros de extensão e curvas que lembram as do Arco da Apoteose, no Sambódromo. A passarela faz parte do processo de remodelação da entrada da comunidade, dentro do PAC, cujo investimento total na Rocinha foi de R\$ 231,2 milhões.



Figura 4.3: Passarela na Rocinha.

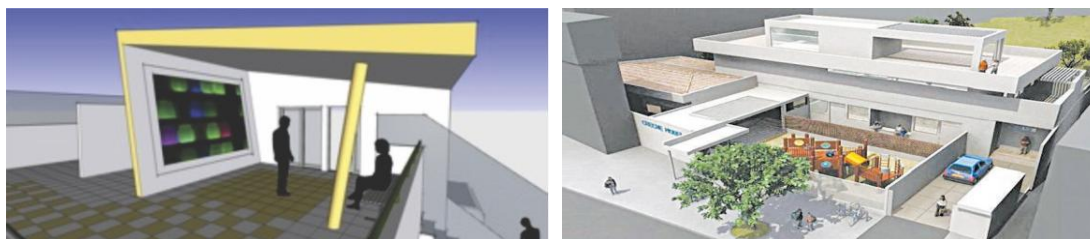
Fonte: Edital de Licitação para Plano Inclinado, em meio eletrônico.

Salienta-se que a passarela custou R\$ 15 milhões e liga a comunidade ao complexo esportivo, que também foi inaugurado neste ano. A estrutura apresenta três rampas de acesso: uma na Rocinha e duas do outro lado da Autoestrada Lagoa-Barra. O ponto mais alto do arco fica a 20 metros da pista e a 14 metros do piso da passarela.

A EMOP ressalta ainda a construção do plano inclinado, que deverá ser semelhante ao instalado no Morro Santa Marta, em Botafogo, também na Zona Sul. A população da Rocinha deve receber um conjunto de prédios, além de ruas urbanizadas.

O teleférico da Favela da Rocinha será integrado a planos inclinados e à Linha 4 do metrô, segundo dados do presidente da EMOP, Ícaro Moreno. E a previsão é de que, até 2014, sejam investidos R\$ 750 milhões na Rocinha. De acordo com o presidente, o projeto faz parte do PAC 2, cuja licitação está marcada para 30 de novembro do corrente ano. Ainda em consonância com informações da EMOP, serão cerca de R\$ 12 milhões de projeto, que irão gerar em torno de R\$ 700 milhões de obras, destacando o teleférico, o binário da Rocinha, e os planos inclinados.

O plano ligará a Rua Dois ao alto da comunidade e ao Parque Ecológico; assim, o acesso a essa área, que pode se tornar uma das mais nobres da Rocinha, com quadras poliesportivas, áreas de lazer e cafeteria, ficará mais fácil. Para a realização das obras estão sendo indenizadas cerca de 250 famílias e a expectativa é que a instalação dos trilhos comece ainda em 2012.



Figuras 4.4: Esquema do Plano Inclinado na Rocinha

Fonte: Edital de Licitação para Plano Inclinado, em meio eletrônico.

Ainda segundo Moreno, numa primeira fase serão finalizadas as obras do PAC 1, que incluem a construção de um mercado no Largo do Boiadeiro – uma espécie de mini shopping –, creche, o próprio plano inclinado, serviços de urbanismo, drenagem e esgoto. Com a construção do plano, o governo também almeja tirar as casas da comunidade que estão sobre valas negras. De acordo com o presidente da EMOP, inicialmente, cinco mil casas da Rocinha serão beneficiadas com projeto de saneamento básico que inclui esgoto, lixo, água potável e água pluvial.

O edital de licitação para a criação e execução do plano inclinado da Favela da Rocinha foi publicado no mês de julho (2012). O projeto contará com três estações, ligando o acesso principal da Rocinha, próximo à Autoestrada Lagoa-Barra, ao fim da Rua Um. As obras, que complementam o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC 2) vão custar R\$ 26 milhões e devem ser concluídas até o ano de 2013.

E, se um dos pontos mais importantes dos projetos do PAC é a acessibilidade, a abertura das ruas, a construção da passarela e a implantação do plano inclinado permitirão melhor mobilidade da população. Caso a estação do Metrô seja de fato construída na área, como alguns representantes do poder público sugerem, será mais um ganho para a comunidade.

4.3 Museu a céu aberto: patrimônio na Providência

A favela é a nova senzala, torrentes da velha tribo. E a sala é a nova cela, prisioneiros das grades de vidro. Hoje em dia somos todos escravos e, quem é que vai pagar por isso? (LOBÃO; Revanche – grifo nosso).



Figura 4.5: Morro da Providencia

Fonte: GEP Morro da Providência

Ao pensar na atividade turística desenvolvida no *mito de origem* das favelas cariocas, surgiu a ideia do Museu a Céu Aberto do Morro da Providência, no ano de 2001, durante uma visita de funcionários da Prefeitura da cidade do Rio de Janeiro à favela, com visitantes da

Architectural Association, da Universidade de Londres e do Programa de Pós-graduação em Urbanismo (PROURB) da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Nesta visita, Lu Petersen lançou seu olhar com mais atenção à parte superior do morro, conforme salientou Menezes (2008).

Cabe ressaltar o contexto de implantação do projeto do Museu a céu aberto da Providência, a fim de compreender a relevância para a atividade turística na referida favela. A ideia fez parte do macro-projeto pelo qual passava a cidade do Rio de Janeiro, sobretudo em relação ao desenvolvimento urbano da Zona Portuária – caso parecido com a atualidade (2012 e o Projeto Porto Maravilha).

Por carregar o *status* de primeira favela carioca, a Providência foi escolhida pela Prefeitura para sediar o Museu de Favela da cidade do Rio de Janeiro. Em 2005, foi inaugurado, então, o Museu a Céu Aberto da Providência, idealizado pela arquiteta e urbanista Lu Petersen, no contexto do Favela-Bairro e do Projeto Célula Urbana, como parte da revitalização da zona portuária que, além do Museu, incluía ainda a Cidade do Samba e a Vila Olímpica da Gamboa.

Foram investidos no Programa Favela-Bairro da Providência, cerca de R\$ 14,3 milhões para a construção de redes de saneamento (água e esgoto), praças e creches, tal como ocorre em outras favelas, mas também para viabilizar a reforma de antigas edificações e a criar pontos turísticos na favela.

Freire-Medeiros (2006) destaca que na Providência a tentativa de implementação de um Museu foi diferente de demais espaços semelhantes em áreas faveladas, tal como a favela da Maré. A autora aponta que em relação ao Museu da Maré, este pode ser pensado como “*um museu para dentro*”, para os moradores da favela – ao passo que o Museu da Providência foi planejado como um “*museu para fora*”, para atender à demanda de turistas, objetivando atrair um fluxo de visitação externa.

Seja qual tenha sido a retórica de cria o do Museu da Providência, ressalta-se aqui, que não difere muito do Museu da Maré – que por mais que tenha sido criado para contar a história do local e assim, reconstruir a memória dos moradores e informar aos que não

possuíam o conhecimento, o fato é que o referido museu também recebe visitação externa (tanto de turistas estrangeiros quanto de turistas nacionais).

O fato é que o projeto do Museu envolvia em seu contexto uma nova produção do espaço da favela, uma espécie de transformação de parte do espaço da favela em uma mercadoria a ser comercializada pelo outro, pelo de fora. Corroborando com essa forma de transformação retoma-se à discussão feita por Lefebvre (1972) acerca do que ele caracteriza como o “mercado do espaço” – um fenômeno relativamente recente que parece indicar a crescente importância do espaço nas estratégias contemporâneas do capital.

O autor afirma ainda que a produção do espaço em si não é nova, visto que os grupos dominantes produziram sempre espaços particulares. O que difere agora é a produção global e total do espaço social, que permite que ele seja transformado em mercadoria – tal como a favela (turística).

No processo de transformação do espaço em mercadoria, o espaço abstrato – o espaço do valor da troca – se impõe sobre o espaço concreto da vida cotidiana – o espaço do valor de uso. A esfera econômica e a esfera do Estado, por meio das representações do espaço, dão sustentação a suas práticas espaciais e também pressionam. Colonizam o espaço concreto de valor de uso e o transformam em espaço abstrato do valor de troca (SÁNCHEZ, 2003, p. 43).

Em se tratando da Providência, foram realizadas obras a fim de dotar os espaços públicos de infraestrutura e assim, os mesmos passassem a exercer uma função interativa com os equipamentos do museu.

Nesse processo de transformação do espaço da favela em mercadoria – a ser vendida aos turistas que a comprariam sob a égide de patrimônio e atrativo turístico da cidade – houve uma imposição do espaço abstrato sobre o espaço concreto da vida cotidiana. Desta forma, como destacaria Lefebvre, houve uma “*vitória do valor de troca sobre o valor de uso*”, na produção do espaço, sendo transformado em mercadoria. Não obstante, não se trata aqui de “*uma mercadoria articulada ao universo das necessidades imediatas, mas sim uma mercadoria que é ao mesmo tempo estratégica e política, porquanto o espaço é locus e meio do Poder*” (LEFEBVRE, 1998, p. 94).

Sánchez (2003) argumenta que ao se produzir um objeto material na cidade, como um edifício, produz-se em paralelo a forma como ele será consumido, por meio de práticas ideológicas, que produzem o objeto sob a forma de discurso e imagem. Logo, a produção do espaço-mercadoria envolve a produção de representações que o acompanham. E esse espaço é concebido em parte através da produção signos que *“parecem realizar desejos e fantasias de consumo moldados por valores de mundialidade”* (2003, p. 48) visto que muitas vezes o espaço-mercadoria é construído a partir de consultorias ou parcerias com instituições internacionais – como foi o caso do Morro da Providência. O discurso governamental da época foi de tentar conferir ao Museu uma integração com o restante da cidade.

Para a produção do espaço (e do Museu), foi desenvolvida uma “pré-seleção” sobre a história, conferindo destaque a determinados pontos em detrimento a outros. A história da cidade, em casos como o do Museu da Providência, de acordo com Sánchez, foi reeditada pelo governo urbano, para atender ao turismo – ainda que melhorias tenham sido implantadas para usufruto da população local. Freire-Medeiros (2006, p. 15) mostra que

Ao nos falarem sobre sua experiência como guias, alguns moradores do Morro da Providência expunham tensões e disputas já promovidas pelo museu: se, por um lado, a Prefeitura busca capitalizar uma imagem positiva de si através da implementação de um museu de cunho inclusivo e democrático, por outro, os moradores querem aproveitar a presença dos turistas justamente para mostrar ao mundo que o poder público não se importa com a gente.

A partir desse pensamento por parte de alguns moradores da favela fica clara a existência de certo descompasso entre a apropriação simbólica dos espaços modernizados e a apropriação e utilização efetiva dos produtos da modernização (por parte dos locais), com inclusões e exclusões ordenadas dos usos sociais.

Na Providência, os moradores participaram de forma muito reduzida do processo de transformação do espaço em mercadoria – e não foram vistos pelo Poder Público como possíveis consumidores desse espaço – conforme já mencionado, o Museu a céu aberto foi pensado para atender aos fluxos e não aos fixos – diferentemente do que ocorre no Museu da Maré (que atende ambas as demandas). Ademais, o cotidiano da população sempre esteve mais próximo do valor de uso do espaço, do que do valor de troca – subjetivo – criado a partir da reformulação da favela.

Em razão disso, os moradores acabaram não se apropriando e não entendendo o projeto do Museu da forma que o Poder Público Municipal almejava. Logo, também não se sentiram parte constituinte do processo de musealização e turistificação da favela. Assim, o Museu acabou se tornando um cenário onde tudo era objeto de consumo estético e contemplativo – em nada participativo.

Salienta-se que o caso da Providência difere do que ocorre na Rocinha, visto que na primeira não foi o capital privado o agente promotor do turismo, mas sim o próprio Poder Público. Esta iniciativa sugere Freire-Medeiros (2006), “*aponta para uma experiência de ‘patrimonialização’ da favela, diretamente vinculada à sua promoção como destino turístico*”. O Poder Público Municipal almejava, através do projeto do Museu a céu aberto do Morro da Providência, que a Célula Urbana desta favela, ao se constituir em uma nova abordagem do programa Favela-Bairro, resultasse no ineditismo do tombamento de uma área de especial interesse social como patrimônio histórico e cultural – fato que ocorreu no MUF (Museu de Favelas do Morro do Cantagalo, em 2008). Tornando-se, assim, “*um marco definitivo, comprovador de que as favelas integram o desenho urbano do Rio de Janeiro*” (PETERSEN, 2003, p. 42).

A Prefeitura pretendia instalar dois telescópios e um mapa fixo circular (em 360°) a fim de oferecer ao visitante uma perspectiva comparada do crescimento de cada ponto da cidade, mormente da Zona Portuária e das favelas nas encostas dos morros centrais. Mas devido a problemas relacionados à violência no local, não foi possível viabilizar a ideia – na ocasião não havia UPP. O fato é que o Museu não é lembrado nem pelos moradores da favela como patrimônio, tampouco pelos turistas como um destino turístico que poderiam visitar.

Os anos se passaram e novamente o poder público promove intervenções urbanas na Providência. A prefeitura começou este ano (2012) as obras do programa Morar Carioca na favela em questão, que incluem uma série de trabalhos de urbanização, além da construção de um teleférico e da remoção das famílias que vivem na área da Pedra Lisa, considerada de risco.

O projeto, que deverá ser concluído até meados de 2013 ao custo de R\$ 131 milhões, apresentará novidades em relação a outras comunidades que também tiveram melhorias. A Providência será a primeira favela carioca a ter sua conservação – incluindo iluminação

pública, limpeza de ruas e manutenção do mobiliário urbano – bancada pela iniciativa privada.

A gestão privada sairá do papel porque o Morro da Providência e o vizinho Morro do Pinto estão incluídos na área de influência da segunda etapa do projeto Porto Maravilha, que prevê investimentos na revitalização da área portuária, com iniciativas como a demolição de parte do Elevado da Perimetral. A prefeitura prevê que o consórcio Porto Novo (composto por Norberto Odebrecht, OAS e Carioca Engenharia) assumirá a gestão da área. Pelos 15 anos de concessão, o consórcio receberá R\$ 7,3 bilhões de um fundo gestor de recursos privados, administrado por uma estatal do município: a Companhia de Desenvolvimento Urbano do Porto (CDURP).



Figura 4.6: Obras do Morar Carioca na Providência

Fonte: Rio, Cidade Olímpica (em meio eletrônico).

O secretário municipal de Habitação, Jorge Bittar, corrobora que o Porto Maravilha e o Morar Carioca são programas distintos, mas que acabam se integrando. Segundo o secretário, ao todo, 300 famílias (que vivem na Pedra Lisa e em imóveis que precisarão ser demolidos devido às obras) serão reassentadas. A Pedra Lisa recentemente recebeu R\$ 2 milhões em obras de contenção, para reduzir o risco de deslizamentos. Após a retirada das famílias, a área será alvo de um programa de reflorestamento, com o plantio de mudas de espécies da Mata Atlântica. Além disso, um Posto de Orientação Urbanística e Social (POUSO) da prefeitura será instalado, para fiscalizar construções irregulares na região.

As famílias irão para casas do programa Minha Casa, Minha Vida, no entorno da Central do Brasil, incluindo duas áreas que eram ocupadas por garagens de ônibus e que foram desapropriadas. Ao todo, serão 1.061 casas para reassentamento de famílias dessas e de outras áreas de risco da cidade.

As obras de urbanização integram o plano de investimentos do PAC 2, do governo federal. A prefeitura se comprometeu inicialmente com 5% (R\$ 6,5 milhões) do custo total. O teleférico terá três estações (Providência, Central do Brasil e Cidade do Samba), 665 metros de extensão e capacidade para transportar cerca de mil passageiros por hora. Um plano inclinado também será erguido, ligando a Ladeira do Barroso à Praça da Igreja do Cruzeiro. Integrando o morro aos bairros da Gamboa, com uma estação na esquina das ruas Barão da Gamboa e Rivadávia Correia e, à Central do Brasil. Na atualidade (2012), o único acesso entre esses dois pontos da Providência é uma escadaria com 165 degraus.



Figura 4.7: Esquema do Teleférico da Providência

Fonte: SMH.

O Morar Carioca também vai implantar um sistema de conservação, controle e ordenamento do uso e da ocupação do solo na comunidade. Na Providência, está prevista a implantação de limites físicos e o desadensamento de trechos intensamente ocupados e insalubres. A proposta da Prefeitura é transformar a comunidade num ponto turístico, com a construção de um Centro Histórico e Cultural na área que abrange a Ladeira do Barroso, a

Igreja Nossa Senhora da Penha, o antigo reservatório, a Capela do Cruzeiro e uma praça projetada com anfiteatro.

Ressalta-se ainda que a população ganhar um Espaço de Desenvolvimento Infantil (EDI) para 170 crianças, um Centro Esportivo e um Centro de Trabalho, Emprego e Renda. Está programada a reforma da Praça Américo Brum, o alargamento de ruas, reforma da pavimentação, construção de calçadas e melhoria das condições de acesso, além do reflorestamento das áreas.

As intervenções urbanas não perfazem apenas estruturas físicas no território, na Providência também estão sendo providenciadas habitações, mormente na Rua Nabuco de Freitas, onde o novo condomínio está em fase avançada de obras. Os futuros apartamentos desta rua – três deles adaptados para portadores de necessidades especiais – têm dois quartos, sala, cozinha com área de serviço integrada, banheiro e varanda. Além do conforto interno, o condomínio com sete edifícios terá uma área de estacionamento, parque para crianças e vias de serviço.

4.4 Área de Proteção Ambiental: trilhas na Babilônia

As trilhas realizadas na Área de Proteção Ambiental (APA) do morro da Babilônia perfazem uma prática de ecoturismo urbano – que congrega a experiência ecológica e o conhecimento da favela. Os passeios turísticos são organizados pela CoopBabilônia, uma cooperativa formada pelos moradores da favela e, ao contrário do que ocorre na Rocinha, não há presença de agências turísticas externas, dos “*invasores*”. Pela opção de “*não querer jipes invadindo o nosso território*” – conforme salienta o Diretor de Ecoturismo da Cooperativa – fica evidente a mudança quanto ao tipo de turismo desenvolvido, mais próximo ao paradigma de TBC.

A oposição feita em relação ao *tour* da Rocinha se dá pelo que se ouve falar e, sobretudo, pelo que representantes da cooperativa ouviram, de fato, de determinados representantes de algumas agências que operam na Rocinha turística. Seria reproduzir uma espécie de submissão e exploração – perdendo a oportunidade de gerir e condicionar as atividades da forma que a população creia pertinente e necessária.

A cooperativa tem por objetivo a sustentabilidade da iniciativa, no sentido de conseguir se manter como um projeto autônomo, sem apoios externos – mesmo que isso implique em crescer mais lentamente –, sobretudo, que possa proporcionar um retorno econômico para a comunidade toda e não apenas para alguns. Outro fator, tão importante quanto à autonomia da população autóctone, é questão da preservação ambiental.

Salienta-se que os representantes da cooperativa fazem parte do grupo de tutores da APA e têm como dever, responder ao Conselho Gestor de tal Unidade de Conservação por quaisquer danos à área. Por essa razão que a CoopBabilônia se responsabiliza pelas entradas de visitantes externos, impedindo a estada de pessoas sem a presença dos guias locais.

Tal preocupação ambientalista vem de longa data no cotidiano dos moradores da Babilônia. Em meados da década de 1990, mais especificamente no ano de 1995, foi realizado um mutirão de reflorestamento comunitário, sendo a gênese da defesa e proteção da área. Já em 1996, o Decreto Municipal nº14. 874 criou a APA – abrangendo os morros da Babilônia, São João e Leme, conforme mostrado na figura abaixo:



Figura 4.8: Placa Indicativa (Início da Trilha da Babilônia). Fonte: Rosane Santos, 2012.

A negativa em relação à prática de turismo da Rocinha se sustenta, devido aos moradores também terem conhecimento acerca da maneira com que tais ações são feitas na outra favela da zona sul – detentora de uma *vista de tirar o fôlego*, de acordo com Freire-Medeiros. Na visão da população da Babilônia, não é preciso mostrar e explorar a miséria do

local, mostrando apenas os aspectos ruins. É óbvio que não há como encobrir ou negar, mas há coisas positivas a serem apreciadas. No que tange aos aspectos favoráveis da Babilônia, podem ser citados os trabalhos sociais, além, é claro, da realização da trilha pela APA.

Logo na subida há a Escola da Tia Percília, que funciona como reforço escolar para as crianças e recebe patrocínio de uma ONG sueca – em que padrinhos internacionais contribuem financeiramente com doação anual, a fim de manter os estudos das crianças apadrinhadas até o ensino superior²⁰.

Pode-se mencionar ainda a construção de um telhado verde, desenvolvido por uma Universidade Alemã²¹, que representa uma tentativa de solução para o problema com o abastecimento de água, visto que possibilita o reuso da água da chuva de maneira sustentável. Isso deixa clara a postura de que se a gestão não fosse de pessoas do local, a tentativa de melhorar o bem estar e a qualidade de vida da comunidade, talvez, não fosse possível – visto que poderia não perfazer um dos objetivos das agências externas.

Realizando a visita e, principalmente, fazendo a trilha da APA, é factível perceber por parte dos condutores – os guias locais – a satisfação em poder mostrar o seu *locus* de pertencimento – com orgulho e contar sua história da maneira que entendem ser a melhor. Em relação à formação dos guias (que conduzem os turistas), salienta-se que houve uma tentativa de capacitação de guias–mirins, sem o êxito almejado – faltou a sensibilização dos jovens. Todavia, em relação ao reflorestamento a dinâmica deu certo e, os próprios moradores foram treinados pelos dirigentes da cooperativa.

Voltando à trilha pela APA Babilônia, ponto alto da visita turística na favela, ressalta-se a possibilidade em conciliar a questão ambiental à histórico-cultural, pois, o passeio inclui à visita às ruínas da época colonial e de casamatas da época da 2ª Guerra Mundial, além de uma construção de pau-a-pique do começo do século XX – esta logo no início da subida.

²⁰ Esse projeto beneficia cerca de 50 crianças da favela, tendo fiscalização e documentação.

²¹ Não foi informado o nome tampouco mostrado o local.



Figura 4.9: Casa de pau-a-pique na APA Babilônia.

Fonte: Rosane Santos, 2012.

O que fica evidente após a realização da trilha e da visitação pela Babilônia é que para a comunidade ser um destino turístico não representa o risco de reforçar os preconceitos – como em outras favelas. Nesta, os turistas não ultrapassam o limite do permitido e este fica claro (conhecer a história local e a APA). A prática de TBC ainda está engatinhando na Babilônia, mas é uma possibilidade. Contudo, ressalta-se a dificuldade ante a implantação de uma atividade, como a turística, de forma autogerida (por pessoas que sempre ficavam à margem das decisões), a fim de alcançar a autossuficiência econômica.

Entretanto, os desafios encontrados são compensados pelo sentimento de envolvimento que a experiência proporciona ao turista. Salienta-se aqui que o apoio da empresa Brascan²² sustenta os trabalhos e as atividades da CoopBabilônia, possibilitando a realização dos passeios – enquanto a cooperativa tenta a sonhada autonomia e possa, independentemente do patrocínio da Brascan, realizar os passeios e recompensar as pessoas envolvidas em seus trabalhos (guia, reflorestamento, divulgação, administração).

Essa é a ideia de sustentabilidade que se alinha à sustentabilidade econômica do projeto e com o fato de que toda comunidade possa, de fato, ganhar com a implantação de um

²² Brascan é a empresa que administra o Shopping Rio Sul e, desde o ano de 2005, adotou a APA dos Morros da Babilônia, São João e Leme. Tal iniciativa possibilita o projeto de reflorestamento da região e a educação ambiental, a fim de garantir a manutenção do mesmo. Disponível em: <http://www.coopbabilonia.com.br>. Acesso em: 15 jan 2012.

turismo sustentável e comunitário, além da efetivação do local como um território produtivo, de acordo com URANI (et al., 2006, p. 237) “*construído pela mobilização democrática das redes de cidadãos produtores.*”

Evidencia-se que obras do PAC não contemplam a localidade, mas as intervenções oriundas do Projeto Morar Carioca Verde se fazem presentes na atualidade (2012), incluindo o alargamento da Ladeira Ary Barroso – ponto que liga *o asfalto à favela*; recuperação das escadas de acesso à parte mais alta da região e da própria trilha de acesso à APA, além de melhorias na rede de abastecimento de água pela CEDAE (ponto crítico na região, conforme já exposto).

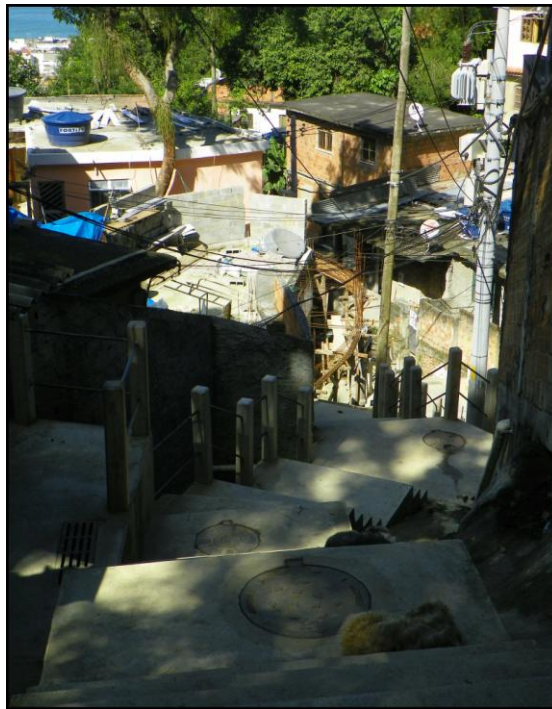


Figura 4.10: Recuperação da Escadaria (Alto do Morro da Babilônia). Fonte: Rosane Santos, 2012.

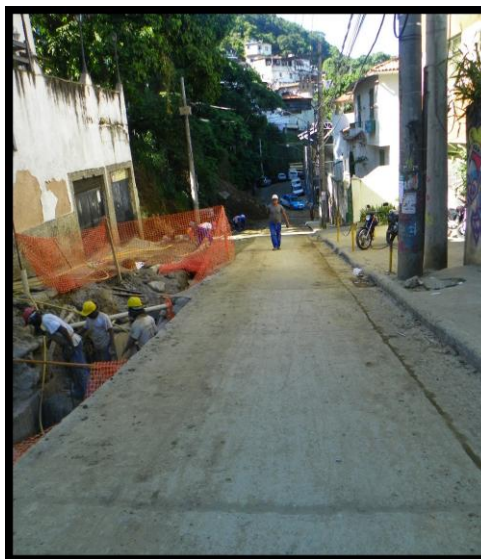


Figura 4.11: Alargamento da Ladeira Ary Barroso “a”. Fonte: Rosane Santos, 2012.



Figura 4.12: Alargamento da Ladeira Ary Barroso “b”. Fonte: Rosane Santos, 2012.



Figura 4.13: Alargamento da Ladeira Ary Barroso “c”. Fonte: Rosane Santos, 2012.

Não se pode prescindir de sinalizar a vizinha Chapéu Mangueira, também recebendo as obras e, em paralelo, os turistas. Tanto na Babilônia quanto no Chapéu Mangueira há *hostels*²³ – na Babilônia o *Chill Hostel* e no Chapéu Mangueira o *Favella Inn*²⁴. Ainda em relação à atratividade e à recepção dos turistas pontua-se o Bar do David – também no Chapéu Mangueira. Todos os anos há o Festival Gastronômico “Comida di buteco”²⁵ e, pela segunda vez consecutiva o referido estabelecimento é o único representante de favelas. E, não deixa a desejar perante os demais concorrentes, afinal, em 2011 ficou com o 3º lugar e, este ano (2012) com a 2ª colocação. Em tempo: antes da pacificação o local apenas servia os almoços para os motoboys do local; hoje, atende aos próprios policiais da UPP Babilônia – além da demanda turística.

Em relação ao que as intervenções urbanas nas favelas Babilônia e Chapéu Mangueira proporcionaram de melhorias reais à população, merecem destaque as obras do programa do governo municipal Morar Carioca Verde, aplicado nestas favelas como laboratórios a fim de serem posteriormente replicados nas demais favelas cariocas. Tais intervenções incluem novas redes de água, esgoto e drenagem; contenção de encostas; reflorestamento; iluminação pública com *Light Emitting Diodo* (LED), em português, *Diodo Emissor de Luz* e asfalto feito com pneus triturados; entre outras ações. Além disso, estão em fase de construção 117 unidades sustentáveis para moradores de áreas de risco.



Figura 4.14: Intervenções do Morar Carioca Verde na Babilônia

Fonte: SMH

²³ Albergues. Não são pertencentes à Rede *Hostelling Internatinal* (rede internacional), mas perfazem meios de hospedagem populares e, muito procurados por turistas – sobretudo os estrangeiros. A maioria se encanta pela vista.

²⁴ Este um pouco melhor estruturado do que o *Chill*, inclusive já com consultoria do SEBRAE/RJ e propaganda na televisão (ainda que em comercial institucional da Prefeitura Municipal do Rio de Janeiro).

²⁵ Festival onde se aprecia os aperitivos, as bebidas, a higiene do local e o atendimento dos profissionais envolvidos nos bares concorrentes. Ao final, vota-se de acordo com as próprias percepções. Após um mês, sai o resultado da competição. O evento ocorre nas grandes capitais do Brasil.

O Morar Carioca Verde apresenta alguns detalhes em seu escopo, destacando: a) coletor solar: As moradias vão usar energia solar para o aquecimento de água; b) sensores de presença: As áreas de circulação terão sensores, que apagam a luz quando o local está vazio; c) lâmpadas: Serão usadas lâmpadas de baixo consumo, que ajudam a economizar eletricidade; d) estrutura: A construção tem estrutura metálica reciclada e vedação externa de placa de cimento, que gera menos desperdício; f) janelas: Vidros e venezianas nas janelas permitem o máximo aproveitamento da luz e da ventilação naturais; g) medidores: Medidores individuais de água, gás e energia geram uma economia no consumo; h) coleta seletiva: As edificações terão um local destinado à separação de lixo por categoria; i) água sem desperdício: Serão instalados um sistema de captação de água da chuva e torneiras e vasos sanitários econômicos, que gastam menos água.

Tal iniciativa – de reurbanizar as favelas do Leme com paradigmas sustentáveis – , conferiu à Prefeitura o Selo Azul-Nível Ouro da Caixa Econômica Federal pelos componentes de sustentabilidade aplicados nos apartamentos construídos pelo Programa Morar Carioca Verde nas comunidades Babilônia e Chapéu Mangueira; a primeira vez que o selo foi concedido a uma obra pública no Brasil. Eduardo Paes, o Prefeito, na mesma ocasião, assinou com o presidente da CEF um termo de compromisso para a construção do Parque Urbano da Serra da Misericórdia, junto ao Complexo do Alemão. Este projeto terá investimentos de R\$ 15 milhões, sendo R\$ 10,9 milhões de recursos do Fundo Socioambiental da CEF e será executado pela SMH.

Salienta-se ainda que as edificações do Morar Carioca Verde utilizam estrutura metálica reciclada e vedação externa com placa cimentícia. Nas novas moradias, também estão previstos o reuso da água da chuva e dos esgotos tratados nos vasos sanitários, medidores individuais de água, aquecimento solar, sensores de presença, lâmpadas de baixo consumo, bacia sanitária com duplo acionamento, torneiras com arejador para minimizar a dispersão da água e janelas com vidros e venezianas que permitem aumentar a ventilação e a iluminação das unidades.

4.5 Santa Marta e o plano inclinado

O Instituto Pereira Passos (IPP) aponta ser Santa Marta a favela mais íngreme da cidade do Rio de Janeiro, com seus 362 metros de altitude, localizada no bairro de Botafogo, na zona Sul carioca.

De acordo com o IPP, a favela na década de 1990 ocupava 55.124 km². Em 2008, estava em 54.692 km², o que corresponde a 16% do bairro de Botafogo. No mesmo ano, o governo do Estado identificou cerca de 1370 residências na comunidade, onde moram aproximadamente 4,8 mil pessoas.

Ainda em consonância com o Instituto Pereira Passos, a partir de dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) de 2000, o Morro Santa Marta tem Índice de Desenvolvimento Social (IDS) de 0,43 – cálculo da Organização das Nações Unidas (ONU) cujo objetivo é mensurar a qualidade de vida em um lugar, variando de 0 a 1 – isso é o equivalente ao da Eritreia, na África, o 164º país de uma lista com 179. Além disso, lá não tem escolas e nem postos de saúde, e a metade do esgoto da comunidade ainda escorre pelos bueiros.

Pelo estudo, 99% das residências da comunidade têm rede de água adequada e somente 49% rede de esgoto. Há, pelo menos, 5,6 mil moradores e cerca de 97% das casas têm coleta de lixo. Aproximadamente 8% dos maiores de 15 anos são analfabetos e, somente 58% dos chefes de família ganham até dois salários mínimos.

De acordo com o que já fora salientado no começo deste capítulo, a particularidade desta favela se inicia a partir de sua definição e nomenclatura. É comum ouvir as pessoas retratando o local tanto de *Santa Marta* quanto por *Dona Marta*. Todavia, isto não impede que se saiba de onde se está falando, ao menos para os moradores do Rio de Janeiro.

Um acontecimento importante para o início da aplicação do turismo na favela Santa Marta foi a visita do cantor internacional – já falecido – Michael Jackson, em 12 de fevereiro de 1996. Na ocasião o astro da música pop esteve no Morro Dona Marta a fim de realizar a gravação de um videoclipe para a canção “*They don’t care about us*”, (“Eles não ligam para nós”).

Salienta-se a grande repercussão do ocorrido pela mídia, ficando claro, inclusive, o preconceito contra os moradores das favelas, conforme é possível verificar no depoimento do Sr José Luis de Oliveira, na época presidente da Associação de Moradores do Santa Marta, em entrevista²⁶ ao *site* Favela tem memória:

O pessoal achou que era “pegadinha”. Só acreditou quando a TV começou a anunciar. Aí bateu aquela ansiedade, foi uma correria. Todo mundo só falava nisso no morro. Quando vazou a notícia de que eles estavam negociando com a associação, o governo não aceitou. Daí em diante foi uma polêmica atrás da outra. O governo queria é lucrar com a história, como sempre fazem, aliás. Por isso deu essa polêmica toda.

Retomando a questão do nome da favela, ressalta-se que quanto à localização geográfica, o nome do morro é Dona Marta, pois está situada ao lado do mirante de Dona Marta. Sobre a denominação da favela que tomou conta do referido morro, os próprios moradores²⁷ referem-se como Santa Marta, em razão da imagem da Santa homônima guardada até hoje (2012) em uma capela na parte mais alta do morro – que não abre com frequência.

Não obstante, a abordagem dos nomes possui duas origens, onde a primeira versão seria de uma imagem – da Santa Marta – que teria sido levada para o local por uma antiga moradora, no início do século XX. Ela costumava rezar na localidade conhecida como Campinho do Pico. Em 1930, com a chegada do Padre Veloso²⁸, foi construída neste espaço uma pequena igreja a fim de abrigar a imagem.

Eu subi lá no Pico. Aqui embaixo naquele tempo não tinha muito barraco. Celebramos a missa no local onde hoje é a capelinha. Aqui vai ser o refúgio para nosso Senhor descansar. Como Santa Marta, que era dona de uma casa lá na Palestina, recebia Jesus quando ele estava cansado. Então vamos fazer aqui a mesma coisa! Aqui vai ser uma residência de Santa Marta, ela vai ser a padroeira disso aqui (PADRE VELLOSO).

²⁶ Matéria publicada em julho do ano de 2004, por Marcelo Monteiro. Disponível em: <http://www.favelatemmemoria.com.br/publique/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm?infoid=96&sid=4&from_info_in dex=6>. Acesso em: 17 fev 2011.

²⁷ De acordo com informações salientadas por Verônica, Guia de Turismo local e moradora do Santa Marta.

²⁸ Disponível em: <http://www.grupoeco.org.br/html/santa_marta.html>. Acesso em: 10 Nov 2011.

A segunda versão paira na *estória* que nos anos de 1960, o Padre Clemente, teria comprado as terras do atual bairro de Botafogo, batizando o referido morro de Marta, fazendo uma simples em homenagem à sua mãe. Foi também o Padre Clemente que ordenou a abertura de uma via ligando a enseada de Botafogo até sua capela, na atual Rua Viúva Lacerda, no Humaitá, posteriormente batizada como Rua São Clemente, uma das mais importantes do bairro.

Contudo, salienta-se que a primeira versão é a mais aceita – e a contada pelos moradores. Independente do mote para o nome, o fato é que o lugar ocupado pela favela foi vendido aos padres jesuítas, que desejavam expandir o Colégio Santo Inácio. Seus primeiros moradores – oriundos em grande parcela do Norte Fluminense e do Nordeste – seriam operários que trabalharam nas obras da escola e passaram a morar no morro, devido a não terem outra forma de moradia²⁹. A partir de 1929, em decorrência da crise cafeeira, muitas famílias migraram para a cidade do Rio de Janeiro, e foram acolhidas pelos padres jesuítas, que permitiram que elas se afixassem no local.

Acredita-se que, nos anos de 1980, com a mídia fazendo menção à favela como Dona Marta, em razão da localização do mirante, tenha sido o estopim para a confusão em torno do nome. Ademais, os moradores que pertencem às religiões protestantes referem-se à comunidade como Dona Marta – por não acreditarem em santos católicos. Salienta-se que devido ao crescimento do movimento evangélico na região, a maneira como a favela é denominada, acaba por representar uma disputa de poder de enorme relevância dentro da comunidade³⁰. Ainda na década de 1980, mormente no ano de 1988, a cidade do Rio de Janeiro vivenciou uma das piores chuvas de sua história³¹, ocasionando o desmoronamento de

²⁹ Salienta-se que tais informações foram repassadas pela Guia de Turismo Verônica (nascida e ainda moradora da favela Santa Marta).

³⁰ Pontua-se que antes da pacificação da favela, havia um número em torno de oito Terreiros de Umbanda e Candomblé – religiões espíritas Afro-Brasileiras; duas Igrejas Católicas e cerca de três Igrejas Evangélicas. Posteriormente à pacificação apenas permanecem no local as Igrejas Católicas e Evangélicas, sendo estas últimas perfazendo um total de sete atualmente (Abril / Maio de 2012). Contudo, a Guia de Turismo Verônica não soube explicar a razão para os Terreiros terem acabado.

³¹ Não contabilizando as fortes chuvas e os respectivos estragos, acontecidos em Abril do ano de 2010 – por estas não terem representado nenhum fator expressivo na favela Santa Marta.

vários barracos. Apesar da existência de palafitas³², nos últimos anos percebeu-se um acentuado crescimento da reforma, além da construção de casas em material de alvenaria.

A favela em questão possui características consideradas relevantes que conferem certa notoriedade ao lugar, como por exemplo, ser a mais íngreme da cidade, o que favorece a vista privilegiada – fator importante para o perfil do turista que visita uma favela da zona sul do Rio de Janeiro, conforme já mostrado no debate sobre a Rocinha –, fora os cuidados de infraestrutura que o governo diz ter com o lugar tornando-a, segundo pesquisa da Federação das Indústrias do Rio de Janeiro (FIRJAN), a favela que está entre as que mais cresceram na cidade do Rio de Janeiro nos últimos anos.

Porém, tais cuidados com a infraestrutura local, por vezes, no decorrer do *tour*, verificaram-se carentes e deficitárias. Exemplificando, ainda há esgoto a céu aberto e o abastecimento de água é problemático – embora a CEDAE já tenha se feito presente na área e os moradores paguem pelo serviço e, em relação à iluminação, há postes sem as lâmpadas – o que dificulta o acesso de moradores mais idosos, gestantes e crianças – e sobre esse aspecto foi factível comprovar devido à realização do *tour* no final da tarde até o cair da noite.



Figuras 4.15 e 4.16: Postes sem iluminação. Fonte: Rosane Santos, 2012.

³² Ainda hoje (século XXI, ano de 2012), é possível ver a presença de algumas palafitas na favela Santa Marta. E, ao contrário da Maré (onde as palafitas eram construídas sobre a Baía de Guanabara), no Morro Dona Marta, justifica-se esta forma de ocupação em decorrência do próprio acidente geográfico – as rochas, as pedras, o morro. Assim, as palafitas da favela Santa Marta são cravadas nas pedras, como é factível verificar através da figura 3.8.



Figura 4.17: Habitação Precária (Século XXI, 2012). Fonte: Rosane Santos, 2012.

Embora ainda seja necessária e urgente a provisão de melhorias no local – não há indícios de intervenções pelo PAC tampouco pelo Morar Carioca na localidade – não se pode prescindir em salientar que a favela Santa Marta foi palco de benefícios pioneiros, tais como a inauguração, em maio de 2008 do teleférico (o plano inclinado com suas três estações) – por meio da Secretaria Municipal de Obras (Prefeitura da cidade do Rio de Janeiro) e Empresa de Obras Públicas do Estado do Rio de Janeiro (EMOP) –, que facilita o acesso à parte mais alta do Morro e, a inauguração da UPP, em dezembro do mesmo ano. Desta forma, o Estado tem maior controle sob o Morro – nem que seja em teoria –, o que significa maior segurança aos moradores e, por conseguinte, aos visitantes e aos turistas.



Figura 4.18: Plano Inclinado, o Teleférico do Santa Marta. Fonte: Rosane Santos, 2012.



Figura 4.19: Subida pelo Plano Inclinado. Fonte: Rosane Santos, 2012.

Ressalta-se também que em março de 2009 a favela adquiriu internet sem fio, tornando-a a primeira favela a ser beneficiada, em tese, por esse tipo de serviço. Não obstante, em abril deste mesmo ano foram iniciadas as obras que cercam o local. Foi erguido na favela Santa Marta o polêmico muro – sob a retórica de coibir o avanço desordenado das construções para o Morro, o que prejudicaria a preservação ambiental. Foram instaladas ainda algumas câmeras, a fim de promover maior controle do governo sob os moradores, o que ganhou destaque até na Europa, pelo poeta português José Saramago, em seu blog, *Caderno de Saramago*³³.

A ideia, agora, é rodear as favelas com um muro de cimento armado de três metros de altura. Tivemos o muro de Berlim, temos os muros da Palestina, agora os do Rio. Entretanto, o crime organizado campeia por toda a parte, as cumplicidades verticais e horizontais penetram nos aparelhos de Estado e na sociedade em geral. A corrupção parece imbatível. Que fazer? (SARAMAGO, 2009 – grifo nosso).

³³ Fonte: Blog *O Caderno de Saramago*. Postado na data de 30 de Março do ano de 2009. Disponível em: <<http://caderno.josesaramago.org/2009/03/30/raposa-do-sol/>>. Acesso em: 25 Jan 2012.

Aproveita-se a oportunidade para abordar a questão dos polêmicos muros implantados nas favelas da cidade do Rio de Janeiro: este na favela Santa Marta; um na Babilônia – no único ponto de acesso à APA – erguido com o mesmo argumento de preservação ambiental e, talvez, o mais polêmico de todos, o muro da favela da Maré – o chamado *Muro da Vergonha*³⁴ – construído sob a alegação de diminuir os ruídos oriundos das vias expressas Linhas Vermelha e Amarela – que cortam a área da favela/bairro. Contudo, na visão da população, o muro apenas foi implantado no local para evitar que as pessoas vejam a favela – principalmente os turistas que chegam à cidade via Aeroporto Internacional Tom Jobim – Galeão.

Não se pretende aqui negar a importância em prover meios para a preservação ambiental, aliás, afirma-se que se o motivo fosse, de fato, este, a colocação dos muros seria de extrema relevância, afinal na Babilônia há a presença da APA e, na favela Santa Marta há o mirante Dona Marta. Mas, não há dados que evidenciem esta preocupação com a causa ambiental, com a sustentabilidade – além de não ter sido um processo participativo, pois, as comunidades não foram interrogadas a respeito – ao menos é o discurso que repetem –, tampouco informadas acerca da necessidade de se promover uma freada nas construções que avançam pelas áreas naturais – o que seria um ponto fundamental, visto que desta forma, os próprios moradores atuariam como fiscais.

³⁴ “A pesquisa ‘Os muros do invisível’, realizada pelo Núcleo de Estudos e Pesquisas sobre Favelas e Espaços Populares da Rede de Desenvolvimento da Maré (REDES), foi apresentada durante o Seminário “A cidade dos e para os mega eventos esportivos: Muros, remoções e maquiagem urbana”, realizado na própria Maré. O estudo debateu a tentativa de maquiagem a cidade e segregar os moradores da Maré por meio de um muro. Espremida entre várias vias expressas, a Maré foi cercada por “barreiras acústicas”. Na época da sua instalação, a justificativa do poder público era, além de diminuir o barulho dos carros, impedir que pedestres alcançassem a via, para prevenir atropelamentos. O resultado mostra que nenhum dos grupos questionados (moradores da Maré, moradores que vivem ao longo da via, usuários das vias expressas e vendedores ambulantes) acredita na justificativa oficial. Entre os moradores do bairro, 73% acreditam que a iniciativa aconteceu apenas para maquiagem a Linha Amarela. Os moradores reclamam também da falta de diálogo com o poder público. Esta percepção foi reforçada pela opinião das lideranças comunitárias ouvidas na pesquisa, que mostraram descontentamento com as prioridades da Prefeitura e do Estado na favela, ao lembrar que o projeto inicial previa a construção de áreas de lazer e outras intervenções urbanas na comunidade, o que nunca aconteceu. Este grupo salientou ainda que, no processo de implantação do muro, a Prefeitura assumiu papel secundário, cabendo à LAMSA (concessionária da Linha Amarela) fazer as negociações dentro da comunidade. O muro da Maré é representativo de como se sentem os moradores das regiões pobres do Rio de Janeiro. A percepção é de que os grandes eventos não apenas não são direcionados para eles, mas também os prejudicam. O muro é apenas um exemplo das perdas que as comunidades carentes sofrem na cidade, como remoções e transferências de recursos da área social para obras.” Ver ANEXO (fotos).

Sob esse aspecto, a APA Babilônia foi privilegiada; afinal, seja qual for a justificativa para a implantação do muro, o fato é que a população não avançou mais pela referida Área de Proteção Ambiental, além de ajudar a promover o replantio das mudas e espécies locais. Mas, em se tratando da favela Santa Marta, o muro é alvo de críticas por parte da população, mormente a que reside na parte mais alta – no Pico. Lá, eles (os moradores), se queixam que as obras não chegaram e, que constantemente vêm sendo ameaçados pelo fantasma da remoção, sem saber para onde serão reassentados, conforme exposto nas faixas mostradas nas figuras abaixo³⁵:

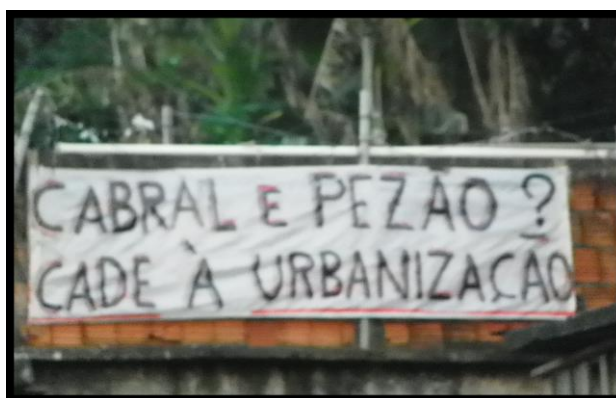


Figura 4.20: Reivindicação dos moradores da parte alta (Pico) “a”. Fonte: Rosane Santos, 2012.



Figura 4.21: Reivindicação dos moradores da parte alta (Pico) “b”. Fonte: Rosane Santos, 2012.

³⁵ Dados auferidos em pesquisa de campo, através da realização do *tour* pela favela, em companhia da Guia de Turismo Verônica – que por ser autóctone, relata situações que as agências não saberiam.



Figura 4.22: Reivindicação dos moradores da parte alta (Pico) “c”. Fonte: Rosane Santos, 2012.



Figura 4.23: Reivindicação dos moradores da parte alta (Pico) “d”. Fonte: Rosane Santos, 2012.

A fim de encerrar o debate sobre os muros, evidencia-se que se tais iniciativas tivessem realmente ancoradas na preocupação com o provimento de melhorias na qualidade de vida dos moradores, como de fato ocorre, sobretudo, na Europa – também seria de grande relevância. Mas, quando os muros são meros muros de segregação espacial³⁶, é preciso rever conceitos e aplicações para os mesmos.

A proliferação dos enclaves fortificados vem criando um novo modelo de segregação espacial [...]. Enclaves fortificados são espaços privatizados, fechados e monitorados para residência, consumo, lazer ou trabalho. Enclaves fortificados geram cidades fragmentadas em que é difícil manter os princípios básicos de livre circulação e abertura dos espaços públicos que serviram de fundamento para a estruturação das cidades modernas. Nessas cidades o caráter do espaço público e da participação dos cidadãos na vida pública vem sendo drasticamente modificado (CALDEIRA, 1997, p. 155-156 – grifo nosso).

³⁶ Conforme sinaliza Teresa Pires do Rio Caldeira em **Enclaves fortificados: a nova segregação urbana (NOVOS ESTUDOS / CEBRAP, 1997, p. 155-176).**

Retomando a discussão sobre a favela Santa Marta, conforme exposto no início deste sub-capítulo, a favela ganhou repercussão mundial³⁷ em 1996, a partir da visita do cantor Michael Jackson, que utilizou o morro como locação para a gravação do clipe musical “*They don’t care about us*”, dirigido pelo famoso cineasta Spike Lee. A presença do artista pop abriu as portas da favela Santa Marta para o mundo. O evento, noticiado sobremaneira pela imprensa internacional, foi alvo de várias polêmicas na época, uma vez que a articulação da visita e a segurança de Michael Jackson foram negociadas e garantidas pelo chefe do tráfico local, “Marcinho VP”, o que acarretou no descontentamento das autoridades governamentais na época, conforme corrobora Freire-Medeiros

A temperatura política aumentou quando os principais jornais cariocas publicaram que o preço das locações havia sido negociado entre a produtora de Jackson e Marcinho VP, líder do tráfico de drogas do Santa Marta à época (FREIRE-MEDEIROS, 2009, p. 19).

Em sua obra, *Abusado: o dono do Morro Dona Marta* (2003), o jornalista Caco Barcelos narra detalhes acerca da história do traficante “Marcinho VP” e sua forma de agir no Morro, sendo a obra sucesso de vendas e a primeira colocada no Prêmio Jabuti de 2004, na categoria de “não-ficção”.

Tendo ou não havido o suposto acordo entre a equipe do *pop star* e os “*donos da favela*”, o fato é que o Morro Dona Marta não seria mais o mesmo após tamanha exposição (pelas mídias nacionais e internacionais). Salienta-se ainda que os moradores realizaram um vídeo alternativo contando a trajetória do astro pela favela; o artista plástico Romero de Brito, fez um enorme painel e presenteou a comunidade, além do governo do Estado, que fez uma estátua de Jackson e fincou na famosa laje do Michael Jackson, ponto de interesse turístico.

³⁷ Outro fator de grande relevância para a favela Santa Marta, de acordo com a guia Verônica, foi a realização do Red Bull Desafio no Morro, em 26 e 27 de Setembro do ano de 2009, fechando a trilogia de eventos de *mountain bike*, em nível internacional, organizados pela Red Bull, no Brasil: o Desafio dos Profetas (em Congonhas/MG, em 2005), o Desafio na Mina de Ouro (em Mariana/MG, em 2006) e o Red Bull Desafio no Morro (2009, Rio de Janeiro). O desafio contou com dezesseis atletas selecionados da modalidade *downhill* do *mountain bike* (dez brasileiros e seis estrangeiros), que competiram ao longo das vielas, lajes, escadarias do morro e até mesmo da Igreja Santa Marta. O evento teve um competidor internacional como campeão, o eslovaco Filip Polc, que ganhou o prêmio de R\$ 35 mil, ao percorrer em menor tempo (01:39:91), o complexo com um percurso que teve 760m de comprimento e um total de 170m de desnível, combinando trechos técnicos com saltos de até 8m e descidas que permitiram velocidades superiores a 50km/h. Junto com a instalação de 13 obstáculos e rampas integrando a pista de corrida às construções locais. Além do fato inédito de uma favela sediar um evento como este, o que há anos atrás, não seria, sequer, cogitado, o Red Bull Desafio no Morro, proporcionou uma melhoria no relacionamento com os líderes comunitários da favela, ao contratar cerca de 100 moradores do Santa Marta, envolvidos em montagem, segurança, alimentação e outros serviços.

Aponta-se que no *tour* desenvolvido pela *Rio Top Tour* (operadora pública – da Secretaria Municipal de Esporte e Lazer da cidade do Rio de Janeiro), este – a laje – juntamente com a subida através do plano inclinado – perfazem o roteiro a ser visitado pelos turistas, em sua maioria estrangeiros.



Figura 4.24: Laje do Michael Jackson. Fonte: Rosane Santos, 2012.

O que foi factível de ser vislumbrado e percebido nas visitas *in loco*, deve-se às conduções terem sido sempre realizadas por uma profissional Guia de Turismo, mas moradora (nascida no Santa Marta), que inicia o seu trabalho perguntando o objetivo da visita e a partir de então, mostra o que o visitante deseja conhecer. Esse é o diferencial da base comunitária.

Ressalta-se que os Guias de Turismo alocados no ponto da Prefeitura (o *Rio Top Tour*), são em grande parte, moradores dos bairros da zona sul e, foram capacitados em conjunto com os moradores da favela interessados, para atender à demanda turística, mormente a estrangeira – sob o objetivo de auxiliar os guias (autóctones) quando fosse necessário se comunicar em outro idioma.

Contudo, não é o que se observa estando no local. Há, nitidamente, um relacionamento conflituoso, sobretudo, se o turista for de outra nacionalidade. Percebeu-se que quando se trata de turista doméstico (nacional), os guias externos à favela, não fazem *muita questão* em atender, ao passo que há *certa correria* em se tratando do turista internacional – o que não

deveria acontecer, visto que deveria ser uma relação de ajuda mútua, conforme pontuado nas premissas da atividade turística de base comunitária³⁸ e, devidamente fomentado na favela, desde o mês de Agosto de 2010, através da parceria entre os governos Estadual, Municipal e Federal (sendo na época a Secretaria de Turismo, Esporte e Lazer; Riotur e o Ministério do Turismo).

Como o objetivo do estudo é identificar quais intervenções urbanas realizadas nas favelas cariocas, atendem às demandas da população e, paripassu, servem ao turismo, aponta-se que na favela Santa Marta poucas são as intervenções físicas no território. Não é possível elencar mudanças estruturais tais como as presenciadas na Babilônia e no Chapéu Mangueira, nem sinalizar previsões de obras como na Rocinha e na Providência.

Talvez por tais razões a população do Santa Marta (re)clame tanto (conforme nas faixas supracitadas). As reformas urbanas vivenciadas por demais favelas da cidade do Rio de Janeiro ainda não perfazem uma realidade neste espaço. A única melhoria factível de ser observada é de fato, o plano inclinado.

Contudo, há previsões futuras; em maio (2012), os moradores se reuniram em Assembleia Comunitária com representantes do poder público municipal e, nesta ocasião foi realizado um diagnóstico, apontando uma urbanização esparsa e necessidade de melhorias. A partir de tal reunião, representantes da Secretaria de Planejamento da cidade se comprometeram a elaborar um plano urbanístico local, composto de uma série de intervenções destinadas à promoção de qualidade de vida à população.

No tocante à tipologia das reformas, os moradores solicitaram maior ênfase às intervenções que viessem a contribuir para uma melhor acessibilidade interna da comunidade e de integração à malha formal, visando a otimização da circulação de pedestres e viabilizar a prestação de serviços públicos, particularmente de saúde, segurança e limpeza pública. A acessibilidade interna da comunidade, da sua base até o topo do morro, é constituída por caminhos (becos, vielas, ruas) e escadarias – sobretudo nos horários de pico de utilização do plano inclinado.

³⁸ Talvez se justifique pelo valor que é pago: (R\$30,00 no Santa Marta; R\$70,00 na Babilônia; cerca de R\$90,00 na Rocinha e em torno de R\$40,00 no Cantagalo). Mas, se é de base comunitária, o valor deve permanecer na localidade e, não escoar extramuros.

A composição da favela se divide nas áreas mais baixas onde se concentram os imóveis mais valorizados, as atividades econômicas mais desenvolvidas e onde residem os estratos da população com renda mais elevada (Pé da Escada, Belém, Lixão, Mangueira, Cantão, Portinho, Cruzeiro, Primeira Mina). Os sub-bairros localizados no meio da favela embora apresentem particularidades entre si, encontram-se em situação menos privilegiada que as áreas mais baixas (Cerquinha, Beirute, Beco do Jabuti, Pocinho, Ceudida, Campinho), nas áreas situadas nos locais mais íngremes do morro localizam-se os imóveis menos valorizados e, de um modo geral, mais precários (Pico, Ambulatório, Segunda Mina, Terreirinho). Por essas razões a provisão de intervenções físicas se faz urgente no Santa Marta.

Afirma-se, então, que do que já se tem de reformas, o plano inclinado promoveu, sem dúvidas, mobilidade urbana que além das facilidades para as pessoas, possibilitou melhorias no transporte de carga para as partes mais altas e uma relevante ferramenta sanitária, na medida em que possibilita um nível de qualidade na coleta de lixo, até então, impensada e não realizada.

4.6 MUF: museu de favela no Cantagalo

Conforme já salientado ao expor o caso do Museu a céu aberto na Providência, o Museu de Favela³⁹ (MUF) consolida a ideia de transformar em museu todo o território de uma favela – processo iniciado através do Favela-Bairro, pela Célula Urbana com a idealização de Lu Petersen, naquela que é o *mito fundador* das favelas cariocas.



Figura 4.25: Base 1 MUF. Fonte: Rosane Santos, 2012.

³⁹ Ressalta-se que a localização é por todo o Complexo Pavão-Pavãozinho-Cantagalo, por ser tombado como museu todo o território das favelas em questão. Apenas sinaliza-se a área do Cantagalo, por ser neste ponto que se insere a Base 1.

A fim de compreender a dinâmica (do processo de transformação em museu do território das favelas Pavão-Pavãozinho-Cantagalo), faz-se necessária uma elucidação acerca de alguns pontos, tal como o contexto histórico.

Assim, salienta-se que o Cantagalo, localizado na zona sul da cidade do Rio de Janeiro, mais especificamente entre os bairros de Copacabana e Ipanema, vizinho ao Pavão-Pavãozinho. Esta favela tem cerca de 4.415 habitantes, dispostos em aproximadamente 1.107 domicílios, de acordo com dados da Federação das Indústrias do Estado do Rio de Janeiro⁴⁰. Ressalta-se uma peculiaridade no Cantagalo – pelo menos 20% das moradias são apartamentos –, o que de acordo com Urani (2007), é uma antítese da imagem que normalmente se tem das casas nas favelas.

O limite físico entre as localidades Pavão-Pavãozinho e do Cantagalo são aparentemente imperceptíveis aos olhares menos atenciosos (mormente aos externos às áreas). É comum ouvir os moradores se referindo aos morros apenas por *Galo* e *Pavão* – informa-se que para finalidades deste estudo a área será tratada por PPG (Pavão-Pavãozinho e Cantagalo). Destaca-se aqui que todo o Complexo possui belas vistas (da Lagoa Rodrigo de Freitas, do Cristo Redentor, da Pedra da Gávea, das praias do Leblon e de Ipanema), o que fomenta a prática turística – ou o olhar turístico para a favela.

Embora a favela do Cantagalo tenha crescido paralela à do Pavão-Pavãozinho, as comunidades possuem processos de ocupação diferenciados. O PPG está situado na encosta do Morro do Cantagalo e contam com subunidades internas. Estas mesmas subunidades denotam uma espécie de estratificação social em seu interior, salientando as presentes no Cantagalo (Terreirão – primeiro local a ser visto, ao entrar pela Rua Saint Roman –, Quebra ou Quebra-Braço – sendo esta a área mais precária –, Igrejinha – onde está a Base 1 do MUF –, Buraco Quente, Nova Brasília e Jaqueira – esta última chamada de Elevador).

Evidencia-se que a favela do Cantagalo teve seu processo de ocupação no início de 1900, por escravos libertos, oriundos dos Estados de Minas Gerais e do Espírito Santo. No que tange à denominação do local, duas são as versões, onde a primeira remete à criação de

⁴⁰Pesquisas nas favelas com UPP. Disponível em: <<http://www.firjan.org.br/data/pages/2C908CE921D5239A0121D554663232BC.htm>>. Acesso em: 18 Dez 2011.

galos pelos locais da época de ocupação e a outra faz menção ao formato de galo conferido à pedra onde a favela está localizada, o que em consonância com Urani (2007), teria dado o nome às divisas dos bairros de Ipanema e Copacabana de *Corte do Cantagalo*.

É curiosa a maneira de serem chamados os moradores do PPG, destacando as autodenominações *crias do morro* – referindo-se à população do Cantagalo e, *filhos do vento* – em relação aos moradores do Pavão-Pavãozinho. Estas formas de tratamento são explicadas devido à estada nos locais – que, segundo Velloso; Pastuk; Pereira Jr (2012), a população do Cantagalo se fixa ao território ao passo que os moradores do Pavão-Pavãozinho têm características mais flutuantes.

No tocante à situação da infraestrutura, salienta-se que no Cantagalo a questão do lixo ainda perfaz um dos maiores problemas a serem equacionados. Contudo, possui melhores condições de atendimento dos serviços urbanos básicos (em relação ao Pavão-Pavãozinho)⁴¹.

Ainda em relação à provisão de melhorias locais, pontua-se que nos anos de 1980, o governador da época, Sr Leonel Brizola, deu início a obras de infraestrutura, destacando a abertura da Estrada do Cantagalo e a construção do Centro Integrado de Educação Pública (CIEP)⁴². Cabe mencionar também o processo de titulação das propriedades, que objetivava regularizar a situação fundiária dos moradores – fato que de acordo com Velloso; Pastuk; Pereira Jr. (2012) foi um marco rumo à urbanização das favelas da cidade do Rio de Janeiro.

Como este estudo versa sobre a temática da urbanização das favelas e sua ingerência para o turismo, merecem destaque as intervenções públicas pela qual o Complexo PPG passa nos últimos anos (desde 2007, sobretudo). Tais formas de intervenção perpassam pela implantação do PAC, da UPP e de uma nova tentativa de regularização fundiária, desta vez por meio das ações do Instituto Atlântico.

⁴¹ Na época de implantação do Programa Favela-Bairro, a favela Cantagalo foi a única de todo o Complexo PPG a ser contemplada, de acordo com dados de Velloso; Pastuk; Pereira Jr. (2012, p. 24).

⁴² Onde atualmente (2012) funciona o Espaço Criança Esperança – inaugurado no ano de 2001 – em razão da parceria da ONG Viva Rio, Rede Globo e o Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF) – esta última sendo substituída pela Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura (UNESCO) posteriormente.

Sobre o PAC nesta área, pontua-se que no ano de 2007 o referido Programa foi lançado pelo Presidente da República da época – Sr Luiz Inácio Lula da Silva – sendo apresentado aos moradores do PPG no ano seguinte, em 2008, sinalizando dois eixos principais e urgentes: obras físicas de reurbanização da favela, além das ações do PAC Social – onde começou a idealização do MUF.

Na primeira etapa das obras, concluídas em 2009, foram feitas intervenções em infraestrutura urbana, que incluíram sistema de esgotamento sanitário, redes de água potável, drenagem de águas pluviais e galerias de macro drenagem. Foram construídos também dois prédios para abrigarem os moradores removidos das áreas de risco, além do Complexo Rubem Braga – que conta com duas torres com elevadores panorâmicos, o Mirante da Paz, o acesso à estação do metrô da General Osório (em Ipanema) e uma passarela que liga as torres à localidade do Quebra-Braço, no Cantagalo.

Salienta-se, entretanto, que várias etapas do PAC 1 não foram finalizadas, estando previstas para a fase 2 do Programa – iniciado em Dezembro do ano de 2011. Para esta fase apresentam-se como eixos principais as questões relativas à acessibilidade e à infraestrutura urbana, com a reforma das moradias (iniciadas em 2008).



Figuras 4.26 e 4.27: Indicação das Intervenções via PAC no Complexo PPG. Fonte: Rosane Santos, 2012.

Cabe pontuar que para concluir as obras do PAC 2 no PPG, remoções e realocações serão necessárias – o que será de ingerência do PAC Social – que está realizando o levantamento do quantitativo de moradores e imóveis atingidos. Tais realocações serão realizadas através de três maneiras distintas: doação de moradias; compra assistida; pagamento de indenização. Seja a forma que se der, o fato é que a população está apreensiva em relação a estes procedimentos.

Ainda no que tange às ações do PAC Social, ressalta-se a realização (na fase 1 das intervenções) de oficinas e cursos de qualificação profissional – voltados para a área do Turismo. Destas oficinas de sensibilização que surgiram as ideias para fundar o Museu de Favela – sendo o primeiro Museu Territorial Integral e Monumento Turístico de Favela do Brasil.

A próxima etapa está sendo monitorada por uma equipe gestora instalada na Casa Civil do Governo do Estado e terá a duração de 18 meses. Dentre as ações destacam-se oficinas de educação patrimonial, desenvolvimento territorial, educação ambiental e sanitária, gestão de impactos e organização comunitária. A partir disto será executado um Plano de Comunicação a fim de lançar um Conselho Comunitário na região do PPG.

Ressalta-se que o trabalho social nas favelas pacificadas tem ainda o apoio da UPP Social – vinculada ao IPP – e inserida nas comunidades logo após a entrada da UPP. A função da UPP Social é ouvir as demandas dos moradores a fim de articular os serviços do Poder Público Municipal (em suas diversas Secretarias), além de integrar às demais esferas de Poder – Estadual e Federal. Seus objetivos, conforme Velloso; Pastuk; Pereira Jr. (2012) são consolidar o controle territorial das áreas da favela, urbanizar e ofertar serviços urbanos básicos, além de proporcionar o desenvolvimento social e econômico da região, de forma a eliminar as fronteiras (ainda que simbólicas) que separam as favelas da “*cidade formal*” (URANI, 2007).

Retomando a discussão à questão das moradias (sobretudo à regularização fundiária), destaca-se o trabalho do Instituto Atlântico – conforme já salientado. Desde 2008 o referido órgão realiza em parceria com a Associação de Moradores, o Projeto de Segurança de Ipanema – denominado Projeto Cantagalo. A iniciativa conta com o apoio do Grupo Gerdau – escritórios de advocacia e arquitetura – que financiou os custos de levantamento topográfico, além do cadastramento de mais de mil moradias.

Durante a pesquisa foi factível constatar que 75% dos moradores da favela Cantagalo são residentes em casas próprias, mas que a maior parte dos terrenos onde estas estão localizadas pertence ao governo estadual. Com base nesta informação, foi necessária a alteração da Constituição do Estado – a fim de permitir o usucapião do imóvel público e sua posterior doação a particulares. Entretanto, cabe destacar que o Projeto Cantagalo encontra-se

parado atualmente (2012), em função das obras do PAC 2 – por não se ter certeza acerca das remoções e das realocações que serão realizadas e necessárias.

O que se verifica no Complexo PPG é um processo de regularização fundiária acompanhado da urbanística – por parte do Poder Público Municipal. Sobre isso Cunha (2010) corrobora relatando que de novembro de 2010 até maio de 2011, Decretos foram assinados pelo Prefeito da cidade do Rio de Janeiro, Sr Eduardo Paes, estabelecendo “as Normas de Uso e Ocupação do Solo” destes territórios – elaborados de forma separada para cada uma das favelas em questão. O Decreto Nº 33015, de 5 de Novembro de 2010 é referente ao Cantagalo, ao passo que o Decreto Nº 33866, de 20 de Junho de 2011 faz referência ao Pavão-Pavãozinho.

Os dois Decretos, dentre outros aspectos, dividem essas favelas em subzonas e definem o gabarito máximo permitido a cada uma delas. Consta nos dois Decretos específicos que: as edificações deverão apresentar condições suficientes de higiene, segurança e habitabilidade e respeitar o alinhamento definido pelo Decreto. As unidades residenciais deverão conter, no mínimo um compartimento habitável, um banheiro com instalação sanitária e uma cozinha, podendo esta última ser conjugada ao compartimento habitável [...]. Ficam consideradas possíveis de regularização todas as edificações existentes que se incluam nos parâmetros definidos pelo presente Decreto para fins de concessão de habite-se e inscrição imobiliária (RIO DE JANEIRO, 2011, apud VELLOSO; PASTUK; PEREIRA JR., 2012, p. 68).

Embora a Base 1 do MUF esteja localizada na Igrejinha⁴³ e, esta no Cantagalo, cabe aqui sinalizar também o contexto da favela Pavão-Pavãozinho, por entender que uma não se compreenda sem a outra e, mormente pela proposta e efetiva implantação do MUF ser a de tornar museu (patrimônio) todo o Complexo PPG.

Desta forma, salienta-se que a favela Pavão-Pavãozinho está situada também na zona sul da cidade do Rio de Janeiro (da mesma forma entre os bairros de Ipanema e Copacabana). De acordo com pesquisa da FIRJAN conta com cerca de 8.530 habitantes – sendo estes distribuídos em aproximadamente 2.538 domicílios. Se no Cantagalo o nome se deve à criação de galos, no Pavão-Pavãozinho a denominação se justifica pela criação de pavões (na localidade da Matinha).

⁴³ Nossa Senhora de Fátima.

O Cantagalo – conforme exposto – começou a ser ocupado no começo de 1900, já o Pavão-Pavãozinho somente no final da década de 1930 (MARZULO, 2005) – sobretudo a área do Pavão. E, apenas na década de 1950 e de forma mais intensa entre as décadas de 1980 e 90 que esta região passou a ser ponto de chegada e fixação de moradias por grande leva de migrantes nordestinos – que ao se expandirem pelo morro originaram a área do Pavãozinho, de acordo com Cunha (2011).

Da mesma forma que o Cantagalo, a favela Pavão-Pavãozinho se divide em subunidades e, estas são referentes à localização geográfica, ao histórico de ocupação, além da existência de estratificação social presente no interior da comunidade. Assim, o Pavãozinho, que está situado na parte inferior do morro, é dotado de melhor rede de infraestrutura – e abriga os moradores com poder aquisitivo mais alto. Por sua vez é subdividido pelas cinco estações do Plano Inclinado (que liga a Rua Saint Roman, em Copacabana à favela).

Em relação ao Pavão, salienta-se que está situado na parte mais acima do morro, cujas subunidades são: Serafim, Casarão, Grotão, Vietnã, Caranguejo e Boca do Mato. Informa-se aqui que nas áreas mais altas do morro ainda há a presença de casas de madeira, papelão e taipa. Tal qual a favela Santa Marta sofreu em 1988 com as consequências das fortes chuvas, o Pavão-Pavãozinho também – anos antes – em 1983, numa noite de Natal. Foram deslizamentos e escorregamentos de terra e lixo, ocasionando a morte de várias pessoas. Marzulo (2005) salienta que esta tragédia deu o ponto de partida para as reformas promovidas pelo governo Brizola no Complexo PPG.

Sob esta ótica – de problemas ocasionados devido à carência de infraestrutura ao longo dos anos – foi construído o Plano Inclinado⁴⁴, com a instalação de um elevador e cinco estações, segundo Velloso; Pastuk; Pereira Jr. (2012) a fim de facilitar o acesso dos moradores ao morro. Informa-se, todavia, que atualmente (2012), o Plano se encontra deficitário e precário, com intervalos longos e funcionamento irregular, além de não chegar às subunidades localizadas nas áreas mais altas do morro – Vietnã e Caranguejo.

⁴⁴ No governo Leonel de Moura Brizola (Programa Especial de Urbanização para Cantagalo e Pavão-Pavãozinho; Companhia Estadual de Habitação do Estado do Rio de Janeiro – CEHAB/RJ, 1985).

Em relação às obras advindas do PAC, há uma parcela de moradores que afirmam que tais intervenções são apenas *máscaras* – visto que a maioria fora iniciada na época de Brizola⁴⁵. Não obstante, cabe considerar que mesmo em meio a tantos problemas e talvez à adoção de soluções paliativas, tanto a área do Cantagalo quanto a do Pavão-Pavãozinho são dotadas de paisagem cênica e vista privilegiada, conforme já exposto – o que fomenta a prática da atividade turística.

Sobre essa modalidade, enfim, abordar-se-á o MUF e como se deu tal iniciativa de transformar o Complexo PPG em patrimônio, de acordo com a nova museologia. Entende-se nesse momento a necessidade em abordar, ainda que de maneira superficial por não ser um estudo sobre cultura, conceituações acerca do processo de patrimonialização de favelas e novos paradigmas para implantação de museus.

Desta forma, ressalta-se que a maioria dos trabalhos desenvolvidos sob a temática de patrimônio sugere, como destacam Appadurai e Breckenridge, que a apropriação do passado por atores do presente esteja sujeita a uma variedade de dinâmicas. E, tais dinâmicas vão desde *“problemas associados à etnicidade e identidade local, nostalgia e busca de uma autenticidade museificada até a tensão entre os interesses dos Estados em fixar identidades locais e as pressões que as localidades exercem ao tentar transformar essas identidades”* (2007, p. 13).

Nesta perspectiva, um papel fundamental da produção sobre patrimônio é salientar que este *“é cada vez mais um assunto profundamente político, no qual as localidades e os Estados estão frequentemente em desacordo, e que os museus estão no meio dessa tempestade específica”* (APPADURAI; BRECKENRIDGE, 2007, p. 14). Ao abordar o patrimônio como política – fazendo menção às políticas patrimoniais – não se deve prescindir que se trata de abordar em paralelo a história, a memória e a identidade, conceitos inter-relacionados cujos conteúdos são definidos e modificados ao longo do tempo, visto que a memória é construção e a cultura não é estática.

Com base no exposto, não se pretende especificar as maneiras como foram conduzidas as políticas patrimoniais no Brasil, pois, conforme já mencionado, esta não perfaz a análise

⁴⁵ Velloso; Pastuk; Pereira Jr. (2012).

deste estudo. Contudo, será realizado um breve resumo a fim de pontuar o processo de patrimonialização de uma favela a partir das discussões que tratam sobre a atual política de patrimônio brasileira – que tem como gênese⁴⁶ os Artigos 215 e 216 da Constituição de 1988 – além da nova museologia.

Utilizando as colocações de Appadurai e Breckenridge, evidencia-se que os museus constituem uma parte relevante da história da expansão do Ocidente desde o século XVI, embora na atualidade (século XXI), façam parte do aparato cultural da maioria das nações emergentes. Como afirmam, “*museus têm raízes complexas em fenômenos tais como gabinetes de curiosidades, coleções de realiza e dioramas de espetáculo público*” (2007, p. 174). Aquino (2007) acrescenta que o modelo de museu tradicional está assentado sobre a coleção e propõe uma síntese da caracterização de seu paradigma clássico, que pode ser entendida a partir da equação: “*museu + edifício + coleção + público*”.

Segundo este autor, é possível estudar as características desse modelo tal como um modelo de instituição disciplinar. O mesmo ainda salienta que a partir de meados do século XX a função de disciplinar e de exercer o controle passaram a se difundir por todo o tecido social. Não obstante, tal paradigma conheceu a crise, como todas as formas de instituições disciplinares – museu, escola, partido, prisão, família, fábricas – marcando o cenário contemporâneo. Assim, em consonância com Aquino (2007), surgiu a “nova museologia” tencionando os limites disciplinares do museu.

⁴⁶ **Art. 215.** O Estado garantirá a todos o pleno exercício dos direitos culturais e acesso às fontes da cultura nacional, e apoiará e incentivará a valorização e a difusão das manifestações culturais. § 1º - O Estado protegerá as manifestações das culturas populares, indígenas e afro-brasileiras, e das de outros grupos participantes do processo civilizatório nacional; 2º - A lei disporá sobre a fixação de datas comemorativas de alta significação para os diferentes segmentos étnicos nacionais. **Art. 216.** Constituem patrimônio cultural brasileiro os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira, nos quais se incluem: I - as formas de expressão; II - os modos de criar, fazer e viver; III - as criações científicas, artísticas e tecnológicas; IV - as obras, objetos, documentos, edificações e demais espaços destinados às manifestações artístico-culturais; V - os conjuntos urbanos e sítios de valor histórico, paisagístico, artístico, arqueológico, paleontológico, ecológico e científico. §1º - O Poder Público, com a colaboração da comunidade, promoverá e protegerá o patrimônio cultural brasileiro, por meio de inventários, registros, vigilância, tombamento e desapropriação, e de outras formas de acautelamento e preservação; 2º - Cabem à administração pública, na forma da lei, a gestão da documentação governamental e as providências para franquear sua consulta a quantos dela necessitem; 3º - A lei estabelecerá incentivos para a produção e o conhecimento de bens e valores culturais; 4º - Os danos e ameaças ao patrimônio cultural serão punidos, na forma da lei; 5º - Ficam tombados todos os documentos e os sítios detentores de reminiscências históricas dos antigos quilombos (CONSTITUIÇÃO FEDERAL, 1988).

Com essa proposta verificou-se uma modificação acerca da natureza dos próprios museus. Moreira (2007) resume tais mudanças em três grandes fatores, todos relacionados à evolução global da instituição museológica. O primeiro fator é “*a evolução do museu passivo para o museu pró-activo*”. Nas palavras de John Urry:

Já não se espera mais que os visitantes fiquem boquiabertos diante das exposições. Agora dá-se mais ênfase a seu grau de participação nelas. Os museus “vivos” substituem os museus “mortos”, os museus ao ar livre substituem os museus fechados, o som substitui murmúrios impostos pelo silêncio e os visitantes não estão mais separados por divisórias de vidro daquilo que é exposto (URRY, 1990, p. 176 – grifos do autor).

O segundo se respalda na “*evolução do museu organizador de exposições para uma instituição que oferece um conjunto alargado de serviços, isto é, o processo de diversificação das formas de interação museu/população*”. E o terceiro fator corresponde a uma “*evolução da instituição museu de um serviço central para um serviço disperso, ou seja, a passagem da formatação única grande museu, localizada no topo da hierarquia urbana, para uma “multitude de formações dispersas pelo território”* (MOREIRA, 2007, p. 102). Tais fatores contribuíram para que se produzissem alterações importantes ao nível das funções de ingerência dos museus, fato que teve reflexos importantes:

Primeiro – numa desconstrução do paradigma de museu e de seus préstimos sociais, motivados numa primeira fase, pelas críticas e posicionamentos oriundos dos novos modelos e formações museológicas emergentes (exodesconstrução) e, numa segunda fase, por um esforço de adaptação às novas realidades de contextualização das instituições museológicas dominantes (autodesconstrução). E,
Segundo – numa reconstrução multivariada e multifacetada de novos paradigmas adaptados não só aos novos contextos de inserção (nacional, regional e local), mas também às novas exigências, valores e necessidades do público potencial (MOREIRA, 2007, p. 102).

Diante destas transformações, Urry (1990, p. 180) sugere que se questione se “*é possível, nos dias de hoje, construir um museu ou um centro de tradições preservando não importa qual conjunto de objetos?*”. O próprio autor esclarece que pode ser factível construir um museu sobre qualquer tema. No entanto, Urry ressalta que as iniciativas diferentes que deram certo, podem ter sido em decorrência de certas ligações entre o passado e o presente,

proporcionadas por pessoas, acontecimentos famosos ou por determinados empreendimentos⁴⁷. Urry considera que:

Os museus não podem ser criados em torno de qualquer coisa e em qualquer lugar. No entanto, pode-se criar em algum lugar um museu em torno de qualquer tema. Muito mais museus surgirão nos próximos anos, embora seja cada vez mais duvidoso que possamos nos referir a eles como “museus”. O próprio termo “museu” se origina de um período de grande arte e de uma cultura revestida de aura, muito antes que a “tradição” fosse inventada (URRY, 1990, p. 180 – grifos do autor).

Partindo do pressuposto – de criar museus em torno de qualquer fato –, políticos, empresários, integrantes de ONGs e de movimentos sociais têm sugerido a implantação de museus que demonstrem a memória de certos grupos sociais que, outrora, não perfaziam esferas de interesse. Sinaliza-se que um dos maiores desafios a ser enfrentado, cuidadosamente, pelos profissionais que se interessam em realizar estudos como este seja, *“talvez seja a consideração das discrepâncias entre os interesses dos idealizadores desses museus, os desejos daqueles que são representados e as demandas do público em geral”* (SANTOS; CHAGAS, 2007, p. 19).

Emerge ainda o desafio em compreender os trâmites em torno dos quais se negocia o que será considerado como patrimônio e, a partir de então, transformado em museu. Isso porque

Os patrimônios são estratégias por meio das quais grupos sociais e indivíduos narram sua memória e identidade, buscando para elas um lugar público de reconhecimento, na medida mesmo em que as transformam em patrimônio. Transformar objetos, estruturas arquitetônicas, estruturas urbanísticas, em patrimônio cultural significa atribuir-lhes uma função de “representação” que funda a memória e a identidade. Os diálogos e as lutas em torno do que seja o verdadeiro patrimônio são lutas pela guarda de fronteiras, do que pode ou não pode receber o nome de “patrimônio” (GONÇALVES, 2007, p. 155).

Dadas às narrativas, traçar-se-á um recorte sobre o Museu de Favelas – MUF – no Complexo PPG. Ainda que a exposição de motivos tenha se dado de forma modesta, percebe-

⁴⁷ Exemplificando alguns museus bem-sucedidos tais como o Ecomuseu do Cárcere, na Ilha Grande (Rio de Janeiro), o Museu do Lápis em Keswick, o Museu da Indústria Química em Widnes, o Museu com celas de prisão da Gestapo em Berlim, o Museu de prisioneiros de guerra dos japoneses em Cingapura, o Museu Odontológico em Londres e o Museu dos Calçados em Street. E, outros museus e centros de tradição que não funcionam, a exemplo do parque de tradições sobre o faroeste, localizado no vale de Rhondda, em Gales Setentrional. Museus como este não teriam sido bem sucedidos porque os visitantes não consideraram adequada à localização destes centros de memória, de acordo com Urry (1990).

se que se apresentou como uma forma de contribuição ao entendimento do processo de museificação e patrimonialização de áreas tais como as favelas cariocas – com a primeira tentativa no Morro da Providência e, a de maior sucesso no Cantagalo.

Ressalta-se que MUF é a denominação da ONG formada por moradores da favela, que se propõe a transformar o morro em um monumento turístico que valorize a memória cultural da comunidade, de forma ampla. Foi fundado em 2009, sendo um projeto viabilizado com recursos do PAC Social, sendo na atualidade (2012), devidamente reconhecido como o primeiro museu a céu aberto sobre cultura de Favela do país.

O MUF faz parte de um roteiro de visitação turística que percorre todo o Complexo PPG – em torno de três horas de duração. Apresenta como missão a desmistificação da imagem estereotipada acerca das favelas cariocas como apenas lócus de pobreza extrema e violência – e, mormente, espaços desprovidos de cultura.

A proposta do MUF é valorizar a diversidade cultural presente nas favelas Cantagalo e Pavão-Pavãozinho – expressas através da música, da dança, das artes de maneira geral, sem esquecer das “biroscas” existentes na maior parte das favelas e da atratividade exercida pela forma de habitação ocorrente nos locais. O museu foi plasmado a partir do desejo da população em ter autonomia, além da vontade de assumir um papel pró-ativo em relação à própria história, propondo uma alternativa de turismo para o local – desde que em modelo próximo ao TBC e distintos do praticado na Rocinha. Como declara o grupo de sócio-fundadores em seu primeiro jornal informativo:

O MUF começou como um vento de ideias voando na cabeça de um grupo de moradores que não está nada satisfeito com o estado das coisas e não perdeu a motivação e energia para promover mudanças. A proposta comercial do turismo deveria ter algo diferente, deveria ser feita por eles e para eles, a fim de mostrar ao turista que as favelas têm um lado melhor do que aquele mostrado em outras favelas, onde sobem turistas estrangeiros que acham que favela é zoológico e morador é bicho (REVISTA INSTITUCIONAL MUF, p. 2).

Uma das cofundadoras do MUF corrobora que o museu surgiu para valorizar as raízes culturais e a identidade do PPG, além de se configurar como uma tentativa de fomentar as condições de inserções social e urbana dos moradores. Diferente da maioria dos museus existentes, a proposta do MUF se baseia na musealização do território, onde são valorizadas

as relações culturais e sociais estabelecidas entre este e os moradores – traduzidas em bens tangíveis e intangíveis. Através desse pensamento, o primeiro presidente do MUF – Acme – apelido do grafiteiro Carlos Esquivel, iniciou o processo de desenvolver as casas-telas, formando assim, um circuito turístico. Tal iniciativa transformou a fachada de vinte e seis casas do PPG em obras de arte, como uma maneira de relatar a história do local. Esta foi, sem dúvidas, a primeira parte do acervo do museu.

No período 2009-2010 o Conselho Comunitário do MUF reuniu as instituições atuantes na favela – cerca de trinta e sete⁴⁸ – a fim de salientar e pontuar os objetivos desta nova forma de tratar a região. Podem ser destacadas as seguintes ações propostas:

Recuperar a memória cultural quilombola, indígena, de migrantes nordestinos, do samba de terreiro, da dança de salão, da capoeira, da arte grafite, da arte popular, da história e da estética construída típica da favela. Além da inserção turística do patrimônio coletivo cultural, natural e construído: favela-monumento-turístico (VELLOSO; PASTUK; PEREIRA JR., 2012, p. 42-44).

No que tange ao raio de atuação, salienta-se que o MUF apresenta três núcleos (Turismo e Hospitalidade; Comunicação e Rede-MUF). Este último reúne os comerciantes locais e estimula os artesãos a confeccionarem produtos com a identidade do PPG. A proposta também possui o viés da preservação, pois, fomenta a produção das peças através de materiais reciclados.

Na área social o MUF atua oferecendo cursos de capacitação à população, dentre os quais: vídeo, fotografia, artes gráficas, idiomas, design gráfico, reportagem, web design, produção de rádio, redação e edição de textos. Visto o exposto, ressalta-se aqui que o MUF se configura na atualidade (2012) como um exemplo da implantação de Turismo de Base Comunitária na área urbana – visto que a maioria dos casos já estudados perfaz o litoral (tal como a Prainha do Canto Verde, no Ceará – percebido como um *case* de sucesso). Ainda há um longo caminho a ser percorrido, afinal, o MUF não dispõe de recursos próprios tampouco

⁴⁸ Instituições tais como AfroReggae; Afrocirco; Dançando pra não dançar; Espaço Criança Esperança; Senai; Fundação de Apoio à Escola Técnica – FAETEC –; Programa PPG Digital; Educafro dentre outras.

patrocinadores, mas é uma tentativa de dotar a população de autonomia para gerir seu próprio espaço e, decidir o que mostrar – mormente a quem e de que forma⁴⁹.

Todavia, como o interesse aqui é investigar quais as obras de infraestrutura e reurbanização promoveram melhores condições de vida à população, ressalta-se que no Complexo PPG, as intervenções do PAC, a obra de expansão do Metrô Rio que ali construiu um elevador e um mirante, a instalação de uma UPP e ainda o processo de regularização urbanística e fundiária, perfazem as maiores expressões de ganhos reais aos moradores locais.



Figura 4.28: Torres do Elevador no PPG

Fonte: SMH

Via PAC foram também construídos dois prédios para realocar moradores que tiveram que sair de suas casas por conta das obras físicas que envolveram, por exemplo, alargamento de ruas e construção de praças. Cada um dos dois prédios possui dois blocos de apartamentos, totalizando quatro blocos e 150 apartamentos. Os apartamentos são de dois quartos, sala, cozinha e banheiro, distribuídos em área de 42 metros quadrados. Destaca-se ainda como melhoria oriunda das intervenções urbanas no PPG, a inauguração (em 2010) do elevador e do mirante, o Complexo Rubem Braga, que se localiza em Ipanema, na Rua Teixeira de Melo esquina com a Rua Barão da Torre, exatamente no mesmo local onde antes existia uma escadaria íngreme de acesso à favela do Cantagalo.

⁴⁹ Fechando a exposição acerca do Complexo PPG, salienta-se a realização da 1ª Festa Literária das Unidades de Polícia Pacificadora (FLUPP), em Julho do corrente ano, na comunidade do Cantagalo, Espaço Criança Esperança.

O Complexo é formado por duas torres com elevadores panorâmicos, um mirante, acesso à estação de metrô General Osório e uma passarela que liga essas torres a uma parte do Cantagalo conhecida como Quebra-Braço, ou simplesmente, Quebra. É interessante notar que além dos elevadores atualmente serem um dos mais importantes acessos dos moradores à favela, o chamado *Mirante da Paz* tornou-se ponto turístico com vista para a praia de Ipanema, do Leblon, de Copacabana e para a Lagoa Rodrigo de Freitas. Tal elevador é por vezes citado como um símbolo da integração entre o *asfalto e a favela*, mas independente da conotação ou da fama que abarque, para a população é um símbolo da mobilidade e, portanto, de facilidade e qualidade de vida.



Figura 4.29: Complexo Rubem Braga.

Fonte: SMH

4.7 Teleférico: rumo ao Alemão

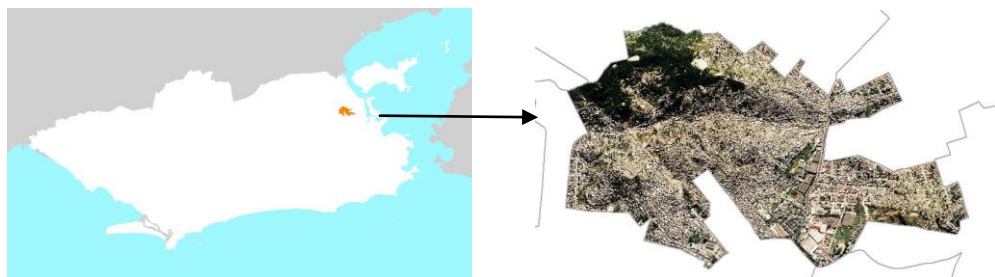


Figura 4.30: Mapa da Cidade do Rio de Janeiro e localização do Complexo do Alemão.

Fonte: IPP.

Há quem não saiba que o Morro do Alemão seja um bairro oficial desde 9 de dezembro do ano de 1993, embora partes de suas áreas sejam muitas vezes tratadas como constituintes de bairros vizinhos tais como Ramos, Penha, Olaria, Inhaúma e Bonsucesso⁵⁰.

O bairro foi construído sobre a Serra da Misericórdia – formação geológica de morros e nascentes, praticamente toda destruída⁵¹ em decorrência da ocupação da área para a “construção” do Complexo. Ressalta-se, contudo, que não apenas as construções desordenadas contribuíram para o desmatamento da Serra da Misericórdia, aponta-se a presença de pedreiras na região. Se na atualidade (século XXI), tal prática é proibida – devido à região ser uma Área de Proteção Ambiental (APA) – na segunda metade do século XX era considerada “comum”.

Considerada uma das maiores e mais populosas favelas do Rio, o Complexo do Alemão era uma enorme fazenda até o final dos anos de 1940⁵² – ressaltando a abertura da Avenida Brasil, no ano de 1946, fato que proporcionou transformar a região em um polo industrial da cidade, fomentando a ocupação das áreas de entorno, inclusive os morros.

A região é composta por 15 comunidades, sendo: Morro da Baiana, Morro do Alemão, Alvorada, Matinha, Morro dos Mineiros, Nova Brasília, Pedra do Sapo, Palmeiras, Fazendinha, Grotta, Morro da Chatuba, Caracol, Favelinha, Caixa D’água e Morro do Adeus. Seu primeiro proprietário foi um imigrante de origem polonesa, Senhor Leonard Kaczmarkiewicz, e por conta de sua aparência os moradores da região passaram a se referir ao dono daquelas terras como “Alemão”.

O terreno do “Alemão” aos poucos foi sendo vendido para famílias que procuravam moradia barata na Zona Norte, sobretudo a partir do ano de 1951, quando Leonard dividiu o terreno a fim de vendê-lo em lotes. Na década de 1960 houve um grande fluxo de migrantes

⁵⁰ Salienta-se que os dados presentes neste subcapítulo são embasados através do sítio eletrônico Favela tem Memória. Disponível em: <<http://www.favelatemmemoria.com.br>>. Acesso em: 22 Nov 2011. Além dos materiais impressos do PAC Social do Alemão – estes do governo municipal do Rio de Janeiro.

⁵¹ Apesar dos esforços atuais (2012) – pós-pacificação – para recuperar a vegetação, há poucas áreas verdes no local.

⁵² Não deixando de mencionar, que ainda na década de 1920, foi instalado na região o Curtume Carioca, o que incentivou à ocupação do local pelas famílias dos operários.

nordestinos para o morro. A explosão demográfica só ocorreu na década de 1980 – governo de Leonel Brizola – quando a favela se multiplicou.



Figuras 4.31: Vista Aérea do Complexo do Alemão

Fonte: Governo do Estado do Rio de Janeiro

No início dos anos de 1990 começou a ser *erguido o império das armas* no Complexo. A história de 20 anos de domínio do tráfico começou a ser traçada por Orlando Conceição Filho, mais conhecido como *Orlando jogador*. Este acabou sendo morto numa emboscada por outro traficante, Eraldo Pinto de Medeiros, apelidado de *Uê*. Em meio às batalhas e mortes, o Complexo do Alemão era controlado por uma das facções criminosas mais violentas, o Comando Vermelho (CV). A região tornou-se também conhecida e popular pelos bailes *funk* que realizava, atraindo pessoas do local e “de fora”. Os mais conhecidos eram os da Chatuba e da Grotta. Nesses bailes, além do *funk*, o consumo de drogas e a prática do sexo indiscriminado eram predominantes⁵³.

Porém, em 25 de novembro de 2010, a Polícia Militar com o apoio da Marinha do Brasil, fez uma operação especial para retomar o controle da Vila Cruzeiro. Os traficantes fugiram para o Complexo do Alemão – fato amplamente noticiado pela mídia – e no dia 26 do mesmo mês, as Polícias Militar, Federal e a Civil, juntamente com as Forças Armadas se posicionaram nos arredores do Complexo, buscando tirar o controle do tráfico nesta região, proporcionando melhorias às condições de vida da população.

Houve intensa troca de tiros entre traficantes e policiais militares no início da noite do dia 26 de novembro. Nesta ocasião, um dos traficantes detentor de maior “poder” no local,

⁵³ Motivo das reportagens realizadas pelo jornalista Tim Lopes, do Sistema Globo de Televisão – que tão logo fora descoberto pelos traficantes, acabou sendo assassinado brutalmente no ano de 2002. Há no local, hoje (2012), uma escola pública em sua homenagem – Colégio Estadual Jornalista Tim Lopes.

Anderson Roberto da Silva Oliveira, conhecido como Dande, foi preso por policiais da Delegacia de Repressão a Armas e Explosivos (DRAE).

Uma onda de violência assolou o Rio de Janeiro nesta época. Os traficantes, diante da perda de território, passaram a cometer atos terroristas pela cidade, gerando desordem e causando pânico à população. Poucos dias após, o Batalhão de Operações Policiais Especiais (BOPE) da Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro (PMERJ) e as Forças Armadas fizeram uma operação para a retomada final do Complexo do Alemão. Os traficantes fugiram pela mata, devido à sua topografia desigual. Nesta operação, o BOPE apreendeu cerca de 40 toneladas de maconha, cocaína, *crack*, além de armas de grosso calibre.

No dia 27 de novembro, ao final da tarde, cerca de 31 traficantes se renderam à polícia. O Complexo do Alemão foi controlado pela Polícia do Estado com o apoio das Forças Armadas. O Exército permaneceu na área por cerca de um ano e meio, até a instalação de uma UPP na região – ocorrida entre os meses de abril e junho de 2012.

A sensação de segurança foi o primeiro ganho visível com a recuperação do território de comunidades do Rio de Janeiro e a instalação das UPPs. Quase ao mesmo tempo, vários outros elementos de cidadania começaram a surgir. Entre os mais importantes está a criação de caminhos para a recuperação econômica dessas comunidades. Locais que, historicamente, (sobre) viveram entre a ausência do Estado e a relação autoritária, constrangedora e perigosa com o tráfico. Ressalta-se a chegada de empresas que nunca fizeram parte da economia dessas “cidades” encravadas nos morros cariocas, exemplificando no Alemão a Natura, a Kibon, a Operadora de Telefonia Móvel Tim e o *Sistema S*, representado pelo Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE).

Em relação às intervenções urbanas oriundas do PAC, salienta-se que no Alemão a área de intervenção foi de 1.813.000 m², abrangendo uma população estimada em 80 mil habitantes, com 22 mil domicílios – de acordo com dados do IBGE/2000 e dos materiais institucionais do Governo Municipal do Rio de Janeiro.

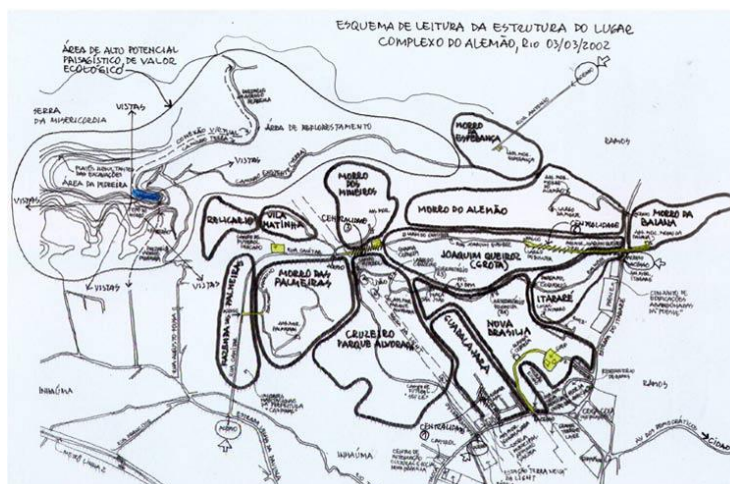


Figura 4.32: Esquema da Leitura da Estrutura do Lugar

Fonte: Projeto de articulação socioespacial do Complexo do Alemão

Ainda em consonância com os dados governamentais, havia a projeção de que o valor da intervenção seria em torno dos R\$ 495 milhões, sendo iniciadas as obras em abril do ano de 2008, com previsão de conclusão em agosto do ano de 2010. Sobre os valores não há como refutar tais informações repassadas, visto que não outro caminho que não o próprio material governamental explicitando tais dados. No que tange às datas, de fato, as intervenções do PAC (1ª fase) já foram concluídas, e o que se observa na atualidade (2012) é a 2ª fase das intervenções. A figura abaixo mostra as áreas de intervenções do PAC (algumas das favelas estudadas nessa pesquisa – Rocinha, PPG e Alemão). Entretanto, conforme já visto, no Santa Marta são previsões e não (ainda) em execução; a única intervenção foi a implantação do plano inclinado.



Figura 4.33: Áreas de Intervenções do PAC

Fonte: Adaptado a partir da Secretaria da Casa Civil (Governo do Estado do Rio de Janeiro)

Sem dúvidas, uma das ações que mais interferiu na dinâmica de vida da população do Complexo do Alemão foi a implantação do Teleférico⁵⁴. A obra não apenas possibilita o deslocamento em menor tempo aos moradores, como através dela foram abertas vias públicas, que outrora não existiam no local. Assim, os moradores que possuem veículos próprios podem circular pela região.



Figura 4.34: Planta Geral do Projeto para o Complexo do Alemão

Fonte: Projeto de articulação socioespacial do Complexo do Alemão



Figura 4.35: Estrutura Urbana para o Complexo do Alemão

Fonte: Projeto de articulação socioespacial do Complexo do Alemão

⁵⁴ “O Teleférico do Alemão completa, neste mês de julho, um ano de funcionamento tendo transportado mais de 2,5 milhões de passageiros. Para comemorar, a SuperVia lançou uma tarifa promocional de R\$ 2 para a integração Teleférico-Trem. Os bilhetes estão à venda somente nas estações do Teleférico até o dia 7 de agosto. A campanha intitulada ‘Comemore um ano de transformação com um mês de promoção’ está sendo veiculada nas gôndolas e também em sacos de pão e pipoca. Atualmente, nos dias úteis, cerca de 10 mil moradores e turistas nas comunidades do Complexo do Alemão utilizam o meio de transporte, que é integrado ao sistema ferroviário por meio da estação Bonsucesso/TIM (ramal Saracuruna)”.



Figura 4.36: Sistema viário e infraestrutural para o Complexo do Alemão

Fonte: Projeto de articulação socioespacial do Complexo do Alemão

O teleférico⁵⁵ do Alemão tem um percurso de 2,9 km atendendo em torno de 30 mil passageiros por dia. São 175 cabines e cada uma com capacidade para até 10 passageiros, sendo oito sentados e dois em pé, além de operar por meio do sistema de integração com a Supervia Trens Urbanos (bilhete único). O trajeto é disposto em seis estações, sendo uma terminal integrada (localizada na Praça das Nações, em Bonsucesso). O percurso total de 2,9 km tem duração de 19 minutos, com o intervalo entre as cabines de 12 segundos.

⁵⁵ **Estação Intermodal** situada no bairro de **Bonsucesso** é a estação integradora com meio ferroviário de transporte, além de servir de instrumento de revitalização urbanística do bairro. Essa estação abriga um posto de identificação civil do Detran. **Estação Adeus** localizada em uma das comunidades mais importantes do Complexo, onde antes só havia acesso por intermédio de escadarias. Esta estação conta ainda com uma sala de leitura, uma agência do Banco do Brasil (já instalada) e um caixa eletrônico da Caixa Econômica Federal (já instalado). **Estação Baiana** localizada no bairro de Ramos trata-se da estação motriz de todo o sistema, é o “coração” do teleférico. Abriga um posto de identificação civil do Detran, um posto de orientação urbanística e social da prefeitura (Pouso) e um caixa eletrônico da CEF (já instalado). **Estação Alemão** situada na comunidade que batiza o Complexo, essa estação abriga equipamentos sociais (Centro de Referência da Juventude; Posto de Atendimento do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) e uma Agência dos Correios). **Estação Itararé/Alvorada** mais uma das estações intermediárias inseridas no cerne das comunidades. Esta estação promove a integração com o conjunto habitacional da Poesi, na Estrada do Itararé, com o Colégio Estadual Jornalista Tim Lopes, além de ceder espaço a um centro de serviços à comunidade com um posto de identificação civil e de habilitação do Detran. **Estação Palmeiras** é a estação de retorno do teleférico, localizada no Bairro de Inhaúma. Também destina um grande espaço para um centro cultural, com auditório, biblioteca, dentre outros. Disponível em: <<http://www.supervia.com.br/noticia.php?n=teleférico-do-alemao-foi-inaugurado-nesta-quinta-feira&cod=57>>. Acesso em: 25 Jun 2012.



Figura 4.37: Sistema de Teleférico Popular para o Complexo do Alemão

Fonte: Projeto de articulação socioespacial do Complexo do Alemão

É um ganho real à população que antes dependia dos serviços informais de transportes públicos (as vans, ou melhor, as kombis), em sua maioria em péssimo estado de conservação. Sem contar o valor pago (R\$1,00 ida e R\$1,00 volta), que antes para cada trecho percorrido pelas vans era de R\$2,75 (atualizando pelo valor das passagens rodoviárias de agora, 2012).

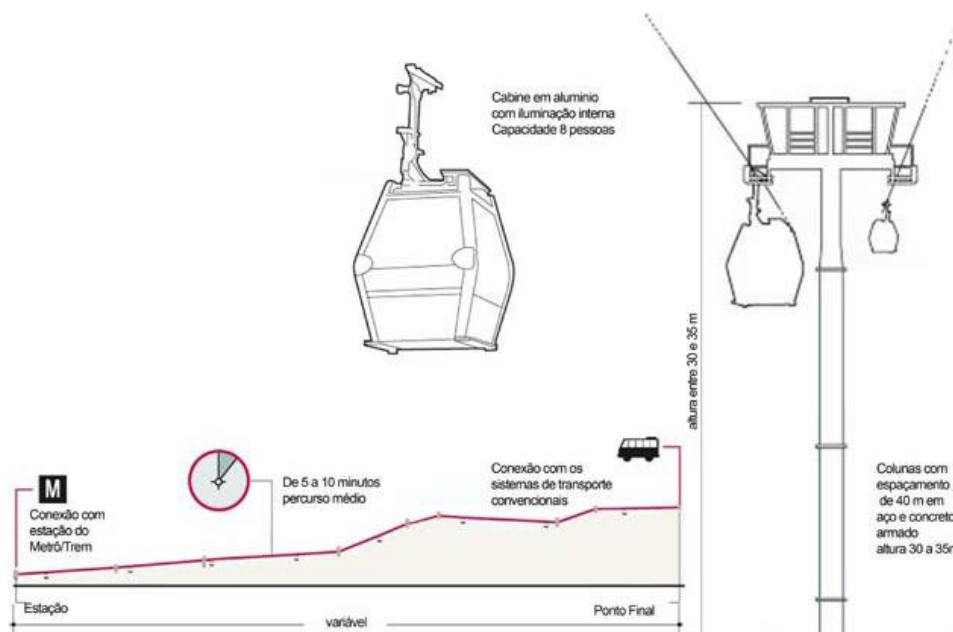


Figura 4.38: Esquema do Teleférico Popular para o Complexo do Alemão

Fonte: Projeto de articulação socioespacial do Complexo do Alemão



Figura 4.39: Esquema de Estação do Teleférico do Alemão.

Fonte: PAC Alemão / Governo do Rio de Janeiro, 2008.



Figura 4.40: Construção do Teleférico Popular para o Complexo do Alemão

Fonte: Projeto de articulação socioespacial do Complexo do Alemão



Figura 4.41: Estação do Teleférico do Alemão (Morro do Adeus). Fonte: Rosane Santos, 2012.

No que tange à questão dos equipamentos sociais, salienta-se a construção da Praça do Conhecimento, na comunidade Nova Brasília, apresentando 1.540 m² de área construída, com 2 pavimentos (salas direcionadas para desenvolvimento de artes, música e teatro), sala de informática com 100 computadores e videoteca para projeção de vídeos como instrumento de

informação. O empreendimento atende cerca de 600 pessoas por dia (em média). A figura abaixo mostra os recursos empregados nas intervenções sociais do PAC em algumas das favelas estudadas.

Localidade	Famílias Beneficiadas - Trabalho Social	Recursos Aplicados - Trabalho Social
ALEMÃO →	15.520	R\$ 19.906.233,87
MANGUINHOS	11.761	R\$ 8.277.867,17
ROCINHA →	34.000	R\$ 7.368.463,80
PAVÃO-PAVÃOZINHO-CANTAGALO →	20.000	R\$ 1.055.000,00

Figura 4.42: Recursos Envolvidos (PAC)

Fonte: Adaptado a partir da Secretaria da Casa Civil (Governo do Estado do Rio de Janeiro)



Figura 4.43: Esquema da Praça do Conhecimento. Fonte: PAC Alemão / Governo do Rio de Janeiro, 2008.



Figuras 4.44 e 4.45: Praça do Conhecimento (Nova Brasília). Fonte: Rosane Santos, 2012.

Há ainda o Centro de Referência da Juventude, com uma área construída de 1.750 m², com capacidade para atender em torno de 500 jovens por mês, dispostos em 3 salas para qualificação profissional, auditório para 105 pessoas, 2 oficinas para desenvolvimento do conhecimento e atividades culturais, 2 salas destinadas a suporte de pré-vestibular, sala de informática para 15 alunos, voltada para atendimento de jovens com idade entre 15 a 20 anos.

Destaca-se também o Cinema com projeção em terceira dimensão (3D), com valores cobrados em torno de R\$4,00 – meia entrada – (com filmes em exibição no grande circuito).



Figuras 4.46 e 4.47: Cine 3D (Nova Brasília). Fonte: Rosane Santos, 2012.

Por meio do PAC também foram implantados serviços de saúde na região, tal como o Centro Integrado de Atenção à Saúde (CIAS), com área construída de 5.670 m², atendendo cerca de 1.200 pessoas por dia (evitando que os moradores necessitem recorrer ao Hospital Federal de Bonsucesso), apenas se deslocando até este em caso de casos mais graves. Há ainda o Centro de Especialidades Odontológicas (CEO), a Unidade de Pronto Atendimento (UPA), o Centro Cirúrgico Ambulatorial (CCA) e uma Policlínica com 14 consultórios, diagnóstico por imagem e laboratório de análises clínicas.

Em relação à questão socioeconômica, aponta-se a criação do Centro de Geração de Trabalho e Renda (CGTR) com área construída de 670 m² e estimativa de atendimento de 600 pessoas por mês, contando com 4 salas para capacitação e qualificação profissional, atendimento de microcrédito, incubadora de empresas, intermediação de mão de obra e serviços de apoio.



Figuras 4.48 e 4.49: UPA Complexo do Alemão. Fonte: RosaneSantos, 2012.

Como o presente estudo versa sobre intervenções urbanas nas favelas cariocas e, estas apresentam como um dos problemas mais latente a questão das habitações precárias, o PAC no Complexo do Alemão também promoveu realocações habitacionais com a construção de 2.620 unidades de moradias, com 44 m² divididas em sala, 2quartos, banheiro, cozinha e pátio com área para expansão. Tais reassentamentos se deram em razão das pessoas serem removidas de suas casas para a construção do teleférico.



Figura 4.50: Sistema de realocações de domicílios no Complexo do Alemão

Fonte: Projeto de articulação socioespacial do Complexo do Alemão



Figura 4.51: Casa de D. Maria Nazaré, localizada na Fazendinha no Complexo do Alemão com seu ambiente multifuncional tomado como referência para o projeto das novas unidades habitacionais.

Fonte: Projeto de articulação socioespacial do Complexo do Alemão

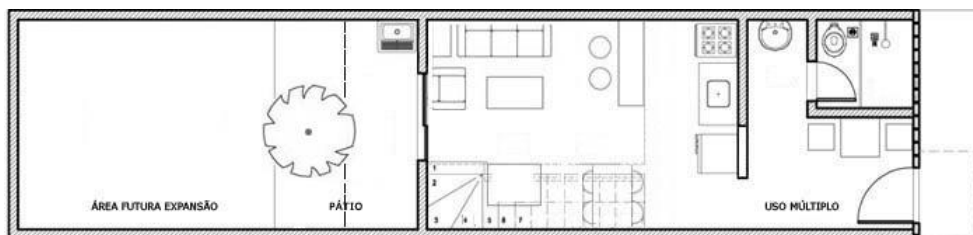


Figura 4.52: Pavimento Térreo (Unidade Habitacional)

Fonte: Projeto de articulação socioespacial do Complexo do Alemão

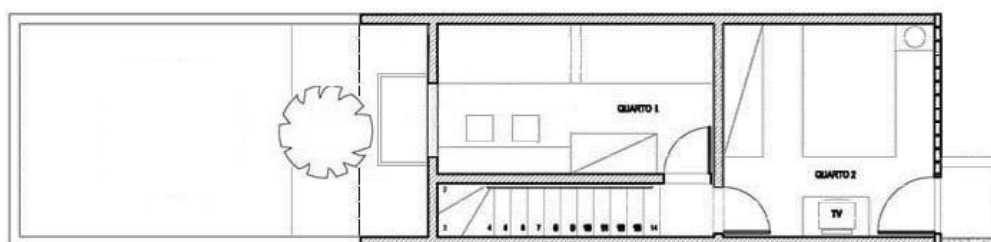


Figura 4.53: Pavimento Superior (Unidade Habitacional)

Fonte: Projeto de articulação socioespacial do Complexo do Alemão



Figura 4.54: Construção das Habitações

Fonte: Projeto de articulação socioespacial do Complexo do Alemão



Figura 4.55: Unidade Habitacional (Casa Modelo). Fonte: PAC Alemão / Governo do Rio de Janeiro, 2008.



Figura 4.56: Condomínio da Paz. Fonte: Rosane Santos, 2012.



Figura 4.57: Condomínios na Grota (uma das áreas mais perigosas antes da pacificação) “a”.

Fonte: Rosane Santos, 2012.



Figura 4.58: Condomínios na Grota (uma das áreas mais perigosas antes da pacificação) “b”.

Fonte: Rosane Santos, 2012.

Percebe-se que as intervenções urbanas foram e ainda permanecem sendo realizadas no Complexo do Alemão, proporcionando melhorias à qualidade de vida da população local. Mas, um dos objetivos deste estudo é identificar se a partir de tais reformas, com práticas do urbanismo sustentável, a atividade turística poderia se configurar num meio de desenvolvimento a essa mesma população autóctone e sob a égide de quais esferas de poder (se por meio do poder público, da iniciativa privada ou do terceiro setor). Salientando que o paradigma que interessa é o turismo de base comunitária, que considera as questões do território e os moradores são os gestores, agentes ativos no processo decisório.



Figura 4.59: Equipamentos entregues à população do Complexo do Alemão

Fonte: Prefeitura da cidade do Rio de Janeiro

Não obstante, verificou-se no Alemão, através de conversas com representantes do PAC Social, que, embora os Grupos de Trabalho estejam se formatando – áreas da Cultura, do Meio Ambiente, do Urbanismo, da Saúde, da Comunicação, da Educação, do Trabalho e Renda, dentre outros setores –, o relativo ao Turismo⁵⁶ ainda não tinha nenhum representante oficial – maio do corrente ano (2012) –, que pontuasse as premissas a serem seguidas e desenvolvidas. E, mesmo reproduzindo a retórica de não desejarem o “*tipo de turismo praticado na Rocinha*”⁵⁷, não sabem como coibir tal prática.

Na mesma ocasião foi relatada a tentativa de entrada por parte das Operadoras externas na área do Alemão, mais especificamente a *Jeep Tour*. O que se pôde verificar foi que, ainda sem saber que a forma desejada seja o TBC, tal empreitada não rendeu frutos à referida agência, visto que os representantes do Conselho de Desenvolvimento Comunitário do Complexo do Alemão questionaram a maneira com que a atividade turística seria realizada e, qual seria a parte que caberia à população – expondo que ficar como expectadora ou “*objeto*” a ser vislumbrado pelos turistas não se configuraria na melhor das propostas. Por esta razão, a *Jeep Tour* e quaisquer outras, ao menos por agora, não adentraram ao Alemão – mas não se sabe até quando, afinal, os mesmos representantes do PAC Social têm data para concluir suas ações (mais especificamente no mês de Julho/2012). Fica a questão: sem um interlocutor responsável pelo GT de Turismo, quem terá forças para ir contra a pressão dos agentes externos?⁵⁸

Fato é que no Complexo do Alemão há ocorrência de turistas (estrangeiros e nacionais) mesmo antes do olhar dos agentes externos vislumbrarem lucros imediatos. O simples ato de subir e descer pelo teleférico proporciona encontrar pessoas de fora das

⁵⁶ Salienta-se que no dia 24 de julho (2012) ocorreria a 1ª reunião do Grupo Técnico relativo ao Turismo, contudo, após os ataques do dia anterior (23/julho) à Unidade de Polícia Pacificadora da Fazendinha (no Complexo do Alemão), que acarretou no falecimento de uma policial militar, tal encontro fora cancelado – sem data prevista para acontecer. Ressalta-se ainda que até este episódio, nenhuma das favelas já pacificadas havia apresentado confronto semelhante. Nesta ocasião ocorreu a primeira morte (de um policial) das UPPs desde a implantação de tais unidades, em 2008.

⁵⁷ Expressão utilizada pelos Assistentes Sociais do PAC do Alemão, Sr^a Alyane Soares e Sr Gilvan Crisostomo.

⁵⁸ Cabe destacar ainda que por meio do “Projeto Cariquinha”, destinado aos moradores da cidade do Rio de Janeiro e entorno, onde passeios turísticos são comercializados com descontos, foi divulgado o *tour* pelo Complexo do Alemão, com valor normal de aproximadamente R\$40,00 saindo por R\$20,00 (a subida e a descida pelo Teleférico e cerca de 30 minutos de caminhada pela área). Vale lembrar que para subir e descer do teleférico gasta-se R\$2,00.

comunidades, interessadas em viajar pelo “bondinho” – como é chamado por alguns moradores.

Conforme exposto no início deste subcapítulo, algumas empresas que outrora não cogitavam a possibilidade de se inserir no local, atualmente (2012) se fazem presentes, destacando a Natura, a Operadora de Telefonia Móvel Tim, a Kibon – esta envelopou cada cabine dos teleféricos, além de ter instalado um quiosque em cada uma das seis estações, o SEBRAE – este oferecendo minicursos de idiomas à população (sobretudo o inglês), destinados ao atendimento aos turistas.

Percebe-se que, ainda que de maneira modesta e inicial, a atividade turística se faz ativa no Complexo do Alemão⁵⁹. Especula-se que em cada uma das estações seja implantado um polo gastronômico, dados que foram repassados por alguns funcionários das estações, de maneira informal. Talvez se explique tal informação devido à realização (no mês de março deste ano) do 1º Festival Gastronômico do Complexo do Alemão (*Complexo de Delícias*), o que para uns foi uma espécie de teste para atrair a demanda – e atraiu. A figura abaixo mostra o Parque da Serra da Misericórdia, área ambiental onde o Projeto Estação Natureza está sendo implantado, cujo objetivo é alinhar o potencial ecológico e educativo das trilhas do Parque ao potencial turístico do sistema de transporte teleférico, capacitando jovens residentes nas comunidades para a realização de ações de sensibilização junto aos demais moradores do Complexo do Alemão.

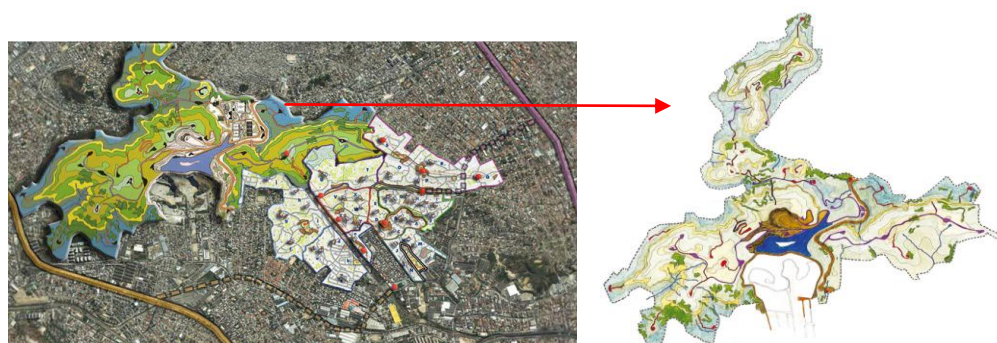


Figura 4.60: Parque da Serra da Misericórdia e Complexo do Alemão

Fonte: Projeto de articulação socioespacial do Complexo do Alemão

O Parque de escala urbana a ser implantado numa superfície de 307 ha, aproveitará o alto potencial paisagístico-ambiental do local, ocupando a área das três pedreiras. Constituirá um novo pulmão verde acessível aos moradores do Complexo e aos bairros da zona Norte da

⁵⁹ Ver Anexo G (Capacitação no Alemão).

cidade, permitindo uma nova conexão entre Ramos e Inhaúma, facilitando a ligação entre estes os bairros. O Parque incluirá um lago artificial, capaz de amenizar o clima da região e permitir usos recreativos e de lazer. Fazem parte do Parque equipamentos para atividades culturais e eventos públicos tais como espetáculos ao ar livre, atividades esportivas, quiosques de apoio, anfiteatro, um núcleo de pesquisa ambiental, e áreas de reflorestamento e trilhas para caminhadas.

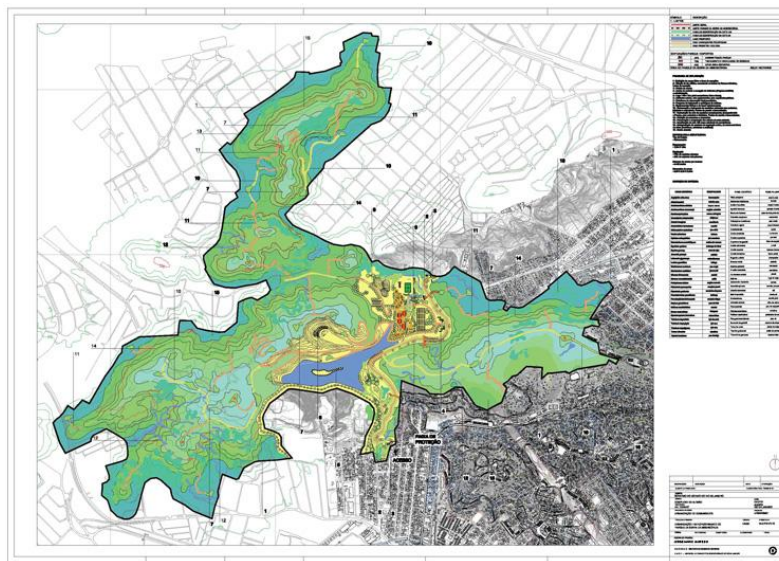


Figura 4.61: Projeto Parque da Serra da Misericórdia / Plano de Desenvolvimento Urbanístico do Alemão

Fonte: Prefeitura do Rio de Janeiro

Salienta-se que o projeto de estruturação socioespacial do Complexo do Alemão objetivava desencravar a área da favela como um todo, simbolicamente uma das mais problemáticas da cidade do Rio de Janeiro. Almejava ainda promover e facilitar uma nova conectividade da região do Complexo com os bairros do entorno e com a cidade, recompor as centralidades existentes introduzindo outras novas, junto com serviços e equipamentos de qualidade, criando uma nova acessibilidade.

O projeto incorporou edificações de valor arquitetônico e urbanístico ao tecido da favela, capazes de atuar como reconfiguradores sociais e espaciais, resimbolizou o lugar criando marcas visíveis fortes da nova presença do poder público, mediatizada através das estações dos teleféricos e dos serviços, edificações e espaços públicos a elas associados. Introduziu no contexto arquitetônico e ambiental da favela equipamentos públicos de alta qualidade, capazes de desencadear um processo de transformações e resignificação de todo o Complexo. Realizou um tipo de intervenção estrutural, ativando pontos neurálgicos do tecido

da favela, reduzindo o movimento veicular dentro do Complexo, facilitando o deslocamento de pessoas. Verifica-se um ganho real à população que há cerca de cinco anos não se poderia imaginar vivenciar.

As intervenções urbanas no Alemão apresentaram alguns aspectos relevantes, cabendo ressaltar o sistema de telecabinas projetado para o Complexo, fundamentado numa concepção de articulação do sistema de transporte comunitário, na escala do Complexo, com o sistema de transporte urbano da cidade. Isto significou conceber acessibilidade, mobilidade e conectividade tanto interna, quanto na sua relação com a cidade, de acordo com uma visão de transporte urbano de massa.

Implicou um novo tratamento para a questão do transporte público, concebido como parte do sistema urbano metropolitano que garante, a partir de então, a conexão entre as partes componentes do Complexo ao mesmo tempo em que o recoloca no contexto urbano. No relativo à mobilidade, o teleférico se incorpora como parte central do sistema de transporte que irriga toda a área de intervenção. Este sistema de teleférico atende às características demográficas e topográficas do local, oferecendo redução do tempo de viagem e sistema de mobilidade não poluente.

Cada uma das seis estações do teleférico foi concebida como uma Estação Social, incluindo além dos serviços para o transporte, equipamentos públicos de interesse social tais como bibliotecas digitais (*e-library*), centro de apoio jurídico, POUSO, centro de serviços e áreas para geração de trabalho e renda. Cada estação inclui ainda o tratamento das áreas remanescentes das demolições realizadas para a implantação da estação, com espaços públicos para crianças, jovens e adultos, além de equipamentos esportivos, de lazer e o reflorestamento do local e vias de acesso. As figuras mostradas abaixo apontam as intervenções realizadas na área do Morro do Adeus. Contudo, tais exemplos servem como ilustração para os demais setores, visto que o projeto é igual para todo o Complexo.



Figuras 4.62: Abertura das ruas no Morro do Adeus

Fonte: Projeto de articulação socioespacial do Complexo do Alemão



Figuras 4.63: Abertura das ruas e tratamento das encostas no Morro do Adeus

Fonte: Projeto de articulação socioespacial do Complexo do Alemão

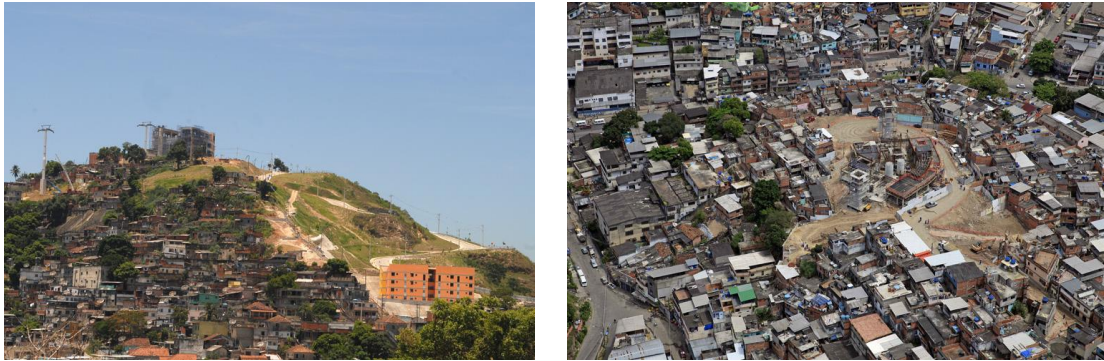
Todo o sistema de circulação interna compreendendo vias veiculares e de pedestres, bem como vielas e escadarias, está passando por reestruturações, incorporando infraestrutura, mobiliário urbano, iluminação pública, vegetação e sinalização, além de tratamento urbanístico-paisagístico, conforme se pode verificar nas figuras abaixo:



Figuras 4.64: Tratamento da Rua Samira Attar e escadaria

Fonte: Projeto de articulação socioespacial do Complexo do Alemão

O centro cívico projetado no lugar da antiga fábrica da *Poésie*, abandonada durante anos, foi mais um ponto fundamental da intervenção ao se constituir numa nova centralidade, incluindo escola profissionalizante, hospital, centro de geração trabalho e renda, centro de referência da juventude e um condomínio residencial popular de qualidade, conforme se pode vislumbrar nas figuras abaixo:



Figuras 4.65: Centro Cívico e Habitacional em execução

Fonte: Projeto de articulação socioespacial do Complexo do Alemão



Figura 4.66: Centro Cívico e Habitacional

Fonte: Projeto de articulação socioespacial do Complexo do Alemão

Mesmo em face da continuidade das obras relativas à fase 2 do PAC, tudo o que já está concluído no território do Complexo do Alemão proporcionou à população do local e do entorno melhorias significativas em sua dinâmica de vida e, ao que se percebe, começa a fomentar também a prática turística.

4.8 Favelas cariocas urbanizadas e atividade turística: principais aspectos de sinergia

Analisando os exemplos mostrados, podem-se identificar quatro tipos de intervenções realizadas no território que promoveram a prática do turismo comunitário: 1) o plano inclinado, construído no Santa Marta; 2) o teleférico no Alemão; 3) o Museu de Favela, com o elevador, construído no Pavão-Pavãozinho-Cantagalo e, 4) as trilhas na Babilônia. Estes fizeram parte de uma intervenção mais abrangente, no âmbito de programas de urbanização de favelas, que, juntamente com as Operações de Polícia Pacificadora, trouxeram melhorias de vida à população local e permitiram a visita de pessoas não residentes. Pontua-se que devido às expressivas melhorias proporcionadas aos moradores de tais localidades, estas mesmas intervenções começam a ser replicadas, destacando o plano inclinado e o teleférico na Providência e na Rocinha.

Embora o plano inclinado da favela Santa Marta, o teleférico do Complexo do Alemão não tivessem sido construídos com esse propósito, fica claro que, juntamente com a urbanização e a pacificação destas favelas através da eliminação do crime organizado que nelas atuava, foi possível a introdução dessa e de outras atividades econômicas. No entanto, embora as favelas exemplificadas tenham recebido ou ainda estejam passando pelo processo de melhorias urbanas e a introdução da atividade turística, identificaram-se distintos resultados no que se refere aos benefícios para a comunidade local.

Na Rocinha a atividade turística encontrou seu ponto de partida, precisamente em 1992, mas as intervenções urbanas a comunidade recebeu anos mais tarde. A prática do turismo nem de longe abarca a população, não perfazendo, portanto, um exemplo de TBC e, também não há indícios de que se torne com o passar do tempo, ainda que tenha ocorrido um Fórum sobre isso, em 2009. Na verdade, percebe-se que os próprios moradores (muito embora tenham consciência de que a forma com que o turismo é desenvolvido pode ser perigosa e nefasta), acabam por sucumbir aos mandos e desmandos dos agentes externos e, arrumando uma forma de inserção neste mercado – vide as lajes alugadas para que os turistas possam registrar suas passagens e estada pela “maior favela da América Latina”.

Sobre as intervenções urbanas naquele território, salienta-se que perfazem anseios da população desde a década de 1990 e, que naquela mesma ocasião os ideais de urbanização não saíram do papel muito em decorrência da dificuldade em promover a inserção do Estado

no espaço da favela. Conforme já mostrada, a chamada “Guerra da Rocinha” entre facções rivais tomava conta do território e afastava quaisquer iniciativas de melhorias no local.

Com a retomada do espaço urbano por parte das tropas pacificadoras, programas de intervenção urbana começaram a ser aplicados e, desta forma, as premissas sinalizadas no Plano Diretor Socioespacial da Rocinha – desenvolvido em 2006 através do concurso realizado pelo IAB – serviu de base para o PAC daquela favela, que se encontra em sua segunda fase, já tendo proporcionado à população melhorias em relação aos acessos com o alargamento de ruas e a construção de passarelas.

Em relação ao Morro da Providência, houve a tentativa de tornar a 1ª favela carioca em destino turístico via poder público, por meio das intervenções urbanas oriundas do Programa Favela-Bairro e da Célula Urbana – para criar o Museu a Céu Aberto. Contudo, a população não se sentiu parte constituinte e integrada ao referido projeto, remetendo o mesmo ao esquecimento.

As intervenções urbanas naquele território eram parte integrante do macro-projeto de revitalização da zona portuária, que na mesma ocasião possibilitou a construção da Cidade do Samba. As reformas oriundas do Favela-Bairro na Providência apresentaram caráter mais social do que físico propriamente, ao passo que foram construídas creches e praças, além de dotar o espaço de rede de saneamento básico.

Houve o interesse público em criar espaços destinados à recepção de demanda turística, mas sinalizados apenas em reformas de antigas edificações. Em relação às melhorias no aspecto territorial tais como acesso e mobilidade nada fora desenvolvido naquela ocasião (há mais de uma década). Tais intervenções físicas estão sendo postas em prática agora (2012), via poderes público e privado, respectivamente Prefeitura da cidade do Rio de Janeiro (Morar Carioca) e Projeto Porto Maravilha. Desta vez, sem o mote de atender à demanda turística e sim com a justificativa de promover melhorias à própria população, as reformas urbanas dotarão o espaço de novas vias de acesso através da construção do teleférico (como no Alemão) e de um plano inclinado (como no Santa Marta), fatores que possibilitarão mobilidade aos moradores.

No que concerne à Babilônia, o discurso é enfático por parte dos representantes da Coopbabilônia – que transmitem o sentimento da população local – e em hipótese alguma desejam reproduzir as práticas turísticas de outras favelas cariocas. O anseio é desenvolver o turismo de base comunitária – que ocorre, ainda que em seu começo. Um ponto favorável é a junção dos setores turístico e ambiental, fomentando que a demanda visite a APA Babilônia. Demanda esta que acaba também por flunar para a vizinha Chapéu-Mangueira.

As favelas em questão não recebem investimentos do governo federal, via PAC, mas são contempladas pelas obras e intervenções urbanas do Programa Morar Carioca Verde, sendo pioneiras na cidade. E, estas reformas viabilizam qualidade de vida à população visto que concedem melhorias no aspecto físico territorial. Os alargamento e calçamento da principal via de acesso às favelas – a Ladeira Ary Barroso, ligação com a “parte baixa”, no Leme e, principalmente a construção da escadaria de acesso à parte mais alta da região e também principal ponto de acesso à APA, permitem aos autóctones ter facilidade no deslocamento, gerando como nos exemplos já mencionados melhor mobilidade. Cabe destacar que os degraus da referida escada foram construídos com gabaritos, fator que auxilia no ir e vir da população mais idosa, além de ter também, corrimão. Desta forma, verifica-se que na Babilônia, as intervenções urbanas são postas em prática para atender às necessidades dos locais, e acabam paralelamente por fomentar a estada do turista.

Sobre o Santa Marta, salienta-se que o turismo se deu com maior ênfase após a estada do astro pop Michael Jackson. Intervenções urbanas foram promovidas pelo governo municipal, mas ainda não atendem a todas as necessidades da população. Entretanto, a atividade turística se embasa em pilares mais sustentáveis que em outras favelas da cidade. Prova disso é que moradores são capacitados para tornarem-se guias de turismo e atenderem à demanda de visitantes. Contudo, não se pode prescindir de sinalizar que a base comunitária ainda carece de atuações mais efetivas. Profissionais chamados a fornecer suporte aos autóctones, por vezes deturpam sua área de abrangência e o TBC implantado pelos governos estadual, municipal e federal na localidade fica apenas sinalizado na placa no alto do Morro.

A população aguarda pelas intervenções via PAC, almejando que o Plano Inclinado e a UPP não sejam os únicos projetos implantados na região. Sobre esses ressalta-se que, mesmo que a população os considere insuficientes, foi através de ambos que a rotina naquela favela tornou-se mais facilitada. Ressalta-se a reunião entre população e poder público a fim de

elaborarem documento de ordenamento territorial, sinalizando as próximas intervenções urbanas na favela.

O plano inclinado não resolve todos os problemas de acesso e mobilidade, sobretudo nos horários de pico (pelo contingente que necessita utilizá-lo); quem precisa sair de casa antes das seis horas da manhã também não faz uso do mesmo, que passa a funcionar apenas após as sete. Mas ainda assim, representa um ganho para os moradores, que até então, dispunham somente das escadarias. E acerca da polícia pacificadora, esta mantém a ordem no território, até outrora, negada aos moradores por meio das facções criminosas lá instaladas. Ressalta-se ainda que o acesso para veículos (pelo bairro de Laranjeiras) somente recebeu asfaltamento após visita de representantes do governo estadual, à época de instalar a UPP (2008). Até àquele momento a via era de chão e esburacada. Tal fator viabiliza na atualidade (2012) que moradores que possuam carros consigam circular – o que não ocorria com facilidade – e o acesso ao Santa Marta se dava, sobretudo, a pé.

No Complexo Pavão-Pavãozinho-Cantagalo por meio das intervenções urbanas promovidas através do PAC, o turismo chegou via poder público, visto que a população precisou optar por um setor da economia para desenvolver a localidade e, decidiu pela atividade turística. O MUF é uma realidade, um museu territorial de favelas. É uma prática de TBC no meio urbano, onde os moradores escolhem o quê, como, para quem e por que mostrar. As obras da fase um foram concluídas e agora o Complexo recebe a fase dois das reformas urbanas. No PPG o turismo adentrou ao território paralelo às melhorias urbanas.

Intervenções urbanas destinadas à população são realizadas no PPG desde a década de 1980. Mas, somente com o advento do PAC por parte do governo federal, a partir de 2007, que o Complexo recebeu melhorias significativas, mormente relacionadas as acessibilidade e habitação; são intervenções físicas e também sociais. Na esfera dos aspectos físicos o PPG conta atualmente com elevadores panorâmicos, acesso à estação do metrô da General Osório (no bairro de Ipanema), além da passarela que liga as torres dos elevadores a um dos pontos do Cantagalo (em Copacabana). No que tange à habitação, verifica-se no Complexo PPG um processo de regularização fundiária acompanhado da urbanística, por parte do Poder Público Municipal. Nesta favela carioca, a intervenção urbana melhorou a vida dos moradores e fomentou a entrada do turismo, com a população local sendo protagonista e não expectadora do processo.

Em relação ao Complexo do Alemão ressalta-se que o caminho foi semelhante ao do PPG – a atividade turística teve a sua gênese paripassu às obras do PAC. A diferença neste caso é que a população autóctone não optou pelo turismo como setor da economia (para ser sensibilizada e capacitada), mas devido à vista que se tem a partir do local (apelo forte na Rocinha e no Santa Marta), a implantação do teleférico fomentou a curiosidade em conhecer a região. Assim, o turismo perfaz um caminho possível, desde que respeitada à identidade local; para isso é necessário que o Grupo de Trabalho específico sobre o setor tome forma, a fim de afastar os mesmos agentes externos privados que tomam conta do setor em outras favelas da cidade, o que deixa a população à margem das decisões.

No Alemão as melhorias oriundas das intervenções urbanas são latentes, fator que proporciona melhor qualidade de vida à população, além de melhorar em paralelo o aspecto físico do território, outrora degradado. Aliás, até as tropas de ocupação se instalarem na região, em 2010, o território era desprovido de quaisquer serviços urbanos, dos mais básicos aos extremamente necessários à sobrevivência das pessoas. É curioso verificar o Complexo do Alemão hoje (passados mais de dois anos da ocupação militar); parece *outro lugar*.

Acredita-se que de todas as favelas cariocas urbanizadas exemplificadas neste estudo, o Alemão é onde mais sobressaem as intervenções urbanas que beneficiaram a população, de verdade. São aspectos físicos desde a colocação de postes de iluminação pública até talvez, o maior dos ganhos, a instalação do teleférico. Atualmente (2012), a segunda fase do referido programa do governo federal se encontra em implantação e, equipamentos sociais estão sendo construídos, destacando que o projeto de maior relevância é a Vila Olímpica do Alemão, que dentre outras parcerias têm ligação com o Clube de Futebol Barcelona, na Espanha e com a Liga de Basquete dos EUA.

As reformas oriundas do PAC nessa favela proporcionaram melhorias nas áreas habitacionais e de meios de transporte. Além do teleférico dotar o espaço de mobilidade, para realizar as obras do mesmo foi necessário prover a abertura de vias públicas, o alargamento de algumas já existentes, o calçamento e asfaltamento das demais, além da construção de moradias destinadas à população desapropriada em virtude das próprias intervenções.

Considera-se assim, que dos seis exemplos de favelas cariocas urbanizadas – Rocinha; Providência; Babilônia (Chapéu-Mangueira); Santa Marta; Pavão-Pavãozinho-Cantagalo e o

Alemão – as intervenções urbanas, mesmo não atendendo às aspirações da maioria de seus moradores – conseguem proporcionar melhorias na qualidade de vida da população; umas mais que outras.

Se nos programas de urbanização de favelas presenciados no passado, tais como o Agache e o Mutirão as reformas foram realizadas de maneira precária, o Favela-Bairro se mostrou pioneiro em aspectos até então negligenciados.

E, na atualidade (2012), o Morar Carioca, seu desdobramento (Morar Carioca Verde) e o PAC, respectivamente dos governos municipal e federal, possibilitam a efetiva implantação de melhorias físicas nos territórios das favelas da cidade do Rio de Janeiro, o que também fomenta a prática da atividade turística, ainda que não se configurando como argumento às intervenções ou a principal atividade em tais espaços.

A fim de melhor vislumbrar as intervenções urbanas nas favelas cariocas exemplificadas, abaixo sintetizam-se as tipologias e os resultados conferidos à população:

Quadro 4.5: Favelas Cariocas Urbanizadas, Intervenções e Resultados

Favelas Urbanizadas	Localização	Tipo de Intervenção Urbana	Iniciativa	Resultado
1) Rocinha	São Conrado (zona sul)	Passarela e Plano Inclinado	Poder Público Federal	Mobilidade e Acessibilidade
2) Providência	Zona Portuária	Plano Inclinado; Teleférico e Habitação	Poder Público Municipal e Iniciativa Privada	Mobilidade; Acessibilidade; Qualidade de vida
3) Babilônia (Chapéu Mangueira)	Leme (zona sul)	Habitação; Trilhas	Poder Público Municipal	Qualidade de vida; Mobilidade; Acessibilidade
4) Santa Marta	Botafogo (zona sul)	Plano Inclinado	Poder Público Federal	Acessibilidade e Mobilidade
5) Pavão- Pavãozinho- Cantagalo	Copacabana e Ipanema (zona sul)	Plano Inclinado; Elevador; Regularização Fundiária e Habitação	Poder Público Federal	Mobilidade; Acessibilidade; Qualidade de vida
6) Alemão	Zona Norte	Teleférico; Habitação; Abertura de vias; Centros Cívicos e Áreas Verdes	Poder Público Federal	Mobilidade; Acessibilidade; Qualidade de vida

Fonte: Rosane Santos, 2012.

No centro de Fedora, metrópole de pedra cinzenta, há um palácio de metal com uma esfera de vidro em cada cômodo. Dentro de cada esfera, vê-se uma cidade azul que é o modelo para uma outra Fedora. **São as formas que a cidade teria podido tomar se, por uma razão ou por outra, não tivesse se tornado o que é atualmente.** Em todas as épocas, alguém, vendo Fedora tal como era, havia imaginado um modo de transformá-la na cidade ideal, mas, enquanto construía o seu modelo em miniatura, Fedora já não era mais a mesma de antes e o que até ontem havia sido um possível futuro hoje não passava de um brinquedo numa esfera de vidro. No Atlas do seu império ó Grande Khan, devem constar tanto a grande Fedora de pedra quanto as pequenas Fedoras das esferas de vidro. Não porque sejam igualmente reais, mas porque são todas supostas. **Uma reúne o que é considerado necessário, mas ainda não o é; as outras, o que se imagina possível e um minuto mais tarde deixa de sê-lo** (ÍTALO CALVINO. *As cidades invisíveis* – grifo nosso).

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A realidade urbana brasileira é composta por uma grande extensão de ocupação informal em seu território, principalmente nas grandes metrópoles, em um histórico que remonta ao fim do século XIX. Assim como ocorre em outras cidades do país, também a cidade do Rio de Janeiro têm realizado intervenções físicas em favelas, com o objetivo de integrá-las ao restante da cidade, através de programas de urbanização e melhorias habitacionais.

Nesse contexto, têm crescido a curiosidade do turista estrangeiro em conhecer o espaço físico e os modos de vida da comunidade que habita esses territórios, praticando o “turismo na favela”, frequentemente desenvolvido sem qualquer benefício à população local. Com o intuito de reverter essa situação, profissionais e estudiosos do setor turístico vêm buscando formas de viabilizar essa atividade econômica de forma a beneficiar à comunidade. Esse tipo de prática é denominada “turismo de base comunitária”. A administração pública, por sua vez, tem incorporado em seus programas de urbanização de favelas, intervenções físicas que têm auxiliado a promover tal prática, ainda que não implantadas com esse objetivo.

Diante do exposto, este estudo teve por objetivo identificar quais são as intervenções urbanas que têm promovido o desenvolvimento da atividade turística nestes espaços, através do exemplo de seis favelas cariocas, ou seja, aquelas localizadas na cidade do Rio de Janeiro: Rocinha, Providência, Babilônia, Santa Marta, Pavão-Pavãozinho-Cantagalo e Alemão. O

trabalho também buscou responder se o turismo de base comunitária poderia ser uma forma de contribuição para o desenvolvimento urbano sustentável desses territórios, em suas dimensões social e econômica.

Almejou-se identificar as alternativas de intervenção urbana com potencial de favorecer a implantação da atividade turística nas favelas cariocas exemplificadas. O fato de a favela ter se tornado destino turístico demonstra que a atividade, se planejada coerentemente, viabiliza, dentre outras possibilidades, a valorização socioeconômica e cultural dos espaços urbanos.

Observou-se que, embora com lacunas o resultado exposto tenha atingido ao menos algumas das propostas, visto que em algumas das favelas exemplificadas as intervenções realizadas através dos programas de urbanização promoveram melhorias na qualidade de vida da população local e fomentaram a prática do desenvolvimento turístico por parte destes mesmos moradores, conferindo a base comunitária salientada pelo Ministério do Turismo.

Pretendeu-se suscitar reflexões acerca das ligações entre programas de urbanização de favelas, desenvolvimento local e turismo, além da ingerência de um sobre o outro. Não obstante, cabe enfatizar que não se pretendeu afirmar que o turismo fosse uma panaceia para os males de um lugar, mormente no que concerne à área econômica, aliás, este é um dos riscos mais latentes que permeia o setor. A atividade turística pode ser positiva para as localidades, mas para ser construtiva para o território não deve ser plasmada de fora para dentro, como bolhas, sendo somente replicada no interior dos espaços.

Corroboraram com esse pensamento as visões acerca das favelas turísticas exemplificadas ao largo desta pesquisa, visto que tais exemplos assinalaram que os paradigmas de desenvolvimento territorial via turismo não podem ser entendidos de forma isolada, como uma solução unificada passível de ser aplicada em qualquer região, independente de suas identidades, características, necessidades e idiossincrasias.

Salientou-se que as intervenções urbanas perfazem as urgências mais latentes de alguns territórios por abarcar toda uma gama de fatores tais como melhorias no aspecto físico, mobilidade, acessibilidade, habitação, implantação de serviços urbanos básicos, infraestrutura, segurança pública, dentre outras necessidades.

Foi factível verificar como um projeto de turismo comunitário que se pretenda representar uma experiência positiva entre os atores envolvidos deve ser inspirado em outros valores e baseado em novos pressupostos. Ter consciência disso, para a comunidade receptora, significa ter a possibilidade de criar uma proposta de turismo que seja eficaz, mas sustentável dos pontos de vista econômico e, mormente social. Apesar das iniciativas de TBC não se resumirem aos aspectos estritamente econômicos, não há como prescindir deles, e para a atração do visitante é necessário qualidade na oferta turística, sem, contudo, que isso altere o modo de vida local.

É necessário que haja envolvimento coadunado e participativo de fato. O nível de participação se aprofunda ao passo em que as pessoas passam a ser capazes de criticar, completar, mudar, propor alternativas, construir e estimular a construção do conhecimento produzido; uma maneira de promover a corresponsabilidade.

O que se percebeu em algumas das favelas exemplificadas foi uma participação superficial, onde as pessoas não se sentiam capazes de discutir e acabavam sendo usadas apenas para legitimar uma decisão já construída e decidida por outros, às vezes estes externos ao local. Cabe ressaltar que a participação não deve ser uma oportunidade de conseguir pessoas para ajudar a viabilizar aspirações individuais e/ou particulares, mas construir as de interesse coletivo.

Verificou-se que nas seis favelas exemplificadas as intervenções físicas realizadas ao longo do tempo, por meio dos programas de urbanização, promoveram à população de cada uma de tais localidades melhorias na acessibilidade, nos meios de transportes, na mobilidade, no aspecto físico dos territórios e na habitação, ainda que não de forma simultânea em alguns casos, ou em consonância com os anseios dos moradores; umas através dos programas governamentais de gestões passadas, tal como o Favela-Bairro e outras por meio dos projetos vivenciados na atualidade (2012), tais como o Morar Carioca e o Programa de Aceleração do Crescimento, intervenções via poder público municipal e federal, respectivamente.

Como o objetivo desse estudo era investigar quais intervenções urbanas realizadas em favelas da cidade do Rio de Janeiro poderiam contribuir para a promoção do turismo de base comunitária, proporcionando benefícios para a população local, contribuindo dessa forma para um desenvolvimento urbano mais sustentável, após as reflexões suscitadas foi possível

identificar quatro tipos de intervenções no aspecto físico dos territórios que promovem melhorias aos moradores locais e uma melhor estada ao turista: plano inclinado e teleférico – estes dispostos no Alemão, na Providência e em fase de licitação na Rocinha; Museu de Favela, com o elevador no Complexo PPG e as trilhas na Babilônia. Estas intervenções físicas promoveram desenvolvimento territorial, congregando crescimento econômico e envolvimento comunitário.

Tais reformas e intervenções são destinadas à população e, seja via poder público em suas esferas municipal, estadual ou federal, seja via iniciativa privada por meio dos Consórcios, o que não se pode prescindir é sinalizar a mudança no status e na qualidade de vida de cidadãos, que outrora não dispunham de serviços dos mais básicos possíveis.

As favelas são partes constituintes da cidade. No Rio de Janeiro em especial, configuram a paisagem desde o início do século XX (1904). É necessário promover ações que as integrem ao tecido formal, deixando de considerá-las como algo a ser combatido. Se a Reforma Passos foi a sua gênese pela atuação de extinguir os cortiços e programas posteriores tais como o Plano Agache e o Projeto Mutirão não deram conta de equacionar os problemas oriundos por meio destes espaços, o Favela-Bairro emergiu como uma forma de mitigar impactos negativos, ainda que não respondendo a todas as expectativas da sociedade. Atualmente (2012), os Programas de Aceleração do Crescimento e Morar Carioca, respectivamente dos governos federal e municipal, conferem às favelas cariocas melhorias urbanas em seus territórios, estética em seu aspecto físico tão criticado ao longo da história, acessibilidade e mobilidade aos seus moradores, além do mais relevante, resgatam a cidadania.

Ressaltam-se os envolvimento e interesse que esse tema e seus desdobramentos proporcionaram. Sinaliza-se, contudo, que o aprofundamento dessas e demais questões pertinentes ao assunto em evidência ficarão para uma etapa posterior à formação acadêmica, objetivando conseguir as respostas que nesse primeiro momento ficaram em aberto.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABREU, Maurício de Almeida. A favela está fazendo 100 anos (sobre os caminhos tortuosos da construção da cidade). V **Encontro Nacional da ANPUR**. Belo Horizonte. p. 203-206. 1993.

_____. **Reconstruindo uma história esquecida: origem e expansão inicial das favelas do Rio**. Espaço & Debates. São Paulo, 1994.

_____. **A evolução urbana do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: IPP, 2008. 155 p. ISBN 85-87649-07-8.

_____. Da habitação ao habitat: a questão da habitação popular no Rio de Janeiro e sua evolução. In: **Revista do Rio de Janeiro**. Niterói, v. 1, nº 2, Jan. – Abr. p. 47- 58. 1986.

_____. A periferia de ontem: o processo de construção do espaço suburbano no Rio de Janeiro (1870-1930). In: **Espaço & Debates**. São Paulo, ano VII, nº 21. p. 12-38. 1987.

ACIOLY, Cláudio; DAVIDSON, Forbes. **Densidade urbana: um instrumento de planejamento e gestão urbana**. Trad. Cláudio Acioly. Rio de Janeiro: Mauad, 1998.

ALVITO, Marcos. **As cores de Acari: uma favela carioca**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2001. 340 p.

ANDRADE, Pedro Vieira de. **O turismo como fator de desenvolvimento urbano**. In: CESÁRIO, Sebastiana. (Org.). Senac Rio. 2008.

APPADURAI, Arjun; BRECKENRIDGE, Carol. Museus são bons para pensar: o patrimônio em cana na Índia. **MUSAS – Revista Brasileira de Museus e Museologia**, n 3, 2007.

AQUINO, Ricardo. Museu do Bispo do Rosário Arte Contemporânea: da coleção à criação. **MUSAS – Revista Brasileira de Museus e Museologia**, n 3, 2007.

AZEVEDO, Aluísio. **O Cortiço**. Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, O Globo, Klick Editora, 1997.

BACKHEUSER, Everardo. **Habitações Populares**. Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, 1906.

BANDUCCI JR., Álvaro; BARRETTO, Margaritta. (Org.). **Turismo e identidade local: uma visão antropológica**. 3 ed. Campinas, São Paulo: Papius, 2001.

BARRETO, Margarita. **Manual de iniciação ao estudo do turismo**. 10 ed. Campinas, São Paulo: Papius. Coleção Turismo. 1995.

BARTHOLO, Roberto. **Você e Eu: Martin Buber, presença palavra**. Rio de Janeiro, Garamond, 2001.

_____. Sobre o sentido de proximidade: implicações para o turismo situado de base comunitária. In: BARTHOLO, R., SANSOLO, D., BURSZTYN, I. (Orgs.). **Turismo de Base**

Comunitária: diversidade de olhares e experiências brasileiras. Rio de Janeiro, Letras e imagem, p. 45-54. 2009.

_____. SANSOLO, D.; BURSZTYN, I. (Orgs.). **Turismo de Base Comunitária:** diversidade de olhares e experiências brasileiras. Rio de Janeiro: Letras e imagem. 2009.

BASTOS, Marco Toledo de Assis. Flâneur, blasê, Zappeur: Variações sobre o tema do indivíduo. **Compôs:** Revista da Associação Nacional dos Programas de Pós-Graduação. S/d. Disponível em: <[http://http://www.compos.org.br](http://www.compos.org.br)>. Acesso em: 8 Set 2008.

BAUMAN, Zygmunt. Turistas e vagabundos: os heróis e as vítimas da modernidade. In: **O mal estar da modernidade**. Jorge Zahar Editor, 1997.

_____. **Ética pós-moderna**. COSTA, João Rezende. (Trad.). São Paulo: Paulus, 1997b. 285 p.

_____. Turistas e vagabundos. In: **Globalização:** as consequências humanas. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1999.

_____. **Comunidade:** a busca por segurança no mundo atual. Rio de Janeiro, Jorge Zahar Ed. 2003.

_____. **Confiança e medo na cidade**. AGUIAR, Eliana. (Trad.). Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2009. 94 p. ISBN 978-85-378-0122-2.

BENI, Mário Carlos. **Análise estrutural do turismo**. 7 ed. São Paulo: Senac Editora, 2002. 516 p. ISBN 85-7359-031-9.

_____. **Globalização do Turismo:** Megatendências do setor e a realidade brasileira. São Paulo: Aleph, 2003.

_____. Turismo: da economia de serviços à economia da experiência. In: **Turismo Visão e Ação**. Vol. 6. Nº 3 - set./dez. 2004.

BENCHIMOL, Jaime Larry. **Pereira Passos:** um Haussmann tropical – A renovação urbana da cidade do Rio de Janeiro no início do século XX. Rio de Janeiro: Secretaria Municipal de Cultura, Turismo e Esportes, Departamento Geral de Documentação e Informação Cultural, Divisão de Editoração, 1992.

BERTOLDI, Osmar. **Idéias para uma metrópole sustentável**. Curitiba: Esplendor, 2005.

BIRMAN, Patrícia. Favela é comunidade? In: MACHADO DA SILVA, Luiz Antonio (Org.). **Vida sob cerco:** violência e rotina nas favelas do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2008.

BOORSTIN, D. J. **The image:** A guide to pseudo-events in America. New York, First Vintagebooks Edition. 1964.

BOURDIEU, Pierre. **O Poder Simbólico**. TOMAZ, Fernando. (Trad.). Rio de Janeiro: Editora Bertrand Brasil. 1989. 311 p. ISBN 972-29-0014-5.

- _____. **Escritos de educação**. 5. ed. Petrópolis (RJ): Vozes, 2003.
- _____. **A distinção: crítica social do julgamento**. São Paulo: EDUSP; Porto Alegre: Zouk, 2008.
- _____. **A Distinção: crítica social do julgamento**. Porto Alegre, Editora Zouk, 2007.
- _____. **A economia das trocas simbólicas**. São Paulo: Perspectiva, 1974.
- _____. **A Produção da Crença: contribuição para uma economia dos bens simbólicos**. 3 ed. Porto Alegre/RS: Zouk, 2006.
- _____. **A Reprodução: elementos para uma teoria do sistema de ensino**. Lisboa: Editorial Vega, 1978.
- _____. **As Regras da Arte: gênese e estrutura do campo literário**. Lisboa: Presença, 1996.
- _____. Gostos de classe e estilos de vida. In: ORTIZ, R. (Org.) **Pierre Bourdieu: Sociologia**. São Paulo: Ática, 1983.
- _____. **O amor pela arte: os museus de arte na Europa e seu público**. São Paulo: Zouk, 2003.
- BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, 1988.
- _____. Ministério do Turismo. **Plano Nacional de Turismo 2007-2010: uma viagem de inclusão**. Brasília: Ministério do Turismo, 2007.
- _____. Lei nº 10.257/01. **Estatuto das cidades**. Brasília, 2002a.
- _____. Ministério do Meio Ambiente. **Agenda 21 brasileira: ações prioritárias**. Brasília: MMA, 2002b.
- _____. Ministério do Meio Ambiente. **Agenda 21 brasileira: resultado da consulta nacional**. Brasília: MMA, 2002c.
- _____. **Plano diretor participativo: guia para elaboração pelos municípios e cidadãos**.
- _____. Secretaria de Estado de Desenvolvimento Urbano. **Programa Habitar Brasil/BID**. Manual de orientações do subprograma de desenvolvimento institucional dos municípios. 2000.
- BURGOS, Marcelo Baumann. Dos parques proletários ao favela-bairro: as políticas públicas nas favelas do Rio de Janeiro. In: ZALUAR, Alba; ALVITO, Marcos (Orgs.) **Um século de favela**: Rio de Janeiro: FGV, 2004.
- BURNS, Peter M. **Turismo e Antropologia: Uma introdução**. São Paulo: Chronos, 2002. 203 p.
- CALDEIRA, Teresa Pires do Rio. **Enclaves fortificados: a nova segregação urbana (NOVOS ESTUDOS / CEBRAP, 1997, p. 155-176.**

CALVINO, Ítalo. **As cidades invisíveis**. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

CARVALHO, Carlos Alberto José de. **A contribuição do conceito de território para uma gestão socialmente justa da cidade**. 2004. p. 57-65. Disponível em: <<http://www.cidadessaudaveis.org.br>>. Acesso em: 20 Jul 2011.

CARVALHO, Maria Alice Rezende de. **Cidade escassa e violência urbana**. Série Estudos, Rio de Janeiro, v. 91, p. 259-269, 1995.

_____. **Cultura política e cidadania**: uma proposta de metodologia de avaliação do programa favela-bairro. Rio de Janeiro: [s.n.], 1997. (Relatório de pesquisa, IUPERJ).

CARVALHO, Monique. **PAC das favelas**: mudar é preciso! In: Memórias do PAC. Disponível em: <http://www.memoriasdopac.org.br/pages/display/sobre_as_intervencoes>. Acesso em: 21 Dez 2011.

CASTELLS, Manuel. **A questão urbana**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1972, 1983, 2000.

_____. A sociedade em rede. In: _____. **A era da informação**: economia, sociedade e cultura. 6.ed. São Paulo: Paz e Terra, 2002. v.1.

CASTRO, Celso. A natureza turística do Rio de Janeiro. In: BANDUCCI JÚNIOR, Álvaro; BARRETTO, Margarita. (Org.). **Turismo e identidade local**: uma visão antropológica. Campinas: Papirus, p. 117-126, 2001.

CHAGAS, Mário de Souza. **Novos rumos da museologia**. Disponível em: <www.cadernosociomuseologia.ulusofona.pt>. Acesso em: 25 Abr 2012.

CHALHOUB, Sidney. **Cidade febril**: cortiços e epidemias na Corte imperial. São Paulo, Companhia das Letras, 1996.

CHEVITARESE, L. (2001): As 'Razões' da Pós-modernidade. In: **Analógos**. Anais da I SAF-PUC. RJ: Booklink. (ISBN 85-88319-07-1).

CIDADES - Ministério das Cidades. **Plano diretor participativo**: guia para elaboração pelos municípios e cidadãos. Brasília: CONFEA, 2004.

CRICK, Malcolm. Sun, sex, sights, savings and servility: representations of international tourism in the social sciences. In: **Criticism, Heresy and Interpretation**. 1988.

CUNHA, Juliana Blasi. **Negociações e conflitos em jogo no processo de implementação de políticas públicas em uma favela da cidade do Rio de Janeiro**. Brasil; São Paulo. USP, 2010.

_____. **O PAC e a UPP no Complexo Pavão-Pavãozinho-Cantagalo**: processo de implementação de políticas públicas em uma favela da zona sul da cidade do Rio de Janeiro. Salvador: XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais, 7 a 10 de Agosto de 2011.

DAVIS, Mike. **Planeta favela**. MEDINA, Beatriz. (Trad.). São Paulo: Boitempo, 2006. 272 p. ISBN 978-85-7559-087-4.

DEMO, Pedro. **Participação é conquista**: noções de política social participativa. 3.ed. São Paulo: Cortez, 1996.

DIAS, Reinaldo. **Sociologia do Turismo**. São Paulo: Atlas, 2003.

_____. AGUIAR, Marina. (Orgs.). **Fundamentos do Turismo**: Conceitos, normas e definições. Campinas, São Paulo: Editora Alínea, 2002. ISBN 85-86491-94-2. 287 p.

FAISSOL, Speridião. (Org.). **Urbanização e regionalização, relações com o desenvolvimento econômico**. Rio de Janeiro: IBGE, 1978.

FRATUCCI, Aguinaldo Cesar. Participação comunitária na gestão do turismo nos municípios do Estado do Rio de Janeiro: Análise do processo do PNMT. In: BARTHOLO, R., DELAMARO, M., BADIN, L. (Orgs.). **Turismo e sustentabilidade no Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: Garamond. p. 246-266. 2005.

_____. Os lugares turísticos: territórios do fenômeno turístico. In: **GEOgraphia**. Ano.II, n.4, p.121-133. 2000.

FREIRE-MEDEIROS, Bianca . **Cultura de Viagem**: uma visita à produção acadêmica anglo-americana. Interseções, Rio de Janeiro, 2000.

_____. **Gringo na laje**: Produção, circulação e consumo da favela turística. Rio de Janeiro: Fgv, 2009. 164 p.

_____. **A construção da favela como destino turístico**. Rio de Janeiro: CPDOC. Disponível em: <http://www.cpdoc.fgv.br/producao_intelectual/arq/TurismoFavelaCarioca.pdf>. Acesso em 30 Maio 2011. 2006.

_____. **A favela que se vê e que se vende**: Reflexões e polêmicas em torno de um destino turístico. Paper apresentado no XXX Encontro Nacional da Anpocs – Caxambu, outubro, 2006b.

_____. SANT'ANNA, M. J. G. **Gueto, Favela, Banlieue: Juventude e Segregação Espacial no Cinema Contemporâneo**. In: FREIREMEDEIROS, Bianca & COOSTA VAZ, Maria Helena (Orgs.). **Imagens Marginais**. Natal: Editora da UFRN, 2006c.

FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO. **Déficit habitacional no Brasil**. 2000. Disponível em: <<http://www.fundaj.gov.br/tpd/140.html>>. Acesso em: 15 Jan 2012.

GASTAL, Suzana; CASTROGIOVANNI, Antonio Carlos (Org.). **Turismo na pós-modernidade**: (des)inquietações. Porto Alegre: Edipucrs, 2003.

GIDDENS, A. **As Consequências da Modernidade**. São Paulo: Martins Fontes Editora. 1991.

GONÇALVES, José Reginaldo Santos. **A retórica da perda**: os discursos do patrimônio cultural no Brasil. Rio de Janeiro: Editora UFRJ; IPHAN, 1996.

_____. O patrimônio como categoria de pensamento. In: ABREU, Regina, CHAGAS, Mário (Orgs.). **Memória e patrimônio: ensaios contemporâneos**. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.

_____. Ressonância, materialidade e subjetividade: as culturas como patrimônios. **Horizontes antropológicos**, Porto Alegre, v. 11, n. 23, 2005.

_____. Os Limites do Patrimônio. In: LIMA FILHO, Manuel Ferreira; ECKERT, Cornélia; BELTRÃO, Jane. (Org.). **Antropologia e Patrimônio Cultural: diálogos e desafios contemporâneos**. 1 ed. Blumenau: Nova Letra, 2007.

_____. **Antropologia dos objetos: coleções, museus e patrimônios**. Rio de Janeiro: Garamond universitária, 2007.

HARVEY, David. **A condição pós-moderna**. São Paulo, Editora Loyola, 2000.

HUYSEN, Andréas. **Os vazios de Berlim: seduzidos pela memória**. Rio de Janeiro: Aeroplano/UCAM/MAM, 2002.

IETS. Overview. Firjan. **Pesquisa nas favelas com UPP**. Resultado de pesquisa. Disponível em: <<http://www.firjan.org.br/data/pages/2C908CE921D5239A0121D554663232B>>. Acesso em: 18 Dez 2011.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo demográfico 2000**. Rio de Janeiro: IBGE, 2000.

_____. **Indicadores de desenvolvimento sustentável: Brasil, 2002**. Rio de Janeiro: IBGE, 2000.

_____. **Indicadores de desenvolvimento sustentável**. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br>>. Acesso em: 20 Out. 2005.

IPEA. **Gestão do uso do solo e disfunções do crescimento urbano: instrumentos de planejamento e gestão urbana**: Curitiba: IPEA, USP, IPPUC; Brasília: IPEA, 2001.

IRVING, M. A. Reinventando a reflexão sobre turismo de base comunitária: inovar é possível? In: BARTHOLO, R.; SAN SOLO, D.; BURSZTYN, I. (Orgs.). **Turismo de Base Comunitária: diversidade de olhares e experiências brasileiras**. Rio de Janeiro: Letras e imagem, p. 108-121. 2009.

KNAFOU, R. Turismo e Território. Por uma abordagem científica do turismo. In: Adyr A. B. Rodrigues (org.). **Turismo e Geografia: Reflexões teóricas e enfoques regionais**. São Paulo: HUCITEC. 1996.

KRIPPENDORF, Jost. **Sociologia do Turismo: para uma compreensão do lazer e das viagens**; [tradução Contexto Traduções]. 3 ed. São Paulo: Aleph, 2001.

LEFEBVRE, Henri. **O direito à cidade**. FRIAS, Rubens Eduardo. (Trad.). São Paulo: Centauro, 2001. 144 p. ISBN 978-85-88208-97-1.

_____. **La revolución urbana**. Madrid: Alianza Editorial, 1972.

____. *The production of space*. London: Blackwell, 1998.

LEITE, Márcia Pereira. **Entre o individualismo e a solidariedade:** dilemas da política e da cidadania no Rio de Janeiro. In: Revista Brasileira de Ciências Sociais, vol. 15, no. 44, 2000.

LAGO, Luciana Corrêa do. **Desigualdades e segregação na metrópole:** o Rio de Janeiro em tempo de crise. Rio de Janeiro: Revan, 2000. 240 p. ISBN 85-7106-195-5.

____. **A periferia metropolitana como lugar de trabalho:** da cidade-dormitório à cidade plena. Cadernos IPPUR; Rio de Janeiro. Ano XXI, nº 2, 2007, p. 9-28.

LAMARÃO, Sérgio Tadeu de Niemeyer. **Dos trapiches ao porto:** um estudo sobre a área portuária do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, Secretaria Municipal de Cultura, Turismo e Esportes, Departamento Geral de Documentação e Informação Cultural, Divisão de Editoração, 1991.

LIMONAD, Ester. Urbanização e organização do espaço na era dos fluxos. In: **Território, territórios:** ensaios sobre o ordenamento territorial. SANTOS, Milton; BECKER, Bertha K. (Orgs.). Rio de Janeiro: DP&A, 2006. p. 147 – 172.

LUCHIARI, M. T. D. P., 1999, Urbanização turística. Um novo nexos entre o lugar e o mundo. In: Lima, L. C. (Org.). **Da cidade ao campo:** A diversidade do saberfazer turístico. Fortaleza: FUNECE. p. 15-29.

MACCANNELL, D. **Staged Authenticity:** Arrangements of Social Space in Tourist Settings American Journal of Sociology, Vol. 79, 1973. p. 589-603.

____. **The tourist:** a new theory of the leisure class. Berkeley: University of California Press. 1999.

MACHADO, D. S., 2007. **Turismo de Favela e Desenvolvimento Sustentável.** Um estudo do Turismo de Favela no bairro de Vila Canoas, zona sul do Rio de Janeiro. Dissertação M.Sc., PUC-Rio, Rio de Janeiro, RJ, Brasil.

MACHADO, Marcello de Barros Tomé. **A modernidade no Rio de Janeiro:** Construção de um cenário para o Turismo. Rio de Janeiro: Biblioteca Carioca, 2008.

MACHADO DA SILVA, Luiz Antonio. (Org.). **Vida sob cerco:** violência e rotina nas favelas do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2008.

MARICATO, Ermínia. **Metrópole na periferia do capitalismo:** desigualdade, ilegalidade e violência. São Paulo: Hucitec, 1996.

____. **Brasil, cidades:** alternativas para a crise urbana. 2.ed. Petrópolis: Vozes, 2001.

MARZULLO, Eber Pires. **Espaço dos pobres:** identidade social e territorialidade na modernidade tardia. Tese de Doutorado. Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional (IPPUR). Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). 2010.

MENEZES, Palloma. **Imagens da favela: as representações que os turistas constroem a partir de tours pela Rocinha.** 2007.

_____. Objeto e sujeito da fotografia: gringos e câmeras na favela da Rocinha. **Cadernos de Antropologia e Imagem** (UERJ) (Artigo aceito para publicação). 2008.

_____. Quando a favela se torna museu: reflexões sobre os processos de patrimonialização e construção de uma favela carioca como destino turístico. **V Seminário de Pesquisa em Turismo do MERCOSUL.** Caxias do Sul, RS, Brasil (27-28 de junho de 2008). 2008b.

MINISTÉRIO DO TURISMO. **Turismo de Base Comunitária (2008).** Disponível em: <<http://www.turismo.gov.br>>. Acesso em: 11 jan 2011.

_____. **Turismo no Brasil 2011 – 2014.** Brasília: MTur. 154 p.

_____. **Dinâmica e Diversidade do Turismo de Base Comunitária: desafio para a formulação de política pública.** Brasília: MTur, 2010. 88 p.

MINISTÉRIO DAS CIDADES. **Resultados, Projeções e Ações.** Brasília. 2009.

MOLINA, S. SPERLING, Roberto. (Trad.). **O pós-turismo.** 2 ed. São Paulo Aleph. 2003.

MOREIRA, Fernando. Uma reflexão sobre o conceito de publico nos museus locais. **MUSAS – Revista Brasileira de Museus e Museologia**, n 3, 2007.

MOTTA, Carlos Pinto Coelho. **Curso prático de direito administrativo.** 2.ed. rev., atual. e ampl. Belo Horizonte: Del Rey, 2004.

MOURA, P. L. da Silva. **Um movimento em busca de poder: as associações de moradores do Rio de Janeiro e a sua relação com o Estado – 1970-1990.** Departamento de História da UFF: Mestrado, 1993.

NICOLÁS, D. H. (1996): Elementos para *un análisis sociogeográfico del Turismo* In: Adyr A. B. Rodrigues (Org.) **Turismo e Geografia: reflexões Teóricas e Enfoques Regionais.** São Paulo: HUCITEC.

OLIVEIRA, Antônio Pereira. **Turismo e Desenvolvimento: Planejamento e Organização.** São Paulo: Atlas, 2002.

OLIVEIRA, Luciano Amaral. **Turismo para gays e lésbicas: Uma viagem reflexiva.** São Paulo: Roca, 2002. ISBN 85-7241-387-1.

OLIVEIRA, Lúcia Lippi. **Cultura é patrimônio: um guia.** Rio de Janeiro: Editora FGV, 2008.

OLIVEIRA, Adolfo Samyn Nobre de. **Cerzindo a Rede Memória: estudo sobre a construção de identidade no bairro Maré.** Dissertação (Mestrado em Memória Social e Documento) – Centro de Ciências Humanas, Universidade do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2003.

OLIVEIRA, Márcio Piñon de. O retorno à cidade e novos territórios de restrição à cidadania. In: **Território, territórios: ensaios sobre o ordenamento territorial**. SANTOS, Milton; BECKER, Bertha K. (Orgs.). Rio de Janeiro: DP&A, 2006. p. 173 – 210.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DO TURISMO. **Previsões para 2010**. Nova York: OMT, 2000.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DO TURISMO. SANCHO, Amparo. (Org.). **OMT: Introdução ao Turismo**. CORNER, Dolores Martin Rodriguez. (Trad.). São Paulo: Roca, 2001. 371 p. ISBN 85-7241-341-3.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DO TURISMO. **Previsões para 2010**. Nova York: OMT, 2000.

GOVERNO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO. **PAC Rio: Complexo do Alemão**. s/d.

PANDOLFI, Dulce Chaves; GRYNSZPAN, Mário. (Orgs.). **A favela fala**. Rio de Janeiro: FGV, 364 p. 2002. ISBN 85-225-0430-X.

PEARCE, P.; MORGADO, G. **The concept of authenticity in tourist experience**. Australian and New Zealand Journal of Sociology, 1986.

PETERSEN, Lu. **Das remoções à Célula Urbana: evolução urbano-social das favelas do Rio de Janeiro**. Cadernos de Comunicação da Prefeitura do Rio de Janeiro, 2003.

_____. **Depoimentos ao CPDOC/FGV**. Rio de Janeiro, 2006.

RAMA, Angel. **La ciudad letrada**. Santiago: Tajamar, 2004.

RETRATOS DO BRASIL / CIDADES. **O PAC e sua história**. São Paulo: Editora Manifesto. Dezembro / 2007 – Janeiro / 2008.

REZENDE, Denis Alcides; CASTOR, Belmiro Valverde Jobim. **Planejamento estratégico municipal: empreendedorismo participativo nas cidades, prefeituras e organizações públicas**. Rio de Janeiro: Brasport, 2005.

RIBEIRO, Darcy. **O povo brasileiro: a formação e o sentido do Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras. 435 p. ISBN 85-359-0781-O. 2006.

RIBEIRO, Edson Leite. **Cidades (in) sustentáveis: reflexões e busca de modelos urbanos de menor entropia**. João Pessoa: Ed. Universitária, 2006. 163p.

RIBEIRO, Luiz Cesar de Queiroz; CARDOSO, Adauto Lucio; LAGO, L. C. **Necessidades habitacionais: déficit habitacional & inadequação habitacional**. Observatório de políticas urbanas e gestão municipal. Rio de Janeiro: IPPUR/UFRJ-FASE, 2003.

_____. **Reforma urbana e gestão democrática: promessas e desafios do Estatuto da Cidade**. Rio de Janeiro: Revan: FASE, 2003. 192 p. ISBN 85-7106-265-X.

RIO ESTUDOS; IPP. **O Rio de Janeiro e o Favela-Bairro**. Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro: IPP; Setembro. 2003. Nº 120.

ROCHA, Sônia. **Pobreza no Brasil: Afinal, de que se trata?** Rio de Janeiro: FGV, 244 p. 3 ed. ISBN 85-225-0423-7. 1995.

ROCHA BRITO, B. **Turismo ecológico: uma via para o desenvolvimento sustentável em São Tomé e Príncipe**. Tese de D.Sc. Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa, Lisboa, Portugal. 2004.

ROLNIK, Raquel. Cidades: o Brasil e o habitat II. **Revista Teoria e Debate da da Fundação Perseu Abramo**, n.32, jul./ago./set. 1996. Disponível em: <<http://www2.fpa.org.br/portal/modules/news/article.php?storyid=2234>>. Acesso em: 20 Jul. 2012.

_____. **A cidade e a lei: legislação, política urbana e territórios na cidade de São Paulo**. São Paulo: Fapesp/Studio Nobel, 1997.

_____. Regulação urbanística e exclusão territorial. **Revista Polis**, n.32, 2000.

_____. **Estatuto da cidade: instrumento para quem sonha com cidades belas e justas**. Rio de Janeiro: Jornal do Brasil, 15 jul. 2001.

_____. É possível uma política urbana contra a exclusão? **Revista Quadrimestral de Serviço Social**, São Paulo, 2002.

_____. CYMBALISTA, R. Instrumentos urbanísticos contra a exclusão social. **Revista Polis**, n.29, 1997

SALGUEIRO, Valéria. *Grand Tour: uma contribuição a história do viajar por prazer e por amor à cultura*. UFF. In: **Revista Brasileira de História**. Vol. 22. Nº 44. São Paulo. 2002.

SÁNCHEZ, Fernanda. **A reinvenção das cidades para um mercado mundial**. Chapecó: Argos, 2003.

SANSOLO, D., BURSZTYN, I. Turismo de base comunitária: potencialidade no espaço rural brasileiro. In: BARTHOLO, R.; SANSOLO, D.; BURSZTYN, I. (Orgs.). **Turismo de Base Comunitária: diversidade de olhares e experiências brasileiras**. Rio de Janeiro: Letras e imagem, p. 142-161. 2009.

SANTOS, Milton. **A urbanização desigual: a especificidade do fenômeno urbano em países subdesenvolvidos**. Petrópolis: Vozes, 1980.

_____. **O espaço do cidadão**. São Paulo: Nobel, 1998.

_____. Território e dinheiro. In: Programa de Pós-Graduação em Geografia da UFF. **Território, territórios**. Niterói (RJ): PPGEU-UFF/AGB-Niterói, 2002. p.17-38.

_____. **A Urbanização Brasileira**. São Paulo: HUCITEC, 1993.

_____. **Pobreza Urbana.** São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2009. 3 ed. 136 p. ISBN 978-85-314-1158-8.

SCARLATO, Francisco Capuano; PONTIN, Joel Arnaldo. **O ambiente urbano.** São Paulo: Atual, 1999.

SEN, Amartya. **Desenvolvimento como liberdade.** MOTTA, Laura Teixeira. (Trad.). São Paulo: Companhia das Letras. 2000. 407 p. ISBN 978-85-7164-978-1

SERPA, Ângelo. A paisagem periférica. In: YÁZIGI, Eduardo. (Org.). **Turismo e Paisagem.** São Paulo: Contexto, 2002. p.161-179.

SIMMEL, Georg. As grandes cidades e a vida do espírito. [1903]. **Revista Mana:** Rio de Janeiro, vol. 2, n.o 11, 2005.

_____. Subjective culture. In: LEVINE, Donald (Org.). **On individuality and social forms.** Chicago: University of Chicago Press, 1971.

SOMOZA, A. **Por um turismo responsável e solidário:** a experiência italiana. n. 4, p. 65-68, 2007.

SOUZA, Marcelo. **Mudar a cidade:** uma introdução crítica ao planejamento e à gestão urbanos. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002.

SOUZA, Maria Julieta Nunes de. Apontamentos sobre a Maré: uma compreensão. In: **Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais.** p. 53-68. V. 9 , N. 1 / Maio. 2007. ISSN 1517-4115.

SOUZA, M. L.; RODRIGUES, G. B. **Planejamento urbano e ativismos sociais.** São Paulo: UNESP, 2004.

SOUZA, M. J. O. Território: sobre espaço e poder, autonomia e desenvolvimento. In: Iná Elias de Castro et all (Org.). **Geografia:** conceitos e temas. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil. 1995.

SWARBROOKE, John. **Turismo Sustentável:** conceitos e impacto ambiental. São Paulo: Aleph, 2000. ISBN 85-85887-46-X.

_____. **Turismo e meio ambiente:** uma abordagem integrada. São Paulo: Roca, 2002.

TASCHNER, S. P. Degradação ambiental em favelas de São Paulo. In: TORRES, H.; COSTA, H. (Orgs.). **População e meio ambiente:** debates e desafios. São Paulo: Senac, 2000. p.271-297.

THEOBALD, F. William. (Org.). **Turismo Global.** CAPOVILLA, Anna Maria. (Trad.). 2 ed. São Paulo: Editora Senac São Paulo, 2002. 510 p. ISBN 85-7359-177-3.

TOPALOV, Christian. Da questão social aos problemas urbanos: os reformadores e a população das metrópoles em princípios do século XX. In: **Cidade, Povo e Nação:** Gênese do Urbanismo Moderno. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1996. p. 23-51. ISBN 85-200-0396-6.

TORO, José Bernardo; WERNECK, Nisia Maria Duarte. **Mobilização social**: um modo de construir a democracia e a participação. Belo Horizonte: Autêntica, 2004.

TRIGO, Luiz Gonzaga Godói. **Turismo básico**. 6 ed. São Paulo: Editora SENAC São Paulo, 2002. 144 p. ISBN 85-85578-60-2.

_____. **A sociedade pós-industrial e o profissional em turismo**. 5 ed. Campinas: Papirus, 1998.

UN-HABITAT. *United Nations Human Settlements Programme. Urban Indicators Guidelines Monitoring the Habitat Agenda and the Millennium Development Goals August 2004*. Disponível em:

<http://hq.unhabitat.org/programmes/guo/documents/urban_indicators_guidelines.pdf>.

Acesso em: 5 Ago 2010.

URANI, A., SILVA, G., COCCO, G., GIURISATTI, P. Territórios produtivos e desenvolvimento local: um desafio para o Brasil. In: SILVA, G., COCCO, G. (Org.). **Territórios produtivos**: oportunidades e desafios para o desenvolvimento local. Rio de Janeiro, DP&A. pp. 235-240. 2006.

URANI, André. **Trilhas para o Rio**: do reconhecimento da queda à reinvenção do futuro. Rio de Janeiro: Elsevier, 2008. 226 p. ISBN 978-85-352-2787-1.

_____. O cartão Rio-jovem: racionalização das políticas públicas e ampliação dos horizontes de tempo e de espaço dos adolescentes cariocas. In: **Estudos e Pesquisas 186, Fórum Nacional**. 2007.

URRY, John. **O Olhar do Turista**: lazer e viagens nas sociedades contemporâneas. São Paulo: Nobel, 1990.

VALLA, Victor Vicent. **Educação, participação, urbanização**: uma contribuição à análise histórica das propostas institucionais para as favelas do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1986.

VALLADARES, Lícia do Prado. A gênese da favela carioca: A produção anterior às ciências sociais. In: **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, vol.15, n. 4 (outubro), p. 6-33. 2000.

_____. **Passa-se uma casa**: análise do programa de remoção de favelas do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.

_____. **A invenção da favela**: do mito de origem a favela.com. Rio de Janeiro, Editora FGV, 2005.

VAZ, Lílian Fessler (coord.). **História dos bairros da Maré**: espaço, tempo e vida cotidiana no Complexo da Maré. UFRJ, Rio de Janeiro, 1994.

_____. **Modernidade e moradia**: habitação coletiva no Rio de Janeiro séculos XIX e XX. Rio de Janeiro: 7 Letras. 184 p. ISBN 85-7388-286-7. 2002.

_____. Notas sobre o Cabeça de Porco. In: **Revista do Rio de Janeiro**. Niterói, Vol. 1, Nº 2, jan-abr. p. 29-35. 1986.

VELLOSO, João Paulo dos Reis; PASTUK, Marília; PEREIRA JR.; Vicente. (Orgs.). **Favela como oportunidade**: plano de desenvolvimento de favelas para sua inclusão social e econômica. Rio de Janeiro: INAE, 2012. 452 p. ISBN 978-85-63708-01-4.

VENEU, Marcos Guedes. O flâneur e a vertigem: metrópole e subjetividade na obra de João do Rio. **Revista Estudos Históricos**: Rio de Janeiro, vol. 6, n.o 2, 1990.

VENTURA, Zuenir. **Cidade partida**. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

WAINBERG, Jacques A. Cidades como sites de excitação turística. In: CASTROGIOVANNI, Antônio Carlos; GASTAL, Suzana. (Org.). **Turismo urbano**: cidades, sites de excitação turística. Porto Alegre: Dos Autores Editora. p. 9-21. CDU 910: 379.85.

WWF-BRASIL. **Certificação em Turismo**: Lições mundiais e recomendações para o Brasil. SALAZAR, Sergio. (Coord.). Brasília: WWF-Brasil, 2001.

YÁZIGI, Eduardo; CARLOS, Ana Fani Alessandri; CRUZ, Rita de Cássia Ariza da. (Org.). **Turismo**: Espaço, paisagem e cultura. 2 ed. São Paulo: HUCITEC, 1999. 242 p. ISBN 85-271-0342-7.

_____. **A alma do lugar**: Turismo, planejamento e cotidiano em litorais e montanhas. 2 ed. São Paulo: Contexto, 2001. 301 p. ISBN 85-7244-163-8.

ZAOUAL, H. **Nova economia das iniciativas locais**: uma introdução ao pensamento pós-global. Rio de Janeiro, DP&A, Consulado da França, COPPE/UFRJ. THIOLENT, Michel. (Trad.). 2006.

_____. **Do turismo de massa ao turismo situado**: quais as transações? Caderno Virtual de Turismo, vol. 8, n. 2, p. 1-14. 2008.

ZALUAR, Alba. **Integração perversa**: Pobreza e tráfico de drogas. Rio de Janeiro: FGV, 440 p. 2004. ISBN 85-225-0478-4.

_____. **A máquina e a revolta**: as organizações populares e o significado da pobreza. São Paulo: Brasiliense, 1985.

_____. ALVITO, Marcos. (Orgs.). **Um século de favela**. Rio de Janeiro, Editora FGV, 2004.

ZYLBERBERG, Sonia (Org.). **Morro da Providência**: memórias da Favella. Rio de Janeiro: Secretaria Municipal de Cultura, Turismo e Esportes. Departamento Geral de Documentação e Informação Cultural, 1992.

SÍTIOS ELETRÔNICOS (FAVELAS TURÍSTICAS)

Be a Local <<http://www.bealocal.com>>

CoopBabilônia <<http://www.coopbabilonia.com.br>>; <<http://coopbabilonia.blogspot.com>>

Favela Receptiva <<http://www.favelareceptiva.com>>

The Maze Inn <<http://www.jazzrio.com>>

MUF <<http://www.museudefavela.com.br>>

Fórum de Turismo da Rocinha <<http://turismorocinha.blogspot.com>>

Favela Tour <<http://www.favelatour.com.br>>

Rio Adventures <<http://www.rioadventures.com>>

Jeep Tour <<http://www.jeeptour.com.br>>

Exotic Tours <<http://www.exotictours.com.br>>

Private Tours <<http://www.privatetours.com.br>>

Forest Tour <<http://www.foresttour.com.br>>

Indiana Jungle <<http://www.indianajungle.com.br>>

APÊNDICES

ROTEIRO GERAL DE OBSERVAÇÃO NAS FAVELAS CARIOCAS URBANIZADAS¹

MORADOR

Dados gerais

- Lugar de nascimento;
- Onde vive atualmente;
- Formação intelectual e profissional;
- Condição econômica;

Percepção sobre o lugar

- Como define o lugar onde mora: favela, comunidade ou bairro;
- Como justifica a definição dada;
- O que o morador concebe como cada um desses termos: “favela”, “comunidade”, “bairro” (perceber que fatores influenciam as definições: existência de equipamentos urbanos e serviços, atuação do poder público e das ONGs, violência, atividades culturais, solidariedade entre os vizinhos, opinião pública etc.);
- O que entende por intervenções urbanas no espaço físico da favela;
- De quais intervenções urbanas a favela em questão mais necessita;
- Percepções sobre os programas governamentais (Favela-bairro; Morar Carioca; PAC);
- E o turismo de/em favelas (percepções sobre a forma com que é praticado na favela em questão);
- O turismo entrou no espaço da favela antes ou no decorrer das intervenções urbanísticas realizadas; ou não há turismo na favela em questão;

Redes sociais

- Relações familiares;

¹ Salienta-se que as informações coletadas no decorrer do período de observação in loco (mais precisamente entre agosto de 2010 a agosto de 2012), foram ressaltadas ao longo da composição deste trabalho. Não foram tabulados dados por não se tratar da aplicação de questionários ou formulários. Conforme exposto na Introdução, optou-se pela observação em detrimento às maneiras mais formais de investigação, por se tratar de territórios delicados.

- Relações com a vizinhança;
- Participação em instituições e/ou movimentos e grupos;
- Convivência com a ação do tráfico de drogas e da polícia;
- Participação em ações coletivas (igreja, clubes, sindicatos, ONGs, movimentos, partidos políticos, grupos esportivos e culturais, associações etc.);
- Nível de participação (supracitada);
- Aspectos da vida que influenciaram sua participação nessas ações (família, formação intelectual e profissional etc.);
- Influência dessa participação em busca de melhorias para a favela em questão.

REPRESENTANTES GOVERNAMENTAIS E NÃO GOVERNAMENTAIS

Dados gerais

- Lugar de nascimento;
- Onde vive atualmente;
- Formação intelectual e profissional;
- Condição econômica;

Percepção sobre o lugar

- Como define o lugar: favela, comunidade ou bairro;
- Como justifica a definição dada;
- O que concebe como cada um desses termos: “favela”, “comunidade”, “bairro” (perceber que fatores influenciam as definições: existência de equipamentos urbanos e serviços, atuação do poder público e das ONGs, violência, atividades culturais, solidariedade entre os vizinhos, opinião pública etc.);
 - O que entende por intervenções urbanas no espaço físico da favela;
 - De quais intervenções urbanas a favela em questão mais necessita;
 - Percepções sobre os programas governamentais (Favela-bairro; Morar Carioca; PAC);
 - E o turismo de/em favelas (percepções sobre a forma com que é praticado na favela em questão);
 - O turismo entrou no espaço da favela antes ou no decorrer das intervenções urbanísticas realizadas; ou não há turismo na favela em questão;

Redes sociais

- Convivência com a ação do tráfico de drogas e da polícia;

Participação na instituição estudada (governamental ou não governamental)

- Motivos da participação;
- Tempo de participação;
- Função exercida;
- Ações desenvolvidas pela instituição;
- Relações com outras instituições;
- Importância que a instituição atribui à favela;

- De que forma os projetos desenvolvidos pela referida instituição, seja pública ou do terceiro setor, contribuem para a materialização do ideal de urbanismo sustentável;
- Sobre o turismo via intervenção urbana, a referida instituição fomenta tal prática;
- Se há conhecimento acerca do paradigma de Turismo de Base Comunitária;
- Se a referida instituição incentiva aos autóctones praticarem tal modelo de gestão turística na favela;
- Sobre as intervenções urbanas, como se darão as ações pós megaeventos esportivos.

ANEXOS

EDITAL CHAMADA PÚBLICA DE PROJETOS DO MINISTÉRIO DO TURISMO



Ministério do Turismo
Secretaria Nacional de Programas de Desenvolvimento do Turismo
Departamento de Qualificação e Certificação e de Produção Associada ao Turismo

EDITAL DE CHAMADA PÚBLICA DE PROJETOS MTur/Nº 001/2008

SELEÇÃO DE PROPOSTAS DE PROJETOS PARA APOIO ÀS INICIATIVAS DE
TURISMO DE BASE COMUNITÁRIA

1. Objeto

Selecionar projetos de fomento a iniciativas de turismo de base comunitária e que promovam a inserção destas na economia de mercado, com base nos princípios de economia solidária.

No Brasil, há casos considerados de turismo comunitário em estados como Ceará, Amazonas, Pará, Paraná, Santa Catarina, Minas Gerais, São Paulo e Rio de Janeiro. Algumas destas iniciativas estão reunidas em uma rede informal denominada TuriSol - Rede Brasileira de Turismo Solidário e Comunitário.

Baseado na premissa de que o turismo pode desempenhar um papel positivo que beneficie diretamente as comunidades locais e com vistas às metas do Plano Nacional de Turismo 2007-2010, o Ministério do Turismo (MTur), por meio do Departamento de Qualificação, Certificação e de Produção Associada ao Turismo (DCPAT), da Secretaria Nacional de Programas de Desenvolvimento de Turismo (SNPDTur), publica esta chamada com o objetivo de apoiar as iniciativas de turismo comunitário existentes no País.

3. Objetivos

- Fomentar as iniciativas existentes organizadas e/ou identificadas como de Turismo de Base Comunitária (TBC);
- Apoiar projetos de TBC, para o fortalecimento de roteiros segmentados, com foco no território para o desenvolvimento local e inclusão social, qualificação, certificação, apoio à produção associada ao turismo e desenvolvimento local/inclusão social.

5. Resultados esperados

- Maior participação das comunidades locais nos benefícios advindos da atividade turística.
- Comunidades locais qualificadas para a gestão da atividade turística.
- Geração de trabalho e renda ligada a iniciativas de TBC.
- Articulação de iniciativas do segmento "Turismo de Base Comunitária" em rede.
- Articulação e parcerias entre as esferas públicas e privadas responsáveis pela gestão da atividade turística em destinos em que o TBC se desenvolve.

ANEXO B

**CARACTERIZAÇÃO DAS FAVELAS NO ÂMBITO DOS PLANOS LOCAIS DE
HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL (PLHIS)**

O QUE É A FAVELA, AFINAL?

Caracterização das favelas no âmbito dos Planos Locais de Habitação de Interesse Social (PLHIS)

Rosana Denaldi • UFABC • Consultora do Ministério das Cidades de São Paulo

Cerca de 81 % da população brasileira mora em áreas urbanas. O crescimento da população foi acompanhado do agravamento dos problemas urbanos e ambientais assim como das desigualdades sócioespaciais. A favela é uma expressão dessa desigualdade. A favela, assim como os loteamentos clandestinos, cortiços e suas agregações, é alternativa encontrada pela população excluída do mercado imobiliário legal. Para MARCATO (2001:39) "O processo de urbanização se apresenta como uma máquina de produzir favelas e aglomerar o meio ambiente."

O estudo "Assentamentos precários no Brasil urbano", realizado pelo Centro de Estudos da Metrópole do Centro Brasileiro de Análise e Planejamento - CEBRAP para o Ministério das Cidades, aponta que existem cerca três milhões de domicílios em favelas (assentamentos precários e setores subnormais) no Brasil. Estados municipais apontam que esse número deve ser maior.

A maioria da população de favelas vive em regiões metropolitanas. O Ministério das Cidades, em parceria com o Observatório da Metrópole e Foz, desenvolveu um estudo baseado nas cartilhas habitacionais e de saneamento. Apontou 11 metrópoles em risco que abrem 209 municípios e concentram 32% da população brasileira, concentrando de 33% déficit habitacional, 90% do déficit na faixa de renda até 3 salários mínimos e mais de 82% dos domicílios em favela.

Após um século de favela, muitas mudanças são perceptíveis. A imagem da favela associada ao 'barraco' não corresponde mais à realidade da maioria das favelas em metrópoles. A criação, gradual ou repentina, individual ou em grupo, de uma terra sem infra-estrutura com a autoconstrução de uma moradia com material provisório como madeira, palha, deturpa de ser características predominantemente.

As pesquisas do IBGE, assim como vários outros estudos, apontam mudanças. As favelas se adensam, verticalizam e grande parte da sua moradia não construída em alvenaria; a imagem do barraco é substituída pela imagem dos tijolos apimentados. Aumenta a cobertura por serviços de infra-estrutura. A forma de acesso à favela passa a ser predominantemente pela via do mercado imobiliário informal e o 'cangaceiro', na maioria das vezes, adquire uma moradia já parcialmente construída. Constatam-se também a diversidade espacial e social não são apenas os mate polítrios que habitam favelas.

Alguns estudos apontam que a favela é espacialmente e socialmente heterogênea e que não são os únicos setores pobres da cidade. TASCHNER (2001: 99) afirma que as favelas apresentam estruturas sociais diversificadas, dotadas de mobilidade e inserção e que "categorias não miscíveis" também se encontram nelas. O espaço da favela também não é um espaço homogêneo. Percebe-se a existência de espaços diferenciados ocupados por diferentes níveis de renda, e que a qualidade das construções cor-respondem a diferentes níveis de renda e preços de moradia (TASCHNER, 2001: 142).

Outros estudos acusam a existência de mercado imobiliário nas favelas, inclusive com a presença de intermediários e de imobiliárias. ALLRAMO (2001: 1578 - 1583) aponta o crescimento da dinâmica de ocupação de áreas como principal forma de acesso à moradia em favelas e afirma que, nas últimas décadas, o acesso à favela passa a ser predominantemente pela via do mercado imobiliário informal.

Estas mudanças, entretanto, não alteraram a condição precária de moradia e a desigualdade no 'acesso à cidade'. Analisando os aspectos urbanísticos, ambientais e fundiários existentes que avançamos muito pouco na melhoria das condições de acessibilidade, na ampliação do acesso a equipamentos e serviços públicos de boa qualidade, na integração e recuperação ambiental destes assentamentos assim como na promoção da regularização fundiária.

Este tema da urbanização de favelas vem sendo tratado pelos municípios no âmbito da elaboração dos Planos Locais de Habitação de Interesse Social - PLHIS. A Lei Federal 11.124/2005 que institui o Sistema Nacional de Habitação de Interesse Social (SNHIS) estabeleceu a obrigatoriedade de elaboração do PLHIS (Planos Locais de Habitação de Interesse Social) pelos estados, Distrito Federal e municípios. Segundo Ministério das Cidades, o Termo de Adesão ao SNHIS já foi assinado por mais de 5 mil municípios brasileiros e a resolução Nº24 do Conselho Geral do FNHIS definiu a data de 31/12/2010 como limite para apresentação do PLHIS.

Neste contexto, a elaboração do PLHIS, pode representar uma oportunidade para alavancar o processo de planeamento habitacional municipal e iniciar a construção de um sistema de informações nacional¹.

A elaboração do PLHIS, como instrumento de implementação do SNHIS, e na perspectiva da construção gradual de um sistema nacional de informações e avaliação, após a importância de se explicitar conceitos relativos às necessidades habitacionais e à prioridade da moradia, assim como a relevância de se divulgar metodologias para o cálculo do déficit e da prioridade habitacional. Faz-se necessário, também, uniformizar conceitos e terminologias relacionadas à caracterização das favelas, assentamentos precários e das tipologias de intervenção. A classificação das intervenções é necessária para identificar as ações governamentais que devem ser desenvolvidas.

Os conceitos e terminologias utilizados pelo Ministério das Cidades foram os registrados no Plano Nacional de Habitação (PlanHab)². O conceito de prioridade adotado pela Política Nacional de Habitação (PNH) destaca quatro das categorias mais representativas do fenômeno: cortiços, favelas, loteamentos irregulares de moradores de baixa renda e conjuntos habitacionais produzidos pelo setor público, em situação de irregularidade ou de degradação.

Parta-se do pressuposto que os critérios para a caracterização dos assentamentos precários devem ser correspondência com as categorias de intervenção, e que estas, por sua vez, são definidas em função da lacuna entre as características do assentamento e o conceito de moradia digna. Assim, a partir do tipo e grau de precariedade ou inadequação do assentamento, o objetivo das intervenções de urbanização e de integração urbana é o de garantir um padrão mínimo de qualidade habitacional e urbana, considerando a qualificação das situações de risco, a implementação de infraestrutura básica, priorizando o saneamento ambiental, a ampliação da mobilidade e do

¹ O conceito de PLHIS está estabelecido na publicação Guia de Acesso ao Sistema Nacional de Habitação de Interesse Social - SNHIS, produzida pela Secretaria Nacional de Habitação do Ministério das Cidades. De acordo com esse Guia, o PLHIS deve conter um diagnóstico do setor habitacional e um plano de ação. O diagnóstico deve reunir informações a respeito do déficit e da inadequação habitacional, identificar os assentamentos precários e levantar suas características urbanísticas, ambientais, sociais e econômicas.

² O Plano Nacional de Habitação foi elaborado entre 2007 e 2008, sob a coordenação da Secretaria Nacional de Habitação do Ministério das Cidades, com a consultoria do Consórcio PlanHab, formado pelo Instituto Via Pública, FIPAM (Lab-Hab/FAUUSP) e Logos Engenharia.

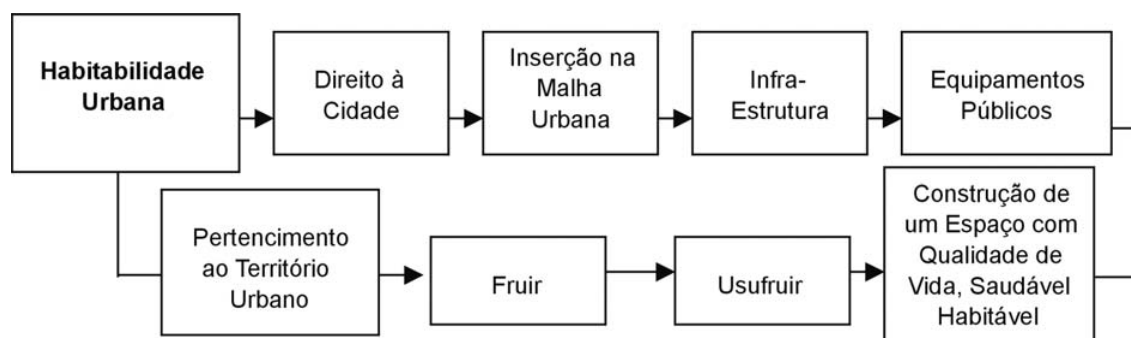
acesso aos diversos equipamentos urbanos; a adequação da unidade habitacional; a regularização fundiária; e, ainda, as ações relativas à inclusão social de seus moradores. A caracterização dos assentamentos deve, pois, ser pautada por essas variáveis, permitindo a identificação do que falta para que seja atingido o patamar básico acima descrito, definindo, desse modo, o tipo de intervenção a ser implantada no assentamento. (CAHEOSO, 2009; BRASIL, 2009). A partir deste pressuposto a Secretaria Nacional de Habitação do Ministério das Cidades sugere, no Manual para Elaboração dos Planos Locais de Habitação de Interesse Social, uma classificação segundo os tipos de intervenção, que podem ser assim definidas: urbanização (stripka), urbanização (complexa), reassentamento (ou realocação) e rearranjo (ou reorganização). (BRASIL, 2009)

Após um século de favela, muitas mudanças são percebidas mas, permanece o desafio de integrar as favelas à cidade. A integração da favela à cidade, em sua dimensão urbanística, envolve o desenvolvimento de muitos elementos de um programa de urbanização, como melhoria das condições de mobilidade e acessibilidade, saneamento, provisionamento de equipamentos públicos e manutenção urbana. Também se relaciona com aspectos do padrão de ocupação consolidado, compreendendo como densidade de ocupação, qualidade das construções (localizadas nos espaços públicos e privados) e seu grau de diferencial do padrão existente no entorno, além de outros aspectos relacionados com dimensões culturais e sociais.

A denominação "favela", além de estigmatizada, não é utilizada em todas as regiões do Brasil, em que é substituída por outras, como mocambo, palafita, invasão, comunidade, vila, mirim, etc. No Manual do PLHIS determina-se "favelas e seus semelhantes" e caberá aos municípios classificar este tipo de assentamento como "favela" ou "lotamento irregular" a partir de critérios locais.

A mensuração do déficit relacionado aos assentamentos precários no país envolve a construção e atualização de conceitos, obtenção de dados e a construção institucional de sistemas permanentes de coleta e atualização de informações. O município conhece melhor a realidade local e regional e é o ente federativo que melhores condições reúne para identificar e caracterizar os assentamentos, quantificar os déficits existentes e identificar a tipologia de intervenção. Um grande desafio é definir como obter conceitos e reunir as informações locais, registradas no âmbito dos PLHIS, de forma a respeitar as especificidades e diversidades regionais e estruturadamente aderir conceitos e classificações que permitam a integração e sistematização de dados a nível nacional. O planejamento e a execução da Política Nacional de Habitação requerem a estruturação de um sistema nacional de informações.

DIREITO À CIDADE E AO HABITAT



Fonte: Bonduki¹ (2002).

A habitabilidade urbana trata de questões relacionadas com a acessibilidade aos serviços urbanos, ao pertencimento ao território urbano, direito à cidade, inclusão social da população dentro de uma comunidade e da cidade. O conceito de habitabilidade urbana traria como questão central à preocupação de inserção da unidade habitacional no espaço urbano seja pela ligação dessa unidade na rede de infraestrutura básica urbana e com os serviços e equipamentos públicos ou pela questão social de inclusão. Dessa forma, transformando a unidade habitacional em elo (no sentido de pertencimento entre a coletividade e o território urbano ao qual estaria inserido geograficamente) (COHEN², 2004, p.105).

¹ BONDUKI, Nabil Georges. **Tendências e perspectivas na avaliação de políticas e programas sociais: uma metodologia para avaliar programas de habitação**. São Paulo: IEE/PUC-SP, 2002.

² COHEN, Simone Cynamon. **Habitação saudável como caminho para a promoção da saúde**. Tese (Doutorado em Ciências na área de Saúde Pública). Ministério da Saúde. Fundação Oswaldo Cruz. Escola Nacional de Saúde Pública. Rio de Janeiro, 2004.

INDICADORES DE SUSTENTABILIDADE¹

1. Sustentabilidade econômica – O uso de materiais e soluções técnicas, urbanísticas e arquitetônicas, economicamente e ecologicamente coerentes, duráveis e acessíveis à maioria da população; redução da cultura da obsolescência.

2. Sustentabilidade social – Equidade e justiça social e incorporação do aspecto qualitativo aos ambientes construídos e seu funcionamento, visando a qualidade de vida e o bem estar social do usuário; bem como a universalidade do seu acesso.

3. Sustentabilidade espacial – A otimização da articulação entre os usos do solo, facilitando-se as articulações e otimizando as vantagens das centralidades diversificação de propostas de planejamento urbano – arquitetônico que ampliem o direito a moradia digna, o conforto e a salubridade urbana nas cidades; Utilização dos espaços mais adequados e conservação de áreas urbanas antigas e históricas.

4. Sustentabilidade cultural – Visa à difusão de uma arquitetura de expressão e repertório cultural local, baseada em técnicas, sistemas e métodos endógenos, dotados de significação e identificação cultural e socialmente acessíveis à população local;

5. Sustentabilidade ecológica – “Destaque para a eficiência energética do ambiente construído através da racionalidade da estrutura urbana; do metabolismo urbano; da correta utilização de soluções técnicas e materiais, utilização de matéria prima reciclável e renovável, além da utilização de fontes energéticas alternativas para maior eficiência, conservação ambiental e racionalidade energética no funcionamento urbano”.

¹ Penteadó (2001 apud RIBEIRO, 2006, p.24).



O programa Morar Carioca foi criado em julho de 2010 pela Prefeitura do Rio com o objetivo de promover a inclusão social, através da integração urbana e social completa e definitiva de todas as favelas do Rio até o ano de 2020. O programa faz parte do legado da Prefeitura para realização das Olimpíadas e tem como meta investir R\$ 8 bilhões, sendo 2 bilhões até 2012. Resultado da experiência acumulada pela Prefeitura em áreas carentes, o Morar Carioca é um plano municipal de integração de assentamentos precários informais.

Com foco na inclusão social e no respeito ao meio ambiente, o programa envolve um amplo processo de planejamento urbano. Além da implantação de infraestrutura, equipamentos e serviços, o Morar Carioca incorpora conceitos mais abrangentes. Entre as inovações está a implantação de um sistema de manutenção e conservação das obras, controle, monitoramento e ordenamento da ocupação e do uso do solo.

Outra iniciativa do programa é garantir o acesso à moradia. Desta forma estão previstas melhorias habitacionais nos domicílios das áreas beneficiadas. Além disso, as intervenções urbanas do Morar Carioca irão além dos limites das comunidades, beneficiando também o seu entorno.

Para ampliar e consolidar o universo de atuação, o programa busca parcerias com os governos federal e estadual, organizações não governamentais e representantes da sociedade civil. Em outubro foi assinado um convênio com o Instituto de Arquitetos do Brasil (IAB-RJ), para realização do “Concurso Morar Carioca: conceituação e prática em urbanização de favelas”. A iniciativa selecionou 40 escritórios de arquitetura que vão desenvolver projetos de urbanização de comunidades, respeitando a cultura e a história dos seus moradores.

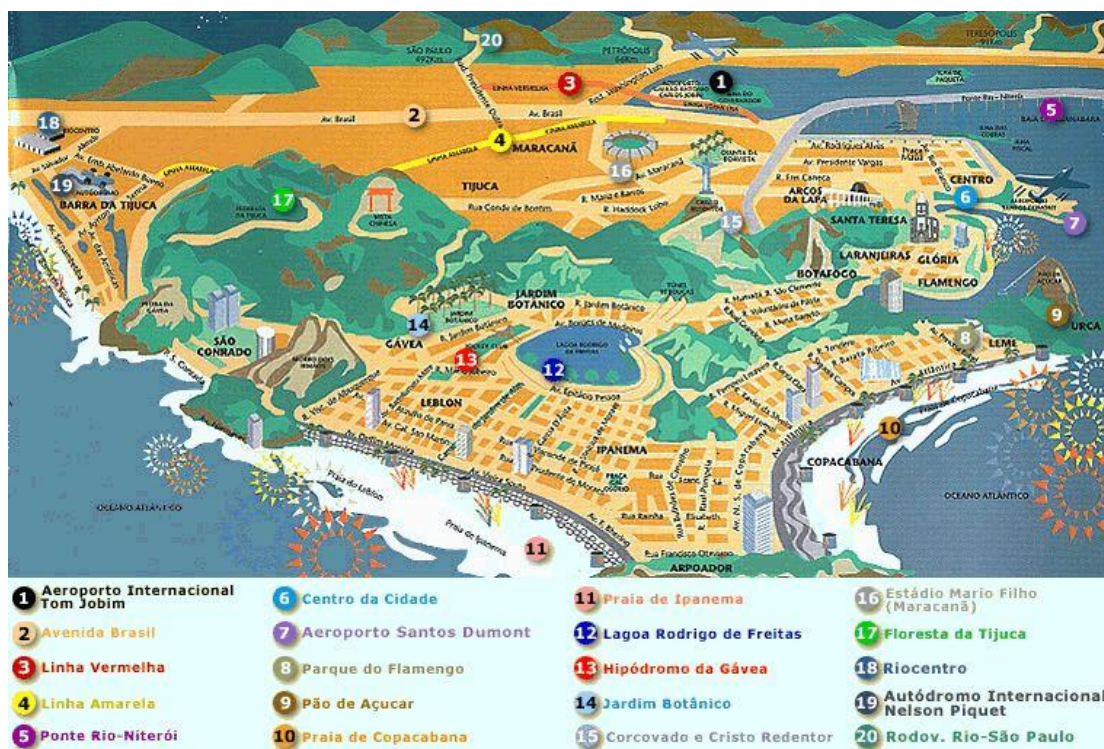
As obras de urbanização do Morar Carioca serão executadas de acordo com o porte e a condição de cada comunidade. Nas áreas enquadradas como urbanizáveis, estão previstas implantação de redes de abastecimento de água, esgotamento sanitário, drenagem pluvial, iluminação pública e pavimentação.

Nas comunidades entre 100 e 500 domicílios, além das obras de infraestrutura e urbanização serão implantadas áreas de lazer e paisagismo; as áreas de risco serão eliminadas e haverá regularização urbanística. Nas acima de 500 domicílios que já foram parcialmente urbanizadas, estão previstos equipamentos públicos, ampliação da acessibilidade, desadensamento parcial e a regularização urbanística. Nas comunidades acima de 500 domicílios que não ainda foram urbanizadas, além das intervenções previstas pelo programa, haverá oferta de novas moradias.

No caso das comunidades não urbanizáveis, diagnosticadas pela Prefeitura como situação de risco ou inadequada ao uso residencial, as famílias serão cadastradas e reassentadas em unidades habitacionais produzidas pelo Programa Minha Casa, Minha Vida. Além das obras de urbanização, o Morar Carioca vai elaborar normas urbanísticas das áreas beneficiadas. Como nos bairros formais, as comunidades terão regras que definirão onde, quanto e como se pode construir.

Para fiscalizar o cumprimento da legislação, serão construídos Postos de Orientação Urbanística e Social – Pousos, espécie de posto da Prefeitura nas comunidades, sob a coordenação da Secretaria Municipal de Urbanismo (SMU). Nestas unidades ficarão equipes de engenheiros, arquitetos, assistentes sociais e agentes comunitários que atuarão na fiscalização das normas, conservação das obras e das áreas públicas. Os Pousos poderão solicitar a atuação de outros órgãos e também orientarão os moradores na reforma de suas casas.

MAPA TURÍSTICO DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO



Fonte: <http://www.viagemdeferias.com/rio-de-janeiro/turismo/mapa-bairros.php>

Acesso em: 15 Fev 2012.

CAPACITAÇÃO NO COMPLEXO DO ALEMÃO

A Secretaria de Estado de Turismo (Setur-RJ) vai capacitar na área de turismo pequenos empreendedores e jovens de comunidades pacificadas, com práticas de sustentabilidade do setor. Trata-se do Projeto Piloto de Capacitação e de Desenvolvimento Sustentável nas Comunidades Pacificadas, da Secretaria de Estado de Turismo (Setur-RJ), executado pela Fundação Ceperj (Centro Estadual de Estatísticas, Pesquisas e Formação de Servidores Públicos do Rio de Janeiro), que terá o pontapé inicial no Complexo do Alemão.

Serão atendidos 210 pequenos empreendedores e 60 jovens da comunidade, com cursos de inglês e espanhol. O projeto será lançado com aula inaugural pelo secretário Ronald Ázaro, pelo presidente do Ceperj, Jorge Barreto, e pela diretora de turismo do Sebrae, Mariangela Rosseto, no próximo dia 24 (segunda-feira), às 11h, no Colégio Estadual Tim Lopes, na Estrada do Itararé, 690, Ramos, com a presença de autoridades e empresários.

“A proposta vai mais além, a de preparar a comunidade para receber maior demanda com a Jornada Mundial da Juventude e Copa das Confederações no ano que vem, a Copa de 2014 e as Olimpíadas de 2016. O programa será realizado em oito módulos no formato de seminários, no Colégio Estadual Tim Lopes e na Praça do Conhecimento, ambos no Complexo do Alemão, com carga total de 84 horas. A primeira turma tem início nesta segunda-feira (24/09), às 14h, no colégio”, disse Ronald Ázaro.

O projeto abordará os seguintes temas: Noções Básicas de Turismo; Atendimento ao Turista; Turismo a Base Comunitária; Capacitação de Monitores de Turismo para o Complexo do Alemão; Clínica Tecnológica – Manipulação de Alimentos; Informalidade e suas Consequências; Gestão de Pequenos Negócios e Consultoria Jurídica Contábil.

Dentro do projeto da Setur-RJ, a Fundação Ceperj vai capacitar 60 empreendedores em turismo local, 60 em manipulação de alimentos, 30 em gestão de pequenos negócios, 60 jovens em monitoria de turismo e prestar consultoria para 75 pessoas. Os seminários

acontecem em dois turnos, sempre às segundas, terças e quintas-feiras, das 9h às 12h e das 14h às 17h. A previsão do término é final de outubro.

Já os 60 jovens da comunidade, atendidos pelos cursos de capacitação básica em inglês e espanhol, iniciam as aulas em primeiro de outubro. Eles terão um total de 45 horas de curso, divididas em 30 aulas. Ao todo, quatro turmas de 15 alunos cada, duas de inglês e duas de espanhol. As aulas serão presenciais, nos períodos da manhã e da tarde e ministradas no Centro Vocacional Tecnológico (CVT), da Faetec, na Estrada do Itararé, 480, Ramos, no Complexo do Alemão.

Rafael Massadar